

JOÃO HENRIQUE DE CASTRO DE OLIVEIRA

LIBERA... AMORE MIO

**IMPrensa ANARQUISTA E COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA
EM TEMPOS DE CONSENSO NEOLIBERAL (1991-2011)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. CARLOS AUGUSTO ADDOR

Niterói
2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

O48 Oliveira, João Henrique de Castro de.
Libera... Amore Mio. Imprensa anarquista e comunicação contra-
hegemônica em tempos de consenso neoliberal (1991-2011) / João
Henrique de Castro de Oliveira. – 2017.
395 f. : il.
Orientador: Carlos Augusto Addor.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de
História, 2017.
Bibliografia: f. 365-395.

1. Anarquismo. 2. Imprensa. 3. Jornalismo. I. Addor, Carlos
Augusto. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.
III. Título.

JOÃO HENRIQUE DE CASTRO DE OLIVEIRA

LIBERA... AMORE MIO

**IMPrensa ANARQUISTA E COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA
EM TEMPOS DE CONSENSO NEOLIBERAL (1991-2011)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História Contemporânea.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. CARLOS AUGUSTO ADDOR – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Profª. Dra. ISMÊNIA DE LIMA MARTINS
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. DANIEL AARÃO REIS FILHO
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. ALEXANDRE RIBEIRO SAMIS
Colégio Pedro II

Profª. Dra. ÂNGELA MARIA ROBERTI MARTINS
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Suplentes:

Profª. Dra. RENATA TORRES SCHITTINO (UFF)
Prof. Dr. CARLO ROMANI (UNIRIO)

Dedico à Erika – amor para toda a vida.

E aos meus pais, Ana Maria e Orlando (*in memoriam*),
que me deram apoio e incentivo para eu realizar meus projetos.

AGRADECIMENTOS

Talvez não haja como fugir da seguinte frase-clichê: “Não há espaço suficiente para agradecer a todos que me ajudaram no processo de elaboração desta tese”. Mas é a mais pura verdade. Considerando que este trabalho é resultado não apenas dos quatro anos de doutorado – mas também de todo o tempo anterior, iniciado na primeira graduação em Comunicação Social/Jornalismo, passando pela graduação e pelo mestrado em História – posso dizer que, realmente, não conseguirei citar os nomes de todas as pessoas que me ajudaram a chegar aqui, neste resultado “final”... sempre inacabado, sempre aberto.

Entretanto, há parceiros de jornada que contribuíram de maneira mais direta nestes últimos anos de pesquisa. Não posso deixar de expressar meu agradecimento e profunda admiração por todos eles.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador Carlos Augusto Addor. Mais do que orientador, um professor e amigo que acompanha meus estudos sobre anarquismo desde 2004, quando nos conhecemos no Colóquio Internacional sobre Movimento Operário Revolucionário, realizado na UERJ. Naquela ocasião, numa palestra proferida por ele, fiz-lhe uma pergunta sobre as possíveis relações entre o anarquismo e os movimentos dos anos 1960. Começava ali a se desenhar o tema de minha pesquisa de mestrado. Na graduação, Addor foi meu professor em duas disciplinas que trouxeram temas como anarquismo, Primeira República, Lima Barreto, entre outros. No Grupo de Estudos do Anarquismo (GEA), ligado ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC/UFF), foi colega em debates sempre enriquecedores. No mestrado, teria sido certamente meu orientador – contudo, ele ainda não fazia parte do

corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Muito bom que, agora, no doutorado, pude contar com sua orientação inteligente, embasada e cordial. Ele me deu total liberdade para produzir o texto, sem se esquivar de fazer importantes críticas e sugestões. Mas, sobretudo, respeitou minha marca autoral, meu estilo. Foi ainda um atento vigilante dos prazos, sempre me lembrando sobre a realização das etapas exigidas pelo Programa. Suas advertências serviram como alerta para me fazer acordar nos momentos em que me perdi em devaneios e procrastinações. Foi, sem dúvida, um privilégio poder contar com a orientação de um dos maiores pesquisadores do anarquismo brasileiro.

Agradeço muitíssimo a Renato Ramos, outro amigo fraterno que conheci em 2004. Posso dizer que a ideia desta pesquisa surgiu de um bate-papo que tive com ele, na Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL), em Vila Isabel. Num momento da conversa, Renato falou de dois temas que poderiam "dar samba" numa pesquisa de doutorado: abordar a presença anarquista durante a ditadura (1964-85) ou contar a história do informativo *Libera*, que se tornara o jornal anarquista brasileiro mais longevo em termos de publicação ininterrupta. Resolvi apostar nessa sua segunda dica e elaborar um projeto de pesquisa, que foi aprovado pelo PPGH e, hoje, materializa-se nesta tese. Renato é um incansável comunicador anarquista, sendo um dos fundadores do *Libera*, participando de todas as edições. Acostumado à longa temporalidade do planeta – já que é professor de Geologia na UFRJ – Renato também contribui para preservar a memória do tempo mais breve com o qual nós, historiadores do anarquismo, estamos acostumados a lidar.

Outro companheiro a que devo muito é Alexandre Samis, mais uma referência entre os historiadores do anarquismo no país. Alexandre reúne duas

qualidades que admiro: é um intelectual de alta estirpe, dono de um texto impecável, e um militante incansável, engajado nas lutas de seu tempo. Com humildade, compartilha seu saber, incentiva os mais jovens e está sempre aberto ao debate cordial de ideias. Tive o privilégio de contar com sua presença nas bancas de qualificação e de defesa – algo que se materializou, sem dúvida, nas melhorias que fiz no texto final a partir de suas sugestões. E como este é um trabalho em que múltiplas identidades se relacionam, além de amigo e avaliador, também foi personagem da história aqui contada, compartilhando suas memórias no depoimento que me concedeu.

Não posso deixar de agradecer também aos professores que participaram das bancas de avaliação desta pesquisa. Nesse sentido, foi um privilégio poder contar com Ismênia de Lima Martins, Professora Emérita da UFF. Fiz graduação e mestrado na instituição, mas nunca havia sido aluno de Ismênia. No doutorado, felizmente, tive o prazer de enfim conhecê-la e frequentar as produtivas e bem-humoradas aulas da disciplina Metodologia (Cultura e Sociedade). Suas sugestões nos campos da história oral e da história da imprensa foram fundamentais nesta tese. Além disso, o trabalho final em seu curso ajudou na construção do primeiro capítulo. Por fim, seus apontamentos sobre teoria e metodologia – na qualificação e na defesa – ajudaram a refinar a redação final.

Agradecimentos também ao professor Daniel Aarão, que participou da banca de defesa. Ele foi outra presença mais do que qualificada para avaliar este trabalho, pois, além de especialista renomado na história das esquerdas, há tempos vem acompanhando e incentivando pesquisas sobre anarquismo na UFF. Foi importante o seu papel no GEA/NEC, ajudando a produzir os dois volumes do livro *A História do Anarquismo no Brasil*.

Por fim, foi uma honra ter em minha banca de defesa outra pesquisadora de referência na área do anarquismo: a professora Angela Maria Roberti Martins, da UERJ. Agradeço imensamente à colaboração dessa docente, que contribuiu com seu conhecimento justamente na área em que desenvolvo minhas pesquisas: a imprensa libertária.

Obrigado também aos professores Carlo Romani (UNIRIO) e Renata Schittino (UFF), que foram suplentes na banca de defesa. E ainda ao professor Jean Sales (UFRRJ), que aceitou prontamente o convite para participar, mas não pôde devido a um compromisso previamente agendado.

Muito obrigado a todos companheiros da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), da Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL), do Centro de Cultura Social (CCS-RJ) e do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa (NPMC), os quais tive o prazer de conhecer também em 2004 e que, desde então, contribuíram muito em todas as minhas investigações sobre imprensa libertária. Não conseguirei citar todos, mas seguem alguns nomes.

Um agradecimento especial ao jornalista e pesquisador Milton Lopes, mais um “monstro” que generosamente compartilhou seus conhecimentos e memórias, especialmente em meu trabalho de mestrado.

Obrigado a Gabriel Amorim, que deu um depoimento muito rico sobre o processo de produção do *Libera*. Além do agradecimento, também um parabéns por seu trabalho como diagramador, ajudando a melhorar o projeto gráfico do jornal – afinal, ao lado do conteúdo, a forma também é importante no processo de comunicação.

Agradeço ainda aos companheiros Rafael Deminicis, Rafael Viana e Robledo Mendes, com os quais compartilhei bons momentos – como na organização de

eventos, discussões de textos e alguns atos nas ruas do Rio de Janeiro. Um obrigado em dobro para Robledo, que marcou presença em minha banca de defesa e ainda tirou algumas fotografias. Graças a ele, terei as imagens para a posteridade. Valeu, amigo!

Obrigado também a outros professores que me ajudaram, desde a graduação, a enveredar pelas searas da pesquisa acadêmica. Agradeço especialmente a Marcelo Badaró, que em sua disciplina sobre Metodologia auxiliou na montagem do projeto que submeti à seleção do mestrado; a Adriana Facina (hoje na UFRJ), minha orientadora na dissertação; aos professores Ana Enne (Comunicação/UFF) e Fernando Dumas (Fiocruz), que compuseram a banca de defesa. E a todos os docentes e servidores técnicos da área de História da UFF, e também do Instituto de Artes e Comunicação (IACS/UFF), onde iniciei minha vida acadêmica.

Por fim, muito obrigado aos amigos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde trabalho como servidor técnico-administrativo, no cargo de jornalista. Agradecimentos especiais ao Programa Institucional de Capacitação de Docentes e Técnicos (PICDT), que me permitiu tirar uma providencial licença já na fase final do doutorado. Agradeço também aos colegas da Coordenadoria de Comunicação Social da UFRRJ, que “seguraram a barra” na minha ausência.

RESUMO

O tema desta tese é o periódico *Libera... Amore Mio*, publicado no Rio de Janeiro, a partir de 1991, por indivíduos identificados com os princípios teóricos e práticos do anarquismo. Fundado como informativo do Círculo de Estudos Libertários (CEL) – um coletivo que promovia, semanalmente, palestras e discussões de textos – o periódico tornou-se, posteriormente, veículo de comunicação da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), criada em 2003. A partir da análise desta publicação, são investigadas duas questões principais. Primeiro, o *modus operandi* do jornal. Nesse sentido, avalia-se que tipo de jornalismo era praticado pelos editores e colaboradores; como eram feitas as edições; e quais as diferenças em relação à prática jornalística dos meios de comunicação corporativos, de tendência liberal-burguesa. O segundo questionamento se confunde com o próprio fazer jornalístico: saber como se caracterizou a ação social desses sujeitos históricos; qual a inserção desse coletivo na sociedade civil; onde seus membros militavam politicamente; que relação (ou tensão) mantinham com movimentos sociais urbanos e outras correntes de esquerda; e quais suas propostas políticas frente ao quadro de “consenso neoliberal” compartilhado por boa parte dos Estados latino-americanos na virada dos séculos XX e XXI.

Palavras-chave: Anarquismo; Imprensa; Contra-hegemonia

ABSTRACT

The theme of this thesis is the anarchist newspaper *Libera... Amore Mio*, published in Rio de Janeiro. From the analysis of this publication, two main issues are investigated. First, the *modus operandi* of the newspaper, this is, what kind of journalism was practiced by editors and collaborators. The second questioning is to know how the social action of these historical subjects was characterized and what was their political proposals in the context of the neoliberal hegemony at the turn of the twentieth and twenty-first centuries.

Keywords: Anarchism; Media; Counter-hegemony

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz do filme “Libera, amore mio!”	108
Figuras 2 e 3 – Os dois primeiros cabeçalhos do <i>Libera</i>	110
Figuras 4 e 5 – Capa e contracapa da primeira edição.....	112
Figuras 6 e 7 – Duas variações da logomarca do CEL.....	121
Figuras 8 e 9 – Capa e contracapa da edição 3	141
Figura 10 – Charge utilizada no <i>Libera 4</i>	143
Figura 11 – Capa da revista <i>Veja</i> de 17 de julho de 1991.....	145
Figura 12 – Reunião no evento 'Outros 500', em 1992.....	156
Figura 13 – Anarquistas do CEL na Quinta da Boavista, em ato no 1º de maio.....	159
Figuras 14 e 15 – Desenho de Guy Fawkes, um dos símbolos do <i>Libera</i>	161
Figuras 16, 17 e 18 – Frases da seção “Nas bocas...”	162
Figura 19 – Primeira fotografia publicada no <i>Libera</i> , em janeiro de 1993.....	164
Figuras 20 e 21 – Charges publicadas no <i>Libera 32</i> (jan.1994).....	170
Figura 22 – Capa do <i>Libera 46</i> (mar.1995).....	187
Figura 23 – Ilustração de capa do <i>Libera 80</i>	205
Figura 24 – Charge publicada no <i>Libera 97</i> (nov.-dez. 1999).....	206
Figura 25 – Desenho que ilustra matéria sobre internet (abr.1997).....	225
Figura 26 – Capa da edição que anuncia a morte de Ideal Peres.....	235
Figura 27 – Uma das reuniões do Círculo de Estudos Libertários (CEL).....	235
Figuras 28 e 29 – Página na qual foi publicado o texto “Chiste libertário” e o detalhe da figura que o ilustra.....	254
Figuras 30 e 31 – Detalhe do cabeçalho e capa da centésima edição do <i>Libera</i>	256
Figura 32 – A verve satírica do <i>Libera</i> não perdoou o episódio dos “dólares na cueca”, um dos mais anedóticos do escândalo do Mensalão, em 2005.....	276

Figura 33 – Manifestante segura bandeira da FARJ.....	284
Figura 34 – Palestra de Eduardo Colombo.....	319
Figura 35 – Edição sobre congresso da FARJ.....	322
Figuras 36 e 37 – Capas das edições 118 e 119.....	329
Figuras 38 e 39 – Cabeçalhos das edições 118 e 119.....	330
Figura 40 – O tiê-sangue passa a representar a FARJ.....	331
Figura 41 – Guy Fawkes passa a ocupar o rodapé da página 4.....	331
Figura 42 – Anarquistas que participaram da fundação da FARJ (<i>Libera</i> 119).....	332
Figura 43 – Novo cabeçalho.....	334
Figura 44 – Cabeçalho da edição 136.....	335
Figuras 45 a 48 – Novo projeto gráfico.....	336 e 337
Figura 49 – Capa principal da edição 150 (mai.-jun.-jul.2011).....	348
Figura 50 – Capa da edição comemorativa.....	349
Figura 51 – Cabeçalho da edição comemorativa.....	349
Figura 52 – Todos os logotipos do <i>Libera</i>	351

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 16

1. ANARQUISMO, COMUNICAÇÃO E CONTRA-HEGEMONIA, 42

1.1. Anarquismo e comunicação, 46

1.2. Comunicação anarquista no Brasil, 59

1.2.1. Alguns exemplos da propaganda libertária na Primeira República (1889-1929), 59

1.2.2. Propaganda libertária no Brasil entre 1930 e 1964, 82

1.2.3. Comunicação ácrata em tempos de ditadura (1964-1985), 94

2. NASCE O *LIBERA...AMORE MIO*: UMA CRÍTICA LIBERTÁRIA À ACEITAÇÃO ACRÍTICA DA ORDEM NEOLIBERAL (1991-1995), 103

2.1. E o “breve século XX” chega ao fim, 107

2.2. As raízes do *Libera*, 124

2.3. *Libera* na onda da década, 134

2.4. A *Rede de Informações*, 155

2.5. Forma e conteúdo afinados para divulgar o anarquismo, 169

2.6. “Rachas” internos e primeiros passos do *especificismo*, 180

3. DO LOCAL AO GLOBAL: O *LIBERA* E OS MOVIMENTOS ANTICAPITALISTAS NO BRASIL E NO MUNDO (1995-2000), 193

3.1. O *Libera* diante da conjuntura *fin de siècle*, 196

- 3.2. Persistência para manter a resistência, 211
- 3.3. Anarquistas e ciberativismo, 221
- 3.4. Construção da identidade, disputas de sentido e luta pela inserção social, 233
- 3.5. Com humor, rumo ao centésimo *Libera*, 251

4. *LIBERA*, 2000-2011: ANARQUISMO PARA O SÉCULO XXI, 258

- 4.1. O *Libera* chega ao século XXI: alguns aspectos do contexto social-histórico entre 2000 e 2011, 262
- 4.2. Anarquismo em ação: os trabalhos de inserção social do CELIP/FARJ, 279
- 4.3. Rugas, rupturas e avanço do “anarquismo especificista”, 297
- 4.4. O papel e o ciberespaço: alterações editoriais e uso da internet como ferramenta de comunicação, 324
- 4.5. O mais longo da história: o *Libera* comemora 20 anos de publicação ininterrupta, 346

CONCLUSÃO, 356

BIBLIOGRAFIA, 365

INTRODUÇÃO

“Os seres humanos se definem, antes de mais nada, não por serem racionais, mas por serem providos de uma imaginação radical.”

Cornelius Castoriadis

“A arte e a revolta só morrerão com o último homem.”

Albert Camus

O tema central desta tese é a história do periódico anarquista *Libera*. Publicado no Rio de Janeiro a partir de 1991, o jornal foi lançado como informativo do Círculo de Estudos Libertários (CEL), um coletivo que promovia palestras e discussões de textos. Posteriormente, tornou-se veículo de comunicação da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), fundada em 2003. Ainda em atividade, o *Libera* conseguiu atingir uma marca notável: é o jornal anarquista brasileiro mais duradouro da história, tendo chegado, em 2016, aos 25 anos de publicação ininterrupta.

O recorte cronológico proposto nesta pesquisa engloba os 20 primeiros anos de história do informativo – 1991 a 2011 – que correspondem a 150 números. Propus analisar essas edições a partir de dois objetivos principais:

Primeiro, avalio como era o *modus operandi* do periódico, ou seja, que tipo de jornalismo era praticado pelos editores e colaboradores. Por conseguinte, interessa-me saber o que torna o jornalismo anarquista diferente das práticas jornalísticas dos meios de comunicação corporativos, de tendência liberal-burguesa. Também busco comparar, brevemente, alguns aspectos dessa imprensa anarquista da virada dos séculos XX-XXI com outras experiências editoriais ácratas na história do Brasil republicano. Por fim, analiso em que perspectiva seus editores interpretavam os principais acontecimentos político-sociais do recorte cronológico proposto (1991-2011).

O segundo questionamento emerge do próprio *fazer jornalístico*, sendo impossível dissociar um do outro. Assim, a partir da análise do discurso publicado no informativo, identifico a ação social desses sujeitos históricos na sociedade civil, no território urbano. Com isso, pretendi refletir sobre como práticas e ideias oriundas da tradição anarquista foram reivindicadas e ressignificadas por um determinado grupo social, numa determinada época e sujeito a um contexto local, mas também interagindo

internacionalmente – em tempos de globalização e veloz disseminação das tecnologias da informação.

Nesse segundo questionamento, foco nas experiências de inserção social desse coletivo; identifico onde seus membros militavam politicamente (considerando a recusa anarquista da ação partidária ou em instâncias parlamentares burguesas); avalio que relação (ou tensão) mantinham com movimentos sociais urbanos e outras correntes da esquerda, além do próprio campo libertário; e investigo quais suas propostas políticas frente ao quadro de “consenso neoliberal” compartilhado por boa parte dos Estados latino-americanos na virada dos séculos XX e XXI.

O tema desta tese é original no que concerne a pesquisas acadêmicas nos campos da história do anarquismo e das esquerdas no Brasil.¹ Num levantamento bibliográfico preliminar, não foi encontrado nenhum trabalho que tome o *Libera* como objeto de análise. Identifiquei, no entanto, duas dissertações que utilizam o periódico como fonte de investigação complementar aos temas centrais dessas pesquisas.

O trabalho de Mariana Affonso Penna (2010) explora uma temática bem próxima à minha. No estudo, a autora analisa movimentos atuais no Rio de Janeiro que adotam práticas socialistas libertárias, orientadas pela ação direta, horizontal, autônoma e autogestionária. A FARJ encontra-se entre as organizações por ela investigadas, ao lado do Acampamento Maria Júlia Braga e da Frente de Luta Popular. Uma das fontes primárias utilizadas por ela foi o *Libera*, conforme a autora relata:

A pesquisa se deu principalmente nos acervos da Biblioteca Social Fábio Luz, com destaque para a coleção de jornais sobre as ocupações (assim como alguns documentos e processos) e para os **exemplares de periódicos de coletivos libertários, tais como o *Libera* e *O***

¹ Estou considerando apenas o âmbito acadêmico. Fora dele, a história do *Libera* já foi contada nas páginas do próprio informativo (geralmente em edições comemorativas) e também pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro em seus *Cadernos de Formação* (FARJ, 2007). Estas fontes serão citadas a seguir, ao longo dos capítulos desta tese.

Mutirão. Além dessas fontes eu também possuía um acervo pessoal, assim como tive acesso direto a todos os registros, documentos, processos e jornais do Acampamento Maria Júlia Braga, movimento do qual eu era participante (PENNA, 2010, p.22. Grifos meus.).

Sua ampla consulta ao periódico (do número 1 ao 143), ajudou-a a traçar um histórico da trajetória de militantes libertários no Rio. Contudo, o *como fazer* do periódico não foi o foco de sua pesquisa. Daí que meu trabalho acrescenta um novo elemento: a análise do *Libera* como objeto em si, não apenas como fonte para compreender outras questões.

Outra pesquisa que também descreve movimentos atuais de resistência anticapitalista é a dissertação de Alessandro de Oliveira Campos (2007). Tendo como referência a área da Psicologia Social, ele tratou da identidade dos ativistas autonomistas do Movimento de Resistência Global, tecendo “reflexões sobre as diferentes possibilidades de fazer política além das instituições e partidos tradicionais” (CAMPOS, 2007, p.6). Mas o que chamou a atenção em sua dissertação foi a referência ao *Libera*, quando Alessandro cita um artigo publicado no número 112 do periódico (maio-junho de 2002). Porém, ao contrário do que faz Mariana Affonso Penna, o contato do autor com o informativo foi pontual, resumindo-se a este único exemplar.

Um dos objetivos desta tese, portanto, é revelar uma nuance pouco conhecida da história das esquerdas e dos movimentos contra-hegemônicos no país, trazendo à tona um tema ainda inexplorado pela historiografia. O trabalho também pretende ser uma contribuição ao campo da história da imprensa anarquista no Brasil.

Claro que o quantitativo de pesquisas que se utilizam da imprensa anarquista – como fonte ou objeto – já representa um bom volume na bibliografia especializada. Entretanto, é patente que o grande foco da historiografia ainda recai sobre

o período de maior inserção social do anarquismo no Brasil: a Primeira República (1889-1929). Assim, permanece reduzido o número de obras que têm como objeto a atuação de anarquistas em período posterior.²

Na história da imprensa, portanto, é notória a tradição anarquista na publicação de jornais contra-hegemônicos, com exemplos que remontam ao início do século passado, no bojo das organizações de trabalhadores urbanos. Muitos operários tipógrafos – como Edgar Leuenroth (1881-1968) e Florentino de Carvalho (1889-1947) – editaram impressos para difundir a ideologia e persuadir elementos do heterogêneo movimento sindical da época. Como um motor a impulsionar tais experiências, havia a necessidade de romper o discurso dos veículos burgueses a fim de informar, conscientizar e propagar os ideais libertários.³

Por conta dessa tradição, nosso olhar sobre o *Libera* também será levado a uma comparação com o passado da imprensa anarquista e/ou operária.⁴ É óbvio que o

2 Todavia, alguns trabalhos têm se debruçado sobre a presença da militância libertária em tempos mais recentes, colaborando, dessa forma, para o enriquecimento da historiografia das esquerdas e dos movimentos sociais de resistência anticapitalista. São pesquisas que evidenciam objetos pouco estudados ou ignorados pelos historiadores sociais. Nessa linha, acrescentaria minha própria dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2007). Ela foi motivada, em parte, por esse incômodo silêncio da academia diante da presença anarquista nos movimentos sociais de décadas mais próximas. Uma curiosidade que também surgiu após tomar contato com afirmações como a de George Woodcock, que comentou sobre o renascimento das ideias ácratas nos anos 60 do século passado: “[...] entre 1939 e 1961 o anarquismo não desempenhou nenhum papel notável nos assuntos de qualquer país. **Dessa década em diante, porém, as ideias do anarquismo tornaram a emergir, rejuvenescidas, para estimular os jovens em idade e espírito a tumultuar o *establishment* da direita ou da esquerda.** (WOODCOCK, 1984, p.203. Grifos meus.). No primeiro capítulo desta tese, falarei mais detalhadamente de pesquisas que investem no anarquismo pós-anos 30.

3 “O que resulta de significativo na existência da imprensa operária é o fato de que ela estará sempre ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora [...]. **O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização [...].** (FERREIRA, 1988, p. 6. Grifos meus.).

4 É importante perceber as diferenças entre imprensa anarquista e imprensa operária. Como ressaltaram Marcos A. S. Rodrigues e Rafael V. Silva, os termos foram utilizados de forma indistinta por pesquisadores entre as décadas de 1970 e 1990. Contudo, mesmo que intimamente relacionadas, essas impressas “possuem suas próprias linguagens e representações” (RODRIGUES, In: ADDOR, DEMINICIS, 2009, p.174). Assim, a imprensa anarquista “está conectada intimamente a determinados círculos, grupos ou organizações anarquistas, revelando suas estratégias” (SILVA, 2014, p.97); já a imprensa operária é necessariamente mais ampla, trazendo “questões ligadas às entidades de classe e às demandas dos trabalhadores de uma determinada categoria profissional” (Id. p.98). Mas é certo que militantes anarquistas gravitaram por ambos os tipos de imprensa e alguns deles eram diretores tanto de jornais anarquistas como operários.

contexto sócio-histórico, as motivações e os personagens se modificaram sensivelmente – afinal, falamos de um intervalo de, mais ou menos, um século entre os dois fenômenos. No *Libera*, os editores já não são operários, mas integrantes de camadas médias urbanas – estudantes, jornalistas, professores, funcionários públicos, empregados do setor de serviços, etc. – que *ressignificam*, na virada dos séculos XX e XXI, princípios e práticas do anarquismo. Os anarquistas da virada do milênio não possuem o chamado *vetor social* de outros tempos,⁵ mas são influenciados por tais ideias, reinterpretando-as em seu próprio tempo.

Em termos metodológicos, dois caminhos foram tomados por este trabalho: a *interpretação crítica da fonte escrita* e a *realização de entrevistas* com indivíduos que fizeram ou ainda fazem parte do coletivo editorial do *Libera*.

O recorte cronológico incidiu sobre a marca de 20 anos de publicação ininterrupta do *Libera*, o que representou um recorde na história da imprensa anarquista brasileira. A leitura das 150 edições que compõem o período proposto foi orientada pelas

5 A expressão “vetor social” faz referência à inserção quantitativamente significativa de militantes ácratas nos meios proletários, que se deu até o começo da década de 1920, conforme explica o historiador Alexandre Samis: “Certo é que, salvo as divergências de natureza teórica ou mesmo de encaminhamento ideológico, os historiadores do período da República Velha e do comportamento operário concordam que **a hegemonia do anarquismo no seio da classe se deu até o início dos anos 20.**” (SAMIS, 2001, p.19. Grifos meus.).

Mas há certa divergência na historiografia sobre a força do anarquismo no Brasil durante a Primeira República. Alguns historiadores – como Edilene Toledo (2004) – argumentam que o anarco-sindicalismo não foi predominante no movimento operário brasileiro; para ela, a hegemonia caberia ao chamado *sindicalismo revolucionário*. Sua interpretação busca contestar leituras anteriores, como a de Sheldon Leslie Maram, que considerou o anarco-sindicalismo como “a força ideológica mais influente no movimento operário brasileiro”, acrescentando ainda que os representantes dessa corrente “constituíram a espinha dorsal da liderança militante, **tendo editado a maioria dos jornais operários e dominado as atividades e a organização dos sindicatos.**” (MARAM, 1979, p.73. Grifos meus.).

Mergulhar nessa discussão foge de nossos objetivos. Todavia, vale citar a argumentação do mesmo Alexandre Samis. Ele busca refutar a tendência historiográfica que minimiza a importância dos anarquistas, chamando a atenção para as inter-relações entre anarquismo e sindicalismo revolucionário: “Embora a recente historiografia [...] tenha promovido um novo olhar sobre o sindicalismo anarquista, intentando separar o sindicalismo revolucionário da participação do anarquismo nas questões classistas, é sintomático o fato de o primeiro ter entrado em crise na mesma oportunidade da perda de visibilidade do segundo. [...] **o sindicalismo revolucionário foi uma ferramenta, antes de tudo, utilizada por trabalhadores que pretendiam uma transformação da sociedade. Era uma metodologia a serviço da mudança [...]. Nesse aspecto, os anarquistas destacaram-se na aplicação do método [...].**” (SAMIS. In: COLOMBO et. al., 2004, p.178. Grifos meus.).

duas questões colocadas inicialmente. Ou seja: a partir de uma seleção dos textos publicados, pretendeu-se avaliar o fazer jornalístico, as estratégias de comunicação e as reflexões sobre a mídia presentes no conteúdo do informativo; por outro lado, a proposta também foi averiguar, ainda com base nos textos, como era a ação social dos anarquistas do *Libera*, que redes eram por ele estabelecidas e que tensões eram enfrentadas na relação com outros grupos. Na leitura da fonte primária, foi-me útil o instrumental metodológico da Análise do Discurso, uma abordagem da Linguística que trabalha a relação língua-discurso-ideologia, considerando a *materialidade da produção simbólica e a linguagem como fenômeno social* (e não abstrato).⁶

Tratando de tema cujos personagens ainda se encontram vivos, tornou-se importante recorrer a algumas entrevistas para preencher lacunas surgidas da análise da fonte impressa. Nesse aspecto, buscou-se orientar a coleta de depoimentos com base em alguns procedimentos metodológicos do campo da História Oral. Um deles foi o chamado “ponto de vista antropológico”, conforme alude Alessandro Portelli (In: FERREIRA; AMADO, 1998), no qual as representações de um grupo de indivíduos interessariam mais do que a “verdade dos fatos”. Ademais, a própria dinâmica envolvendo *fatos e representações* nos impede de estabelecer fronteiras rígidas, ou de considerar menores as memórias produzidas pelos principais sujeitos sociais do contexto abordado. Pois...

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. (Id. p.111.).

⁶ No capítulo 2, veremos com mais detalhes alguns apontamentos teórico-metodológicos da análise de discurso.

Também utilizei, em parte, a metodologia de Paul Thompson, notadamente nas técnicas de entrevista de “história de vida”, buscando de meus entrevistados a trajetória biográfica geral, mas privilegiando a fase do período do estudo. Dessa forma, evitei questionários fechados, realizando “não propriamente uma ‘entrevista’, mas uma ‘conversa’ livre em que a ‘pessoa’, o ‘portador-de-tradição’, (...) é ‘convidado a falar’ sobre um assunto de interesse comum” (THOMPSON, 1992, p.257).

Na avaliação dos depoimentos, atentei-me para as reflexões no campo da História Oral, como as citadas por Ciro F. Cardoso. Entre os temas abordados, ele fala da construção da memória coletiva, descrita como:

[...] um conjunto de elementos estruturados que aparecem como recordações, socialmente partilhadas, de que disponha uma comunidade sobre sua própria trajetória no tempo, construídas de modo a incluir não só aspectos selecionados, reinterpretados e até inventados dessa trajetória como, também, uma apreciação moral ou juízo de valor sobre ela. (CARDOSO, 2005, p.17).

Ele cita uma série de entrevistas com metalúrgicos aposentados na França, realizada pelos pesquisadores Lequin e Metral, em 1980.⁷ Para estes, haveria três níveis de memória: a *individual* (que opera no cotidiano), a *comum* (própria de um grupo que evoque seu passado) e a *coletiva* (que requer uma reconstrução institucional no interior do grupo). A coexistência entre elas, segundo Ciro, pode provocar conflito e contradição, como, por exemplo, a imposição institucional de determinada versão da memória coletiva, que pode servir de base à hegemonia de determinado grupo.

São reflexões que foram úteis na abordagem de nosso objeto, principalmente se levarmos em conta o caráter dialético da relação presente/passado na

⁷ LEQUIN, Yves; METTRAL, Jean. “À la recherche d’une mémoire collective: les metallurgists retraités de Givors. *Annales, E.S.C.*, 35, pp. 149-63, 1980. (Apud CARDOSO, 2005, p. 18).

construção das memórias dos sujeitos sócio-históricos em foco. Nesse sentido, “[...] o presente depende em muito do passado, mas **a retenção e reconstrução do passado se dão no presente e nele estão ancoradas**, pelo qual, entre outras consequências, existirão sempre, simultaneamente, 'memórias herdadas' e 'memórias inventadas’”. (Id. p.20. Grifos meus.).

Ao abordar um jornal lançado a partir de 1991, e ouvir os depoimentos de personagens envolvidos em sua editoração, pode-se dizer que a tese se inscreve também no âmbito da chamada “história do tempo presente”. Tal campo surge no contexto europeu (especificamente francês) do pós-Segunda Guerra. Sua consolidação institucional se deu com a fundação do Instituto de História do Tempo Presente, em Paris, no final dos anos 1970.

De acordo com Henry Rousso, a história do tempo presente “concerne o passado próximo, aquele para o qual existem ainda atores vivos.” (Apud. ADDOR, 2012, p.34). O historiador francês refuta algumas objeções contra a história do tempo presente, tais como: a) a falta de um “necessário recuo no tempo”, pois “somente eventos fechados seriam acessíveis ao conhecimento histórico”; b) a história do tempo presente estaria, mais do que outras, presa a paixões e conflitos ideológicos; e c) seria impossível tecnicamente, já que os arquivos não estariam disponíveis. Carlos Addor explica como Rousso vai derrubando ou relativizando tais objeções:

[...] H. Rousso vai desqualificando ou ao menos relativizando (inclusive em comparação com outros campos ou domínios do conhecimento histórico) cada uma dessas objeções ou armadilhas formuladas ou plantadas contra a história do tempo presente. Por exemplo, a história do comunismo não é hoje [anos noventa] mais ou menos “objetiva” do que fora antes da queda do Muro de Berlim e da desagregação da União Soviética. **As mesmas paixões, ou paixões muito semelhantes, continuam presentes, informando ângulos de análise, abordagens e orientando conclusões.** (ADDOR, 2012, p. 36. Grifos meus.).

Na mesma linha, Daniel Aarão Reis Filho, em apresentação de um dossiê sobre o tema, atesta a vitalidade da história do tempo presente, criticando “uma certa ilusão, ainda persistente em nossos dias, de que o historiador encontraria conforto e eficácia abstraído, abstraindo-se, das questões e dos debates do seu tempo”, para se dedicar apenas “aos objetos do passado que já passaram.” (REIS FILHO, 2004, p.11).

Derrubando o mito positivista da “objetividade dos fatos” – assim como já o fizeram grandes nomes da historiografia como March Bloch⁸ – a investigação do historiador (seja do “tempo presente” ou de tempos mais recuados) compartilha das mesmas relações e tensões entre o *sujeito observador* e o *objeto de pesquisa*. O que dará credibilidade científica ao trabalho é, sem dúvida, o instrumental teórico-metodológico, conforme aponta Daniel Aarão:

[*Esses historiadores*] **exploram o território do Presente** de forma própria, ousados, assumindo o risco de se enganar [...], **com os instrumentos específicos da História**, distinguindo-se de politólogos, sociólogos e jornalistas, embora mantendo com os mesmos proficuos diálogos, [...] procurando responder às crescentes demandas sociais das complexas sociedades contemporâneas, inquietas, em demanda de perspectivas e de sentido num mundo cada vez mais cambiante, instável e surpreendente – moderno. (Id. p.11. Grifos meus.)

Tratando de um tema do “tempo presente”, esta tese também se constrói na bifurcação em que se encontram a *história* e a *memória*. E mais do que tratar das memórias dos personagens principais da história do *Libera*, também comparecem aqui

8 No prefácio de *Apologia da História*, Jacques Le Goff comenta a batalha de Bloch contra a tendência positivista entre os historiadores – uma luta que seria a razão de ser e o grande legado da chamada Escola dos Annales: “O que March Bloch não aceitava em seu mestre Charles Seignobos, principal representante desses historiadores 'positivistas', era iniciar o trabalho do historiador somente com a coleta dos fatos, ao passo que uma fase anterior essencial exige do historiador a consciência de que o fato histórico não é um fato 'positivo', mas o produto de uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problema.” (LE GOFF. In: BLOCH, 2001, p.19).

as memórias do próprio pesquisador. Em determinado período do recorte em análise, este autor chegou a participar de alguns dos episódios narrados. Assim, suas próprias memórias interagem no mesmo processo em que busca produzir uma história (uma interpretação, dentre outras possíveis) sobre o objeto.⁹

Nesse ponto específico, convém ficarmos atentos às diferenças entre história e memória, assim explicadas por Carlos Addor (em diálogo com a obra de Rousso):

Embora tanto a história quanto a memória, enquanto processos de elaboração intelectual, sejam criações de um determinado tempo presente, há distinções fundamentais. O trabalho da memória, ou a memória como trabalho – e em especial a memória individual – é um processo essencialmente subjetivo, emocional, com uma forte carga afetiva ligando passado e presente. A história, ao contrário, constitui-se num trabalho basicamente racional, uma atividade de erudição [...] que busca (e precisa) se confrontar com a alteridade, compreendê-la e explicá-la, quer essa alteridade se localize cronologicamente no medievo europeu ou nos anos sessenta do século XX. (ADDOR, 2012, p.35).

As ligações da história com a memória coletiva, além da inevitável relação dos historiadores com seu contexto social imediato, também foram objetos das reflexões de Jean Chesneaux. Concordo com a argumentação desse autor, que compreende o conhecimento do passado como “um elemento ativo do movimento da sociedade, [...] uma articulação das lutas políticas e ideológicas, uma zona asperamente disputada” (CHESNEAUX, 1995, p.24). Nesse aspecto, é impossível não inserir a história na luta de classes, pois “ela nunca é neutra, nunca está acima da peleja.” (Ibid. p.24). E ainda:

Se o passado conta, é pelo que significa para nós. Ele é o produto de nossa memória coletiva, é o seu tecido fundamental. [...] Mas esse passado, próximo ou longínquo, tem sempre um sentido para nós. Ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado. O passado está presente em todas as esferas da vida social. **O trabalho profissional dos historiadores faz parte dessa relação coletiva e con-**

⁹ No capítulo 4, veremos com mais detalhe essa interação entre as identidades do *pesquisador-narrador* e do *pesquisador-personagem*.

traditória de nossa sociedade com seu passado. Nada mais é, porém, do que um aspecto particular, nem sempre o mais importante e jamais independente do contexto social e da ideologia dominante. (Ibid. p.22-23. Grifos meus).¹⁰

Contudo, ainda que as “paixões e conflitos ideológicos” sejam inerentes à relação entre investigador e objeto, tentei produzir um trabalho de história – “basicamente racional” e balizado numa “atividade de erudição” – não de memória. Um trabalho que se liga, em linhas gerais, a um paradigma *materialista-histórico*. Não entendido aqui como sinônimo de marxismo, mas como uma tradição mais ampla, nascida no contexto de luta de classes do século XIX (formação da Internacional, nascimento das ideias socialistas, tensões entre tendências e métodos). Nesse contexto, pensadores anarquistas como Bakunin e Malatesta também reforçaram a concepção teórico-prática que considera que a história se desenrola pela ação dos seres humanos em sociedade, num contexto de luta de classes, e que é preciso *entender a realidade para transformá-la*.¹¹

Nesse sentido, não negamos a potencialidade da história como *ciência*. Não uma ciência que se confunda com um dogma determinista, mas que nos possibilite um

10 Sobre memória e história, também consultar Seixas (2002; In: BRESCIANI et. al. 2004).

11 O anarquista russo Mikhail Bakunin, por exemplo, vai se colocar como materialista, conforme o trecho a seguir: “Nós, contudo, não acreditando nem em Deus nem na imortalidade da alma, nem na própria liberdade da vontade, afirmamos que a liberdade deve ser compreendida, na sua aceção mais completa e mais ampla, como a finalidade do progresso histórico da humanidade. Por um estranho, embora lógico, contraste, nossos adversários idealistas da teologia e da metafísica tomam o princípio da liberdade como fundamento e base de suas teorias, para concluir candidamente que a escravidão dos homens é indispensável. **Nós outros, materialistas em teoria, tendemos na prática a criar e a tornar durável um idealismo racional e nobre.** Nossos inimigos, idealistas divinos e transcendentais, caem no materialismo prático, sanguinário e vil, em nome da própria lógica, segundo a qual cada desenvolvimento é a negação do princípio fundamental. **Estamos convencidos de que toda a riqueza do desenvolvimento intelectual, moral e material do homem, assim como sua aparente independência, é o produto da vida em sociedade.**” (BAKUNIN, s.d. Grifos meus).

Entretanto, segundo Fabrício Pinto Monteiro, Bakunin vai propor uma leitura materialista distinta em alguns aspectos das propostas enunciadas por Karl Marx. Dessa forma, o materialismo de Bakunin consideraria “a criação das subjetividades políticas como inseparáveis das relações sociais vividas pelos indivíduos” (MONTEIRO, 2013, p.280) – diferentemente de um materialismo excessivamente objetivista e determinista, gerador de “teorias sociais que se pretendam de validade universal, tidas como 'puras' e isentas das influências subjetivas das próprias transformações históricas e especificidades sociais que se propõem analisar.” (Id. p.240).

conhecimento satisfatório (porém, sempre aberto e parcial) do *real*, a fim de que possamos, com base nesse conhecimento, interferir para a transformação qualitativa do espaço social-histórico.

Vai ser numa perspectiva materialista que abordaremos o conceito de *cultura*. Ele é central nesta pesquisa, pois o objeto (jornal) pode ser enquadrado como um produto ideológico, discursivo, detentor de valores simbólicos. Contudo, não irei compreender tal categoria de forma estanque, sem uma relação dialética com outras esferas da realidade social.

Cultura é um termo polissêmico, ou seja, que apresenta variadas significações. Busca-se aqui seguir uma linha teórica distinta do que se habituou a chamar de “culturalismo”, isto é, uma perspectiva epistemológica que superdimensionaria o peso da “cultura” (entendida aqui em seu sentido mais *antropológico*, como algo mais ligado ao campo das representações, a padrões de comportamento, a simbologias etc.) nos acontecimentos históricos, tornando secundários (ou até mesmo nulos) os fatores econômicos, sociais e políticos. Pelo contrário, procurei dar pesos iguais às diversas esferas.

Concordo com as concepções de teóricos que trabalharam esse conceito não descolado do entorno social, das esferas políticas e econômicas. Aijaz Ahmad, por exemplo, compreende *cultura* em conexão com outros aspectos: conflito de classes, nacionalismo, imperialismo etc. Isso fica claro no trecho seguinte:

Metodologicamente, observo o protocolo que Raymond Williams especificou certa feita, quando propôs que a tarefa essencial de uma teoria cultural materialista é fornecer uma explicação da forma cultural e da formação social num único gesto (...). **Não respeitei fronteiras disciplinares porque não creio que a política ou a história seja simplesmente um pano de fundo para questões de cultura e literatura, nem que a literatura e a cultura sejam meramente efeitos da história e da política.** (...) A história cultural não é, em outras palavras, nem um mero efeito da história política nem completamente independente dela. (AHMAD, 2002, p.12. Grifos meus.).

Ahmad cita Raymond Williams (1979), que teve o mérito de esboçar uma história do conceito *cultura*, desde seu antigo sentido de “crescimento e cuidado de colheitas e animais” até sua atomização em duas perspectivas: uma mais sociológica e antropológica; e outra ligada ao processo artístico, à “vida intelectual”.

Williams discute o termo *historicamente*, expondo sua trajetória problemática ao longo do tempo. Para ele, uma análise cultural *séria* necessita dessa consciência histórica. Assim, ele nos conta que as formulações contemporâneas da palavra são recentes. “Cultura” costumava significar “crescimento”/”cuidado” de colheitas, animais e/ou das faculdades humanas.

Todavia, “cultura” não é uma entidade autônoma do meio social, flutuando sobre os conflitos e tensões de classe. Logo, para compreendermos esse conceito devemos discutir também “sociedade” – que inicialmente significava “companheirismo”, “associação” – e “economia” – primeiro, “administração de uma casa” e, depois, “da comunidade”. No desenvolvimento histórico, os três conceitos se interpenetram.

Há uma importante bifurcação no sentido de “cultura”, ora encarada como um “processo íntimo” (“artes”/ “subjetividade”), ora como “modos de vida totais”. O primeiro correspondendo ao senso comum, ou ao sentido dado pelos “cadernos culturais” da imprensa; e o segundo alimentando tanto perspectivas teóricas “culturalistas” (nas quais o tal “modo de vida”, tendendo a um estruturalismo a-histórico, seria o fator preponderante nas análises sociais) quanto abordagens histórico-materialistas – incluindo aí as do próprio Williams e de E.P. Thompson.

Cornelius Castoriadis, outro perspicaz observador da realidade contemporânea, também procurou um entendimento do mundo levando em conta a interpenetração de aspectos simbólicos, sociais e históricos. Ele afirma que o mundo social-histórico é o mundo dos sentidos, das significações – ou seja, o que poderíamos generalizar como *cultura*. Mas note-se que o mundo em questão é “social-histórico”: se é um “mundo dos sentidos”, são sentidos constituídos em *sociedade* e ao longo da *história*. O que chamaríamos de “cultura oficial” seria composto, segundo Castoriadis, por *formas instituídas*, transmitidas à coletividade e alcançando o âmago do psiquismo humano. A partir de nossas ações concretas, simultaneamente *constituímos* e *somos constituídos* pela cultura, pela sociedade em que vivemos. A própria noção de “indivíduo” funda-se coletivamente, num dado momento histórico, no processo mesmo de socialização a que todos os seres humanos passam.

Para começar e dizer o essencial, o indivíduo nada mais é do que a sociedade. A oposição indivíduo/sociedade, tomada rigorosamente, é uma falácia total. A oposição, a polaridade irreduzível e inquebrável é a da *psique* e da sociedade. Ora, a psique não é o indivíduo; a psique *torna-se* indivíduo unicamente na medida em que ela sofre um processo de socialização (sem o qual, aliás, nem ela nem o corpo que ela anima poderiam sobreviver sequer por um instante). (CASTORIADIS, 1992, p.57).

A socialização dos indivíduos abre um *mundo de significações imaginárias sociais*. Tais significações, em dada cultura, são *significações instituídas*. E no estudo da cultura mostra-se fundamental atentarmos para o fato de que um “magma de significações”, conforme diz Castoriadis, é historicamente instituído. E a sucessão histórica de culturas (ou de *mundos social-históricos*) se dá não por “síntese”, “adição” ou “combinação” de diferentes sociedades; mas, pelo contrário, culturas “novas” também instituem novos magmas de significações partindo de elementos preexistentes. Tal magma de

significações compõe-se sob um manto de contradições. O *instituído* é dinâmico e tem de conviver com forças *instituintes*, outros imaginários sociais. O jogo *centro-periferia*, dessa forma, mantém-se em equilíbrio tenso. À totalidade desse quadro poderíamos dar o nome de “cultura”. Daí que o confronto entre forças *instituídas* e *instituintes* sempre gera situações revolucionárias, enfrentamentos, rupturas e confluências.

Ao analisarmos um meio de comunicação, temos ainda de ter em mente que essa dimensão cultural ou “superestrutural”¹² desempenha papel importante no processo de reprodução da vida social. Nesse ponto, rechaçamos as interpretações deterministas que estabelecem uma hierarquia entre as esferas da realidade social-histórica, na qual a esfera econômica (a “base material”) determinaria mecanicamente a esfera cultural (a “superestrutura” política, jurídica e ideológica). Pelo contrário, acredito na inter-relação autônoma das esferas, conforme destacado por E.P. Thompson:

[...] talvez convenha colocar em questão o esquema rígido infra-estrutura-superestrutura: a tradição [marxista] herdou uma dialética legítima, mas a metáfora mecânica singular pela qual ela se expressa é talvez enganosa. [...] O erro não está em estabelecer essas relações, mas em sugerir que as ideias ou os acontecimentos são, por sua natureza, redutíveis ao contexto causal que os explica. **É preciso levar a sério a autonomia dos acontecimentos políticos ou culturais que são, todavia, em última análise, condicionados pelos acontecimentos “econômicos”.** (THOMPSON, 2012, p.207. Grifos meus).

Seguindo essa linha, este trabalho se coloca como uma pesquisa que se desenvolve na confluência da *história política* e *história cultural*, pois não se estabelece

12 Marx definiu assim o que chamou de “superestrutura”: “Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa **superestrutura** erigida sobre ela. [...] é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as **formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas** em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo”. (MARX; ENGELS, s.d., p.301-302. Grifos meus).

aqui a distinção de que política é algo que só se realiza no âmbito das instituições estatais ou nos partidos tradicionais. Desse modo, o *Libera*, com sua militância pela propaganda, pela cultura (no sentido amplo), também faz política.¹³

Ao lado do conceito de cultura, o de *ideologia* também será importante para nossa análise. Para entendê-lo, dialoguei mais uma vez com a obra de Raymond Williams, que identifica três versões para o termo, retomando Marx:

i) um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo; ii) um sistema de crenças ilusórias – ideias falsas ou consciência falsa – que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico; iii) o processo geral da produção de significados e ideias (WILLIAMS, 1979, p.60).

Williams ressalta a materialidade do conceito, pois as *ideologias* não pairariam acima dos conflitos sociais. Nesta tese, o entendimento desse conceito se aproxima mais das noções de “sistema de crenças característico de uma classe ou grupo” ou de “processo geral da produção de significados e ideias”. Assim, ao encarar o anarquismo como uma ideologia, não estou identificando-o a “um sistema de crenças ilusórias”, opostas a um “conhecimento científico verdadeiro” – algo que marxistas ortodoxos costumam fazer.

Retomo aqui a concepção exposta pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), segundo a qual a dimensão ideológica é compreendida tanto em seu caráter simbólico quanto prático:

O anarquismo, para nós, é uma ideologia, sendo esta um conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política. A ideologia exige a formulação de objetivos finalistas (de longo prazo, das perspectivas de futuro), a interpretação da realidade em que

13 No capítulo 3, vamos discutir com mais profundidade o conceito de política.

se vive e um prognóstico, mais ou menos aproximado, sobre a transformação desta realidade. A partir desta análise, a ideologia não é um conjunto de idéias e valores abstratos, dissociados da prática, com um caráter puramente reflexivo, mas, sim, um sistema de conceitos que existe, na medida em que é concebido junto à prática e está voltado a ela. (FARJ, 2009, p.17).

Definindo o *Libera* como um meio de comunicação “contra-hegemônico”, naturalmente devemos refletir sobre o conceito de *hegemonia*, central para esta tese.

Williams explica que a definição tradicional do termo é “poder ou domínio político, especialmente nas relações entre Estados.” (WILLIAMS, 1979, p.111). Para o autor, o marxismo teria ampliado essa definição para as relações entre classes sociais. Com Gramsci, a palavra teria adquirido uma outras significação, com a distinção entre “domínio” e “hegemonia”. O primeiro seria expresso “em formas diretamente políticas e em tempos de crise, pela coação direta ou efetiva.” (Ibid. p.111). O segundo corresponderia à “situação mais normal”, ou seja, “uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais” (Ibid. p.111). A hegemonia, na acepção exposta por Williams, inclui e ultrapassa os conceitos de *cultura* e *ideologia*.

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo o conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. [...] Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem de ser também considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes. (Ibid. p.113).

Williams chama a atenção para o caráter processual da hegemonia, que não pode ser considerada uma estrutura fechada, singular. Pelo contrário, suas estruturas

internas são “altamente complexas”, o que faz a hegemonia sofrer “pressões e limites específicos e mutáveis” (Ibid. p.115). Nesse sentido, a hegemonia “não existe apenas passivamente como forma de dominação”; ela tem de ser “renovada continuamente, recriada, defendida e modificada.” (Ibid. p. 115). Nesse movimento, ela “sofre uma resistência continuada”, sendo “desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Daí que, ao lado do conceito de hegemonia, também deve ser incluído o de “contra-hegemonia” e de “hegemonia alternativa”. Portanto...

A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade. Teremos de explorar suas condições e seus limites, mas sua presença ativa é decisiva, não só por que têm de ser incluídas em qualquer análise histórica [...], mas como formas que têm um efeito significativo no próprio processo hegemônico. (Ibid. p.116).¹⁴

Por fim, Williams sublinha o caráter dialético e mutante do jogo entre o “hegemônico” e o “contra-hegemônico” – algo que os situacionistas e Guy Debord (1997) também salientaram. Nesse aspecto, mesmo as formas alternativas estão ligadas ao hegemônico. Em outras palavras, “a cultura dominante produz e limita, ao mesmo tempo, suas próprias formas de contracultura.” (Ibid. p.117).¹⁵

14 A respeito do tema, Eduardo Granja Coutinho apresenta a seguinte reflexão na abertura de um livro que trata justamente de comunicação e contra-hegemonia:

“Dada a centralidade da mídia no processo de reprodução da vida social, são hegemônicos os intelectuais que fazem a apologia – direta ou indireta – do existente no campo da comunicação. Há, no entanto, pensadores de variados matizes teóricos e políticos que, sem perder de vista as relações materiais dominantes, desenvolvem uma reflexão crítica a respeito do papel da comunicação na cultura tecnocapitalista. [...]. Tal perspectiva admite [...] a **possibilidade de grupos subalternos construir uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes**. A essa resistência político-cultural é que Gramsci chamaria de contra-hegemonia.” (COUTINHO, 2008, pp.8-9. Grifos meus.).

15 Numa leitura crítica do conceito gramsciano de hegemonia, James Scott afirma:

“En la formulación original de Gramsci, que ha servido de guía a la mayoría de los posteriores análisis neomarxistas de la ideología, la hegemonía funciona principalmente en el nivel del pensamiento, opuesto al de la acción. El problema, que el partido político y su intelligentísima esperan resolver, es que la clase obrera en el sistema capitalista está empeñada en una lucha concreta de consecuencias revolucionarias, pero que, a causa de encontrarse prisionera del pensamiento social hegemónico, es incapaz de sacar conclusiones revolucionarias de sus actos. Gramsci sostiene que es esta conciencia

Daí que, no caso específico do discurso anarquista veiculado pelo *Libera*, teremos um constante processo de realimentação do caráter contra-hegemônico da ideologia, visto que o próprio sistema constantemente neutraliza, reduz ou incorpora parte dos elementos do discurso contra-hegemônico. Veremos isso especialmente no conflito de significações entre um anarquismo que se reivindica “classista”, “social” e “organizado” e outro que teria se transformado num “anarquismo estilo de vida”, meramente estético, artístico ou comportamental, sendo facilmente cooptado/tolerado pelo sistema hegemônico.

Há que perceber ainda as reflexões sobre o *papel dos intelectuais*. Trata-se de um ponto fundamental para compreender as particularidades desses dois tipos de intelectuais que atuam no jogo hegemonia/contra-hegemonia: os que agem “pautando” os meios de comunicação corporativos (hegemônicos); e aqueles que, como os idealizadores do *Libera*, forjam veículos alternativos (contra-hegemônicos), a fim de propor um projeto igualitário de sociedade.

Virgínia Fontes observa a atuação dos intelectuais, que “asseguram a atualização dos conhecimentos anteriores, assim como produzem (e se apoderam) dos novos conhecimentos, tornando-os disponíveis para os setores dominantes” (FONTES. In: COUTINHO, 2008, p. 148). Demonstra-se, assim, o papel fundamental da mídia como reprodutora de uma lógica pautada pelas elites empresariais e propagadora de uma “cidadania empresarialmente referenciada”.

Nessa linha, Noam Chomsky, no artigo “A responsabilidade dos

dominada la que le ha impedido a la clase trabajadora llegar a las consecuencias radicales inherentes a gran parte de sus acciones. [...] Nosotros, sin embargo, hemos explorado algo de la capacidad imaginativa con que los grupos subordinados invierten o niegan las ideologías dominantes. Es tan común este mecanismo que se puede considerar una parte esencial del instrumental religioso-político de los grupos históricamente desvalidos. Por lo tanto, si el resto de las circunstancias es similar, resulta más exacto concebir a las clases subordinadas como *menos* limitadas en el nivel del pensamiento y de la ideología [...]” (SCOTT, 2007, p.117-118).

intelectuais” (1967), criticou frontalmente os...

[...] intelectuais e jornalistas americanos cujo liberalismo, sustentava ele, encobria seu papel como “gestores ideológicos” de um sistema bárbaro e imperial cujas consequências letais eram divulgadas no interior do país como atos de benevolência ou “erros” de redenção assegurada através dos meios de comunicação. (PILGER. In: CHOMSKY, 2007, p.9).

Ao denunciar a convivência dos pensadores estadunidenses em relação a um “sistema bárbaro e imperial”, Chomsky simultaneamente construiu o que, para ele, era a tarefa central dos intelectuais: “[*Eles*] têm condições de denunciar as mentiras dos governos e de analisar suas ações, suas causas e suas intenções escondidas. É responsabilidade dos intelectuais dizer a verdade e denunciar as mentiras”. (Apud FISCHER, 2003). Um papel que, como veremos, o *Libera* procurou desempenhar ao criticar o sistema capitalista e os intelectuais que lhe dão legitimidade – em especial os jornalistas e articulistas da mídia hegemônica.

No campo teórico do anarquismo, algumas reflexões foram importantes para a pesquisa. Numa delas, Rudolf De Jong discute as “relações centro-periferia”, tendo em vista uma comparação entre os projetos de transformação social de marxistas e anarquistas. De Jong afirma:

Os revolucionários marxistas, os reformistas sociais e, em geral, a maioria dos militantes de esquerda, querem sempre usar o centro como um instrumento – e na prática como o instrumento – para a emancipação da humanidade. Seu modelo é sempre um centro: Estado, partido ou exército. Para eles a revolução significa, em primeiro lugar, a tomada do centro e de sua estrutura de poder, ou a criação de um novo centro, para utilizá-lo como um instrumento para a construção de uma nova sociedade. Os anarquistas não desejam tomar o centro; desejam sua destruição imediata. É sua opinião que, depois da revolução, dificilmente haverá lugar para um centro na nova sociedade. A luta contra o centro é o seu modelo revolucionário e, em sua estratégia, os anarquistas tentam evitar a criação de um novo centro. (DE JONG, 2008, p.40).

De Jong considera ainda que a sociedade configura-se por relações centro-periferia, as quais interagem continuamente no tecido sócio-histórico. Tanto as áreas centrais como as periféricas possuiriam características comuns entre si e particularidades. Relações dinâmicas, produzindo as identidades por contraste: “o caráter periférico de uma área depende de suas relações com outras áreas.” (Ibid. p.35). Como exemplos, ele cita a relação entre a cultura ocidental (centro) e os índios do Amazonas (periferia); ou classes que costumavam pertencer a um centro, mas que retornam à posição periférica, como os desempregados durante a Depressão; ou ainda classes que fazem parte de um centro (países industrializados), mas que dentro deles representam a periferia (classes trabalhadoras).

Encerrando a discussão conceitual,¹⁶ a definição de anarquismo aqui adotada ancora-se na noção que o encara como uma ideologia. Um sentido que, como vimos, não é o de “falsa consciência”, mas de “um conjunto de ideias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos”, em conexão direta com a prática política. Apesar de interpretações que enxergam o anarquismo ou a anarquia em tempos remotos (como a Antiguidade ou a Idade Média),¹⁷ preferimos a acepção que considera o surgimento dessa ideologia no contexto de meados do século XIX, na Europa, no âmbito dos movimentos sociais de trabalhadores. Nesse sentido, encaramos o anarquismo como parte da história do socialismo, ou melhor, como “um tipo de

16 Ao longo da tese, voltaremos a alguns destes conceitos e discutiremos outros também importantes para a compreensão global de nosso objeto de estudo.

17 Nesse sentido, Nicolas Walter fala sobre “anarquistas instintivos”, que ao longo da história rebelaram-se contra quem os governava. Ele afirma que a “ideia teórica da anarquia é, igualmente, muito velha: de fato, podemos encontrar a descrição de uma idade do ouro já passada, sem governo, no pensamento da China e da Índia antigas, do Egito, da Mesopotâmia, da Grécia e de Roma [...]. Mas a aplicação da anarquia à situação presente é mais recente e é apenas no movimento anarquista do século passado [o texto é do século XX] que encontramos a exigência de uma sociedade sem governo, aqui e agora.” (WALTER, s.d., p.16).

socialismo, que é contra o capitalismo e o latifúndio, e também é um tipo libertário de socialismo.” (SCHMIDT, WALT, 2009, p.6). De acordo com essa abordagem, a “ampla tradição anarquista” (“broad anarchist tradition”) reuniria experiências de movimentos sociais engajados/orientados pela perspectiva da “luta de classes e revolução”, com objetivo de criar “uma sociedade socialista livre baseada na propriedade comum, autogestão, planejamento democrático vindo de baixo e produção por necessidade, não pelo lucro.” (Ibid. p.6).

Erroneamente identificado como caos, desorganização e destruição. Trata-se de um tipo de socialismo, oposto ao capitalismo. Socialismo de tipo libertário. Para o anarquismo, a liberdade individual é extremamente importante, e é melhor desenvolvida num contexto democrático e igualitário. Atualmente, os indivíduos estão divididos em classes, exploradas pelo sistema capitalista. Para acabar com tal situação, é necessário se engajar na luta de classes, na revolução, criando uma sociedade socialista livre, baseada na propriedade comum, autogestão, planejamento democrático vindo de baixo, e produção atendendo às necessidades – não ao lucro. (Ibid. p. 6. Em tradução livre.).

Dentre outras incontáveis definições de anarquismo, a de Rudolf de Jong parece bem costurada, apesar das poucas linhas:

Na minha opinião anarquismo é a luta por uma sociedade socialista aberta e universal, auto-controlável e auto-dirigida, [...] na qual a autoridade coercitiva é substituída por um processo de tomada de decisões que não dá lugar a alienação entre o indivíduo e as decisões tomadas. Por socialismo entendo a realização dos ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. (DE JONG, 2008, p.44).

Não poderia deixar de citar a clássica definição elaborada por Kropotkin, no verbete que redigiu para a Enciclopédia Britânica:

ANARQUISMO (do grego an – e arke, contrário à autoridade) é o nome que se dá a um princípio ou teoria que concebe uma sociedade sem governo, em que se obtém a harmonia, não pela submissão à lei, nem obediência à autoridade, mas por acordos livres estabelecidos entre diversos grupos, territoriais e profissionais, livremente constituídos para a produção e consumo, e para a satisfação da infinita variedade de necessidades e aspirações de um ser civilizado. (KROPOTKIN, 1987, p.19).

A relação entre anarquismo, comunicação e contra-hegemonia é o tema do primeiro capítulo deste trabalho. Por seu caráter temporal amplo – de meados do século XIX até 1985 – essa parte tem um tom de manual, buscando apenas pontuar algumas experiências dos socialistas libertários com a comunicação ao longo da história. O que alguns “anarquistas clássicos” pensaram a respeito? É possível identificar algumas estratégias comunicacionais nos textos e periódicos ácratas? Quais os traços característicos da imprensa libertária no Brasil da Primeira República (1889-1929)? O *Libera* apresenta algo em comum com essas experiências do passado? Estas e outras questões são colocadas neste capítulo de abertura.

A história de 20 anos do *Libera* (1991 a 2011) é contada efetivamente nos capítulos 2, 3 e 4. Propus uma divisão simples, baseada nas 150 edições investigadas: no capítulo 2, analiso o intervalo que vai do número 1 ao 50 (1991-1995); no 3, do 51 ao 100 (1995-2000); e no 4, do 101 ao 150 (2000 a 2011).

No capítulo 2, veremos como se deu o lançamento do informativo, que surgiu para “agitar” as atividades do Círculo de Estudos Libertários (CEL), que então estavam um tanto mornas. Quatro jovens integrantes do CEL se reuniram num bar e resolveram criar um boletim para divulgar as palestras e reuniões semanais. O nome escolhido foi inspirado num filme italiano dos anos 70 chamado “*Libera, amore mio*”. Acompanharemos, neste capítulo, o início artesanal da produção do periódico; a relação e ten-

são com outros grupos, como os *anarcopunks*; a tentativa de montar uma rede nacional de contatos com outros libertários do país; e a melhoria gradativa da qualidade gráfica, que vai coincidir com a popularização dos computadores pessoais e os programas de editoração eletrônica no país.

No capítulo 3, abordaremos um momento em que o *Libera* reflete e se alinha aos movimentos antineoliberalismo que começam a despontar no mundo. Zapatis-mo, Ação Global dos Povos, protestos nas reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) – diversos acontecimentos que vão animar os anarquistas, visto que apresentavam pontos em comum com as ideias ácratas clássicas, tais como ação direta, recusa a partidos políticos, democracia direta e autonomia em relação ao Estado.

Por fim, o capítulo 4 vai tratar dos últimos 50 números da publicação. Nessa faixa de tempo, o *Libera* torna-se veículo da FARJ e se alinha mais e mais ao chamado “anarquismo especificista”, fruto da influência exercida pelas ideias da Federação Anarquista Uruguaia (FAU). Nesse período, os militantes da organização vão pôr em prática o princípio da “inserção social”, buscando recolocar o anarquismo do século XXI junto aos movimentos populares. Este “último terço” da história do *Libera* também foi o de intensificação do uso das ferramentas digitais para a comunicação. A internet definitivamente entra na realidade dos coletivos, influenciando inclusive o próprio veículo impresso, que passará a ser distribuído também pela rede mundial de computadores.

Em seguida, a conclusão é dedicada à apresentação de alguns resultados de da investigação, averiguando se as hipóteses centrais do trabalho foram ou não confir-

madadas. Também faço considerações gerais sobre a pesquisa, reafirmando sua originalidade e relevância (científica e social).

Espero que esta tese seja uma humilde contribuição ao debate historiográfico sobre o anarquismo no Brasil – principalmente no que diz respeito ao período mais recente. Torço para que esta obra provoque a reflexão sobre a importância da resistência contra-hegemônica (especialmente a realizada pelas mídias alternativas) em nossa atualidade, ainda muito castigada pela alienação e pelo “consenso fabricado” em torno dos rumos ditados pelas classes dominantes e seus meios de comunicação.

CAPÍTULO 1

Anarquismo, comunicação e contra-hegemonia

“Numa sociedade capitalista, os meios de comunicação de massas são corporações capitalistas. Nada há de surpreendente que essas instituições reflitam a ideologia das instituições econômicas que detêm o poder.”

Noam Chomsky

“O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes.”

Mikhail Bakhtin

No desenvolvimento do capitalismo, a imprensa vai registrar e também protagonizar as profundas transformações que marcaram duas decisivas transições na História: primeiro, da *Era Medieval* para a *Moderna* – com a imprensa em sua fase mais artesanal, fruto da técnica aperfeiçoada por Gutenberg no século XV; depois, da *Moderna* para a *Contemporânea*, momento em que o jornal se estabelece como meio de comunicação de massa e ferramenta de luta política.

A imprensa vai permear, ao longo dos séculos XVI e XVII, as lutas de burgueses (muitos dos quais também protestantes) contra a hegemonia da igreja católica e da nobreza de origem feudal. Nesse sentido, Asa Briggs e Peter Burke afirmam que a nova técnica passou a representar uma ameaça aos escribas e líderes religiosos, preocupados com a perda de seu domínio ideológico. Assim, a imprensa permitiu uma autonomia na produção, disseminação e recepção de informações por parte de grupos periféricos.

Os escribas, cujo negócio era ameaçado pela nova tecnologia, deploraram desde o início a chegada da impressão gráfica. Para os homens da Igreja, o problema básico era que os impressos permitiam aos leitores que ocupavam uma posição baixa na hierarquia social e cultural estudar os textos religiosos por conta própria, em vez de confiar no que as autoridades contavam. (BRIGGS, BURKE, 2006, p.26).

Já a partir principalmente do século XVIII, a imprensa foi arma fundamental da ascendente classe burguesa na luta contra os obstáculos ainda restantes do Antigo Regime. Por fim, materializada no jornal como meio de comunicação de massas, foi personagem marcante nas Revoluções Burguesas que agitaram a transição rumo ao século XIX, ajudando a consolidar o capitalismo como modo de produção dominante.

Nesse mesmo processo, novos personagens entraram em cena. O surgimento

do proletariado urbano, o despontar da “questão social” e a ebulição das primeiras organizações sindicais são acompanhados pelo simultâneo aparecimento de *uma imprensa feita pelos e para os trabalhadores* – que contava também com a adesão de alguns intelectuais de camadas mais altas. Contra-hegemônico em relação a seu congêneres liberal-burguês, este jornalismo foi extremamente prolífico e heterogêneo, evidenciando a diversidade de propostas no interior do *campo socialista*.

Quando falamos de *socialismo*, trabalhamos com definições que, grosso modo, excluem correntes como o stalinismo, que utilizam o termo para indicar uma “etapa intermediária”, ainda estatal, entre o capitalismo e o *comunismo* – este último entendido como sociedade sem classes nem Estado. Nesse sentido, Cornelius Castoriadis afirma:

Direi apenas que é preciso destruir radicalmente a concepção tradicional, segundo a qual o “socialismo” consiste em apoderar-se do poder do Estado para “planificar” a economia e aumentar a produção, após o que todos os demais problemas se resolveriam por si sós. **O socialismo é a auto-organização da sociedade**, o que exige, sem a menor dúvida, que se elimine a dominação de qualquer categoria social particular, mas também as instituições que encarnam e instrumentalizam essa dominação – tal como o Estado de nossos dias. (CASTORIADIS, 2002a, p.22-23. Grifos meus.).

Maurício Tragtenberg segue na mesma linha:

[...] coloca-se ante a existência real da luta de classes entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos. Socialismo implica auto-organização, associação, autogestão operária. [...] Assim, **socialismo é entendido aqui como o regime em que a autogestão operária extingue o Estado como órgão separado e acima da sociedade, elimina o administrador dirigente da empresa em nome do capital e, ao mesmo tempo, elimina o intermediário político, isto é, o “político profissional”**. (TRAGTENBERG, 2008, p.13-14. Grifos meus.).

Schmidt & Walt (2009, p.6) interpretam o campo socialista como composto por três vertentes: o anarquismo, que equivaleria ao “socialismo libertário”; o marxismo, identificado a um “socialismo político e revolucionário”; e a socialdemocracia, caracterizada pelos autores como um “socialismo político pacífico e gradual”. Evidente que a classificação é muito esquemática, escondendo inter-relações entre os campos. Inclusive, o terreno semântico do termo “socialismo libertário” é compartilhado por anarquistas, correntes heterodoxas do marxismo (chamadas por vezes de “marxismo libertário”) e outros tipos de grupos “autonomistas”.

Nesse contexto, a “imprensa de esquerda”¹⁸, ligada à tradição socialista, será defensora de um novo projeto de sociedade, construído a partir dos pilares clássicos da Revolução Francesa: *liberdade, igualdade e fraternidade*. Sejam “socialistas utópicos”, marxistas, socialdemocratas ou anarquistas, esses sujeitos históricos – cuja identidade era simultaneamente a de *militantes, intelectuais e jornalistas* – vão produzir uma extensa obra periodista, essencialmente contrária aos valores do capitalismo.

E os anarquistas vão se destacar por sua atuação comunicacional.

18 “Esquerda” num sentido correlato ao exposto por Norberto Bobbio (retomado e ressignificado por Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira): “Optamos [...] pela aceção proposta por Norberto Bobbio: 'De esquerda seriam as forças e lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva da igualdade'. E acrescentaríamos, mais precisamente: pela mudança – reformista ou revolucionária – no sentido da igualdade. E também [...] animadas e inspiradas pela crítica, mais ou menos contundente, aos valores e propostas do liberalismo, visto como fonte de desigualdades e, nas condições que foram e são as nossas, como fonte e força de conservação da Ordem Tradicional”. (REIS FILHO; FERREIRA, 2007, p. 11).

Ou ainda, na aceção de Jacob Gorender: “[...] entendo por esquerda o conceito referencial de movimentos e ideias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes”. (GORENDER, 1987, p.7).

1.1. Anarquismo e comunicação

Se *comunicação* for considerada em sua definição mais ampla,¹⁹ pode-se dizer que a relação desta com o anarquismo foi (e continua sendo) constante. Ela se materializa em toda troca de informações entre militantes, no intercâmbio entre organizações e nas próprias associações de trabalhadores. E também nas escolas, nas palestras, nas bibliotecas, nos centros de cultura social, nas peças de teatro, nos festivais operários, nos comícios, nas poesias e contos... e em muitos *etceteras*. No geral, todos esses exemplos podem ser considerados formas de comunicação anarquista.

Mas foge dos objetivos desta pesquisa entrar numa profunda discussão sobre a comunicação libertária mais ampla. Embora façamos referências a diversas experiências comunicacionais, vamos abordar, particularmente, a relação dos anarquistas com uma forma específica de comunicação: o jornalismo impresso.

No caso de nosso objeto de estudo – o periódico *Libera* – trata-se de investigar um tipo jornalismo diferente daquele praticado pelos meios de comunicação hegemônicos. Aliás, desde os primórdios do anarquismo, no século XIX, percebemos uma atividade editorial e jornalística intensa dos representantes desse movimento social. Ela envolve a produção de artigos, a edição de periódicos, a colaboração em diversos veículos, a montagem e impressão de exemplares, a distribuição, entre outras tarefas do ramo editorial.

Vejamos o exemplo daquele que é considerado “o primeiro homem a reclamar para si, voluntariamente, o título de anarquista” (WOODCOCK, 2002a, p.10):

19 “[...] a comunicação pode ser considerada o processo social básico, primário, porque é ela que torna possível a própria vida em sociedade. Vida em sociedade significa troca [...]. E todo intercâmbio entre os seres humanos só se realiza através da comunicação.” (PEREIRA, 2009, p. 9). A palavra *comunicação* vem do latim *communicare*, que, por sua vez, significa “tornar comum”, “partilhar”, “repartir”, “associar”, “trocar opiniões”, “conferenciar”.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). “O ofício que escolheu foi a tipografia”, conta-nos Woodcock, “e, assim, ingressou nas fileiras daqueles artesãos dentre os quais o anarquismo tradicionalmente retirou muitos dos seus recrutas mais dedicados.” (Id. p.121).²⁰

Como tipógrafo, Proudhon vai tomar contato com textos diversos, inteirar-se dos debates político-filosóficos de seu tempo e, posteriormente, tornar-se ativo jornalista. Além disso, vai reconhecer a importância estratégica dos jornais como instrumento de comunicação, como fica claro no trecho abaixo:

Disseram-me todos os dias: faça livros, isto é preferível aos jornais. Eu admito isso, mas os livros não são lidos; e, enquanto o autor da *Filosofia Positiva*, Augusto Comte, reuniu em seus cursos apenas duzentos fiéis, o *Fauborien*, o *Père Duchêne* e a *Vraie République* conduzem o país. [...] Os livros não servem mais senão ao aprendizado do jornalista: **o mais alto gênero em literatura, em nosso século, é o editorial, é o folhetim.** (PROUDHON, 2014, p.52. Grifos meus).²¹

Talvez sem se dar conta, o anarquista francês já percebia, em pleno século XIX, o poder dos meios de comunicação de massa, que em seu tempo eram representados pelos jornais impressos, capazes de “conduzir um país”. Consciente da

20 Maria Nazareth Ferreira vai chamar a atenção para o papel de destaque dos tipógrafos – ou *gráficos*, como ela os chama. Para a autora, eles seriam os jornalistas do operariado, formando uma categoria profissional que seria “a vanguarda da organização operária do mundo todo”. Ela destaca ainda que os gráficos “levavam grande vantagem sobre os demais trabalhadores” pela natureza de sua ocupação, isto é, eles precisavam saber ler e escrever. Ferreira sublinha ainda o fato de que alguns elementos dessa categoria chegaram a exercer a profissão de jornalista – como foi o caso de Edgar Leuenroth. Contudo, ela insiste: o movimento operário produziu seus próprios jornalistas, muitos dos quais também anarquistas, com características distintas de seus congêneres da imprensa hegemônica. “Esses jornalistas operários”, escreve ela, “os homens que editavam a imprensa operária, eram os gráficos, que nada tinham a ver com os profissionais da grande imprensa, embora esses mantivessem estreitas relações com aqueles.” (FERREIRA, 1988, p.25).

Boris Fausto também observou a proeminência dos gráficos nos meios operários da Primeira República, como fica exposto no trecho seguinte: “Um ramo numericamente restrito, onde os anarquistas nem sempre predominaram – o dos gráficos – surge como dominante. A profissão desenvolve a capacidade organizatória e o domínio do jornal como instrumento.” (FAUSTO, 1976, p.95-96).

Para mais informações sobre a categoria dos gráficos no Brasil, ver também Artur J. R. Vitorino (2000).

21 *Fauborien*, *Père Duchêne* e *Vraie République* são títulos de jornais franceses da época de Proudhon.

importância da propaganda revolucionária, ele também construiu sua identidade como “jornalista do proletariado”. Num excerto em que se penitencia sobre uma traumatizante experiência como deputado eleito em 1848, ele assume sua missão de *comunicador das massas*:

Faltei, por estupidez parlamentar, a meu dever de representante. Eu estava lá para ver e não vi; para dar o alarme, e não gritei. Fiz como o cão que não late na presença do inimigo. Eu não devia, eu, eleito da plebe, **jornalista do proletariado**, deixar esta massa sem direção e sem conselho [...]. (Id. p.55. Grifos meus.).

Incansável jornalista revolucionário, Proudhon vai editar diversos jornais, numa atividade redacional intensa – e com qualidade reconhecida por seus contemporâneos.²² Em 1848, lança *Le Représentant du Peuple*, que, segundo Woodcock (2002a, p.138), foi “o primeiro periódico anarquista publicado regularmente”. *Le Représentant...* era um veículo de comunicação que tinha sua razão de ser na organização militante e no apoio mútuo de um pequeno grupo de editores – uma característica que marcou as experiências jornalísticas dos libertários ao longo da história.

[*Le Représentant du Peuple*] Era apoiado por um pequeno grupo de companheiros dedicados, muitos dos quais tipógrafos como ele [*Proudhon*]. Sob esse aspecto, *Le Représentant du Peuple* abriu de certa forma um precedente, pois foi, na verdade, o mais duradouro entre todos os tipos de organização anarquista. Era constituído por um pequeno grupo funcional dedicado à tarefa específica de propaganda, frequentemente impressa. (Ibid. p.138).

22 “Proudhon era, obviamente, mais do que um simples teórico anarquista. Sua prosa vigorosa despertou a admiração de Baudelaire e Flaubert, arrancou elogios contrafeitos de Victor Hugo – que não gostava dele como pessoa – e levou o mais crítico dos seus biógrafos, Arthur Desjardins, a admitir finalmente que 'esse plebeu esculpe frases com uma profunda arte, a arte dos grandes clássicos. Tanto quanto Molière, ele também merecia ter pertencido à Académie Française'.”. (WOODCOCK, 2002a, p.118).

O jornal de Proudhon sofreu a perseguição das autoridades – tal qual muitos outros impressos anarquistas sofreriam. Com seu discurso ácido, despertou ódio das classes mais altas. Mas obteve relativo sucesso entre os proletários, com a circulação do periódico alcançando os 40 mil exemplares, “um número fantástico para a Paris de 1848”, argumenta Woodcock (Ibid. p.143). Apesar disso, *Le Représentant du Peuple* foi fechado.

Mas Proudhon continuou sua desobediência discursiva: lançou um novo jornal, *Le Peuple*, logo em seguida. Seus artigos atacando Luís Napoleão, então presidente da França, lhe valeram uma acusação por “insurreição contra os poderes constituídos”, além da condenação a três anos de prisão e uma multa de três mil francos. Fugiu e se escondeu em Paris, continuando a editar o jornal desde o seu esconderijo, até ser preso. De volta à liberdade, vai lançar o seu terceiro jornal: *La Voix du Peuple*, financiado por Alexander Herzen. Uma experiência contada desta forma por Woodcock:

A carreira de *La Voix du Peuple* foi tão turbulenta quanto a dos outros jornais de Proudhon. Sofria constantes suspensões e multas e o próprio Proudhon foi processado por ter escrito um artigo no qual previa, com um ano de antecedência, o *coup d'état* de Luís Napoleão. [...] *La Voix du Peuple* acabaria finalmente em maio de 1850. (Ibid. p.145-146).

Proudhon ainda publicaria um quarto periódico, mais uma vez chamado *Le Peuple*. E novamente enfrentaria uma dupla censura: a repressão direta das autoridades e a falta de dinheiro para arcar com taxas e multas criadas para calar vozes dissidentes.

Proudhon tentou controlar seus ataques de indignação, o que não impediu que o primeiro número fosse apreendido ao sair das impressoras e finalmente *Le Peuple* acabou, por força de um imposto que taxava toda literatura de cunho político, o que reduziu a circulação e deixou o jornal sem recursos para pagar uma última multa de seis mil francos [...]. Assim, depois de mais de dois anos, chegava ao fim a primeira experiência continuada de jornalismo anarquista. (Ibid. p.145-146).

Os constantes golpes sofridos por Proudhon, todavia, não o fizeram abandonar totalmente as trincheiras da comunicação anarquista, como observa Woodcock: “Proudhon lamentou sua retirada a força do jornalismo, mas não permitiu que ela o impedisse de apresentar suas ideias. O tempo que ganhou não se ocupando mais com os jornais foi usado para escrever livros.” (Ibid. p.146). Ou seja: ironicamente, o célebre anarquista francês iria acabar fazendo livros, que, segundo ele mesmo argumentou anteriormente, eram menos lidos que os jornais.

Mikhail Bakunin (1814-1876), outro expoente do anarquismo, também pensou a respeito e se envolveu com o processo de comunicação – mais conhecido como *propaganda* entre os libertários.²³ Embora o próprio Bakunin não se considerasse um exímio teórico, escritor ou comunicador,²⁴ não há como negar que desempenhou

23 *Propaganda*, segundo Rabaça & Barbosa (1978, p.378), é um tipo de comunicação persuasiva. O conceito se liga à ação “planejada e racional, desenvolvida através dos veículos de comunicação, para divulgação das vantagens, das qualidades e superioridade de um produto, de um serviço, de uma marca, de uma ideia, de uma doutrina, de uma instituição, etc.”. No senso comum, é mais forte o sentido que liga propaganda a fins comerciais (confunde-se, nessa acepção, com o termo *publicidade*). No caso da propaganda anarquista, o significado identifica-se mais ao “processo de disseminar informações para fins ideológicos”.

24 Disse ele próprio, no texto *A Comuna de Paris e a noção de Estado*, de 1871: “Não sou nem um sábio nem um filósofo, ou sequer um escritor de ofício. Escrevi muito pouco durante minha vida, e nunca o fiz a não ser em caso de necessidade, por assim dizer, e somente nos casos em que uma convicção apaixonada forçava-me a vencer minha repugnância instintiva contra toda exibição de minha pessoa em público.” (BAKUNIN, 2006, p.76).

Nesse sentido, Woodcock produziu um perfil nada positivo de Bakunin, retratado por ele como um escritor “fracassado”: “[*Bakunin*] fracassou onde a maioria dos grandes anarquistas foi bem-sucedida – como escritor. Embora rabiscasse copiosamente, não deixou um único livro em que transmitisse suas ideias à posteridade. [...] Seus melhores ensaios foram trabalhos curtos, produzidos para determinadas ocasiões, especiais, e têm todos os defeitos da literatura tópica.” (WOODCOCK, 2002a, p.163).

Discordo dessa opinião de Woodcock, e os próprios fatos demonstram que ela não se sustenta integralmente. Se, realmente, Bakunin não teve uma produção teórica robusta e regular, como ele próprio reconhecera, não há como negar que mesmo seus manuscritos incompletos transmitiram suas ideias para a posteridade, fazendo dele um dos pensadores mais influentes do anarquismo. E por que ensaios curtos, produzidos “para determinadas ocasiões”, não podem também trazer ensinamentos relevantes? Acredito que mesmo esse “pensamento fragmentado” foi capaz de produzir *insights* que anteciparam, por exemplo, muito da crítica feita pelas “Novas Esquerdas” aos rumos do marxismo-leninismo a partir dos anos 1950. Prova disso é que Bakunin vai ser um dos pensadores revalorizados no contexto dos protestos de Maio de 1968 e dos movimentos de contracultura, como já ressaltai em pesquisa anterior (OLIVEIRA, 2007). Ademais, talvez uma das qualidades discursivas de Bakunin tenha sido justamente a de produzir algumas

relevante papel para divulgar – e ajudar a construir – as ideias-força do anarquismo organizado a partir da segunda metade do século XIX, influenciando sobremaneira o movimento a partir de então.

Em seu texto *Princípios e Organização da Sociedade Internacional Revolucionária (Catecismo Revolucionário)*, de 1866, o libertário russo dedica algumas linhas à questão da propaganda/comunicação. Quando Bakunin lista uma série de “Direitos individuais” de uma virtual sociedade revolucionária, escreve no item IV: “**Liberdade ilimitada de todo tipo de propaganda** pelos discursos, pela imprensa, nas reuniões públicas e privadas, sem outro freio a essa liberdade senão a força salutar, natural, da opinião pública”. (BAKUNIN, 2009, p.24. Grifos meus.).

Bakunin cita a palavra “comunicação” num dos itens em que trata de seu sistema federativo. Nesta proposta de organização social, as *Comunas* seriam as unidades básicas e autônomas. A federação das comunas seria a *Província*; já a federação das províncias formaria a *Nação*; por fim, a federação de nações receberia o nome de *Federação Internacional*. Nesse sentido, Bakunin afirma: “A prosperidade e liberdade das nações, assim como os indivíduos, são absolutamente solidárias – e, por consequência, **liberdade absoluta de comércio, transação e comunicação** entre todos os países federados” (Ibid. p.38. Grifos meus.).

Em seu *Programa da sociedade da revolução internacional*, torna a falar de uma “propaganda absolutamente livre”, associando tal conceito à transmissão do conhecimento científico. Isso fica evidente no seguinte trecho:

[...] Mas ela [*a ciência*] está sujeita a erros, e mesmo que não os cometesse, não deveria absolutamente arrogar-se o direito de governar os homens contrariamente às suas frases-síntese, que vão atuar como *slogans* políticos da esquerda libertária. Um deles já foi citado *ad nauseam*, mas contém uma verdade incontestável: “Socialismo sem liberdade é tirania e opressão. Liberdade sem socialismo é privilégio e injustiça.”. (Apud ADDOR, 2012, p.89).

convicções e à sua vontade. Uma sociedade verdadeiramente livre só poderia conceder-lhe dois direitos, dos quais o exercício para ela é por sinal um dever: o *primeiro* é a educação e a instrução dos indivíduos de ambos os sexos, igualmente acessíveis e obrigatórios para todas as crianças e adultos até sua maioridade – idade em que a ação de toda autoridade deve cessar; *segundo*, fazer penetrar suas concepções, seus juízos em todas as convicções, **por meio de uma propaganda absolutamente livre.** (Ibid. p. 70. Grifos meus em negrito.).

Embora com uma produção jornalística menor que a de Proudhon, Bakunin também vai escrever artigos e ter cartas publicadas em periódicos de seu tempo. No levantamento bibliográfico para esta pesquisa, identificamos um livro (BAKUNIN, 1979) que é composto por textos do anarquista russo publicados originalmente entre 22 de maio e 28 de agosto de 1869, em *L'Egalité*. Este era um periódico semanal fundado em Genebra, Suíça, em 1868, como órgão da federação das seções suíço-francesas da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Em outra coletânea de textos, há uma carta endereçada ao *Jornal de Genebra*, publicada em sua edição de 25 de setembro de 1873, que exemplifica uma de suas muitas polêmicas com Karl Marx. O trecho também nos indica que a imprensa era espaço privilegiado para os embates discursivos do campo socialista.

Aos Senhores Redatores do Jornal de Genebra.

Senhores,

Não faz parte dos meus hábitos responder às injúrias e às calúnias dos jornais. Eu teria tido muito trabalho, realmente, se tivesse querido apurar todas as besteiras que, desde 1869, sobretudo, divertiram-se em debitar em minha conta.

Entre meus caluniadores mais furiosos, ao lado dos agentes do governo russo, eu situo naturalmente o Sr. Marx, o chefe dos comunistas alemães [...].

Para me sujar aos olhos do público, o Sr. Marx não somente recorreu aos órgãos de uma imprensa muito complacente, serviu-se também dos correspondentes íntimos, dos comitês, das conferências e dos próprios congressos da Internacional, não hesitando em fazer desta bela e grande Associação que ele tinha ajudado a fundar, um instrumento de suas vinganças pessoais. (BAKUNIN, s.d., p.27).

Outro conhecido socialista libertário russo, Piotr Kropotkin (1842-1921), vai – assim como Proudhon – editar e escrever em diversos periódicos. No contexto de militância anarquista em Genebra, Kropotkin colaborou em *L'Avant Garde*, “um jornal publicado principalmente para ser contrabandeado na fronteira com a França, na esperança de promover o desenvolvimento do anarquismo francês.” (WOODCOCK, 2002a, p.223). No fim de 1878, a publicação foi proibida pelas autoridades suíças, que também prenderam o coeditor Paul Brousse.

Mas Kropotkin prosseguiu em seu ativismo jornalístico, fundando, naquele mesmo ano, o jornal *Le Révolté*, que, nas palavras de Woodcock, “se tornaria o mais influente dos jornais anarquistas desde o desaparecimento de *Le Peuple*, de Proudhon, em 1850.” (Ibid. p. 223). Woodcock continua com os elogios, também revelando características discursivas daquela publicação:

[...] [*Kropotkin pretendia que Le Révolté*] fosse “moderado no tom, mas revolucionário no conteúdo”, e no qual se pôs a discutir de maneira simples as questões históricas e econômicas que, em sua opinião, deveriam interessar os trabalhadores mais inteligentes. Escrevia num estilo jornalístico vigoroso, com clareza, mas sem adotar um tom condescendente, e a vitalidade de *Le Révolté*, comparada com os tediosos jornais até agora publicados pelos anarquistas, fez com que se tornasse rapidamente popular entre os operários com ideias radicais, não apenas na Suíça, mas no Sul da França, onde ajudou a estimular o renascimento do anarquismo [...]. (Ibid. p. 224).

Os artigos publicados por Kropotkin em *Le Révolté* (“O Revoltado”) – e em seu sucessor parisiense *La Révolte* (“A Revolta”) – formaram o conteúdo de seus livros *Palavras de um revoltado* e *A Conquista do Pão*, assim como panfletos que circulariam mais tarde por todo o mundo. Conta-nos Woodcock que alguns deles, “como *Um apelo aos jovens*, *Governo revolucionário* e *O espírito da revolta* conservaram grande parte do seu interesse e continuam sendo impressos e distribuídos por grupos anarquistas na

Europa e na América Latina.” (Ibid. p.225).²⁵

Para encerrar nossa série de exemplos de comunicadores anarquistas, chegou a vez do italiano Errico Malatesta (1853-1932).²⁶ Ele, assim como Proudhon e Kropotkin, editou jornais que gozaram de notoriedade nos meios proletários. Um deles, o *Umanità Nova*, chegou a circular todos os dias, de 1920 a 1922. No perfil traçado por Vernon Richards, Malatesta é definido justamente como “agitador e propagandista”.²⁷ O próprio livro organizado por Richards traz excertos de artigos que Malatesta produziu em sua longa trajetória como jornalista-militante. Em alguns desses textos, o ácrata italiano refletiu sobre o papel estratégico da comunicação – por ele chamada de “propaganda anarquista”.

Os trechos compilados por Richards – reunidos na seção “La propaganda anarquista” (MALATESTA, E. *In*: RICHARDS, 2007, p.169-173) – foram retirados de jornais publicados entre 1901 e 1930.²⁸ Nos textos, Malatesta aborda questões como o tipo de linguagem a ser empregado ao falar sobre o anarquismo; o caráter educativo da propaganda, com a função de despertar no povo o desejo de agir por si mesmo; as informações que devem ou não ser publicitadas; e os terrenos mais férteis para desenvolver as ações de comunicação.

Para Malatesta, os anarquistas não deveriam propagandear a desejada

25 Essa é uma característica da comunicação anarquista: a formação de uma rede internacional de divulgação de informações. Em toda a imprensa anarquista – isso inclui o *Libera*, nos anos 1990 e 2000 – são constantes as traduções de textos da imprensa ácrata estrangeira, notinhas sobre publicações recebidas, anúncios de eventos internacionais, entre outros.

26 É evidente que a escolha de apenas quatro nomes deixa de fora muitas outras valorosas experiências anarquistas no campo da imprensa/propaganda. Contudo, fugiria dos objetivos desta pesquisa alongar a lista de jornalistas-militantes do universo ácrata.

27 “Durante casi sesenta años Malatesta desarrolló actividades dentro del movimiento anarquista como **agitador y propagandista**. Basta con dar una ojeada a los archivos de la prensa anarquista para percibir que fue uno de los miembros más respetados del movimiento [...]. Su actividad abarcó muchas partes del mundo, y también la dirección de una cantidad de diarios anarquistas italianos, incluido el cotidiano *Umanità Nova* (1920-22).” (RICHARDS, 2007, p.11. Grifos meus.).

28 a) *L'Agitazione*: 22 set.1901. b) *Umanità Nova*: 27 fev. 1920; 2 de set. 1921. c) *Pensiero e Volontà*: 19 abr. 1924; 19 jan.1925. d) *L'Adunata dei Refrattari*: 4 out. 1930; 26 dez.1931.

organização política futura – sem padrões nem autoridades – escondendo de seu público as dificuldades e dúvidas para se chegar à sociedade sem classes. Segundo ele, era preciso abandonar a linguagem excessivamente otimista, dotando-a de uma objetividade mais próxima do contexto histórico em que se vivia (no caso, o início dos anos 1920, na Itália). Nesse sentido, Malatesta recomenda: “É necessário, então, deixar um pouco as descrições idílicas e as visões de uma perfeição futura e distante, e olhar as coisas como são hoje e como serão, enquanto seja possível prever, em um futuro próximo”. (Ibid. p.170).²⁹

Na concepção malatestiana, a comunicação anarquista deve proceder de modo que o povo atue por si mesmo, “ou pelo menos acredite fazê-lo por instinto e inspiração própria, ainda que, na realidade, a coisa seja sugerida” (Ibid. p.170).³⁰ Por outro lado, a organização anarquista deve planejar muito bem o que divulga em sua imprensa, visto que “o inimigo” também está de olho no jornal libertário.

[...] hay una parte del trabajo que por definición no la pueden hacer el diario o los diarios. Como el diario debe hablar al público, tiene que hacerlo necesariamente ante el enemigo, y ocurren circunstancias en que éste no debería estar informado. A esto deben proveer los compañeros... en otro lugar.

¿La organización debe ser secreta o pública?

En líneas generales [...]: **hay que hacer en público lo que conviene que sepan todos y en secreto lo que conviene tener oculto.** (Ibid. p.171. Grifos meus.).

Em suas reflexões, simples e diretas, Malatesta também delineou a missão da propaganda anarquista: “elevar o nível moral das massas”, trabalhando para que elas conquistem sua emancipação por suas próprias mãos.

29 Tradução livre de: “Es necesario entonces dejar un poco las descripciones idílicas y las visiones de una perfección futura y lejana, y mirar las cosas como son hoy y como serán, en cuanto sea posible preverlo, en un futuro próximo”.

30 “[...] o por lo menos crea hacerlo por instinto e inspiración propia aunque en realidad la cosa le sea sugerida”.

[...] hacemos la propaganda para elevar el nivel moral de las masas e inducir las a conquistar por sí mismas la propia emancipación, para nosotros que no nos proponemos de ninguna manera el dominio personal o de una secta, es conveniente, siempre que sea posible, dar a nuestro trabajo la máxima publicidad para llegar con nuestra propaganda y hacer partícipe de nuestra acción a la mayor cantidad de gente posible. (Ibid. p.171).

A tarefa da comunicação libertária era tão importante para Malatesta que a atividade jornalística não podia cessar, mesmo nos períodos de maior repressão, quando deveria, então, tornar-se clandestina:

[...] es natural que si, por ejemplo, un gobierno nos prohibiese hablar, imprimir, reunimos, asociarnos, y no tuviésemos la fuerza necesaria para rebelarnos abiertamente, trataríamos de hablar, imprimir, reunimos y asociarnos en forma clandestina. (Ibid. p.172).

Da mesma forma, não se podia desperdiçar munição propagandeando em terrenos não férteis. Malatesta, nesse aspecto, defendia que o ato comunicativo deveria ser bem planejado, e não ser uma ação “isolada, casual”. Ele esboçava, em poucas linhas, uma estratégia de comunicação que previa, inclusive, seu público-alvo. Isso fica claro quando diz que a propaganda precisa ser adaptada “aos diversos ambientes e às distintas circunstâncias”.

La propaganda aislada, casual, que se hace a menudo para calmar la propia conciencia o como simple desahogo de la pasión en discutir, sirve de poco o nada. En las condiciones de inconsciencia y de miseria en que se encuentran las masas, con tantas fuerzas que se nos oponen, tal propaganda se olvida antes de que sus efectos puedan acumularse y resultar fecundos. El terreno es demasiado ingrato para que semillas lanzadas al azar puedan germinar y echar raíces.

Es necesario un trabajo continuo, paciente, coordinado, adaptado a los diversos ambientes y a las distintas circunstancias. Se requiere que cada uno de nosotros pueda contar con la cooperación de todos los demás, y que en todos los lugares donde se eche una semilla no falte el trabajo solícito del cultivador, que la cuide y proteja hasta que se haya transformado en una planta capaz de vivir por sí misma y de esparcir, a su vez, nuevas semillas fecundas.

(Ibid. p.172).

No século seguinte, algo da postura defendida por Malatesta pode ser observada na estratégia comunicacional do *Libera*, órgão de divulgação da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) desde 2003. Nas palavras de Gabriel Amorim,³¹ um dos fundadores da FARJ, percebemos que, embora não totalmente delineada, há uma estratégia de divulgação para o *Libera* que também procura não desperdiçar *sementes de propaganda* em qualquer terreno.

Às vezes, há uma matéria, um conteúdo, que é oportuno você entregar para aquela pessoa, para aquele determinado movimento social. A gente vai sentindo isso, de saber distribuir, veicular o jornal. Tem a coisa de você também chegar, conversar, trabalhar o jornal em alguma atividade política ou social. Mas a gente não chegou a sentar e definir qual público-alvo a gente quer atingir. Mas temos esse entendimento, meio difuso, de pretender atingir tanto o nível político quanto o social. Acho que o *Libera* atinge, num primeiro momento, a galera mais do nível político, ou seja, os militantes anarquistas (próximos e de outros estados), militantes de outras organizações, correntes e linhas. Deixamos o jornal em seus espaços. Depois, vai chegar em militantes sociais e gente que atua mais na base. (AMORIM, G. Entrevista, 2015).

Gabriel continua:

Hoje definimos que é dever da militância garantir a distribuição do *Libera*. Ou seja: deixar nos espaços onde você frequenta. Se for universitário, deixar na universidade; se for secundarista, deixar na escola. Onde tiver espaço. Se tiver um evento, uma atividade, onde a gente vai colocar uma banca de material, pomos também exemplares do periódico. É tarefa do militante estar se preocupando com isso, porque é seu veículo, o veículo de sua organização, que ele ajudou a construir.

Claro que há espaços que são mais estratégicos de deixar. Mas como é um jornal, não um panfleto, é importante sempre ter também um trabalho de diálogo. Há momentos em que você vai deixar num sindicato X e Y, num espaço social X e Y, mas há momentos também que é importante entregar e fazer uma conversa, um trabalho explicando o que é o jornal, o

31 Gabriel Amorim, nascido em 31 de agosto de 1978, no Rio de Janeiro. Graduado em Desenho Industrial (habilitação Programação Visual) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Começou a militar no anarquismo por volta de 2001, no Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos, que se reunia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 2003, foi um dos fundadores da FARJ. Desde então, um dos papéis que desempenha é o de diagramar o *Libera*, função que realiza até hoje.

que está sendo debatido. Coisa que não está ainda muito sistematizada, mas os militantes da FARJ fazem. (Id.).

Esse “dever da militância” com a propaganda – citada por Gabriel e exemplificada por quatro dos mais proeminentes anarquistas da história – vai nortear a imensa produção comunicacional dos libertários brasileiros ao longo de toda sua história. Alguns desses exemplos veremos adiante. Eles formam, de certa forma, um *continuum* que os une como experiências relevantes para entendermos as motivações e características que o *Libera* vai apresentar, décadas depois, numa outra conjuntura – mas que, de modo semelhante, vai demandar iniciativas contra-hegemônicas de comunicação.

1.2. Comunicação anarquista no Brasil

1.2.1. Alguns exemplos da propaganda libertária na Primeira República (1889-1929)

No Brasil, a relação dos anarquistas com a comunicação não se restringiu apenas à publicação de material impresso (jornais, panfletos, revistas, etc.). Outros meios foram utilizados para difundir os ideais libertários e também confrontar a visão dos veículos ligados às classes dirigentes, que não deixavam de criminalizar movimentos operários mais combativos – preferindo, é claro, organizações de “trabalhadores ordeiros”, que não contestassem a ordem estabelecida.³²

Para divulgar seu projeto alternativo de sociedade e sua cultura contra-hegemônica, os anarquistas brasileiros vão investir na criação dos chamados “grupos de propaganda”; ou ainda na fundação de escolas de caráter libertário; na publicação de livros e folhetos; na elaboração de peças de teatro; na irradiação de centros de estudos e bibliotecas; na correspondência com a imprensa anarquista do exterior; na organização de debates e palestras; entre outros exemplos. Como nos conta Edgar Rodrigues: “O jornalismo, o teatro amador de contestação e a poesia eram alguns dos meios usados pelo movimento operário para construir sua própria cultura, tendo por meta o ideal social de autogestão.” (RODRIGUES, 1997, p.25).

³² Em ótimo ensaio, Eduardo Granja Coutinho (2008) demonstra que, apesar do caráter conservador do jornalismo hegemônico da Primeira República, havia, no interior da imprensa burguesa do Rio de Janeiro, espaço para as vozes proletárias. Assim, surgem nas folhas cariocas seções que “de alguma forma davam voz à classe trabalhadora”. Uma atitude motivada, segundo Coutinho, por “uma intencionalidade política” e também “uma clara motivação mercadológica”, visto que os jornais estadunidenses das últimas décadas do século XIX expandiram-se “conciliando sensacionalismo e interesses das classes trabalhadoras”. Nesse sentido, eram valorizadas, sobretudo, as correntes mais moderadas do operariado. Por seu turno, os anarquistas recebiam duras críticas de periódicos como o *Jornal do Brasil*, que os identificava como “elementos nocivos do proletariado”. Logo após a tentativa insurrecional de 1918 (ADDOR, 1986 [2015]), o periódico carioca sentenciava: “A ação da polícia vai agora se fazer sentir enérgica e inflexível contra esses elementos, perseguindo-os e castigando-os de forma a obstar de uma vez por todas sua maléfica intromissão no seio da família operária, concorrendo tão somente para prejudicá-la e arrastá-la à ruína. (*Jornal do Brasil*, 22 nov.1918, p.5)”. (Apud COUTINHO, 2008, p.75).

É inegável, contudo, o protagonismo do jornalismo anarquista nos meios operários. Por vezes, é possível identificar nessa produção impressa uma *metanarrativa*, ou seja, um espaço para a discussão da própria função da comunicação no contexto da luta contra o capitalismo. Momentos em que são reveladas intenções, inquietudes, dificuldades e expectativas, além de ser travado um diálogo com os receptores das mensagens libertárias.

Isso fica claro no editorial do primeiro número de *A Voz do Trabalhador*, lançado em 1908 pela Confederação Operária Brasileira (COB), organização de tendência sindicalista revolucionária.³³ No texto, diz-se que a publicação “vem agitar este proletariado que indiferente parece se conformar com a situação miserável e deprimente que atravessa”. (*A VOZ DO TRABALHADOR*, nº1, 1908, p.1).

Quer dizer, a comunicação era utilizada como parte de um projeto maior: persuadir e conquistar uma parcela do proletariado urbano para a causa da revolução social. Uma tarefa nada fácil, pois, no mesmo número, revelava-se a dificuldade da imprensa operária e/ou anarquista se manter: “‘A Voz do Trabalhador’ se publicará quinzenalmente por enquanto, dependendo a sua publicação semanal do apoio que lhe prestar o operariado do Rio. [...] Subscrição voluntária permanente.” (Id. p.1).

Maria N. Ferreira identifica os principais obstáculos enfrentados pelos editores dos periódicos operários (e também anarquistas):

33 Conforme exposto anteriormente, temos aqui um exemplo da inter-relação entre anarquismo e sindicalismo revolucionário. O jornal *A Voz do Trabalhador* é classificado como “periódico sindicalista revolucionário de ação direta.” (RODRIGUES, 1997, p.39). Já seu redator, Manoel Moscoso, é definido como anarquista no *Dicionário do Movimento Operário* (BATALHA, 2009, p.109). Quanto à influência do anarquismo na Confederação Operária Brasileira (COB), Carlos Addor – analisando o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906, no Rio de Janeiro – argumentou que havia um claro caráter anarco-sindicalista nas “mais importantes resoluções aprovadas pelo Congresso”, tais como “a recusa à ação política e conseqüente recusa à possibilidade de formação de um partido operário, a ênfase na ação direta, na luta econômica e na luta ideológica”, entre outras. (ADDOR, 1986, p.105).

Poucos foram os jornais que conseguiram certa regularidade e sobrevivência por um período relativamente longo. Essa vida irregular devia-se a dificuldades que enfrentavam e que eram de dois tipos: financeiras, pois não havia quase publicidade e o público leitor era composto de trabalhadores de baixo poder aquisitivo, não sendo possível a sobrevivência com recursos do próprio jornal. A solução encontrada, na maioria das vezes, foi dar às entidades operária (também paupérrimas) o encargo de editar seus jornais. O segundo tipo de dificuldade que encontraram foi a perseguição por parte do Estado. É muito longa e trágica a história das investidas policiais contra as singelas oficinas onde os jornais eram impressos. Nessas investidas, o material era apreendido, as máquinas quebradas e o pessoal geralmente aprisionado. (FERREIRA, 1988, p.19-20).

A autora também faz considerações quanto à forma da imprensa operária, “que a diferencia profundamente do jornalismo empresarial e da imprensa burguesa”.

Vejam os:

Até numa visão superficial é perceptível a diferença dos jornais operários frente aos outros. Por exemplo, mesmo em se tratando de uma publicação periódica, **o tratamento da notícia tem um caráter processual, recuperando e analisando os fatos**. Grande parte do espaço era ocupado por textos e conferências, isto é, não se dava somente uma notícia sobre um bom texto ou conferência, mas se reproduzia na íntegra o seu conteúdo. **Nota-se, desse modo, do ponto de vista da diagramação, uma nítida preocupação em ocupar todo o espaço. A utilização de charges na primeira página, reproduzindo visualmente o editorial, é uma demonstração do quanto estavam empenhados em vender a imagem conscientizadora do jornal**. Além desses elementos, nas primeiras páginas podem ser encontrados manifestos e convocações para assembleias operárias. (Id. p.20-21. Grifos meus.).

Veremos, nos próximos capítulos, que o *Libera* também trata a notícia num “caráter processual, recuperando e analisando os fatos” – o que o difere, por exemplo, dos veículos liberais-burgueses de porte empresarial. Nestes, ainda que haja páginas de análise e opinião, é a notícia factual (por vezes chamada de “*hard news*” no jargão jornalístico)³⁴ que tem mais destaque. Acrescente-se a isso o fato de que as redações dos

34 Duas definições: a) *Hard news* “é o relato objetivo de fatos relevantes para a vida política, econômica e cotidiana”. (CÍRCULO FOLHA, s.d.). b) “Tradicionalmente, o chamado *hard news* relata as circunstâncias de um evento ou incidente recente, considerado por sua relevância local, regional, nacional ou internacional”. (Tradução livre de: “Traditionally, so-called hard news relates the circumstances of a recent event or incident considered to be of general local, regional, national, or international significance”). (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, s.d).

grandes veículos são compostas por equipes de repórteres e fotógrafos que cobrem os acontecimentos *in loco*, favorecidos por infraestrutura e recursos materiais que as pequenas publicações anarquistas nunca possuíram.

Outro ponto em comum é o que diz respeito à *diagramação*.³⁵ Assim como nos jornais anarquistas antigos, no *Libera* também notamos a preocupação em “ocupar todo o espaço”, com presença maior do texto em vez de ilustrações grandes ou maior distanciamento entre os elementos gráficos. A valorização do conteúdo escrito pode ser explicado por dois aspectos: primeiro, a preocupação em informar e formar politicamente o público leitor; segundo, as limitações financeiras para fazer circular uma publicação impressa. Ou seja: já que é difícil publicar, cada número deve ser muito bem aproveitado. De qualquer forma, as imagens também vão desempenhar papel relevante no *Libera* que, assim como seus congêneres do passado, tinha o costume de reproduzir charges na primeira página, ilustrando o editorial.

Mas vamos retornar à análise do jornal *A Voz do Trabalhador*, no qual identificamos um artigo que aborda a mídia hegemônica da época – ou a chamada “imprensa burguesa”. Em tom acidamente crítico, o texto “Nota vermelha – A imprensa e a mentalidade popular” alertava para as mistificações provocadas pelos periódicos afinados com os interesses das elites. O autor era identificado apenas como Iván, que escreve:

A imprensa burguesa exerce, sem dúvida, uma grande influência sobre o povo. Ela poderia ser um importante fator na cultura e na formação de sua mentalidade.

Mas como está mercantilizada, como o seu fim é exclusivamente o lucro, a sua influência não pode ser mais prejudicial e execrável.

A imprensa burguesa é um antro de exploração. Raro é o homem que ao seu serviço não sucumbe, não se corrompe. A mentira e a hipocrisia imperam soberanas no seu seio.

35 Ato ou efeito de *diagramar*, ou seja, “fazer o projeto da distribuição gráfica de matérias a serem impressas (textos, títulos, fotos, ilustrações, etc), de acordo com determinados critérios jornalísticos e visuais.” (RABAÇA, BARBOSA, 1978, p.155).

Ela defende os grandes ladrões que na bolsa e na indústria roubam amparados pela lei; [...] ela glorifica os grandes mistificadores que mantêm o povo na ignorância, inculcando na sua mente as mais absurdas e disparatadas crenças.

No seu afã de lucro, só tem um fim: não desagradar os compradores, satisfazer-lhes as suas paixões e vícios.

O povo quer narrativas fantásticas e horripilantes de cenas de sangue, suicídios, assassinatos, roubos, adultérios? Pois dá-lhe tudo isso, mente da maneira mais descarada, inventa. Quem pensa na honestidade?... O povo quer jogar no bicho? Dá-lhe palpites, ao mesmo tempo que reclama providências contra o jogo. [...]. (A VOZ DO TRABALHADOR, n.º2, 1908, p.1).

Desnecessário dizer o quanto é atual a observação do redator que escreveu há mais de 100 anos.

Voltando ao quesito “dificuldades em manter as publicações”, vejamos mais um exemplo, que remonta ao final do século XIX. Em seu segundo número, *O Protesto* – autointitulado “Periódico Comunista-Livre”, publicado no Rio de Janeiro em novembro de 1899 – trazia uma informação logo na capa, bem abaixo do cabeçalho: “Sai quando pode”. Uma frase que revela toda a inconstância da imprensa anarquista e operária.³⁶

O Protesto era dirigido pelo português Joaquim Mota Assunção (1879-?),³⁷

36 Maria N. Ferreira observa que a periodicidade dos jornais operários era muito variada, sendo determinada pelos acontecimentos. Assim, “jornais aparentemente semanais poderiam passar a circular diariamente, se necessário [...]”. (FERREIRA, 1988, p.21). Outro aspecto observado pela pesquisadora diz respeito à relação dos periódicos com os períodos de greve, o que impactava diretamente sua circulação. Segundo ela, era comum aumentar o número de títulos no período que antecedia o movimento paredista, “o que pode indicar a atuação do jornal como um eficiente instrumento de mobilização e politização.” (Ibid. p.22). Por outro lado, durante as greves os jornais escasseavam, visto que a classe estava empenhada na luta, além de a greve ser um momento “de grande desorganização econômica para os operários.” (Ibid. p.23). Por outro lado, nos períodos paredistas aumentava o número de impressos de produção e disseminação mais dinâmicas, como manifestos, panfletos e boletins especiais.

De certa forma, esse caráter errante vai se manter nas publicações anarquistas (e também *anarcopunks*) dos anos 1990/2000. Uma rápida olhada no acervo de jornais e fanzines da Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL), no Centro de Cultura Social (CCS) de Vila Isabel/RJ (Rua Torres Homem 790), dá uma ideia da diversidade de títulos, alguns dos quais tiveram vida curta, não ultrapassando meia dúzia de números. Aliás, fica a dica aos pesquisadores: um trabalho com essas fontes primárias poderia revelar aspectos muito interessantes desse tipo de imprensa contra-hegemônica. Pesquisa semelhante já foi realizada por Antônio Carlos de Oliveira (2006), tomando como fontes fanzines *punks* paulistanos publicados nos anos 1980.

37 Mota Assunção é descrito no *Dicionário do movimento operário* como “Cocheiro, tipógrafo, jornalista. Anarquista, socialista.”. “Fundou com um grupo de operários do Rio de Janeiro, o periódico anarquista *O Protesto* em outubro de 1899, com doze números publicados, e tiragem de 1.000 a 1.500 exemplares.”. (BATALHA, 2009, p. 28).

que fazia um pedido aos colegas da “imprensa comunista anárquica”: “que enviem seus periódicos, que estabeleceremos a permuta, o que muito lhe agradeceremos” (O PROTESTO, n°2, 1899, p.1). No mesmo número, há uma nota “À imprensa comunista-livre”, solicitando exemplares de folhetos e outras publicações, “para podermos estar ao corrente do movimento operário internacional”. (Id. p.4).³⁸

Outra publicação que nos fornece alguma informação sobre as práticas jornalísticas dos libertários é *A Guerra Social*. Lançada em junho de 1911, era mais uma folha ácrata que tinha a função de propagar o ideal libertário na então capital federal. Administrada por João Arzua, sua redação funcionava na Travessa Dias da Costa 9, Rio de Janeiro. O jornal tinha tamanho de 54cm X 37cm e quatro páginas. Era órgão do Grupo Anarquista Guerra Social, que se dedicava à “propaganda das ideias anarquistas”. Colaboraram com o periódico algumas figuras importantes da comunicação libertária no Brasil, como Gigi Damiani, Astrojildo Pereira, Neno Vasco, Manoel Moscoso e José Oiticica.³⁹

No número de estreia, *A Guerra Social* trazia um texto intitulado “Aos anarquistas do Brasil”, cujo subtítulo era “Modo de difundir o nosso jornal”. Pedia-se para que cada um dos “camaradas” que recebessem o periódico conseguissem arranjar assinantes. Dizia ainda: “Depende, principalmente, da boa vontade dos companheiros a difusão do jornal. Mãos à obra, camaradas! É absolutamente necessário dar todo o incremento possível à propaganda das nossas ideias [...]”. (A GUERRA SOCIAL, n°1, 1911, p.3). Percebe-se, ainda, que a existência do jornal veio atender a necessidade de aglutinar militantes “desalentados e dispersos”.

38 Aqui, mais um traço comum da imprensa ácrata: o desejo de estabelecimento de uma rede comunicacional que fizesse circular a informação libertária, tanto nacional quanto internacionalmente. Como mostraremos adiante, no *Libera* a seção “Notícias Libertárias” trazia periodicamente uma lista com publicações recebidas pelos editores, oriundas de diversos cantos do Brasil e do planeta, o que reforçava o caráter internacionalista e colaborativo da mídia anarquista.

39 Mais informações sobre *A Guerra Social* em RODRIGUES (1997, p.39) e DANIEL (2011, p.1-2).

Em reunião efetuada pelos elementos anarquistas do Rio de Janeiro constituiu-se o **Grupo Anarquista Guerra Social**, que se dedicará à **propaganda das ideias anarquistas**.

Constituído o grupo, fez-se sentir a necessidade urgente de uma voz, na imprensa, de caráter nitidamente revolucionário, com o fim de propagar o mais possível as ideias anarquistas, **encorajando e reunindo os elementos revolucionários**, ora momentaneamente desalentados e dispersos. (Ibid. p.4. Grifos meus.).

Em outra nota (“Aos nossos colaboradores”), os editores pediam mais textos noticiosos, factuais, em vez de artigos opinativos.

Nós queremos **que *A Guerra Social* seja um jornal de atualidade**, vigorosamente combativo. Mas, para isso, é necessário que os nossos amigos, que nos auxiliam com a sua colaboração, **escrevam sobre assuntos do momento**, evitando mandar-nos artigos sobre divagações doutrinárias que, acumulados, tirariam ao jornal todo o caráter de virilidade que nós lhe queremos dar.

Não nos faltam fatos da vida pública para comentar. Pois bem: **façamo-los passar pelo prisma das nossas ideias**; concretizemos com eles os nossos argumentos porque **assim seremos mais facilmente compreendidos pelos que nos leem**, tornando-se mais fecunda a nossa obra.

Não queremos dizer com isto que o nosso jornal desdenhe a parte doutrinária, não; todavia, disto só publicaremos o que for muito bom [...]. (Ibid. p.4. Grifos meus.)

O trecho citado é importante para entendermos o processo de construção das opções editoriais de um veículo de comunicação anarquista. Como vimos anteriormente, o caráter da notícia no periódico libertário era distinto daquele estabelecido pela imprensa burguesa. Nesse sentido, os acontecimentos noticiados nos jornais ácratas são reinterpretados à luz das teorias e práticas do campo anarquista – ou “pelo prisma de nossas ideias”, como descreve *A Guerra Social*. Outra particularidade, que também já comentamos, é o fato de que as folhas anarquistas não possuíam a estrutura das redações de jornais com fins comerciais. Dessa forma, a colaboração de leitores e militantes vai ser um traço fundamental. Chama a atenção, portanto, o desejo de investir

na produção de textos sobre “assuntos do momento”, evitando as “divagações doutrinárias”.

Comentando sobre o *modus operandi* dos jornais operários, Maria Nazareth Ferreira descreve outro aspecto fundamental para compreendermos a imprensa anarquista – de ontem e de hoje.

[...] não existia a figura do repórter, do profissional da notícia. **Ao invés de o jornal procurar a notícia, essa é que procurava o jornal, numa autêntica forma de comunicação participativa**, verdadeira integração entre o emissor e o receptor, entre o jornal e o leitor. As salas de redação recebiam farto material sobre o movimento operário e notícias afins, transformando todo o proletariado em repórter de seu jornal. (FERREIRA, 1988, p.22. Grifos meus).⁴⁰

Outros episódios da história anarquista no Brasil revelam, ao longo das primeiras décadas do século XX, a preocupação com objetivos e funções da propaganda libertária. No Congresso Anarquista de Amsterdã (1907), por exemplo, há um encaminhamento dos editores do jornal *A Terra Livre*,⁴¹ que propunham a criação de um boletim internacional. O diretor do periódico, o imigrante português Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos (1878-1920) – mais conhecido nos meios libertários como Neno Vasco – também tinha outra sugestão para o campo da comunicação, conforme registrou Edgar Rodrigues:

40 Em nossa análise, observaremos que o *Libera* também não teve “a figura do repórter profissional” (tão comum nos jornais comerciais). Portanto, houve por parte dos editores a mesma intenção de estabelecer, logo nos primeiros anos de existência, uma rede de informações anarquistas que envolvia a colaboração de libertários de todo o país. E, assim como *A Guerra Social*, o informativo também vai empreender, ao longo de toda sua história, um trabalho editorial de interpretação dos principais acontecimentos de seu imediato contexto social-histórico – tanto em nível mundial quanto local, com destaque para as notícias da cidade do Rio de Janeiro.

41 “Em dezembro de 1905, aparece em São Paulo o jornal *A Terra Livre*, fundado e dirigido por Neno Vasco, Manuel Moscoso e Edgard Leuenroth. Alternando a redação entre Rio de Janeiro e São Paulo, *A Terra Livre*, um dos mais importantes periódicos anarquistas da Velha República, será publicado até julho de 1910, num total de 75 números.” (ADDOR, 2012, p.120). De acordo com Alexandre Samis, a alternância da redação entre as cidades se deveu, em grande parte, à ausência, no Rio de Janeiro, de um jornal com as mesmas características revolucionárias. (Observação feita durante o Exame de Qualificação, realizado em março de 2016).

Neno Vasco, o diretor de *O Amigo do Povo*, desencadeou uma grande polêmica com os acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, propondo a simplificação da ortografia portuguesa. Esta contenda continuou, depois, através do jornal anarquista *A Terra Livre*, de São Paulo. (RODRIGUES, 1997, p.23).⁴²

Neno Vasco e outros libertários estavam se preocupando com a máxima comunicabilidade de suas mensagens – uma preocupação que a própria mídia burguesa vai adotar ao longo de sua evolução, culminando com a adoção do *lead*, que busca transmitir a mensagem de forma objetiva, sucinta e atraente para o leitor.⁴³

O papel de Neno Vasco como ativo propagandista foi destacado por Edgar Rodrigues – e reforçado por Carlos Addor:

Neno Vasco tinha retornado a Portugal em 1911, depois de dez anos vivendo no Brasil e, segundo Rodrigues, com sua volta à terra natal, desaparecia o jornal *A Terra Livre* e “caía o vigor da propaganda anarquista no Brasil”, tamanha era a vitalidade do trabalho de divulgação de ideias libertárias do militante ácrata. [...] **Neno Vasco era um dos mais importantes propagandistas do anarquismo em língua portuguesa aqui no Brasil [...]**. Vasco tinha também sempre tentado estimular entre Brasil e Portugal uma “[...] permuta de ideias, de correspondência, de publicações, de contribuições pecuniárias – e sobretudo de homens [...] [com a qual] muito terão a ganhar os movimentos anarquistas de Portugal e do Brasil [...]”. (ADDOR, 2012, p.139. Grifos meus).⁴⁴

A atuação de Neno como jornalista libertário no Brasil também é ressaltada por Alexandre Samis, que ainda destaca o papel fundamental da imprensa libertária na

42 Registre-se que o jornal *A Voz do Trabalhador* adotou a reforma ortográfica sugerida por Neno Vasco e outros anarquistas da época. (Observação do prof. Alexandre Samis no Exame de Qualificação).

43 “O *lead* é uma importante conquista da informação jornalística, pois representa a reprodução sintética da singularidade da experiência individual. [...] O caráter pontual do *lead*, sintetizando algumas informações básicas quase sempre no início da notícia, visa à reprodução do fenômeno em sua manifestação empírica, fornecendo um epicentro para a percepção do conjunto. É por esse motivo que o *lead* torna a notícia mais comunicativa e mais interessante. [...] esse momento mais agudo da síntese pode estar localizado no segundo parágrafo, no meio ou mesmo no fim da notícia, obtendo-se efeito semelhante.” (GENRO FILHO, 2012, p.205-206).

44 As citações de Edgar Rodrigues que Addor reproduz nesse trecho são do livro *Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Para saber mais sobre Neno Vasco, ver: SAMIS (2009a; 2009b), CORRÊA (2011) e SILVA, T.L., (2012 e 2014).

organização dos militantes:

Ao chegar ao Brasil em 1901, Neno Vasco articulou-se muito depressa com os anarquistas residentes no país. Em São Paulo, ajudou a criar, no ano de 1902, o primeiro jornal libertário de língua portuguesa de publicação regular, *O Amigo do Povo*. Dessa iniciativa participaram alguns dos mais conhecidos anarquistas do Rio de Janeiro, imigrantes e nacionais, através da elaboração de artigos e divulgação do periódico. A importância de tal empreendimento, assim como o de outros da mesma natureza, não se esgotava na simples exposição diletante de opiniões. **Jornais como *O Amigo do Povo* cumpriram o papel de fórum deliberativo informal do movimento anarquista nos seus primeiros anos. Forjaram, mesmo na esfera pública burguesa, um lugar definido para o livre debate das ideias, o *locus* fundamental para a circulação de teses, traduções e sínteses políticas. O primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906, no Rio de Janeiro, foi, não apenas tributário, mas um dos resultados concretos da mobilização, em grande parte animada pela imprensa libertária,** de iniciativas e energias que se encontravam dispersas. (SAMIS, 2009b. Grifos meus.).

Assim como Neno Vasco, outros anarquistas vão se preocupar com uma comunicação cada vez mais eficiente e disseminada. Esse desejo pode explicar a simpatia dos ácratas pelo esperanto, uma língua deliberadamente criada para ser um idioma universal.

No sentido de tentar facilitar a comunicação entre operários de muitos países, portadores de culturas várias e falantes das mais diversas línguas, militantes e pensadores anarquistas sempre incentivaram os estudos do esperanto, a “língua auxiliar universal”, criada pelo médico polonês Lazar Zamenhof e por ele divulgada em 1887. (ADDOR, 2012, p.129).⁴⁵

Dedicados comunicadores, os socialistas libertários também diversificaram seus meios de propaganda. Não eram só impressos. A comunicação oral também fazia parte do cardápio, lembrando que os próprios jornais eram lidos em voz alta, em reuniões e assembleias.

45 “Em agosto de 1907, de 12 a 19, é realizado no Rio de Janeiro um Congresso Esperantista. Dele veio participar o libertário francês Paul Berthelot, que por algum tempo permaneceu no Brasil.” (ADDOR, 2012, p.130).

Ao longo do ano de 1907, militantes libertários, dentre eles Carlos Dias, Oreste Ristori e Edgard Leuenroth, continuam pregando, semeando ideais anarquistas, através de **conferências, debates públicos, folhetos e jornais**. Nos últimos meses desse ano, a Federação Operária realiza “**uma verdadeira excursão de propaganda**”, percorrendo **diversos bairros** da capital e chegando a várias cidades do estado. (Ibid. p.130. Grifos meus.).

Em 1915, no Rio de Janeiro, foi realizado o I Congresso Anarquista Sul-Americano. Entre as teses e moções aprovadas, uma delas dizia respeito à importância do jornalismo libertário, decidindo-se pelo “desenvolvimento e aperfeiçoamento da imprensa anarquista” (Ibid. p.169). E, naquele mesmo ano, fundava-se o Grupo de Propaganda Anarquista de Niterói, que atuou até 1918.⁴⁶

Em 1917, um acontecimento marcante na história da comunicação anarquista brasileira: em junho daquele ano era fundado, em São Paulo, o jornal *A Plebe*, “um dos mais importantes periódicos da imprensa libertária na Primeira República” (Ibid. p.175). Seu primeiro diretor foi Edgard Leuenroth, que talvez tenha sido o ácrata que melhor mesclou as identidades de *tipógrafo, jornalista e militante*, com uma atuação que extrapolou os meios operários.

Personagem marcante do anarquismo brasileiro das primeiras décadas da República, Leuenroth também atuou na mídia hegemônica, nos arquivos do *Jornal de São Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Última Hora* e *O Globo*. Também foi um dos defensores da organização sindical dos profissionais de imprensa. Nesse sentido, produziu um trabalho sobre a organização dos periodistas brasileiros entre 1908 e 1951, como contribuição aos debates do Quarto Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em

46 “O número 2 do *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, de março de 1918, noticia que 'o Grupo de Propaganda Anarquista de Niterói, fundado em 1915, continua com apreciável tenacidade a sua obra de propaganda'. São arrolados 11 manifestos e/ou boletins divulgados pelo grupo, de novembro de 1915 a fevereiro de 1918.” (Id. p.186).

Recife/PE, em 1951 (LEUENROTH, 1987). Seu papel como organizador da classe foi destacado pela historiadora Yara Aun Khoury:

Leuenroth foi mais além [*do jornalismo operário e anarquista*] ao participar da organização de muitas associações de imprensa, de congressos nacionais e internacionais e ao ter a preocupação constante de registrar essas mobilizações e de organizar acervos de determinados periódicos e o seu próprio. Para ele não bastava exercer o jornalismo como forma de luta; era preciso preservar a memória dessa mesma luta, pois, para os anarco-sindicalistas, o jornal representava um dos veículos básicos da educação e da arregimentação da classe; era organizado, montado e distribuído em função desse objetivo”. (KHOURY. Prefácio. In: LEUENROTH, 1987, p.17).

Aquele ano emblemático de 1917 seria ainda marcado por “duas das mais importantes greves operárias da Primeira República” (Ibid. p.176): uma em São Paulo; outra na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro. Como causas comuns, a questão da carestia e o agravamento das condições de vida da classe operária. No caso da greve geral paulista, um fato vai chamar a atenção: o protagonismo dos jornalistas – tanto do lado operário quanto da imprensa burguesa. Com a agitação social que se instalara na cidade, foi proposta a criação de uma “comissão de imprensa”, formada por nove jornalistas, representando oito periódicos.⁴⁷ A importante função deles era “mediar as negociações dos operários em greve com os patrões e o governo” (Ibid. p.177-178).

A virada das décadas 1910-1920 foi efervescente para os movimentos de trabalhadores nos dois principais centros urbanos do país. E um acontecimento mexeu muito com os corações e mentes, tanto dos grupos revolucionários de esquerda (eufóricos e esperançosos) quanto das classes dominantes (enfurecidas e alarmadas com o ameaçador exemplo). Estamos falando da influência da Revolução Russa e o crescimento da mobilização proletária, episódios que vão marcar a conjuntura entre

⁴⁷ Entre os periódicos representados estavam o *Correio Paulistano*, o *Jornal do Commercio* e o *Estado de São Paulo* (SACONI, 2012). Para informações sobre a cobertura da greve de 1917 nas páginas de *A Plebe*, ver Strongren (2015).

1917 e 1921. Addor descreve assim o período:

A organização e a mobilização dos trabalhadores urbanos, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, segue crescendo e o ano de 1917 abre a conjuntura, que se estenderá até 1920-1921, de maior ascensão do movimento operário e sindical na Primeira República brasileira, que reflete no plano internacional a vitória da Revolução Russa e seu ineditismo: pela primeira vez na história da humanidade, vai se consolidando uma revolução que se reivindica socialista, feita em nome do proletariado. Em decorrência, vão crescendo, em escala internacional, a mobilização e a organização dos trabalhadores nos anos iniciais do pós-Primeira Guerra Mundial. No mundo do trabalho organizado, cada vez mais se acredita que o capitalismo estaria com seus dias contados, e que a Revolução Soviética, “primeiro elo” de um processo mundial, rapidamente se propagaria por todos os países e continentes – vai se estabelecendo um clima de verdadeira “euforia revolucionária”. (Ibid. p.171).

É óbvio, mas precisamos dizer: todo esse contexto vai ser registrado na imprensa da época, mobilizando diversos matizes político-ideológicos. O diário *A Noite*,⁴⁸ de tendência liberal, publicava em abril de 1917: “A Revolução Russa está à vista. **Os anarquistas tomam a frente de sua propaganda no Brasil**, e ganham novos adeptos com o chamado programa maximalista de Lênin”. (RODRIGUES, *Nacionalismo e cultura social*, 1972, p.144. Apud ADDOR, 2012, p.174. Grifos meus).

Naquele momento, os socialistas libertários abraçaram a causa da revolução, defendendo o que ela tinha de mais próxima da democracia e da ação diretas valorizadas pelos anarquistas. Ou seja: ressaltando o caráter popular e de base dos *soviets* – os conselhos formados por operários, camponeses e soldados. Addor observa que, num primeiro momento, “visões de mundo e projetos políticos [...] se confundem, se interpenetram e se interinfluenciam.” (ADDOR, 2012, p.174).

Apesar dos ataques da imprensa burguesa, os anarquistas intensificam a organização e o trabalho de comunicação. Em janeiro de 1918, militantes se reúnem

48 Jornal carioca diário e vespertino, publicado a partir de 1911 e extinto em 1957. Um de seus fundadores foi Irineu Marinho (1876-1925), que lançaria, em 1925, o jornal *O Globo* – que seu filho, Roberto Marinho (1904-2003) comandaria a partir de 1931, partindo desse veículo para mais tarde criar o império midiático do Grupo Globo. (FERREIRA, s.d. Acesso em: 21 dez. 2015).

com o objetivo de criar a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, que surgiria para “congregar esforços na propaganda geral e básica da anarquia”. Entre as resoluções do grupo, a “publicação mensal de um boletim, ao qual se dará uma feição serena e principalmente documentária.” (*Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, nº1 e nº2, fevereiro e março de 1918. Apud ADDOR, 2012, p.185).

Crescem os boatos de uma “projetada greve geral”, o que desperta as críticas tanto da imprensa burguesa quanto dos grupos sindicalistas “amarelos”, contrários à radicalização revolucionária e dóceis em relação ao sistema estabelecido. As autoridades aproveitam para construir “a imagem do joio, em oposição ao trigo”. Aurelino Leal, então chefe de polícia do Distrito Federal, escreve artigos no *Jornal do Brasil*, dos dias 13 e 14 de abril de 1918, contra a projetada União Geral dos Trabalhadores, que viria a substituir a Federação Operária do Rio de Janeiro. Em suas palavras, tratava-se de um “antro de anarquistas [...] aqui vivendo em perene abuso de nossa índole hospitaleira e da liberdade de nossas leis.” (Apud ADDOR, 2012, p.188).

A despeito da ira das elites, a comunicação revolucionária anarquista não cessou, como fica claro no trecho a seguir:

[...] continua o trabalho de organização sindical e de propaganda libertária, esta sendo realizada não apenas pela Aliança Anarquista, mas também por diversas associações de classe, que promovem regularmente conferências, palestras, peças teatrais e até um curso de Sociologia [...] na sede da União dos Operários da Construção Civil. (ADDOR, 2012, p.188).

Aquele ano de 1918 ainda seria marcado por um dos episódios mais emblemáticos do anarquismo carioca (e brasileiro): a Insurreição Anarquista de 18 de novembro. Foge de nosso objetivo entrar em detalhes sobre esse acontecimento, já

abordado pela historiografia especializada.⁴⁹ Interessa-nos, contudo, perceber algumas contendas discursivas que terão espaço na imprensa da época. Nesse sentido, fica evidente como a questão simbólica é fundamental no contexto da luta de classes, no cenário de enfrentamento de projetos distintos de sociedade.

Depois da revolta de 18, veículos como o *Jornal do Brasil* publicam artigos em que identificam anarquistas como “agitadores profissionais” ou “bandoleiros” inebriados por uma “alucinação revolucionária” (*Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1918. Apud ADDOR, 2012, p.207). Mas, como argumenta Addor, nenhuma surpresa na atitude de um jornal que defendia a posição das classes dominantes. O surpreendente – “até certo ponto”, como salienta o autor – é que um jornal como *A Razão*, que se intitulava defensor da “causa das classes que trabalham”, publicasse um artigo bastante contundente contra os libertários. O texto “O joio e o trigo” identificava os anarquistas como “arruaceiros previamente contratados pelos políticos [SIC], dos quais se tem feito eco certa imprensa que vive a pregar a subversão social e política” (*A Razão*, 19 de novembro de 1918. Apud ADDOR, 2012, p.207).

Esse confronto de ideias é muito rico para compreendermos o quão complexo é o tecido histórico-social, onde algumas generalizações podem ser perigosas – como, por exemplo, achar que todo operário era necessariamente revolucionário. Por outro lado, podemos comparar a postura da grande imprensa da época com a mídia hegemônica de nosso tempo, que parece não ter se alterado muito em relação a sua leitura sobre movimentos sociais como o anarquismo.

Igualmente complexas foram as consequências tanto da insurreição de 1918 quanto das grandes greves que marcaram o ascenso do movimento operário e sindical

49 Para mais detalhes sobre a Insurreição Anarquista de 1918, consultar a obra pioneira de Carlos A. Addor (1986), que recentemente ganhou 3ª edição, revista e atualizada (ADDOR, 2015). O tema também foi objeto da dissertação de Wellington Barbosa Nébias (2009).

nos anos 1917-1920. Como observa Addor, houve resultados desastrosos para os trabalhadores organizados (como “a violenta escalada repressiva e fechamento de várias associações e sindicatos”), mas também um legado menos negativo, pois a questão social ganhava “as manchetes das primeiras páginas da grande imprensa”, contribuindo “para chamar a atenção do Estado (e do patronato)” e “acelerando o encaminhamento, ao nível do poder público, da produção de uma legislação social.” (ADDOR, 2012, p.211).

Avançando para a década de 1920, pode-se dizer que ela foi caracterizada como “um período de transição entre dois padrões de constituição do Estado, dois padrões de dominação burguesa no Brasil.” (Ibid. p.238). E ainda:

Num primeiro momento, a hegemonia dos agrários ou de uma burguesia agroexportadora, articulada em torno do eixo liberalismo/federalismo, e que tem sua contrapartida no Estado liberal, federativo e oligárquico [...]. Num segundo momento, ocorre o lento e complexo processo de construção da hegemonia de uma fração urbano-industrial da burguesia, que tem como sua primeira etapa a “invenção do trabalhismo” e a formação de um Estado nacionalista e autoritário, ancorado, dentre outras bases de sustentação, num sindicalismo corporativista, marcado pela heteronomia, pela perda da autonomia vigente no período anterior. (Ibid. p.238).

Eram os tempos da crise do liberalismo, que vai marcar o período entre guerras (1918-1939). Assim,

As democracias liberais estão cada vez mais emparedadas entre, de um lado, a consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e, de outro, a ascensão, na Europa Ocidental, do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha (e, complementarmente, do franquismo e do salazarismo na Península Ibérica). [...] Essa polarização política, esquerda x direita, que assume uma clareza e uma força talvez inéditas na história internacional, irá repercutir fortemente no Brasil, ainda com mais nitidez na década de trinta. (Ibid. p.239).

Nos meios operários e intelectuais, um fato marcante foi o embate entre anarquistas e comunistas bolchevistas. Nesse sentido, importantes militantes libertários mudam de lado e passam a seguir a cartilha política do Partido Comunista da União Soviética – “embora a grande maioria dos anarquistas tenha se mantido fiel aos seus princípios e valores” (Ibid. p.241). Entre os novos seguidores do marxismo-leninismo destacavam-se Astrojildo Pereira, Álvaro Palmeira, Antonio Bernardo Canellas, Joaquim Barboza Diniz, Otávio Brandão e Luiz Peres.

Depois da euforia inicial com a revolução na Rússia, os anarquistas brasileiros vão receber notícias de que socialistas libertários sofriam com a repressão bolchevique. As mensagens são divulgadas pela imprensa ácrata. No jornal *Libertà*, de São Paulo, são publicadas denúncias sobre o fuzilamento de anarquistas. José Oiticica, um dos intelectuais mais importantes do movimento, aprofundou a crítica aos “novos rumos” da Revolução Russa. Além disso, responde, também via imprensa, em 1922, ao apelo de Victor Serge, feito em junho de 1921, para que os anarquistas aderissem ao bolchevismo. (Ibid. p.245).⁵⁰

Os libertários que preferiram permanecer fiéis ao anarquismo continuavam com a luta nas trincheiras da comunicação. Ao longo de 1922 e 1923, foram fundadas “diversas escolas, e vários centros de cultura e/ou de propaganda doutrinária, espalhados pelo país.” (Ibid. p.251). Nessa época, foi criado o Grupo de Propaganda Social, de Niterói/RJ – cidade que já fora o berço do anteriormente citado Grupo de Propaganda Anarquista de Niterói, de 1915.

Os anos 20 também foram caracterizados, segundo Addor, pelo declínio do

50 Disse Oiticica: “Não é exato que os anarquistas sejam hostis à Revolução Russa. Não há, penso eu, um só verdadeiro anarquista no mundo que não tenha exultado com ela. [...] O que os anarquistas condenam são certos princípios bolchevistas e certas práticas contraproducentes, irrevolucionárias e perigosíssimas para a própria revolução [...]”. [OITICICA. Apud RODRIGUES, *Novos rumos: pesquisa social (1922-1946)*, 1978, p. 78-81. Apud ADDOR, 2012, p. 245].

movimento operário e sindical (Ibid. p.252). Além disso, havia um clima de instabilidade política no país, com crise intraoligárquica, emergência de novos sujeitos sociais (como o movimento tenentista) e rupturas estético-culturais (como a do movimento modernista, por exemplo). Em meio à rebelião militar dos tenentes e eleições tensas – e fraudulentas –, Artur Bernardes toma posse em novembro de 1922. Quase todo seu governo foi sob estado de sítio. Para o movimento anarquista, isso significou um recrudescimento da repressão, que se materializou em fechamento de sindicatos, prisões em massa, deportações e, claro, dura perseguição aos jornais e jornalistas revolucionários.

A despeito da repressão, a década de 1920 foi de intensa propaganda anarquista.⁵¹ E uma figura se destaca como jornalista-militante: o português José Marques da Costa (1898[?]-1964).⁵² Entre 1923 e 1924, Marques da Costa escreveu uma coluna em um jornal que não era operário nem anarquista: o diário matutino *A Pátria*.⁵³ Neste veículo, ele redigia “Seção Trabalhista”, na qual fazia a “defesa dos sindicatos revolucionários contra os ataques do governo ditatorial de Artur Bernardes,

51 Um exemplo de ato repressivo que dificultava a comunicação anarquista foi a Lei de Imprensa (Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923). De autoria do senador Adolfo Gordo, o decreto, entre outros pontos, “proibia o anonimato, quer nas seções editoriais, quer nas seções livres dos jornais, só permitindo a publicação sem assinatura de notícias, anúncios, avisos, propaganda, editais e outros da mesma natureza; instituía o direito de resposta e tornava o processo mais rápido e garantidor.” (LANG, s.d., p.7). A proposta causou polêmica, suscitando uma onda de críticas por parte da imprensa, de associações e parlamentares. Na época, algumas pessoas afirmaram “que a lei fora proposta com a intenção de coibir a imprensa operária, tendo em vista os movimentos anarquistas de 1917 e 1919.” (Id. p.8). Entre os artigos do decreto, punia-se a “publicação de segredos do Estado” (Art.2º); a “ofensa feita pela imprensa ao Presidente da República” (Art.3º); e a “ofensa à moral pública ou aos bons costumes” (Art.5º). Lei disponível na íntegra em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

52 Marques da Costa é uma figura importante também para entender a construção da identidade anarquista dos militantes dos anos 1990-2000. No caso do grupo editor do *Libera*, ligado à FARJ, o nome do ácrata português foi escolhido para batizar o Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC), criado em 2005. Entre os objetivos do NPMC, está o de “conservar, preservar ou defender a memória anarquista”. (MEMÓRIA é Luta. *Emecê*, nº 1, s.d., p.1).

53 Jornal carioca fundado em 14 de setembro de 1920 e extinto em 1940. Seu fundador foi João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, também conhecido como Paulo Barreto ou João do Rio. Com sua morte, em 1921, o periódico passa ao controle de Francisco Valadares, ligado ao grupo político de Artur Bernardes. “Quando Artur Bernardes assumiu a presidência da República, em 15 de novembro de 1922, Valadares foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal, o que significou um estreito envolvimento de seu jornal com o governo”. (FERREIRA, s.d. Acesso em: 20 dez. 2015).

dos bolchevistas do PCB e seus aliados cooperativistas ('amarelos')” (MEMÓRIA é Luta, s.d., p.1).⁵⁴

A partir da leitura da coluna de Marques da Costa, constatamos a presença de “grupos especificamente anarquistas no seio das associações de classe”. Esses coletivos eram, segundo Renato Ramos, organizações com intensa atividade militante e cultural, “chamadas naquela época de 'grupos de propaganda'.” (RAMOS, 2005, p.2).

O mais conhecido desses era o grupo “Os Emancipados”, o único que não era ligado a nenhum sindicato. Este reunia tanto “intelectuais”, como José Oiticica, Florentino de Carvalho, Fábio Luz, João Gonçalves e Carlos Dias, e operários como o barbeiro Amílcar dos Santos, o estucador Diamantino Augusto, e muitos outros. **“Os Emancipados” tinham como principal objetivo a propaganda do anarquismo junto aos trabalhadores** (o grupo publicava a revista *A Revolução Social*) e apoiar os sindicatos através de conferências. (Ibid. p.2. Grifos meus.).

Na Seção Trabalhista, podemos observar ainda a articulação entre grupos de propaganda da época, com o objetivo de intensificar a comunicação anarquista. Nesse sentido, o já citado Grupo de Propaganda Social de Niterói unia forças com Os Emancipados, como observou Renato Ramos:

Do outro lado da Baía de Guanabara, os libertários da Liga Operária da Construção Civil reuniam-se no Grupo de Propaganda Social de Niterói, que em janeiro de 1923 reuniu-se com o grupo “Os Emancipados” para intensificar e organizar a propaganda libertária nas duas capitais. (Ibid. p.2).

54 Mas o trabalho jornalístico de Marques foi maior, conforme explicitado no trecho a seguir: “Além de redator da coluna de *A Pátria* no Rio, Marques da Costa foi militante do Sindicato da Construção Civil em Belém e em Manaus. Em Belém dirigiu o jornal *A Revolta* em 1919, além de *O Trabalhador*, órgão da Federação Operária do Pará, e *O Semeador*, publicação sindicalista revolucionária. No Rio de Janeiro Marques da Costa foi secretário-geral da Federação Operária do Rio de Janeiro e coordenador de seu órgão *A Voz do Povo*. Ainda no Rio fundou a revista *Renovação* e o jornal *O Trabalhador*. (MEMÓRIA é Luta, s.d., p.1).

Em 1924, um dos mais importantes levantes militares da Primeira República também contou com anarquistas entre seus personagens: a Rebelião de São Paulo, em julho, protagonizada pelo movimento tenentista.⁵⁵ Aqui, mais uma vez, a imprensa libertária teve papel de destaque, conforme registra Carlos Addor:

Neste contexto [*da Revolta de 1924*], *A Plebe* publica um manifesto de apoio ao “movimento revolucionário”, que despertava “uma certa esperança”, assinado por dezenas de militantes anarquistas, dentre eles Pedro Mota (então diretor do jornal), José Righetti, Francisco de Simoni, Antonino Dominguez, João Peres, José Sarmiento, Rodolfo Felipe, Marino Spagnolo, Pedro Zanella, Afonso Festa. (ADDOR, 2012, p.262).

Todavia, foi frustrado o afã libertário de tomar parte de uma revolta potencialmente “revolucionária”. Os projetos em jogo – o anarquista, de um lado, e o tenentista, de outro – eram bem diferentes.⁵⁶

A onda de repressão estatal depois da revolta vai atingir muitos ácratas. Entre os detidos, vários signatários do manifesto publicado por *A Plebe*. Muitos dos presos foram enviados para a colônia penal de Clevelândia, no Amapá, “onde vários faleceram, vítimas de maus-tratos, precaríssimas condições, doenças tropicais diversas e total ausência de assistência médica.” (Ibid. p.264).⁵⁷ A Rebelião de 1924 também foi o motivo encontrado pelas autoridades para deportarem Marques da Costa.⁵⁸

55 Sobre a participação anarquista na Rebelião de 1924, consultar Carlo Romani (In: ADDOR, DEMINICIS, 2009, p.51-68).

56 “Com as ruas tomadas por combates entre tropas legalistas e rebeldes, grupos operários, de forma improvisada, pouco organizada, tentam se aproximar dos 'revolucionários', oferecendo apoio e solicitando armas para combater. Entretanto, a presença de estrangeiros (são formados, precariamente, 'batalhões estrangeiros') e de anarquistas, aliada à [...] desconfiança dos militares em relação aos civis [...], impede a construção de uma aliança política mais sólida entre os militares rebeldes e as associações operárias. Isidoro [*Dias Lopes, general reformado do Exército e um dos líderes do movimento*] se recusa a dar armas aos anarquistas. A 'revolução' dos tenentes era uma; a dos libertários, outra. O levante de 1924 em São Paulo reafirma que os militares rebeldes se propunham a fazer uma 'revolução' em nome do povo, em seu lugar, substituindo-o, mas não se propondo a organizá-lo. 'Representação e justiça', mas não 'Revolução social’”. (ADDOR, 2012, p.262-263).

57 Sobre a colônia de Clevelândia, ver Samis (2002).

58 “Preso por haver discursado durante comício de 1º de Maio na Praça Mauá no Rio as autoridades não encontraram pretexto para deportá-lo, o que só veio a ocorrer quando de sua nova prisão após o levante de

Com o fim do mandato de Artur Bernardes, e também do estado de sítio, houve relativo restabelecimento de liberdades. Isso se refletiu na tentativa de reorganização do movimento operário. Nesse sentido, ganha vulto uma campanha internacional que terá como grande divulgadora a imprensa anarquista e operária: as manifestações em favor da libertação dos anarquistas Nicolau Sacco e Bartolomeu Vanzetti.⁵⁹ *A Plebe*, que voltara a circular no início de 1927, era um dos periódicos mais engajados na campanha. Infelizmente, os italianos são injustamente executados em 27 de agosto de 1927. Não bastasse isso, uma nova escalada de repressão atinge operários e anarquistas no Brasil, com destaque para a censura sobre a imprensa.⁶⁰

Mesmo com a lei de censura, surgem novas publicações. Também são fundados centros de cultura, como o Ateneu de Cultura Popular, em São Paulo. A propósito, o trabalho cultural e artístico dos libertários⁶¹ foi ressaltado em artigo de Renato Ramos.

Simultaneamente à organização dos trabalhadores em associações de classe e ao aparecimento da imprensa operária, surgiram nas primeiras décadas do século passado inúmeros grupos de teatro social e musicais, que envolveram um sem número de trabalhadores e seus familiares. (RAMOS, 2009, p.1).

Ramos nos conta que, no início dos anos 1920, havia no Rio de Janeiro

São Paulo a 5 de julho de 1924”. (MEMÓRIA é Luta, s.d., p.2).

59 “No caso específico de Sacco e Vanzetti a campanha e os protestos a seu favor parecem haver se iniciado em outubro de 1921 com a formação no Rio de um Comitê Popular de Agitação Pró-Sacco e Vanzetti, a exemplo do que havia sido organizado nos Estados Unidos, com ramificações em vários estados brasileiros. [...] Dentro do quadro mundial de protestos contra o assassinato de Sacco e Vanzetti pelo Estado e o Capital dos EUA, certamente os trabalhadores do Rio, sob orientação anarquista e sindicalista revolucionária marcaram acentuada presença”. (SACCO e Vanzetti. O protesto no Rio de Janeiro. *Emecê*, nº 7, 2007, p.1).

60 “A campanha pró-Sacco e Vanzetti acabou por se constituir em pretexto para mais uma escalada repressiva. Nesse mesmo mês [*agosto de 1927*] é aprovada no Brasil a Lei Aníbal de Toledo, que logo passa a ser conhecida como “lei celerada”, uma lei de censura ou “mordaça” à imprensa. A aprovação dessa lei define bem os limites da “abertura política” promovida por Washington Luiz. Com base nessa lei, *A Plebe* volta a ser “alvo da ira das autoridades”. (ADDOR, 2012, p.270).

61 Entre os autores que tratam da cultura anarquista no Brasil, não podemos deixar de citar Edgar Rodrigues (1992) e Francisco Foot Hardman (1983).

diversos agrupamentos dramáticos e musicais, entre os quais o Grupo Arte e Instrução, o Grupo de Teatro Social, o Grupo Dramático Germinal e a Orquestra Social 4 de Abril. No trecho abaixo, notamos que, além do entretenimento (um importante alento em meio à dura jornada de trabalho dos operários), as manifestações artísticas eram estrategicamente utilizadas para a disseminação de ideias, compondo, assim, o quadro mais amplo da comunicação ácrata.

Em 1923, apareceu o principal grupo dramático e musical operário da cidade até os anos 30: o Renovação (Theatro e Música). Este, em suas bases de acordo, apresentava como um dos seus objetivos “batalhar ao lado das organizações obreiras, disseminando ideias para o advento de uma sociedade nova, de indivíduos livres e iguais em atribuições e direitos”. (Ibid. p.1).⁶²

O papel do teatro libertário como instrumento eficaz da comunicação ácrata foi ressaltado por Edgar Rodrigues, que chega a dizer que “a arte dramática foi, por muitos anos, um grande veículo de propaganda nos meios operários e anarquistas” (RODRIGUES, 1969, Apud ADDOR, 2012, p.133). Por seu caráter oral, acrescido da utilização de elementos da linguagem não verbal, a mensagem do teatro anarquista podia alcançar um grande número de receptores, que não tinham acesso ao texto escrito dos jornais, como crianças, analfabetos e idosos com dificuldades de leitura. Era simultaneamente uma forma de entretenimento e conscientização.⁶³

62 “O Renovação era constituído por dois órgãos autônomos: o Quadro de Amadores (Corpo Cênico) e a Orquestra, sendo administrado por uma comissão de cinco membros eleita semestralmente, formada por secretário-geral, bibliotecário, tesoureiro e dois secretários adjuntos, um de cada órgão. Do Corpo Cênico participavam além das famílias Matera, Soares (de Primitivo Raimundo Soares, mais conhecido como Florentino de Carvalho) e Oiticica (José Oiticica era ensaiador), muitos militantes importantes da época, como Domingos Passos, José Rezza, Antonio Leite e Marques da Costa. Da Orquestra, ensaiada por Affonso da Silva, podemos citar o anarquista ucraniano Ossep Stefanov (violinista) e o militante da construção civil Henrique Ferreira, que além de maestro tocava violoncelo e violino.” (RAMOS, 2009, p.1-2).

63 Com base em informações da Seção Trabalhista do jornal *A Pátria* (de 11 de maio de 1923), Renato Ramos faz uma viva descrição de um festival operário-anarquista, que conjugava diversão e informação: “Como um bom exemplo para ilustrar as atividades de teatro social anarquista no Rio de Janeiro, podemos focalizar o **Grande Sarau Literário-Musical de Propaganda Social e de Confraternização**

O investimento anarquista em diversas formas de comunicação durante a Primeira República (1889-1929) pode também ser explicado pelo contexto de disputas político-ideológicas na época – tanto contra o Estado liberal-oligárquico brasileiro⁶⁴ como no embate com outras correntes do movimento operário.⁶⁵ Nesse sentido, era preciso persuadir, conquistar adeptos para sua ideologia. Para cumprir esse objetivo, nada mais importante do que comunicar com eficiência e alcance. Um trabalho que os ácratas não deixarão de executar ao longo de sua história, nem mesmo nos períodos em que sua inserção de massas foi comparativamente menor do que a observada na Primeira República.

Proletária, típico festival de propaganda e de lazer, organizado pelos próprios trabalhadores no dia 12 de maio de 1923 na sede dos gastronômicos, à Rua Buenos Aires, 235. Este começou com o público entoando *O Sol dos Livres* (canção libertária com letra de Santos Barbosa e música de E. di Cápua) acompanhado pela orquestra, seguido de uma breve conferência de Marques da Costa. Na sequência da 1ª parte do evento, a pequena América Matera (filha do anarquista italiano Pedro Matera) declamou a poesia *Liberdade*; o operário maleiro Antônio Vaz, fundador do Laborista Esperantista Grupo, proporcionou à plateia a peça *Um Monólogo* (muitas vezes Vaz declamava, por 10 minutos, um texto em esperanto); o operário gastronômico Manuel Pereira entoou *A Voz do Povo*, e o ator português Julio Moreno, o famoso e apreciado monólogo dramático *O Cavador* (de Avelino de Souza). A 2ª parte do festival consistiu em uma tómbola (sorteio) e leilão de objetos oferecidos pelos trabalhadores, **sendo a renda revertida para o sindicato e para a edição do livro *Da Escravidão à Liberdade***, de Florentino de Carvalho. A 3ª parte começou com Pedro Matera entoando um canto de sua autoria, seguido pela famosa peça *O Sertanejo Rebelde*, pelo Grupo Dramático 1º de Maio e, novamente, Julio Moreno cantando com o acompanhamento da orquestra o *Fado das Mãos*, que emocionava a todos. Encerraram o festival as famílias Matera e Soares [...]. Destaca-se nesse festival, como em quase todos os outros do período, o forte conteúdo social e o intenso envolvimento das famílias operárias, tanto nas apresentações como na organização e na assistência.” (RAMOS, 2009, p.2. Grifos meus em negrito).

64 Addor descreve o caráter do Estado brasileiro na Primeira República como “excludente e marginalizador, ao mesmo tempo liberal e oligárquico, antidemocrático e antissocialista, um Estado cujas bases de sustentação política – eminentemente rurais – prescindiam do apoio da então pequena classe operária.” (ADDOR, 2012, p.146).

65 “Nas três primeiras décadas da República, 1890-1920, três correntes político-ideológicas se confrontam, em seus esforços para organizar os trabalhadores urbanos, para conduzir o movimento operário e sindical em sua luta por melhores condições de vida e trabalho. Duas delas se propõem não apenas a esse objetivo mais imediato, mas também a construir uma sociedade nova, livre e igualitária, sem classes e sem exploração, sem Estado e sem dominação, a partir da supressão do capitalismo e do Estado burguês. São elas o socialismo libertário ou anarquismo – em especial a vertente anarcossindicalista – e o socialismo reformista ou institucional [...]. A terceira corrente organizatória, o chamado ‘trabalhismo carioca’, não questiona teoricamente os fundamentos do capitalismo nem elabora um projeto mais amplo de transformação radical da sociedade burguesa ou de construção de uma sociedade alternativa.” (Ibid. p.143).

1.2.2. Propaganda libertária no Brasil entre 1930 e 1964

De 1930 a 1945, os socialistas libertários vão perder espaço nos meios sindicais devido a uma série de fatores, entre os quais o crescimento da influência bolchevique (Partido Comunista) no campo socialista e um cenário desfavorável decorrente da “transição entre duas ordens políticas: [...] do liberalismo federativo e excludente das oligarquias agrárias à construção do sindicalismo corporativista, peça-chave do trabalhismo e do Estado autoritário varguista” (ADDOR, 2012, p. 40).⁶⁶

Os 15 anos que se seguem ao golpe intraoligárquico de 1930 – chamado por alguns de “Revolução de 30” – vão passar para a história como a “Era Vargas”. Dialogando com as reflexões de Boris Fausto e Luiz Werneck Vianna, Carlos Addor vai resumir assim a conjuntura daquele período:

A “Revolução de 1930” seria resultado da intervenção política de oligarquias regionais dissidentes, descontentes com a continuidade do modelo liberal-federativo e da hegemonia paulista. Com o aprofundamento das crises intraoligárquicas, já nos anos vinte, lideranças mineiras e gaúchas, com a participação da Paraíba, formam (também com a participação do Partido Democrático de São Paulo) a Aliança Liberal. Derrotadas nas urnas, apelam às armas. São os jovens filhos dessas oligarquias dissidentes (os “tenentes civis”) que, inconformados com a derrota eleitoral, fazem a articulação política da conspiração – constroem a ponte entre, de um lado, Antonio Carlos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, e, de outro, jovens lideranças políticas remanescentes do movimento tenentista. (Ibid. p.277-278).

Nesse contexto de formação de uma nova ordem – “nacionalista, autoritária

66 Não podemos deixar de incluir, como uma das causas da perda do “vetor social”, os próprios problemas internos do movimento anarquista. Alguns militantes da época deploravam o fato de os libertários não estarem organizados num agrupamento político específico. Nesse sentido, José Oiticica foi um dos que chamou atenção para esse fato: “No Rio de Janeiro, José Oiticica esclarecia que **uma das causas do refluxo do anarquismo teria sido a falta de uma organização específica** que pudesse agrupar os libertários. Em duas oportunidades o professor Oiticica empreendeu esforços para fundar grupos específicos: a Aliança Anarquista em 1918, que fora desarticulada com a repressão advinda da Insurreição da qual participou no mesmo ano, e o Partido Comunista em 1919, que apesar do nome, era uma organização anarquista, mas que também não perdurou.” (VIANA, 2008, p.1. Grifos meus.).

e corporativista” (Ibid. p.283) – foi criado, em novembro de 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O ato simbolizava um dos primeiros passos na construção de um “novo padrão de dominação burguesa”, no qual a “questão social” será, de certa forma, “reconhecida” pelo Estado – mas de maneira tutelar, corporativista, com os trabalhadores sendo cooptados por uma estrutura que vai lhes tirar a autonomia na luta contra o capital.⁶⁷

A conjuntura para os anarquistas, portanto, não era favorável. De um lado, o avanço do sindicalismo corporativista solapava o projeto do sindicalismo de intenção revolucionária, cooptando amplos setores das classes trabalhadoras. De outro, a repressão estatal – que vai se intensificar a partir de 1937, com o Estado Novo – tratava de varrer as associações ainda resistentes. Acrescente-se a isso o fato de que, entre os proletários, a influência das diretrizes da URSS vai conquistar cada vez mais adeptos, sobretudo num quadro de resistência ao avanço nazifascista no mundo.

A despeito dessas dificuldades, os anarquistas vão continuar seu trabalho *cultural-comunicacional* na década de 1930, visando justamente a reorganização e retomada do “vetor social” das décadas anteriores.⁶⁸ Entre suas iniciativas, podemos citar a fundação de um Centro de Cultura Social no Rio de Janeiro, em 1931, “intensificando a propaganda anarquista e o ensino racionalista, inspirado em Francisco Ferrer.” (Ibid. p.283). Naquele mesmo ano, jornais libertários serão lançados, apesar de

67 “O imposto sindical e a carteira de trabalho serão peças-chave na montagem de toda uma nova estrutura sindical inspirada no modelo corporativista do fascismo italiano, a partir da qual os sindicatos operários perdem sua autonomia e sua identidade de associações de natureza jurídica privada, sendo absorvidos pelo aparelho do Estado, pela ordem pública, a partir da lógica da heteronomia sindical. Vargas realiza e atualiza o projeto dos positivistas de incorporação tutelar do proletariado ao Estado e à sociedade, projeto [...] ensaiado por Hermes da Fonseca [*presidente do Brasil entre 1910 e 1914*]. Esse processo nada tem de linear, é complexo e permeado de tensões e contradições. De qualquer forma, penso que a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (a CLT), em maio de 1943, já no Estado Novo, consolida, como afirma seu nome, esse processo.” (ADDOR, 2012, p.283).

68 Para mais informações sobre o anarquismo do período pós-30, consultar os trabalhos de: Allyson B. Viana (2014); Sérgio A. Q. Norte (1994); Raquel de Azevedo (2002); Lucia S. Parra (2003); Nildo Avelino (2004); Rodrigo R. Silva (2005); e Edgar Rodrigues (1992b, 1993a, 1993b).

estar em vigor, desde novembro de 1930, um decreto do governo provisório que suspendia as garantias constitucionais, incluindo a liberdade de imprensa.⁶⁹

A luta contra o fascismo foi uma das trincheiras em que os anarquistas brasileiros procuraram atuar naquele período. Com a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em outubro de 1932, erguia-se em solo nacional uma organização de extrema-direita. A necessidade de resistir a essa ameaça aproximou, em algumas oportunidades, anarquistas e marxistas, como no caso da chamada “Batalha da Praça da Sé”, em outubro de 1934 – um acontecimento que, segundo Alexandre Samis, “talvez tenha sido a última grande aparição anarquista de expressão, antes do Estado Novo em 1937.” (SAMIS, 2004, p.177).⁷⁰

Diante da convocação pela AIB de um desfile-comício, forças antifascistas – anarquistas, comunistas, socialistas, democratas – se unem e conseguem impedir a manifestação integralista: o resultado da batalha campal é de cinco mortos e inúmeros feridos. A resposta das autoridades será a prisão de dezenas de militantes anarquistas (João Peres, Natalino Rodrigues, Manuel Martins entre eles) e a resposta dos integralistas será a depredação da sede da Federação Operária de São Paulo. Essa articulação efêmera de forças antifascistas, bem-sucedida em seu objetivo imediato de barrar o comício integralista, já antecipa a formação, no ano seguinte, da Aliança Nacional Libertadora. (ADDOR, 2012, p.293).⁷¹

No Rio de Janeiro, também havia um espaço cultural anarquista de resistência ao nazifascismo: uma livraria criada pelo casal de imigrantes italianos Nello Garavini (1899-1985) e Emma Neri (1897-1978), que, “perseguidos pelo estado fascista italiano, chegaram ao Rio em 1926, trazendo sua filha Giordana, nascida em outubro de

69 Alguns dos periódicos lançados em 1931: *A Revolução*, de São Paulo, dirigido pelo advogado anarquista Benjamin Motta; o *Spaghetti*, em sua terceira fase, órgão libertário e antifascista; e *O Trabalho*, jornal libertário lançado em 1º de maio, também em São Paulo. (ADDOR, 2012, p.284).

70 Mais sobre a Batalha na Praça da Sé em Samis (In: VIANNA et. al., 2014, cap.2).

71 Criada em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) se inspirava nas frentes populares antifascistas europeias. “Da ANL irão participar também militantes anarquistas (uma parte deles), a partir da compreensão de que o principal inimigo comum a ser combatido naquela conjuntura era o fascismo – e, aqui, sua versão ‘tupiniquim’, o integralismo.” (ADDOR, 2012, p.294).

1924.” (RAMOS, 2006, p.1).

Em 1933, os Garavini abriram na Praça Tiradentes, ao lado da entrada do Teatro Carlos Gomes [...], a “Minha Livraria”, um espaço que serviu até 1942 como ponto de encontro e de acaloradas discussões dos anarquistas e antifascistas. Em 1935, no rastro repressivo da “Intentona Comunista”, a Liga Anticlerical [*fundada por José Oiticica*] foi fechada e a livraria posta sob permanente observação pela polícia carioca. Com a eclosão da Guerra na Espanha, em 1936, mesmo com o incremento da repressão, os frequentadores da “Minha Livraria” buscaram reunir voluntários para lutar na guerra. (Id. p.1).⁷²

A insurreição comunista de novembro de 1935 serviu de pretexto para que o Estado varguista expusesse cada vez mais suas garras repressivas. Naquele ano, seriam promulgados a Lei de Segurança Nacional, o estado de sítio e o estado de guerra. O movimento anarquista também foi alvo da repressão, com militantes presos e jornais proibidos de circular. Edgar Rodrigues narra as agruras da imprensa anarquista e revolucionária da época:

[*O governo*] apreende quase todas as publicações libertárias, anticlericais, sindicalistas, socialistas e comunistas; escapando apenas no Rio Grande do Sul *Aktion*, editado em alemão pelo libertário Francisco Kniestedt, e *Humanidade*, minúscula publicação libertária, sem maior expressão para além de Porto Alegre; e em São Paulo, *O Trabalhador Padeiro*. Em São Paulo, foram presos os editores de *A Plebe* [Rodolfo Felipe] e [de] *A Lanterna* [Edgard Leuenroth], sofrendo os horrores do presídio Maria Zélia. (RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos: pesquisa social [1922-1946]*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978, p. 390-391. Apud ADDOR, 2012, p.303).

No período de ditadura estado-novista (1937-1945), os anarquistas buscaram apenas sobreviver, reduzindo drasticamente suas ações comunicacionais. Carlos Addor observa, a partir de seu diálogo com a obra de Edgar Rodrigues, que as

⁷² Mais informações sobre a “Minha Livraria” podem ser obtidas num vídeo-entrevista com Renato Ramos, produzido pelo Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino (LPPE), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aJTdEyLdjwg>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

vozes libertárias foram duramente sufocadas pela repressão.

A eficaz censura à imprensa imposta pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (o DIP), órgão criado pela ditadura estado-novista, a prisão de inúmeras lideranças e o fechamento de quase todos os jornais libertários, praticamente “reduziram o movimento anarquista ao silêncio”. As fontes de Edgar Rodrigues escasseiam. Sob o Estado Novo, o movimento operário vai sendo controlado, e o anarquismo apenas sobrevive. (ADDOR, 2012, p.310).

Com o advento da “experiência democrática” no Brasil (entre 1945 e 1964),⁷³ o movimento anarquista no Brasil vive um “ressurgir”, uma “nova aurora”.⁷⁴ E será novamente o jornalismo libertário que vai animar velhos e novos militantes, desejosos de retomar a inserção social do anarquismo.

Muitos dos militantes que participam da geração que decide reorganizar o anarquismo imediatamente no pós-guerra, foram formados sob essa cultura militante e operária, que atravessou decisivamente sua experiência e trajetória. José Oiticica, Edgar Leuenroth, Moacir Caminha, entre outros, formaram-se no contexto do sindicalismo revolucionário e do anarquismo nas três primeiras décadas do século XX em Rio de Janeiro e São Paulo. **Os periódicos editados pelos trabalhadores** – seja a imprensa explicitamente vinculada ao anarquismo ou os jornais que estavam ligados às entidades de classe na Primeira República – **eram fundamentais para constituir uma cultura política que podemos chamar de radical e necessariamente afinada com a experiência do mundo do trabalho.** (SILVA,

73 Addor chama a atenção para duas limitações daquela “nova experiência democrática na história brasileira”. Primeiro, a sobrevida da “legislação trabalhista de feição corporativa e de inspiração fascista.”. Já a segunda diz respeito ao sistema político-partidário de uma democracia que, por exemplo, “não permitirá a existência legal do partido comunista.”. Nesse sentido, a “anulação do registro do PCB, em maio de 1947, e a posterior cassação de mandatos dos parlamentares eleitos pela sigla, já em 1948, se inscrevem na lógica da Guerra Fria, que marca a nova conjuntura política internacional.” (ADDOR, 2012, p.323).

74 “Ressurgir” é o título do último capítulo do livro *Novos Rumos*, de Edgar Rodrigues, que tem “clara ligação com a temática e o título do livro que abre a segunda trilogia do autor [...]: a *Nova aurora libertária*.” (Id. p.317). Neste último trecho, Carlos Addor está se referindo ao livro *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)* [Rio de Janeiro: Achiamé, 1992]. Dando sequência aos livros de Rodrigues que cobrem o período 1945-1980, temos: *Entre ditaduras (1948-1962)* e *O ressurgir do Anarquismo (1962-1980)* – ambos publicados em 1993 pela editora Achiamé.

2014, p.98. Grifos meus.).⁷⁵

Rafael V. Silva ressalta ainda que a imprensa foi elemento fundamental para a reorganização dos libertários no pós-Segunda Guerra:

Com os ventos da abertura democrática soprando e anunciando o fim do Estado Novo, os anarquistas reorganizarão rapidamente sua imprensa, cujos objetivos estavam intimamente ligados às suas estratégias políticas para o período. Por isto, **antes mesmo de reunirem-se em congresso, os anarquistas em 1945 retomam sua imprensa específica, que serve assim de um elemento dinamizador de sua articulação.** O primeiro periódico a circular neste período fora o jornal *Remodelações*, editado pelo anarquista cearense Moacir Caminha. (Ibid. p.100-101. Grifos meus.).⁷⁶

Em abril de 1946, ressurgia, no Rio de Janeiro, o jornal *Ação Direta*, dirigido por José Oiticica (1882-1957), veterano anarquista com ampla experiência no jornalismo libertário.⁷⁷ Publicado até 1959, o periódico era uma homenagem ao homônimo, que circulara entre as décadas 1920 e 1930. Outro periódico anarquista que retornava em “nova fase” era *A Plebe*, de São Paulo, publicado a partir de maio de 1947.

⁷⁵ O mesmo autor, em artigo sobre o Congresso Anarquista de 1948 e o anarquismo no Rio de Janeiro após o Estado Novo, caracteriza assim o movimento libertário dos anos 1940: “A atuação do movimento anarquista na década de 40 no Brasil é normalmente desconhecida, pois comumente se negligencia a presença dos libertários após a Primeira República. De fato, a vivacidade do movimento anarquista se reduzira radicalmente diante da perda de seu principal 'vetor social', o sindicalismo revolucionário, que paulatinamente se esvazia na década de 30. Podemos compreender o congresso anarquista de 1948 então, como parte de um importante processo de reorganização dos libertários, e que ocorre basicamente no eixo Rio-São Paulo.” (VIANA, 2008, p.1).

⁷⁶ *Remodelações* começa a circular a partir de outubro de 1945.

⁷⁷ José Rodrigues Leite e Oiticica nasceu em 22 de julho de 1882, na cidade de Oliveira, Minas Gerais. Professor de português e literatura do Colégio Pedro II, Oiticica foi um dos intelectuais anarquistas mais ativos do século XX, com vasta produção na imprensa libertária. Entre as diversas publicações em que atuou como diretor e/ou colaborador, citamos apenas três: o periódico *A Guerra Social*; a revista *A Vida* (editada entre 1914-1915); e o jornal *Spartacus* (ao lado de Astrojildo Pereira, que depois viraria seu adversário ideológico). Parte de sua produção jornalística foi reunida por Roberto das Neves no livro *Ação Direta*. Nesta mesma obra, consta que Oiticica, além de publicar diversos livros, deixou “mais de 1.500 trabalhos esparsos por jornais e revistas” (OITICICA, s.d., p.6). Para outras informações biográficas sobre Oiticica, consultar artigo de Milton Lopes (2007).

Aliás, mesmo produzido num contexto muito distinto do ambiente da Primeira República, os anarquistas que trabalharam em *A Plebe*, em sua **nova fase**, viam-na sempre como um prolongamento de *A Plebe* que circulara nas décadas anteriores e, de maneira geral, a imprensa anarquista desse período retomava os nomes dos periódicos anteriores (com exceção de *Remodelações*). (Ibid. p.101).⁷⁸

Essa característica da imprensa libertária – a referência ao passado, a “uma cultura política, que atravessa o tempo” (Ibid. p.102) – também será retomada pelo *Libera*, já na virada dos séculos XX e XXI. Como veremos adiante, textos e artigos que valorizam a memória ácrata serão uma constante no periódico carioca. Outro elemento apontado por Silva também será ponto em comum entre os jornais do passado e o *Libera*: a “intenção de rearticulação militante e, num sentido mais amplo, de interferir nos debates vigentes.” (Ibid. p.103). Nesse sentido,

É importante não perder esta dimensão da imprensa militante. Esta não é um *fim em si mesmo*, mas está ligada a um desejo de incidir em questões políticas e de classe mais amplas. Num primeiro momento, operar no sentido de articular os anarquistas “dispersos” e, num segundo, incidir nas entidades de classe. Parece-nos claro este desejo organizador na própria intenção manifestada pela redação dos jornais. (Ibid. p.103).

Quanto ao esquema de sustentação financeira, notamos mais semelhanças entre as diferentes experiências do jornalismo ácrata, independentemente da época. Como vimos em relação aos periódicos da Primeira República, também teremos, entre os anos 1940 e 1960, “o antigo costume de *subscrições*” (Ibid. p.105).⁷⁹

78 Silva (2014, p.101) enumera outros títulos publicados no período, como o jornal *O Archote*, que circulou apenas no ano de 1947, fundado pelo grupo de mesmo nome sediado na cidade de Niterói/RJ. No Rio de Janeiro, foi lançado *A Revolta* (1947), editado pela Juventude Anarquista local. E, em São Paulo, surgiu o periódico *O Libertário* (1960-1964), que vai ocupar o espaço de *A Plebe* (republicada entre 1947-1951), quando esta deixou de circular. Todos esses títulos também faziam remissões a publicações anarquistas homônimas da Primeira República. Registrem-se ainda os jornais *Spartacus* (1947), do Rio de Janeiro; *O Protesto* (1967-1968), de Porto Alegre; e *Ação Sindical* (1958), de São Paulo. (Agradecimentos ao professor Alexandre Samis, que complementou a lista de periódicos anarquistas do período 1945-1968.)

79 “[...] os militantes eram diretamente responsáveis pela saúde financeira do jornal e, deste modo,

No quesito distribuição, há alguns pontos a destacar do exemplo de *Ação Direta*. Como nos conta Silva, o jornal “era entregue em alguns lugares chaves para a proposta ideológica dos anarquistas.” Quanto à tiragem, ela variava “de acordo com as circunstâncias, mas, em média, imprimiam-se 3.000 exemplares”. Destes, 1.800 eram enviados para bancas de jornal do centro do Rio, e 1.200 eram endereçados para o interior do estado e ao exterior. (Ibid. p.111).⁸⁰

Outros dois aspectos que aproximam as diversas experiências comunicacionais dos anarquistas brasileiros – do início da Primeira República aos dias de hoje – diz respeito à rede internacional de circulação de informações libertárias e as iniciativas na edição de livros de propaganda. Neste último ponto, Silva destaca as experiências de editores como o imigrante português Roberto das Neves (1907-1981),⁸¹ no Rio de Janeiro, e de Mário Ferreira dos Santos (diretor das *Edições Sagitário*), em São Paulo.⁸²

Ainda de acordo com Silva, os anos entre 1945 e 1950 “são os mais pujantes de produção de jornais”. Contudo, apenas *Ação Direta* vai continuar a circular de 1950 em diante (será publicado até 1959). *A Plebe* encerra atividades “por dificuldades

tinham seus nomes publicados numa coluna. Era comum o uso de pseudônimos, não por uma peculiaridade ou hábito cultural, mas porque, ainda naquele contexto, afirmar-se publicamente como anarquista poderia trazer problemas ao subscritor.” (SILVA, 2014, p.105).

Ainda sobre a sustentação financeira dos periódicos anarquistas, Silva cita o interessante caso da folha *Remodelações*, que, ao aceitar “a utilização de anúncios de turfe e outros anúncios pagos, rompia com uma prática usual entre os anarquistas, ou seja, do apoio financeiro baseado apenas na mobilização de seus leitores.” (Ibid. p.107). De acordo com o autor, a atitude dos editores de *Remodelações* provocou polêmicas nos meios libertários da época.

80 Comparado ao *Libera*, observamos a mesma preocupação em não desperdiçar “sementes”. Ou seja: diante das baixas tiragens (a do *Ação Direta* era um pouco maior do que a média do *Libera*, com 2 mil exemplares), era preciso distribuir em locais importantes para semear a ideologia ácrata. Uma diferença em relação ao *Libera* é que este não era enviado para bancas de jornal.

81 Para mais informações sobre Roberto das Neves, consultar Milton Lopes (2011b).

82 “Em 1948, os anarquistas de *A Plebe* registram a edição do livro *Anarquismo ao alcance de todos*, de José Oiticica, *As ideias absolutistas do socialismo*, de Rudolf Rocker, que é um folheto de crítica ao comunismo marxista, e *Sermões da Montanha*, de Tomaz da Fonseca. Esses livros foram distribuídos em livrarias do Rio de Janeiro e São Paulo, mas havia o interesse de difundi-los para outras regiões do país. A circulação de folhetos estrangeiros entre os anarquistas nacionais era bastante comum.” (SILVA, 2014, p.114).

financeiras”, com o congresso anarquista de 1953 optando por manter apenas um jornal em circulação.⁸³

Na parte final de seu capítulo dedicado ao jornalismo anarquista, Silva tece importantes reflexões a respeito do papel da imprensa libertária no período 1945-1964. Segundo ele, essa produção impressa “contribuiu decisivamente para construir as identidades políticas e sociais entre militantes e simpatizantes do anarquismo”, além de ter “fortalecido determinadas relações sociais e, por fim, reforçado sua identidade ideológica.”. No entanto, segundo ele, teria faltado um “ingrediente explosivo”, ou seja, “conjugado o sucesso de uma imprensa militante com a construção de um vetor social nas respectivas entidades de classe.” Ele continua:

Seria incorreto afirmar que não houve a mobilização de energias em direção a esta iniciativa, mas é sensato dizer que os obstáculos desta empreitada estiveram postos na ordem do dia. A força da “primeira onda” da imprensa anarquista brasileira no pós-guerra (1945-1958) acompanhou de fato sua tentativa de mobilização política e enraizamento social. Com seu relativo insucesso, a *propaganda ideológica* restringiu-se a iniciativas culturais ainda que seja importante ressaltar que este “efeito colateral” **não era uma intenção inicial** de seus militantes.

[...] as práticas anarquistas do período, não se restringiam apenas ao campo da imprensa ou da cultura, sua atuação política era recortada por práticas sociais mais amplas e por vezes, internacionalistas. A manifestação de uma imprensa específica vinha acompanhada do desejo de enraizar o anarquismo novamente na classe. Se a militância anarquista dependia do sucesso de sua propaganda, a viabilidade de uma imprensa específica dependia de uma articulação militante que conseguisse dar sentido ao anarquismo, junto ao universo dos trabalhadores. Resta saber em que medida este projeto fora bem sucedido dentro das intenções planejadas por seus militantes. (Ibid. p.114-115).

Assim, o processo de rearticulação dos anarquistas brasileiros nos anos 1940

83 “Com o fim de *Ação Direta* em 1959, há um breve hiato na imprensa anarquista do período; esta será restabelecida com a publicação do jornal *O Libertário*, em outubro de 1960. Este jornal é publicado na capital paulista e seguia a mesma estrutura dos periódicos anteriores com algumas variações. Seu diretor era Pedro Catallo, um incansável militante paulista. O jornal afirmava-se como 'porta voz do movimento anarquista brasileiro', o que de fato encontrava eco na realidade, frente ao fim das publicações anteriores e da perda da organicidade planejada em 1948. Sua edição fora motivada pela 'necessidade imperiosa de manter sempre vivas as relações entre os militantes libertários'. *O Libertário* fora publicado de 1960 a 1964, teve 28 números, sendo que sua última edição de fevereiro e março de 1964 nem chegou a circular, frente ao golpe civil-militar que trouxe complicações a militantes do Rio de Janeiro e de São Paulo.” (Id. p.114).

“não era isolado, e circunscrevia-se num processo de reorganização do anarquismo em diversas partes do mundo” (VIANA, 2008, p.2). Nesse sentido, vai cumprir papel de destaque uma outra tradição da comunicação anarquista: o intercâmbio com indivíduos e coletividades estrangeiras.

A Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA) enviara em abril de 1948 uma circular convidando os anarquistas do Brasil a participarem de um congresso mundial, o que lhes obrigava uma mínima articulação em território nacional. Outras circulares também foram enviadas. A Federación Obrera Regional Argentina (FORA) incentivava os libertários no Brasil a realizarem seu congresso nacional. (Ibid. p.2).

E, de fato, vai ser realizado o Congresso Anarquista Brasileiro, em dezembro de 1948, no sítio Nossa Chácara, interior de São Paulo. O encontro simbolizava o esforço de rearticulação dos libertários da época, na busca pela reinserção em movimentos sociais de base, ligados às classes trabalhadoras. Destacamos dois traços importantes nesse “primeiro congresso anarquista de âmbito nacional após a ditadura de Vargas.” (Ibid. p.2). De um lado, *o encontro de duas diferentes gerações do anarquismo brasileiro*: os veteranos da luta social na Primeira República e os jovens que então tomavam contato com a ideologia libertária.⁸⁴ De outro, um aspecto que nos interessa mais de perto: entre os debates e resoluções do Congresso de 1948, *a questão da propaganda (comunicação) foi presença marcante*.

Em três dias de evento, de 17 a 19 de dezembro, foram realizadas seis sessões e debatidos dez “temas e iniciativas” – entre eles, o tópico “propaganda”.⁸⁵

84 Addor registra que o esforço organizativo que uniu novos e velhos ácratas não fora capaz de superar as dificuldades conjunturais daquele período: “Em que pesem os esforços dos 'antigos militantes' sobreviventes, somados às iniciativas das novas juventudes libertárias, o anarquismo jamais conseguirá recuperar suas bases sindicais das primeiras décadas da República. O anarcossindicalismo não irá 'ressurgir das cinzas'. O sindicalismo oficial, de feição corporativista (segundo Edgar Rodrigues, associado à atuação divisionista e agressiva dos comunistas) impedirá esse retorno, esse renascer da fênix no deserto.” (ADDOR, 2012, p.346).

85 Os dez tópicos foram os seguintes: 1) bases do anarquismo; 2) métodos de ação; 3) critério de

Entre os grupos presentes, alguns ligados diretamente ao universo da comunicação: do Rio de Janeiro, a Editora Germinal e o Grupo Anarquista Esperantista; de São Paulo, a Agrupação Imprensa e Propaganda e o jornal *A Plebe*.⁸⁶

Dentre as resoluções do congresso, algumas tratavam diretamente das estratégias de comunicação do movimento. Discutiu-se, por exemplo, “a necessidade de maior articulação dos periódicos que serviam de propaganda aos grupos e uma forma de contato permanente com organizações libertárias de outras partes do mundo.” (VIANA, 2008, p.2).⁸⁷ Também foi criada a Comissão de Relações Anarquistas (CRA), cujo primeiro secretário seria o jovem Ideal Peres, personagem importante na história do CEL/*Libera*.

Um novo Congresso Anarquista foi realizado em janeiro de 1953, na casa de José Oiticica, no Rio de Janeiro. Entre os pontos, mais uma vez comparecia a temática comunicacional, presente nos itens “Propaganda” e “Medidas imediatas – Imprensa”. (ADDOR, 2012, p.358). Uma Comissão de Imprensa foi formada nesse congresso, reunindo, entre outros, Oiticica e Ideal Peres. Este último apresentou propostas estratégicas no campo da comunicação, conforme citado por Carlos Addor:

[...] Ideal Peres apresenta por escrito uma sugestão, da qual destacamos os seguintes itens: promover discussões ideológicas em lugares públicos para tornar mais conhecido o

militância; 4) participação na vida pública; 5) relações com outros elementos; 6) colaboracionismo; 7) anticlericalismo; 8) propaganda; 9) a revolução russa; 10) a ditadura do proletariado. (Ibid. p.347).

86 Outros coletivos que se fizeram representar foram: do Rio, União Anarquista, Juventude Anarquista e Grupo Archote (de Niterói); de São Paulo, uma outra União Anarquista. “Militantes e grupos libertários de várias cidades de diversos estados do Brasil, que não conseguiram participar ou enviar representantes ao congresso, encaminharam sugestões por cartas.” (Ibid. p.347).

87 Rafael V. Silva também ressalta as dificuldades para a comunicação anarquista do período: “Além das dificuldades financeiras e de propaganda, pois mesmo com as supostas 'liberdades democráticas', **muitos donos de gráficas se recusavam a imprimir boletins ou panfletos ácratas**, os anarquistas enfrentavam uma dura conjuntura que ia do controle policial à hegemonia das entidades sindicais pelos comunistas. [...] Contudo, é bastante coerente a tese de que a dura conjuntura que os acompanharia durante os anos subsequentes os tenha obrigado a realizar um retraimento tático para manter a 'chama' do anarquismo acesa, transmitindo o anarquismo para as novas gerações. Esta opção também permitiu os anarquistas não se deixarem manobrar diante do teatro de manipulações que ensejariam diversos grupos políticos sob a 'Guerra Fria'.” (VIANA, 2008, p.2. Grifos meus.)

anarquismo; difusão das ideias libertárias nos locais de trabalho, com distribuição de jornais aos colegas; tentar penetrar na imprensa burguesa e no rádio com colaboração libertária, sempre que se oferecer oportunidade. (Ibid. p.359).

Em junho de 1957, uma perda marcante no movimento libertário brasileiro: José Oiticica morre, no Rio de Janeiro, pouco antes de completar 75 anos. Seu falecimento leva à discussão sobre o futuro do jornal *Ação Direta*, pelo qual era o principal responsável.⁸⁸

Os debates acabam por levar à formação, no interior da União Anarquista do Rio de Janeiro, de dois “grupos anarquistas por afinidades”, sem grandes divergências ideológicas ou programáticas: o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO) e o Grupo de Ação Libertária, que fundará, ainda em março de 1958, o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO). Este último, do qual participa Edgar Rodrigues, terá maior continuidade e desenvolverá importantes atividades, principalmente na divulgação da cultura anarquista [...]. O GAJO acabará por se autodissolver, a maior parte dos seus militantes integrando-se ao CEPJO. (Ibid. p.366).

O Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO) – que contava com Edgar Rodrigues e Ideal Peres – tinha função didático-cultural, realizando palestras, cursos e conferências sobre os mais diversos temas, tais como psicanálise, literatura, medicina, maçonaria e, obviamente, socialismo libertário. Como espaço de resistência, aglutinou grupos que nos anos 1960 defendiam ideais antiautoritários, tais como o Movimento Estudantil Libertário (MEL), o Grupo de Teatro Social (Grutepa), o Movimento Pacifista Brasileiro e o Centro Internacional de Pesquisas sobre Anarquismo (CIRA-Brasil). Esses anarquistas vão sofrer, no período de ditadura, um dos episódios mais traumáticos da história do anarquismo no Brasil, como veremos a seguir.

⁸⁸ Mesmo após a morte de Oiticica, o *Ação Direta* será publicado até outubro de 1959. A direção do periódico foi assumida interinamente por sua filha, Sônia Oiticica, que foi substituída, em setembro de 1958, por Edgard Leuenroth. (ADDOR, 2012, p.367 e 370).

1.2.3. Comunicação ácrata em tempos de ditadura (1964-1985)

O CEPJO vai continuar funcionando mesmo depois do golpe de 1964. Contudo, a ascensão dos militares e seus apoiadores civis provocou temor nos anarquistas da época. O Centro de Cultura Social (CCS) de São Paulo, por exemplo, encerrou as atividades depois da promulgação do AI-5.⁸⁹ O jornal *Dealbar*, publicado entre 1965 e 1968, também parou de circular, conforme contou Jaime Cubero:

Nós tínhamos uma edição pronta, 1.000 exemplares para mandar [*o jornal era enviado por mala direta*]. Eu fui à casa do Pedro Catallo, que era o editor, e disse para ele não mandar o jornal porque a bruxa está solta. Vão recolher isso aí e vão ficar com tanto endereço para prender gente que é melhor segurar. (Depoimento de Jaime Cubero. In: CUBERO et al., s.d, p.137).

Logo após o golpe, militantes do CEPJO também tomam algumas atitudes para se prevenirem de uma possível repressão. Nesse sentido, eles retiram material de um grupo trotskista que sublocava a sala do CEPJO no centro do Rio.⁹⁰ Ainda registram, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, uma suposta perda do livro de atas. A manobra visava refazer os registros para despistar autoridades, suprimindo temas que pudessem ser considerados “subversivos”. Em 1º de maio de 1964, em São Paulo, os anarquistas realizaram um encontro restrito para avaliar a conjuntura.

Toda precaução, contudo, não impediu que os agentes repressivos

89 O CCS de São Paulo tornou-se o elo entre gerações mais antigas e as que as precederam. Nomes como Edgar Leuenroth, Pedro Catallo e Florentino de Carvalho, que lutaram ao lado da primeira geração de imigrantes anarquistas de São Paulo, ajudaram a formar a geração seguinte. A trajetória deste centro de tradição anarquista pode ser dividida em três fases: a primeira vai da sua fundação em 1933 até o seu fechamento pela ditadura Vargas em 1937 – período marcado pela atuação nas lutas antifascistas. A segunda fase vai da reabertura, em 1945, até seu novo fechamento após a promulgação do AI-5. E a terceira fase diz respeito às atividades desenvolvidas após a “abertura democrática”, de 1985 até hoje.

90 Entre 1960 e 1964, o CEPJO passa por dificuldades financeiras, agravadas pelo aumento do aluguel da sala que ocupava. Entre as alternativas encontradas para obter recursos, foi realizada a sublocação do espaço para aulas e outros grupos. (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.11).

monitorassem as atividades do coletivo. Edgar Rodrigues relata que o local foi frequentado por possíveis infiltrados (por ele chamados de “pessoas estranhas”).⁹¹ Em 1969, tem início o acontecimento mais traumático envolvendo os anarquistas brasileiros durante a ditadura: um episódio de delação que vai culminar com prisões, torturas e a instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM).⁹² Segundo Rodrigues, tudo teria começado com a prisão, em 1º de outubro, de três jovens que frequentavam o Centro – o padraço de um deles seria militar. A partir de depoimentos obtidos sob tortura, os militares conseguem informações sobre outros participantes.⁹³

No dia 11 daquele mês, agentes da Aeronáutica arrombaram e invadiram a sede do CEPJO, depredando o local e apreendendo diversos materiais. Com base na “Lei de Segurança Nacional” (Decreto-lei 314/67), 16 militantes são acusados de difusão de “ideias incompatíveis com a Constituição Brasileira”, “manutenção de atividades perigosas”, “ofensa moral à autoridade” e “incitamento público à desobediência”. Além das torturas sofridas, os libertários tiveram diversos pertences roubados pelos agentes da “ordem”.⁹⁴

91 “Por diversas vezes, no decorrer dos cursos e palestras realizadas semanalmente no CEPJO, apareceram pessoas estranhas aos meios culturais. Algumas delas, valendo-se da liberdade dos debates, da praxe libertária [...]” (RODRIGUES, 1993, p.50).

92 Além de Rodrigues (1993), o episódio foi descrito, entre outros, por: Corrêa (In: FARJ, 2007; In: ADDOR, DEMINICIS, 2009), Dias (2012), Ferrua (In: ADDOR, DEMINICIS, 2009), J. Fontes (2014), Lopes (2011b), Oliveira (2007; In: ADDOR, DEMINICIS, 2009; 2014) e R. V. Silva (2015a).

93 “A partir do dia 8, foram detidos Antonio da Costa e seus três filhos, Eliza, Roberto e Antônio, membros do Movimento Estudantil Libertário (MEL), sendo que o último recebeu choques elétricos; Carlos Alberto da Silva, estudante de medicina, torturado com choques e espancamento; Mário Rogério Pinto e Maria Arminda Silva, ambos do MEL; Rui Silva, de 17 anos, que foi espancado e obrigado a assinar um depoimento sob a mira de armas. Roberto das Neves e Pietro Ferrua permaneceram presos por uma semana; Ideal Peres, entre 8 de outubro e 1º de novembro, nos tenebrosos centros de tortura da Base Aérea do Galeão e da Rua Barão de Mesquita; e Manuel Ramos, Fernando Neves, Edgar Rodrigues, Esther Redes, Paulo Fernandes da Silva e outros foram detidos por algumas horas para deporem.” (FARJ. “O Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro”. Apud CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.12).

94 “Em 11 de outubro [*de 1969*], militares da aeronáutica arrombam e invadem a sede do CEPJO apreendendo publicações e materiais que lá estavam, destruindo tudo o que puderam encontrar. Apropriaram-se de ventilador, máquina de escrever, fichário, mimeógrafo e outras 'provas' de um crime que ninguém havia cometido. Quebraram tudo o que encontraram pela frente: cadeiras, estantes, quadros, etc. Um dia antes, os militares também haviam invadido a casa de Ideal Peres e Esther Redes, levando muito material libertário (considerado subversivo), mas também saqueando-o, pois se apropriaram de dinheiro, joias, perfumes, tapetes, quadros, roupas e bebidas alcoólicas. Ideal seria preso e passaria um mês incomunicável no DOI-CODI da avenida Barão de Mesquita. Em 15 de outubro os militares também

Os libertários foram, então, autuados pela Justiça Militar (1ª Auditoria da Aeronáutica), com instauração de um IPM em dezembro de 1969.⁹⁵ Segundo a visão dos militares, disponível nos autos do processo, os membros do CEPJO/MEL estavam implicados “num movimento subversivo que tentava a implantação do ANARQUISMO no Brasil”, uma doutrina que, ainda de acordo com os militares, “preconizava a implantação de um regime baseado na 'DESOBEDIÊNCIA ÀS LEIS', no 'DESCONHECIMENTO DA AUTORIDADE' e na 'QUEDA DO ESTADO’”. Seguindo a lógica da “ameaça à segurança nacional”, os ditadores superestimaram o papel dos anarquistas brasileiros e consideraram que o movimento estaria ligado a uma “matriz internacional”, que seria o Centro de Pesquisas sobre o Anarquismo (CIRA), com sede na Suíça.⁹⁶

O processo descrevia Ideal Peres, então primeiro-secretário do CEPJO, como “um dos elementos de maior atividade dentro desse movimento subversivo”. E continuava:

[*Ideal Peres*] conseguiu, em conivência com anarquistas de outros Estados da Federação, aliciar elementos na área estudantil e profissional para as fileiras do movimento subversivo anarquista, que no Brasil se escondia sob a denominação de 'CEPJO' – Centro de Estudos Professor José Oiticica. [...]

Foi um dos redatores do manifesto subversivo [...] distribuído por toda a cidade do Rio de Janeiro, por volta dos meses de fevereiro e março de 1968. (PROJETO BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. Acesso em: 9. fev 2016).⁹⁷

invadiram a casa de Pietro Ferrua e a editora Germinal, onde apreenderam material de conteúdo político, mas também tudo o que encontraram de valor.” (CORRÊA. In: FARJ, s.d., p.11-12).

95 Processo disponível no acervo do *Projeto Brasil Nunca Mais Digital* (pasta 137). Ver <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>.

96 O Centre International de Recherches sur l'Anarchisme (CIRA) foi fundado em 1956 em Genebra, Suíça. Um dos integrantes do grupo, o professor italiano Pietro Ferrua, criou, em 1967, a seção brasileira do Centro: o CIRA-Brasil. Tratava-se de um grupo de propaganda de caráter aberto (havia membros não anarquistas), que estabelecia troca de correspondências e publicações. Realizou, nos anos 1960, projetos com as editoras Germinal, de Roberto das Neves, e Mundo Livre, que reeditavam alguns clássicos anarquistas. O CIRA-Brasil enfrentou problemas com a censura, tendo o manuscrito “Bibliografia dos periódicos anarquistas de 1939 a 1965” confiscado pela ditadura, além de outros documentos. Para mais informações sobre o CIRA-Brasil, ver Ferrua (In: ADDOR, DEMINICIS, 2009).

97 O trecho refere-se a material produzido pelo MEL que foi distribuído no contexto de manifestações estudantis de 1968. Os panfletos citados no inquérito são: “O VERGONHOSO PROBLEMA DO

O saldo da repressão ao CEPJO foi o trauma que durou quase toda a década de 1970. O fechamento do regime (“golpe dentro do golpe”) provocou o receio de continuar com atividades abertas, levando ao recolhimento dos militantes em grupos de estudo e propaganda – algo semelhante ao que acontecera na ditadura do Estado Novo (1937-45). Ideal Peres vai fazer reuniões em sua casa, onde aproveitava para divulgar a ideologia ácrata para os mais jovens.⁹⁸ Um destes era o jornalista Milton Lopes, que nos relatou sua participação nas reuniões e o clima de apreensão daqueles que, naquela conjuntura, interessavam-se pelas “ideias subversivas”.

Isso que eu estou falando ocorre de 1968 até 1972, mais ou menos. Eu, muito novo, tive de trabalhar numa empresa. Lá entrou muita gente da minha faixa etária, 20 e poucos anos, e o pessoal tinha certas preocupações sociais. Aí eu descubro que meu chefe era marxista, e isso na época era inconcebível. Hoje o cara fala tranquilamente que é marxista. Naquela época, fazer qualquer crítica mais dura ao regime significava correr alguns riscos. Foi um regime sinistro, um negócio nazista mesmo. E a gente, com toda nossa perplexidade em torno de várias questões, resolveu formar um grupo. Até que eu vi um livro do Daniel Guérin, *O Anarquismo*, que o Roberto das Neves, da editora Gerninal, havia editado. Aí eu li aquele livro e achei interessante. Tinha o endereço no livro e resolvi procurar o Roberto das Neves, no Edifício Dark, nono andar, onde era a editora. Esperamos um tempão e aí aparece o Roberto. Ele passa um bilhetezinho dizendo pra gente procurar o Ideal Peres na casa dele, no Leme. E ele dizendo que acabaram de passar por um processo. (LOPES. Entrevista, 2006. Apud OLIVEIRA, 2007, p. 150).

De 1969, ano do fechamento do CEPJO, até fins dos anos 70, as ideias anarquistas se mantiveram em discussão em pequenas células. Era preciso preservar a

ENSINO”, “OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE”, “O ACORDO MEC: USAID”, entre outros. A linguagem ácida utilizada pelos estudantes libertários deve ter irritado os militares, que reproduziram trechos do panfleto no inquérito. Neles, o MEL dizia: “infeliz o país que tenta resolver os problemas do ensino à custa do cassetete e da bala”. Também conclamava à população a expulsar “estes vagabundos”, referindo-se aos militares, também chamados de governantes “esclerosados” e “cadáveres morais”.

98 “Mesmo em pleno período de governo militar no país, Ideal Peres insistiu em construir grupos de estudo em sua casa, no início da década de 1970, para leitura e reflexão de textos libertários, conseguindo aglutinar em sua casa jovens interessados nas ideias anarquistas”. (CORRÊA. In: FARJ, s.d., p.14).

memória em espaços como o Grupo Alfa de Estudos Históricos (também chamado de “Grupo Projeção”). Fundado em São Paulo, no ano de 1973, tinha como principal objetivo “reunir e conservar um acervo importante do 'movimento anarquista' daquela época, e também de um período anterior.” (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.14). Ideal Peres e Edgar Rodrigues também participaram desse coletivo.

No final dos anos 70, com os primeiros sinais da “abertura”, uma experiência editorial de alguns estudantes baianos fez com que antigos militantes se agitassem novamente. Lançado em 1977, o jornal *O Inimigo do Rei* promovia o diálogo do anarquismo com a herança dos movimentos de contracultura, sendo também influenciado pelo intenso movimento da “imprensa alternativa” na época. Milton Lopes conta como o lançamento do jornal deixou Ideal Peres animado:

Numa reunião a Esther, mulher de Ideal, disse que ele estava muito contente, pois estava se correspondendo com um pessoal da Bahia. Era o pessoal do jornal *O Inimigo do Rei*. E o Ideal disse para a gente que eles eram engraçados porque puseram um anúncio que chamava quem estivesse interessado em comprar uma ilha para fazer uma comunidade. Aí o Ideal disse pra eles: “Vocês estão malucos!? Querem repetir aquelas experiências de comunidade?”. Eles responderam que não... Era mais uma tentativa de atrair as pessoas que estavam dispersas pela ditadura. Era uma “isca” para as pessoas. (LOPES, M. Entrevista, 2006. Apud OLIVEIRA, 2007, p.150-151).

O jornal *O Inimigo do Rei* nasceu a partir da iniciativa de estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Eles faziam críticas ao movimento estudantil que, segundo eles, teria sido “aparelhado” pelos partidos da esquerda marxista-leninista. O jornalista Toni Pacheco, um dos fundadores do periódico, explica:

A gente via o movimento estudantil todo na mão do pessoal comunista, mais autoritário do que a ditadura. Eles tinham as chaves dos diretórios acadêmicos e não deixavam os alunos

entrarem. Havia o PCB de um lado, o PCdoB de outro, além da Libelu (Liberdade e Luta), grupo trotskista. (PACHECO. Entrevista concedida a Carlos Baqueiro. s.d.).

Escrito numa linguagem que mesclava ironia e paixão revolucionária, *O Inimigo* trazia temas que iam desde autogestão e mártires de Chicago, até homossexualidade e maconha. A experiência editorial surpreendeu pela longevidade: o periódico foi publicado por onze anos (1977 a 1988), com alguns hiatos devido a dificuldades financeiras típicas da mídia independente. Depois dos primeiros números, a UFBA e a Bahia ficaram pequenas: o periódico se tornou um veículo de comunicação de circulação nacional, aglutinando libertários de outros estados, animados com a possibilidade de renascimento da imprensa anarquista após os tempos de maior repressão. Nesse sentido, os militantes do Rio de Janeiro desempenharam papel relevante na produção de textos, na logística de impressão e no esquema de distribuição do *Inimigo*.⁹⁹

Como vimos, Ideal Peres estabeleceu contato com os jovens da Bahia e começou a ajudar na distribuição. Também colaborou com artigos, que começaram a ser publicados a partir do terceiro número (setembro-outubro de 1978). Ele utilizava diversos pseudônimos na assinatura dos textos.¹⁰⁰

Outros veteranos anarquistas colaboram com o jornal, como Edgar Rodrigues e Roberto das Neves. Além da participação dos cariocas, o jornal recebeu apoio de grupos de São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis, Recife, João Pessoa e

99 Além de minha dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2007), outras pesquisas abordaram a experiência de *O Inimigo do Rei*, entre elas: Paganotto (1997), Pinto (2001; 2006) e Baqueiro & Nunes (s.d.).

100 Num levantamento feito por Milton Lopes, do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa (NPMC), constam nove nomes utilizados por Ideal em textos enviados para *O Inimigo do Rei*: José Liberatti, João Carneiro, João Liberatti, Antonio Carvoeiro, Martins Freire Lustrador, Ari Selênio Candeeiro, Sujiro Chibata, Arcádio O.Silva e Marino de Sá Caniculeiro. O que mais assinou artigos foi José Liberatti (com nove), seguido de João Liberatti (dois). Os demais comparecem com um artigo cada. (Agradecimentos a Renato Ramos, que forneceu essas informações por volta de 2006-2007, quando realizei minha pesquisa de mestrado).

Belém, que contribuíam com notícias e formavam uma rede autogestionada de impressão e distribuição.

Nos anos 1980, além da colaboração com o jornal *O Inimigo do Rei*, Ideal e Esther Redes “adentram um movimento social, como fundadores e membros da Associação dos Moradores e Amigos do Leme (AMALEME).” (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.16). Num contexto de surgimento de “uma série de federações de associações de bairro, favelas e comunidades”, Ideal participou da AMALEME e tentou, segundo Felipe Corrêa, “influenciá-la a utilizar práticas autogestionárias e a demonstrar solidariedade à comunidade carente do Morro do Chapéu Mangueira.” (Ibid. p.16).

Em 1985, articula-se a criação de um espaço libertário no Rio de Janeiro. A decisão fora tomada por anarquistas que haviam participado do curso “Anarquismo: por novas formas de organização social”, promovido pela UNIVERTA (Universidade Aberta), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).¹⁰¹ Felipe Corrêa reconstitui assim o fato:

O Círculo de Estudos Libertários (CEL), como seria chamado, nasce neste mesmo 1985, a partir da iniciativa de Ideal Peres e, principalmente, de Esther Redes. O CEL tinha encontros semanais em uma escola privada, chamada Senador Correia; durante sete anos, o grupo funcionou neste local. O CEL era um centro que agregava individualidades e grupos mais organizados. Sua proposta era funcionar como um espaço para aproximação de novos interessados, proporcionar o amadurecimento teórico dos frequentadores, e também servir como um espaço de articulação de atividades práticas. (CORRÊA, In: FARJ, 2007, p.16-17).¹⁰²

101 Há uma divergência na bibliografia consultada em relação ao local do evento da Univerta. Felipe Corrêa (In: FARJ, 2007, p.16 e In: ADDOR, DEMINICIS, 2009, p.95) não cita o local. Já Edson Passetti diz que o curso livre “Anarquismo, por novas formas de organização social” ocorreu em São Paulo, e foi “promovido pelo CCS e estudantes libertários do Centro Acadêmico de Ciências Sociais na PUC-SP” (PASSETTI, 2013, p.59). Além disso, Passetti faz uma confusão com a fundação do CELIP, afirmando que este teria surgido em 85, “pela fusão dos antigos militantes do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), com os novos militantes do Círculo de Estudos Libertários (CEL)”. Contudo, o CELIP só vai surgir em 1995 (na verdade, era o CEL rebatizado), após a morte de Ideal Peres. A informação de que o curso foi no Rio, na UFRJ, vem do texto de Winter Bastos (2009).

102 No âmbito acadêmico, a história do CEL/CELIP também foi abordada por Mariana Affonso Penna (2010).

O CEL se tornaria, de fato, um “espaço de articulação de atividades práticas” para os interessados em anarquismo no Rio de Janeiro na segunda metade dos anos 80. Nesse sentido, além da formação de coletivos e realização de eventos, teve destaque o trabalho editorial e jornalístico desses militantes, mantendo viva a tradição da propaganda libertária.

Na ocasião, o jornal *O Inimigo do Rei* era produzido num esquema envolvendo a colaboração em rede de anarquistas de outros estados.¹⁰³ Nesse aspecto, os libertários do Rio de Janeiro, em especial do Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), fundado em meados dos anos 80, tornam-se elos importantes dessa cadeia comunicacional alternativa. “O GAJO era o responsável por mandar o jornal para a gráfica, pegá-lo e distribuir em bancas do Rio de Janeiro. Além de enviar, por ônibus, para os outros estados”, disse Renato Ramos (Entrevista, 2014a).

Paulo Henrique Netto de Alcântara, outro militante do GAJO, ressaltou o caráter de ação direta daquela empreitada de comunicação libertária:

Veio a oportunidade de colaborarmos na impressão e distribuição d'*O Inimigo do Rei*. Aprendemos também a procurar os jornaleiros e criar o esquema de distribuição nas bancas. Fizemos o primeiro levantamento de bancas dispostas a divulgar o jornal. Fiz cartazes do meu bolso e com meu traço, além de colagens para divulgar o jornal. (ALCÂNTARA. Entrevista. Apud OLIVEIRA, 2007, p.163).

O caráter autogestionário d'*O Inimigo do Rei* resultava numa prática

103 De publicação estudantil restrita a Salvador, o jornal *O Inimigo do Rei*, já a partir de seu terceiro número (setembro-outubro de 1978), vai contar com a colaboração de simpatizantes de outros estados, como Ideal Peres, no Rio de Janeiro. A partir do número 5 (abril-maio de 1979) passa a publicar textos de Edgar Rodrigues e de um correspondente na Europa (Sebastião Santa Rosa). A rede se amplia e outras capitais começam a surgir no cabeçalho do jornal. Assim, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis, Recife, João Pessoa e Belém tinham coletivos e indivíduos dispostos a distribuir o periódico diretamente nas bancas, sem depender da intermediação de uma grande distribuidora.

jornalística diferente daquela estabelecida pelos meios de comunicação hegemônicos, de tendência liberal-burguesa. Enquanto que nestes prevalece uma divisão hierarquizada de trabalho, o periódico baiano fazia questão de expressar sua opção por um “jornalismo realmente livre e independente, feito por equipe, sem estrelas ou constelações.” (“Quem é o inimigo”. *O Inimigo do Rei*. Salvador, nº2, set/out. 1978, p.2. Apud OLIVEIRA, 2007, p.158).

Nesse sentido, os editores da publicação, seguindo uma tradição da imprensa e da ideologia anarquista, procuravam não distinguir o trabalho intelectual do manual. Isso fica evidente no trecho abaixo:

A quem quiser escrever para O INIMIGO DO REI: Nós somos o único jornal autogestionário do Brasil. Isso significa que todas as pessoas que aqui escrevem estão em pé de igualdade e não sofrem censuras de 'conselhos editoriais' iluminados. [...] Entretanto, o critério para escrever este jornal é assumi-lo e trabalhar braçalmente por ele. Vendê-lo de mão em mão, suportar as exaustivas reuniões etc. [...] Em resumo: não fazemos distinção entre o trabalho intelectual e braçal. (“Jornalistas d’O Inimigo do Rei também são jornaleiros”. *O Inimigo do Rei*. Salvador, nº5, abr/mai. 1979, p.2. Apud OLIVEIRA, 2007, p.162).

Porém, como dez entre dez periódicos independentes, *O Inimigo do Rei* sofreu os percalços da “censura econômica”. Com dificuldades financeiras, deixou de circular entre 1982 e 1984. Neste último ano, lançou um número, mas voltou a parar, retornando apenas em 1987. A última edição (nº22) foi publicada em março/abril de 1988, encerrando uma história da imprensa libertária que deixou frutos. Pois aqueles mesmos militantes cariocas que “vestiram a camisa” do impresso baiano – incluindo Ideal Peres e os integrantes do GAJO – vão publicar, em 1988, o primeiro número da revista *Utopia*. Já em 1991, boa parte desses mesmos libertários lançariam um informativo para divulgar as atividades do CEL: o *Libera... Amore Mio*.

CAPÍTULO 2

Nasce o *Libera... Amore Mio*

Uma crítica libertária à aceitação acrítica da ordem neoliberal (1991-1995)

“O anarquismo é o viajante que toma as ruas da história e luta com os homens tais como são; e constrói com as pedras que lhe proporciona sua época.”

Camilo Berneri

“O anarquismo se livra do esquecimento porque fala da condição humana em todas as épocas.”

Irving Horowitz

Depois de vermos, no capítulo anterior, alguns aspectos da relação entre anarquismo e comunicação, chegou o momento de efetivamente entrarmos na história de nosso objeto de estudo: o jornal *Libera... Amore Mio* – que, depois, passa a se chamar apenas *Libera*.

Neste segundo capítulo, vamos tratar do “primeiro terço” de uma trajetória que totaliza 150 edições, em 20 anos de publicação ininterrupta. Ou seja: investigaremos as 50 primeiras edições do periódico, num intervalo que vai de 1991 até a metade de 1995. Nesse período, identificamos os passos iniciais da publicação, que começa num esquema de produção semiartesanal, mesclando um incipiente trabalho em computadores pessoais (os PCs) com um processo de edição no estilo “recorte-e-cola”, típico dos *fanzines*.¹⁰⁴

Veremos que, paulatinamente, o *Libera* vai se tornando referência local, ajudando a organizar interessados nas ideias e práticas do anarquismo. Iniciando como um mero divulgador das atividades do Círculo de Estudos Libertários (CEL), o informativo vai se expandir e passar a contar com a colaboração de libertários de outros estados, que vão formar uma Rede de Informações a partir de 1992.

Acompanhando as transformações políticas e econômicas no Brasil e no mundo, o *Libera* vai se engajar nos debates de seu tempo, procurando imprimir uma interpretação própria, quase sempre contrária à visão dos veículos hegemônicos, além de propor uma saída socialista e libertária para as principais contradições sociais da época. Nesse sentido, o clima de celebração neoliberal (em muito amplificado pela

104 Criado nos anos 1940, o neologismo ‘fanzine’ reúne as palavras inglesas *fanatic* e *magazine* – “revista de fãs”. A publicação desse tipo de material teve início nos anos 1930, com os boletins de troca de informação dos fãs de ficção científica. “Na década de 1970, com o movimento *punk* inglês, com seus libelos e shows anarquistas, o zine se disseminou cada vez mais pelo mundo, ganhando notoriedade e volume.” (ANDRAUS. In: INTERCOM, 2010, p.515). Variado em formatos e hoje também presente na internet (os “e-zines”), os *fanzines* dos anos 80 e 90 apresentavam como peculiaridade gráfica sua montagem feita por colagens e sua impressão em fotocopiadoras (ou mimeógrafos).

queda do “socialismo realmente existente”) foi rechaçado nas páginas do *Libera*, que vai propor um projeto alternativo – nem capitalista, nem “comunista”.

Na elaboração de seu contradiscurso, o *Libera* busca desconstruir os “consensos fabricados” pela mídia hegemônica (CHOMSKY, 2015), lutando para fazer valer outros significados, imbuído numa missão: esclarecer seus leitores sobre a mistificação dos discursos oficiais. Nesse aspecto, o *Libera* se parece muito a outros jornais anarquistas da história, e também a outros exemplos de imprensa contra-hegemônica. Ou seja: vai empreender uma verdadeira “guerrilha semiológica” contra um gigantesco aparato midiático de tendência liberal-burguesa.¹⁰⁵

A tarefa era árdua, mas o bom humor não poderia ficar de lado. “Se eu não puder dançar, não é minha revolução”, disse a anarquista Emma Goldman (1869-1940), e os editores do *Libera* seguiram à risca esse preceito ao empregarem uma linguagem acidamente irônica para criticar tanto os ideólogos do capitalismo (exultantes pelo que julgavam ser sua incontestável “vitória” sobre as ideologias de esquerda) quanto do “socialismo real” (que os anarquistas já criticavam desde os “desvios bolcheviques” depois da Revolução de 1917). Seguindo uma tradição que remontava ao alternativo *O Pasquim*, nos anos 60/70, e ao libertário *O Inimigo do Rei* (1977-1988), o *Libera* destila seu veneno ácrata, visando demolir “certezas” e *historicizar* o que a mídia hegemônica procurava *naturalizar*; isto é, a “inevitabilidade” do modo de produção capitalista.

Esse “primeiro terço” de sua história também foi marcado pelo início da influência da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), cujas práticas e ideias vão ser gradativamente abraçadas pelo coletivo carioca. Nesse movimento, o discurso do

105 Uma batalha que vem desde os primórdios da imprensa libertária, quando as folhas anarquistas criticavam “os jornais burgueses pela deturpação dos fatos na transmissão das notícias, principalmente ao tratar dos assuntos operários.” (AZEVEDO, 2002, p.233). “Os esteriótipos detratores da imagem dos anarquistas”, afirma Raquel Azevedo, “eram combatidos pelos mesmos, apontando-se seu caráter calunioso devido à influência perniciosa que exerciam sobre a população.” (Id. p.233).

Libera vai, pouco a pouco, abandonando a heterogeneidade inicial em troca de uma definição mais clara de um projeto que tinha como norte a reinserção dos socialistas libertários em movimentos concretos – e não apenas em iniciativas culturais. Tal processo não se deu sem tensões internas, representadas por rompimentos, trocas públicas de farpas e rearranjos que demonstram a complexa dinâmica no interior das correntes de esquerda.

2.1. E o “breve século XX” chega ao fim

O ano de 1991 já estava em sua metade. Era o primeiro da década de 90, a última do século XX. Para Hobsbawm, no entanto, aquele ano já marcaria simbolicamente o fim do “breve século XX”, que teria “começado” em 1914. Na periodização proposta pelo famoso historiador britânico, o intervalo de tempo entre a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o colapso dos regimes “socialistas” formaria um “período histórico coerente”. Na transição das décadas de 1980 e 1990, segundo ele, “uma era se encerrou e outra nova começou” (HOBSBAWM, 1995, p.15).

Foi, então, naquele despontar de uma “nova era”, que quatro jovens marcaram um encontro no bar da estação de bondes da Rua Senador Dantas, centro do Rio. Renato Ramos, Pedro Kroupa, Célia Regina Costa e Jaury de Oliveira decidiram “sacudir a poeira” do Círculo de Estudos Libertários (CEL), fundado em 1985. As atividades do grupo estavam desarticuladas, o número de frequentadores caiu e duas importantes figuras – que estavam entre seus fundadores – decidiram se afastar em fevereiro: o veterano libertário Ideal Peres, então com 66 anos, e sua esposa Esther Redes.

Ideal afirmou, então, que gostaria de se dedicar mais a divulgar o anarquismo através de viagens para outros estados. Era o momento da “passagem de bastão” para os mais jovens, naquele que era o mais importante espaço libertário da cidade, funcionando todas às terças-feiras na escola Senador Corrêa, no bairro de Laranjeiras. (RAMOS, 2011, p. 1).

A ideia dos quatro jovens era criar um boletim para divulgar as atividades e reativar as palestras semanais, mas também para publicar textos libertários que ajudassem a propagandear a ideologia anarquista na cidade. Segundo Renato Ramos,

aquela reunião no bar funcionou como uma “assembleia fundadora”, que deliberou “quem escreveria o texto de abertura, o prazo para fechar o calendário de atividades do CEL, a tiragem inicial e como seria o cabeçalho.” (Ibid. p.1).

Outro detalhe acertado foi em relação ao título da futura publicação. Pedro Kroupa sugeriu o nome de um filme de que gostava, recebendo aprovação de todos: “Liberá, amore mio”, produção italiana dos anos 1970 (*figura 1*).¹⁰⁶ Um nome que, de acordo com Ramos, ganhou logo uma entonação local, com o deslocamento do acento tônico da primeira para a segunda sílaba.¹⁰⁷



Figura 1 – Cartaz do filme “Liberá, amore mio!”, dirigido por Mauro Bolognini. Na história, a personagem Liberá, interpretada por Claudia Cardinale, vive na Itália fascista e é filha de um velho militante anarquista.

106 “Liberá, amore mio” foi um filme italiano lançado em 1973 (segundo Pietro Ferrua) ou 1975 (de acordo com outras fontes consultadas), com direção de Mauro Bolognini. Liberá Valente era o nome da protagonista, interpretada por Claudia Cardinale. Filha de um anarquista, Liberá se une na luta contra o fascismo de Mussolini durante as décadas de 1930 e 1940. Pietro Ferrua chama a atenção para o fato de que a película começa com um grito anarquista: “Abaixo o rei! Abaixo a guerra! Vida longa à Anarquia!” (FERRUA, s.d. Acesso em: 19 jan. 2016). O *trailer* está disponível em: <www.youtube.com/watch?v=ML8trIPgw64>. Acesso em: 12 jan. 2016.

107 “Desde o princípio, o que no título do filme pronunciava-se ‘Liberá’, passou a ser ‘Libérra’, como até hoje.” (RAMOS, 2011, p. 1).

Fonética à parte, era preciso materializar a ideia, transformá-la em papel e tinta. Numa época em que os computadores pessoais ainda estavam sendo introduzidos no Brasil,¹⁰⁸ a feitura das primeiras edições do *Libera*¹⁰⁹ tinha um caráter semiartesanal, mesclando técnicas de “recorte-e-cola” com trechos já produzidos eletronicamente.

Por volta de 1989, grandes empresas começaram a utilizar os PCs com impressora matricial. Eu trabalhava, em 89, na Natron Engenharia. Até 88 a gente escrevia o relatório à mão. Passava para as secretárias e elas digitavam naquelas máquinas eletrônicas. Elas devolviam para você, cheio de erro, porque você fazia à mão. Então, faziam-se as correções e ela datilografava tudo de novo... E ninguém perdia prazo! [risos] Então, em 91, as impressoras eram matriciais. Mas os dois primeiros cabeçalhos do *Libera* já foram feitos a *laser*, num computador da Petrobras, com impressora muito moderna para a época. (RAMOS. Entrevista, 2014b).

O *Libera* praticou, nas primeiras edições, uma espécie de “expropriação revolucionária” de recursos do próprio Estado. Nesse sentido, Célia Regina, que trabalhava no prédio da Petrobras, produziu em segredo, no computador da empresa estatal, os primeiros cabeçalhos (*figuras 2 e 3*) e também o editorial do informativo.

A Célia fez dois modelos de cabeçalho: um “preto-no-branco” e outro “branco-no-preto”. Então, eu e Pedrão [*Pedro Kroupa*] fomos ao Edise [*Edifício Sede da Petrobras*], na hora do almoço. A Célia nos encontrou e passou um envelope com os dois cabeçalhos. A gente

108 A empresa IBM lança o seu *Personal Computer* (PC) em 1981, com sistema operacional MS-DOS, desenvolvido pela Microsoft. Em 1984, a Macintosh faz uma “revolução”, lançando um computador que usava ícones na tela e podia ser comandado por um “mouse”.

No Brasil, a história da informática começa no final dos anos 1950, com a importação de computadores extremamente grandes de países como os EUA. O primeiro computador foi produzido no país em 1972, na Universidade de São Paulo (USP). Em 1979, foi criada a Secretaria Especial de Informática (SEI), que era responsável pelo gerenciamento dos assuntos de informática no Brasil. Em 1984, foi lançada a Política Nacional de Informática, que, segundo Carlos Ferrari, “veio mudar o atraso tecnológico do Brasil frente a outros países e possibilitou um grande aumento na taxa de crescimento da informática nacional, cerca de 30% ao ano”. (FERRARI, 2013).

109 Vou abreviar o nome do jornal para *Libera*, embora seu título permaneça composto (“*Libera... Amore Mio*”) até a edição 118 (mai.-jun.2003). Quando citava a si próprio, o informativo também promovia uma abreviação, mas mantendo as reticências (“*Libera...*”). Foi a partir do número 119 (jul.-ago.2003), já como meio de comunicação da FARJ, que a publicação passou a se chamar apenas *Libera*, título que mantém até hoje.

escolheu um dos dois para sair no primeiro *Libera*. Eu acho que a gente escolheu errado porque o segundo era mais bonito, no fundo preto, com a letra mais cheia. [...] O editorial também foi feito no computador da Petrobras (note que a fonte é computadorizada). Eu e Pedro fizemos o texto, e ela digitou. Você observa que a letra está pequena, pois foi reduzida para caber na folha. Os dois primeiros editoriais, com letra de impressora tipo matricial, a gente reduziu para caber aqui [apontando para o jornal]. E o resto é “corte e cola”. Isso aqui [fala das molduras dos boxes] foi feito com [caneta] Pilot fina. (Ibid.).



Figuras 2 e 3 – Os dois primeiros cabeçalhos do *Libera*, produzidos em computador e impressos a *laser*.

Em junho de 1991, era lançado o primeiro número do *Libera*. Com periodicidade mensal, o formato era extremamente simples: uma folha de papel A4 (21cm X 29,7cm), fotocopiada em frente e verso. Portanto, era formado por uma folha, compreendendo duas páginas, uma em cada lado. Uma configuração mais próxima de um *boletim* do que de um *jornal*.¹¹⁰ Esse formato vai permanecer inalterado em seus 18

110 No campo da editoração, *boletim* é definido como “publicação periódica que se destina à divulgação de atos oficiais, governamentais, atividades de órgãos privados, etc.” (RABAÇA, BARBOSA, 1978, p.47). Embora o *Libera* estivesse longe de divulgar “atos oficiais, governamentais” (a não ser para criticá-los), pode-se dizer que veiculava notícias de um tipo de “órgão privado” – no caso, o Círculo de Estudos Libertários – e tinha uma periodicidade definida. Mas é no quesito *formato* que a identificação com o boletim fica mais evidente. Vejamos: “Difere do jornal e da revista, por suas características de formato (menor), estilo redacional não necessariamente jornalístico, e produção gráfica (pode ser mimeografado,

primeiros números, de junho de 1991 a novembro de 1992. Em dezembro deste último ano, a publicação cresce: passa para quatro páginas, no mesmo formato A4. Contudo, voltará a ter apenas uma folha (duas páginas) entre janeiro e maio de 1993. Em junho (nº 25), passa novamente a sair com quatro páginas, mantendo-as até o número 150.¹¹¹

A tiragem dos primeiros números não passava de 200 exemplares, xerocados no Centro da cidade e distribuídos nas reuniões do CEL, universidades, locais de trabalho e despachados pelo Correio para uma pequena lista. O efeito no CEL foi quase que imediato, tendo aumentado a frequência nas atividades e, conseqüentemente, o número de contribuintes fixos e eventuais. (RAMOS, 2011, p.1).

No subtítulo da publicação, explicitava-se sua razão de existir: tratava-se do “Informativo do Círculo de Estudos Libertários”. A disposição dos elementos gráficos na capa reforçava essa missão (*figura 4*). Duas colunas dividiam a página. À esquerda, o editorial, com uma fonte tipográfica menor (reduzida, como vimos, para poder “caber na página”). Abaixo dele, uma charge, retirada de outra publicação – mas a fonte não era informada. Na coluna direita, dois *boxes*. O de cima trazia a programação do “Ciclo e palestras e debates” daquele mês de junho. O *box* era cortado por uma linha, que o dividia em dois. Abaixo da linha, o endereço dos encontros do CEL: Escola Senador Corrêa, Praça São Salvador, Laranjeiras, Rio de Janeiro. Eles ocorriam toda semana, às terças-feiras, na sala 3 do colégio, às 20h. Aliás, desde 1985, quando o CEL foi fundado, as reuniões aconteciam naquele mesmo local.

apresentado em brochura, impresso em uma só folha, etc.)” (Id. p.47). Quer dizer: o *Libera*, em sua fase inicial, enquadra-se pelo menos em três pontos na definição de boletim: a) era menor que um jornal ou uma revista; b) era impresso numa só folha; c) tinha uma produção gráfica baseada em fotocópias.

111 A partir da edição 160 (out.-nov.-dez. 2013), o periódico passou a ter oito páginas, configuração que manteve até o número 167 (jan.-jun. 2016). A edição 168 (jul.-set. 2016) volta a ter quatro páginas, assim como a 169 (out.-dez. 2016), a última publicada até a finalização desta tese. O retorno às quatro páginas, segundo Renato Ramos, foi devido a dificuldades financeiras: “Recentemente, retornamos ao *Libera* de quatro páginas, abandonando o de oito páginas, que ficava muito caro.” (RAMOS. Entrevista por e-mail. 13 mar. 2017).

Um detalhe gráfico chama a atenção, e será mantido até o número 118: o título composto era cindido por reticências, começando na capa e terminando na contracapa (*figura 5*). Uma quebra que combinou com a estrutura material do boletim: uma folha, impressa em frente e verso. Nada melhor, portanto, do que abrir a página com o “Libera...”, com suas reticências convidando a continuar a leitura, despertando a curiosidade para saber o que viria na página seguinte, acessível apenas com um virar de folha. Então, logo no topo: “Amore mio”. A partir do número 2, a parte final no título viria no rodapé da última página, dando realmente a noção de que era o fechamento, o ponto final do conteúdo que estava “no meio”.¹¹²

Seja como for, entre o “Libera...” e o “...amore mio”, haveria muito “recheio”, muitos discursos em defesa de uma *práxis* libertária. E quando falamos de *discursos*, vamos nos apropriar da definição elaborada pela Análise de Discurso:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. **O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem:** com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. (ORLANDI, 1999, p.15. Grifos meus.)

Em nossa análise sobre os discursos presentes em 150 edições do *Libera*, interessa-nos observar como um grupo social-histórico específico realizava sua “prática de linguagem”.¹¹³ Dessa forma, os editores do *Libera*, assim como todos os seres

112 No entanto, o que poderia parecer uma opção estética, não passou de uma necessidade determinada pela limitação de espaço, conforme explica Renato Ramos: “O nome era muito grande para ficar no cabeçalho. Então, a gente o dividiu desde o número um. Engraçado que, no primeiro, botamos no verso, mas em cima. Já no segundo, foi para a parte de baixo.” (RAMOS. Entrevista, 2014b).

113 Linguagem é concebida, pela Análise de Discurso, como “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 1999, p.15). “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive.” (Id. p.15).

humanos em geral, possuem a “capacidade de significar e significar-se”. Nesse processo, estabelece-se uma relação da “língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.”. Ou seja: para a Análise de Discurso não interessa trabalhar com a “língua fechada nela mesma” (como o faz a linguística de viés estruturalista), mas sim com o discurso, “que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto.” (Ibid. p.16).

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, [*a Análise de Discurso*] trabalha a **relação língua-discurso-ideologia**. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux [...], **não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia**: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Consequentemente, **o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia**, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. (Ibid. p.17. Grifos meus.).¹¹⁴

Portanto, na análise dos discursos publicados no *Libera*, podemos avaliar como a ideologia anarquista foi disseminada, além de investigar de que modo o periódico produziu significados e construiu determinadas identidades militantes, simultaneamente construindo sua própria identidade. Nessa prática, ao mesmo tempo simbólica e política, outros discursos e identidades serão contestados – incluindo aí tanto o discurso dominante (capitalismo, neoliberalismo) quanto discursos concorrentes no campo das esquerdas (marxismo, outras correntes anarquistas, etc.).

Em seu arsenal discursivo, o *Libera* vai sempre lançar mão de um texto que define a posição do veículo e expõe a interpretação do coletivo CEL em relação aos acontecimentos contemporâneos. Trata-se do editorial, um tipo de texto comum em diversos jornais ao longo da história. Na edição de estreia, ele apareceu com o título

114 A referência interna a M. Pêcheux diz respeito à obra *Les Vérités de Palice*. Paris: Maspero, 1975.

“Informativo” e funcionou como um “cartão de visitas”, uma apresentação sobre os objetivos do CEL e da publicação que acabava de nascer.

Com esta publicação, o CÍRCULO DE ESTUDOS LIBERTÁRIOS (C.E.L.), vem cumprir com sua razão de ser, isto é, um Centro de Estudos e Reflexão do Pensamento e Ação Libertárias.

O C.E.L. objetiva criar um espaço onde se possa saber e discutir a história das lutas sociais e, através da troca de ideias e pesquisas, aglutinar elementos que estejam fatigados, tanto da ditadura burocrática do marxismo-leninista como da corrupção e incompetência do Estado e parlamentos capitalistas. (*LAM*, nº 1, jun. 1991, p.1).¹¹⁵

Ao delimitar sua posição política, os anarquistas do *Libera* se mostravam contrários tanto ao *status quo* (“corrupção e incompetência do Estado e parlamentos capitalistas”) quanto a seus adversários históricos no campo socialista (“ditadura burocrática do marxismo-leninista”). Isso num momento em que, de um lado, o “socialismo realmente existente” se esfacelava com a Queda do Muro de Berlim, em 1989; o Pacto de Varsóvia se desmantelava em julho de 1991; e a União Soviética se dissolvia em dezembro de 1991. Na outra ponta, os ideólogos do capital comemoravam o que julgavam ser “o fim da História”, ou “fim das ideologias”, e celebravam o capitalismo como “única alternativa” para a humanidade. Naquela conjuntura, a América Latina acataria o receituário neoliberal baseado no chamado Consenso de Washington.¹¹⁶

115 As referências ao *Libera...Amore Mio* serão abreviadas pela sigla *LAM*, seguida do número da edição e página do trecho citado. Como dito anteriormente, a partir da edição 119 (jul.-ago. 2003) o periódico passa a se chamar apenas *Libera*. Neste caso, farei referência ao nome por extenso.

Nas citações de trechos do informativo, atualizei os textos originais de acordo com as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou em vigor a partir de janeiro de 2009. No trecho acima, por exemplo, a palavra “ideias”, que perdeu o acento agudo, foi originalmente grafada com o acento (“idéias”). Também corriji a maioria dos erros ortográficos e tipográficos.

116 “Consenso de Washington foi como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo Institute for International Economics, sob o nome de “Latin Americ Adjustment: How Much has Happened?”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos.” (PENA, s.d.).

Aquele primeiro editorial do *Libera*, portanto, expressava um posicionamento que não era novidade nas fileiras ácratas: a recusa em se alinhar tanto ao liberalismo/capitalismo quanto ao comunismo/bolchevismo – sem contar a oposição ao nazifascismo, não expressa no texto. Assim, o fracasso do projeto marxista-leninista de viés estatal provocou certa euforia nas hostes libertárias, e soou como um “Nós estávamos certos!”. Daí o tom otimista do editorial quanto às possibilidades para o avanço do socialismo libertário.

Além do fracasso do “socialismo real”, o editorial citava as contradições do capitalismo – como o “monstruoso crescimento da miséria social”, a descrença da população frente aos governantes e a falência do projeto político liberal burguês. Segundo o texto, tais premissas – a incapacidade de capitalismo promover o bem-estar social e a falha do comunismo burocrático em estabelecer um modelo alternativo – abririam caminho para o anarquismo.

O prognóstico do *Libera* não deixou de se tornar realidade, pelo menos em parte. Como veremos a seguir, a partir de meados dos anos 1990, ganharão visibilidade movimentos globais de oposição à ordem neoliberal/capitalista. Eles terão em comum o fato de que não “almejam a tomada do poder, mas a desintegração do poder na autonomia e na responsabilidade de cada um diante de todos” (SEVCENKO. In: CHRISPINIANO, 2002, p.13). Além disso, os diversos coletivos reunidos no chamado “movimento antiglobalização” – expressão que, segundo Ned Ludd (2002, p.9), é uma “identidade forjada pela mídia”, criada “na tela da TV e nas colunas dos jornais burgueses” – vão se organizar “de forma autogestionária, isto é, não-hierárquica, não-burocrática e autônoma” (Id. p.10).

Assim, embora muitos dos grupos anticapitalistas dos anos 90 não se

declarassem explicitamente anarquistas, partilhavam de valores que o anarquismo historicamente sempre defendeu, como a ação direta, a autogestão, a autonomia, etc. Além disso, indivíduos e grupos declaradamente anarquistas, com todas diferenças entre suas tendências, também estarão presentes nesse heterogêneo caldo político libertário da virada de milênio – assim como estiveram presentes no imediato pós-Segunda Guerra, notadamente no contexto de revoltas estudantis como o Maio de 68 e a contracultura. Isso confirma, portanto, a previsão do *Libera* em 1991: as contradições do capitalismo, aliadas ao fracasso do socialismo de Estado, aumentariam “as possibilidades das ideias libertárias e a prática pela AÇÃO DIRETA serem uma realidade” (*LAM*, nº1, jun.1991, p.1).¹¹⁷

O texto de abertura do primeiro *Libera* se encerrava expondo as tarefas do CEL: “repensar o Anarquismo hoje” e ser um dos instrumentos para “EDUCAR o povo”, além de “propagar a confiança que o Anarquismo deposita no Homem e em sua capacidade de construir a sociedade justa, livre e igualitária que acreditamos”.¹¹⁸ Um tom que não deixa de lembrar o da imprensa operária e anarquista da Primeira República, mesclando a verve crítica com o humanismo e a fé na capacidade de transformação do ser humano.

De volta à Análise de Discurso, podemos observar, neste primeiro editorial (e também em outros textos do *Libera*), que *diversos contextos estão presentes no processo de produção de significados*. Assim, na definição das “condições de produção”

117 Em 2002, quando os movimentos anticapitalistas globais ainda viviam um momento ascendente, David Graeber foi mais longe ao considerar o papel do anarquismo. Ele disse: “[...] boa parte daqueles que gostariam de ver uma mudança revolucionária poderia não se sentir satisfeita plenamente ao comprovar que a maior parte da energia criativa e da política radical provém, na atualidade, do anarquismo – uma tradição que, até bem pouco tempo, boa parte deles desprezava – e que levar a sério este movimento levará necessariamente a assumir com ele um compromisso respeitoso. [...]. **O anarquismo é o coração do movimento, sua alma**; a fonte de boa parte do que nele podemos encontrar de novo e auspicioso.” (GRAEBER, 2002, p.61-62. Grifos meus.)

118 Note-se o uso de recursos gráficos que dão ênfase a determinados termos do discurso, como as iniciais maiúsculas em 'Anarquismo' e 'Homem', além do uso da caixa-alta em toda a palavra 'EDUCAR'.

de discursos, entrariam, segundo Orlandi, os *sujeitos*, a *situação* e a *memória*.

Podemos considerar as **condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato**. E se as considerarmos **em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico**.

[...]

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como **aquilo que fala antes**, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de **memória discursiva**: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. (ORLANDI, 1999, p.30-31. Grifos meus).¹¹⁹

Em outras palavras, o *Libera* vai produzir discursos que, como qualquer outro, serão determinados pelo *contexto imediato*, pelo *contexto mais amplo* e pela *memória discursiva*. No caso do primeiro editorial, podemos supor que o contexto imediato foi a própria motivação que ensejou a criação do informativo: divulgar as atividades do CEL e atrair novos membros. Em relação ao contexto amplo, identificamos a própria conjuntura de fim do “breve século XX”, com a desarticulação dos regimes ditos “socialistas” e o fim da bipolarização que marcou o período da Guerra Fria. Por fim, a presença da memória discursiva, do interdiscurso, pode ser percebida pelo diálogo que se estabelece com determinada tradição do anarquismo – por exemplo, quando é citado um trecho da fala de Errico Malatesta. E mesmo quando não explicitamente citado, notaremos o *já-dito* no que se está dizendo, ou seja, no próprio discurso presente, que pretende, como se disse no editorial de lançamento, “repensar o

119 Sobre o conceito “enunciação”, convém recuperar o que estabelece o linguista russo Mikhail Bakhtin, citado por Vera Lúcia Pires: “A linguagem, para Bakhtin, é uma prática social que tem na língua a sua realidade material. A língua é entendida não como um sistema abstrato de formas linguísticas à parte da atividade do falante, mas como um processo de evolução ininterrupto, constituído pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação, que é a sua verdadeira substância (BAKHTIN, 1929, p. 127). Diferentemente de Saussure e de seu objetivismo abstrato, o autor russo valorizava a fala, que não é individual, senão social e está estreitamente ligada à enunciação, já que o momento da enunciação, instaurando a intersubjetividade, instaura também a interação.” (PIRES, 2002, p.37).

A citação interna é da seguinte obra: BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV) (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

Anarquismo hoje”. A memória discursiva, portanto, será um elemento fundamental na construção da identidade dos anarquistas cariocas da virada dos séculos XX e XXI.

A relação seminal dos anarquistas com o passado foi observada por Raquel de Azevedo, que retomou as observações de Edgar de Decca:

Essa necessidade de situar-se no tempo, numa relação com o passado e o futuro, é apontada por Edgard de Decca como constitutiva da prática libertária. Segundo o historiador, o anarquismo parte do princípio de que o presente é constituído pelo primado da liberdade e da ação no espaço público, sendo que essa ação não é o lugar da consciência, mas abre lugar para ela, na medida em que funda a **possibilidade da memória** em vista do futuro. Assim, a ação fundada na tradição, realizando a comemoração dos acontecimentos passados, constitui a força propulsora para a transformação do presente em vista da criação de uma sociedade futura.

A relação com o tempo é fator fundamental na ação anarquista, segundo De Decca, pois a memória não é cristalizada como fato acabado no passado, mas torna-se memória viva, como consciência no sujeito que revitaliza esse passado através de suas ações. (AZEVEDO, 2002, p.45).¹²⁰

Nesse sentido, as vozes do *Libera re-dizem e re-significam* um discurso maior, coletivo, ligado à tradição anarquista com a qual os militantes do presente procuram se identificar e revitalizar. Pois, como afirma Eni Orlandi:

O dizer não é propriedade particular. **As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua.** O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. [...]

Disso se deduz que **há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo**, que é a que existe **entre o interdiscurso e o intradiscurso** ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. [...]

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). **Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação).** E é desse jogo que tiram seus sentidos. (ORLANDI, 1999, p.32-33. Grifos meus.).

120 A citação a Edgard de Decca diz respeito à seguinte fonte: DECCA, E. Arquivos Anarquistas. *Congresso Pensamento Libertário Internacional: outros 500*, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 24 a 29 de agosto de 1992.

E no jogo de comunicar do *Libera*, a linguagem iconográfica também cumpre papel importante.¹²¹ A primeira charge¹²², logo abaixo do editorial, inaugurava uma tradição que a publicação manteria no período que estamos abordando neste capítulo (1991 a 1995): quase sempre o texto da capa vinha acompanhado de uma ou mais ilustrações.

Nas 50 primeiras edições, apenas oito (16%) não traziam imagens (caricaturas, charges, cartuns ou fotografias) na capa.¹²³ E não havia um ilustrador ou um fotógrafo na equipe editorial que produzissem imagens exclusivamente para o jornal. Na edição iconográfica, prevalecia o caráter “pirata”, ou seja, as ilustrações eram retiradas de outros veículos – a maioria oriunda da imprensa libertária internacional, mas também vinda de outras fontes.¹²⁴

Ainda no campo da imagem, a página 2 do primeiro *Libera* (figura 5) trazia

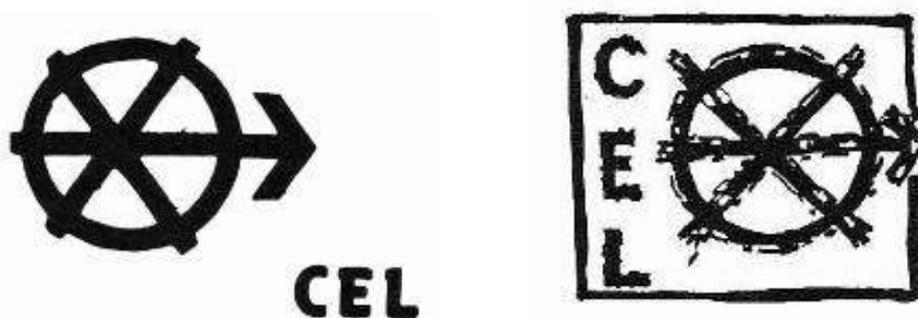
121 A análise específica das imagens do *Libera* não é o objetivo central deste trabalho. Há importantes pesquisas que se debruçaram sobre a profícua utilização das representações iconográficas pelos anarquistas. Raquel de Azevedo, por exemplo, sublinha que, para os anarquistas, “a imagem tinha papel privilegiado ao construir-se no plano do discurso e das gravuras” (AZEVEDO, 2002, p. 162). “Utilizava-se a imagem como arma para a difusão de seus valores no meio operário, travando-se uma luta contra os estereótipos depreciativos produzidos pelo Estado e pela grande imprensa.” (Id. p.162). Outra pesquisadora que aborda a relação dos ácratas com a imagem é Angela M. Roberti Martins (2009, 2006). Mais sobre a relação entre iconografia e história em: Antonio H. Lopes et. al (2006), Ismênia L. Martins (2010, p.97-132) e Manoel L. L. S. Guimarães & Hilda Machado (In: Lopes et. al., 2006, p.9-31).

122 Charge é definida como um “cartum cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política.” (RABAÇA, BARBOSA, 1978, p.89). Um detalhe importante da charge é que “o conhecimento prévio, por parte do leitor, do assunto de uma charge é, quase sempre, um fator essencial para sua compreensão.” (Ibid. p.89). Já cartum é caracterizado por ser uma “narrativa humorística, expressa através da caricatura e normalmente destinada à publicação em jornais ou revistas.” (Ibid. p.75). Quanto à caricatura, ela apresenta duas definições: 1. É a “representação da fisionomia humana com características grotescas, cômicas ou humorísticas.” (Ibid. p.68); e 2. “Designação geral e abrangente da caricatura como forma de arte que se expressa através do desenho, da pintura, da escultura, etc. e tem por fim o Humor. Nesta acepção, são subdivisões da caricatura: a charge, o cartum, o desenho de humor, a tira cômica, a história em quadrinhos de humor e a caricatura propriamente dita (a caricatura pessoal).” (Ibid. p.70). Mais sobre o tema em Vergueiro & Santos (In: INTERCOM, 2010, p.161-162).

123 São as edições 19 (dez.1992), 23 (abr.1993), 24 (mai.1993), 32 (jan.1994), 33 (fev.1994), 42 (nov.1994), 49 (jan.1995) e 50 (jul. 1995).

124 Renato Ramos declarou que retirou boa parte das ilustrações de um livro seu, com charges do *Pasquim*: “Esse livro foi uma fonte inesgotável de charges para o *Libera*.” (RAMOS. Entrevista, 2014b). Quanto à utilização de material de outros veículos libertários, essa circularidade de informações é uma tradição na história da comunicação anarquista. Confrontando a lógica do mercado capitalista de notícias – onde agências vendem informações e imagens para outros meios de comunicação – a rede libertária espria-se gratuitamente, sem as amarras dos “direitos autorais”.

duas ilustrações que dominavam todo lado direito da página. A silhueta de um homem, sombreado, trazendo no peito o que talvez seja o ícone mais disseminado da história do anarquismo: o famoso “a no círculo”.¹²⁵ Abaixo, em tamanho menor, a logomarca¹²⁶ do CEL (*figuras 6 e 7*), criada provavelmente por Miriam Lene, inspirada por um símbolo da Comunidad del Sur.¹²⁷



Figuras 6 e 7 – Duas variações da logomarca do CEL que foram publicadas nas dezoito primeiras edições (com exceção dos números 13 e 14).

125 A letra “A” no interior de um círculo é considerada “uma das mais bem-sucedidas imagens entre os símbolos políticos”. Criado no século XX, é mais recente do que outro ícone dos libertários: a bandeira negra. Sua origem não é conhecida, mas “há evidências de que o símbolo tenha sido usado por alguns anarquistas durante a Guerra Civil Espanhola e, posteriormente, pela organização belga AOA (Alliance Ouvriere Anarchiste)”. O significado do “A no círculo” estaria ligado à máxima de Proudhon: “Anarquia é Ordem” – com o “A” representando “Anarquia” e o círculo simbolizando a letra “O”, de “Ordem”. (THE WELL-KNOWN Symbol of Anarchism. Acesso em: 20 jan. 2016.).

126 No ramo da publicidade e propaganda, *logotipo* é definido como “símbolo constituído por palavra ou grupo de letras, apresentadas em desenho característico, destinado a funcionar como elemento de identidade visual de uma empresa, de uma instituição, de um produto, etc.” (RABAÇA, BARBOSA, 1978, p.287). Também se usa a expressão *logomarca*, que, segundo Daniel Serrano, alguns autores consideram “como um neologismo, ou uma palavra inventada para representar uma nova forma de logotipo.” (SERRANO, 2011). Haveria, ainda, um terceiro elemento: a *marca* ou *símbolo*, que seria um desenho puro, sem a presença de letras. Assim, de acordo com Serrano, as definições mais aceitas atualmente seriam as seguintes: “Logotipo é a identificação da empresa feita por letras. Símbolo ou Marca é um desenho que identifique a empresa. Logomarca é a união do símbolo ou marca com o Logotipo.” (Id.).

127 De acordo com Renato Ramos, Miriam Chaves (também conhecida como Miriam Lene) foi uma das fundadoras do CEL, fazia parte do coletivo Ludens e cuidou da diagramação da revista *Utopia*, editada pelo grupo de mesmo nome e lançada entre 1988 e 1992. *Utopia* contava com a participação de Ideal Peres, Renato Ramos e outros militantes próximos ao CEL. A partir de 1992, Miriam vai cuidar da diagramação do *Libera*. Quanto à logomarca do CEL, Renato não tem certeza de que foi ela quem criou, conforme disse em depoimento: “Acho que isso foi coisa da Miriam, porque é um pouco inspirado num símbolo da Comunidad del Sur.” (RAMOS. Entrevista, 2014b). O grupo Comunidad del Sur era do Uruguai e colaborou na produção da última revista *Utopia*, lançada durante o encontro Eco 92, no Rio de Janeiro. No site desse coletivo (www.ecocomunidad.org.uy), pode-se ver um símbolo exatamente igual ao publicado no *Libera*.

Voltando à capa, na coluna da direita estava a “razão de ser” do *Libera* (pelo menos em sua fase inicial): a programação do CEL. Escrita em máquina de escrever elétrica, vinha no interior de um simples *box*, feito à mão – com “Pilot fina”, como nos contou Renato Ramos. Os temas das discussões soavam como introdução a uma formação política que o *Libera* fez questão de assumir em suas páginas.

No dia 11 de junho, o CEL discutiu sobre “O ANARQUISMO” (estava escrito assim mesmo, em caixa-alta). Na outra semana, dia 18, “ÉTICA E MORAL ANARQUISTA”. Encerrando o mês, no dia 25, “INDIVIDUALISMO E COLETIVISMO”. Temas gerais que muitas vezes entravam na pauta do CEL, grupo voltado para atrair adeptos, “aglutinar elementos”.

Notamos, portanto, uma unidade temática em todo o conteúdo do primeiro *Libera*, que gravitava em torno dos temas introdutórios em debate no CEL daquele mês de junho de 1991. Segundo Renato Ramos, era “uma coisa básica porque havia uma garotada que a gente queria que chegasse para passar rudimentos do que era anarquismo” (RAMOS. Entrevista, 2014b). O teor das discussões das reuniões se relacionava também com a escolha dos textos da página 2, como ele mesmo confirma: “No primeiro número a gente reproduz um texto do Errico Malatesta, o que também é sintomático: usar o Malatesta, talvez o pensador anarquista mais didático de todos, para explicar o que é o anarquismo.” (Ibid.).

Embora não citado explicitamente – no *Libera* ou nos depoimentos que colhemos – notamos aqui uma preocupação estratégica quanto ao uso da comunicação. Se a escolha foi a do “pensador anarquista mais didático de todos”, pressupõe-se que havia a intenção de alcançar a máxima comunicabilidade nas mensagens. Como já abordamos no primeiro capítulo, Malatesta refletiu sobre questões como o tipo de

linguagem a ser empregado, o caráter educativo da propaganda, as informações que devem ou não ser divulgadas e os terrenos mais propícios para desenvolver as ações de comunicação. Ao escolher se filiar ao anarquista italiano, o *Libera* renovava essa memória discursiva, esse interdiscurso, ensejando no presente uma tarefa comunicacional que traz em si os ecos da comunicação anarquista do passado.

No entanto, o diálogo do *Libera* não se estabelecia apenas com a tradição mais recuada dos libertários do século XIX ou das primeiras décadas do XX. Seus antecedentes mais próximos remontam à história de militância de Ideal Peres. Essa origem é reivindicada pelos próprios militantes do CEL, que em 1995 mudaria seu nome para Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP), em homenagem ao velho militante que falecera naquele ano. Em 2003, parte desses mesmos libertários fundaria a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), que contou sua história, em seus “Cadernos de Formação”, justamente a partir da militância de Peres.¹²⁸

128 “Traçar uma história recente do anarquismo social carioca, tendo como foco a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), implica, necessariamente, um retorno às suas origens; isso porque a FARJ é resultado de um desenvolvimento que remete à própria história de militância de Ideal Peres.” (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.1).

2.2. As raízes do *Libera*

Ao contar sua própria história, a FARJ vai estabelecer alguns marcos, como a militância de Ideal Peres, que se inicia a partir da metade dos anos 1940; a formação do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), em 1958; a repressão que o CEPJO vai sofrer durante a ditadura civil-militar, em 1969; e os encontros promovidos na década de 1970, na casa de Peres e sua esposa Esther Redes, que viriam a se constituir “no embrião do Círculo de Estudos Libertários (CEL).” (CORRÊA, In: FARJ, 2007, p.2).

No processo de construção de sua memória, o coletivo que funda a FARJ elabora uma genealogia que remonta ao modelo de organização que tem suas bases nas ideias de Bakunin e Malatesta; dos russos exilados do Dielo Truda; dos anarco-comunistas (ou comunistas libertários); da Federação Anarquista Uruguaia (FAU); entre outros. Do Brasil, as influências virão dos chamados *organizacionistas*, que, defendiam a necessidade de criar organizações especificamente anarquistas, em vez de diluir-se na luta sindical – principal vetor social dos socialistas libertários na Primeira República.

Corrêa menciona as tensões e reflexões em torno da questão da melhor maneira de organização para os ácratas. Cita, por exemplo, o debate que se deu no Congresso de Anarquista de Amsterdã, em 1907. Na ocasião, duas posições se confrontaram: a de Monatte, que defendia que o sindicalismo “bastaria a si mesmo”, e a de Malatesta, que discordava, apontando para a necessidade de criar organizações especificamente anarquistas. No Brasil, Oiticica foi um dos defensores da posição malatestiana, alertando, já nos anos 1920, que era preciso realizar um trabalho de “formação de grupos anarquistas específicos para atuar dentro dos sindicatos.”. Como

salienta Corrêa, “Oiticica criticava os anarquistas que, naquele momento, davam muita atenção à ação sindical e pouca à atividade ideológica” (CORRÊA, *In*: FARJ, 2007, p.5).¹²⁹

Essa discussão é importante para compreendermos como se deu a evolução política do CEL/CELIP/FARJ, que pode ser acompanhada nas páginas do *Libera*. Assim, os militantes ligados a esses grupos vão paulatinamente definindo suas identidades e construindo significados em torno de uma determinada corrente do anarquismo. Como vimos, reivindicam principalmente a tradição inaugurada por Bakunin, que propugnava a organização dos anarquistas em agrupamentos específicos (nível político), com vistas a atuarem de modo mais orgânico em movimentos de massa (nível social) – numa estratégia denominada *dualismo organizacional*. As reflexões de Malatesta, Oiticica e de outros anarquistas *organizacionistas* também serão retomadas e ressignificadas no contexto de atuação dos libertários cariocas do CEL/CELIP/FARJ.

Outro aporte teórico-prático decisivo para os rumos desses militantes será a aproximação, a partir de meados dos anos 1990, à Federação Anarquista Uruguaia (FAU), que vai definindo a opção em favor do chamado *especificismo*,¹³⁰ em

129 “Essa argumentação de Oiticica, que tem por base diferenciar os níveis de atuação social e político, havia sido desenvolvida no século XIX por Bakunin. Ele definiu que o ambiente de formação e de união em torno da ideologia, ou seja, o grupo anarquista específico, seria o nível político, representado na época pela Aliança da Democracia Socialista. O nível social, ou o movimento social, seria a movimentação e a agitação operária de massa que aconteciam, representadas na época pela Primeira Internacional, ou AIT. Em cima desta mesma análise, Oiticica, assim como Bakunin, buscou defender uma forma de atuação em que o vetor social não suprimisse a ideia do grupo político, ideologicamente anarquista. Foi, dentre outros fatores, a confusão entre os níveis de atuação que terminou por condenar o anarquismo à perda de seu único vetor social da época, e que nunca mais seria retomado nas mesmas proporções.” (CORRÊA. *In*: FARJ, 2007, p.5-6).

130 Segundo Felipe Corrêa, o termo especificismo foi difundido pela FAU e se refere a uma determinada concepção de organização anarquista. Tal corrente defenderia que a luta dos ácratas deve se dar em dois níveis: o da organização anarquista e o dos movimentos populares – “que devem se formar com base na necessidade e não se resumir a uma determinada ideologia, como no caso do anarco-sindicalismo”. Ele prossegue, expondo as filiações teóricas e definindo o léxico básico da corrente:

“Este modelo de organização possui suas bases no anarquismo clássico, tendo sido defendido por Mikhail Bakunin, Errico Malatesta, os russos exilados do Dielo Truda, entre outros. Bakunin defendeu um modelo deste tipo para a Aliança da Democracia Socialista, quando em sua atuação no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional); Malatesta defendeu posições semelhantes em sua formulação do ‘partido anarquista’; o Dielo Truda, semelhantemente, na Plataforma

contraposição às organizações libertárias baseadas no *sintetismo*.¹³¹

Mas os membros do CEL não se alinharão imediatamente aos preceitos teórico-práticos do especificismo. No início, conforme conta Renato Ramos, o objetivo era aglutinar grupos heterogêneos – atitude semelhante, em parte, àquela dos grupos *sintetistas*.

A gente queria qualquer iniciativa em prol do anarquismo. Sejam os *anarcopunks* se organizando; o Ludens atuando dentro da terapia deles;¹³² os estudantes propagando o anarquismo, se organizando nos DCEs [*Dirétórios Centrais de Estudantes*] em autogestão; os sindicalistas. Tudo que fosse de experiência era apoiada pelo *Libera* e a gente divulgava. [...] Até porque o CEL não era uma organização, era um espaço. E o *Libera* era um veículo de organização desse espaço e do que acontecia no Brasil, no mundo, em termos de anarquismo, independente de corrente. Não tinha ainda essa coisa de especificismo. A gente

Organizacional dos Comunistas Libertários. Posições similares foram defendidas em diversas épocas e nos mais diferentes locais por anarco-comunistas que sustentavam uma linha 'organicista' de anarquismo, fundamentada na organização e na vontade dos trabalhadores para promover a transformação social por meio dos movimentos de massa. Desde o século XIX, outras concepções vêm sendo incorporadas ao que hoje se entende como 'especificismo', que é defendido por uma série de organizações anarquistas brasileiras: a compreensão do anarquismo como ideologia e, portanto, com um vínculo necessário com uma prática política com objetivo de transformação social; a organização como elemento imprescindível para a luta; a concepção da organização específica anarquista como uma organização de minoria ativa; a centralidade da luta de classes e a prioridade no trabalho social junto aos movimentos populares (movimentos sociais, sindicatos, etc.); a unidade teórica e ideológica; a unidade estratégica e tática; o processo decisório marcado pela tentativa de consenso e, não sendo possível, pela votação; e a ênfase no compromisso militante. Fora da América Latina, as organizações que defendem posições semelhantes ao especificismo definem-se como anarco-comunistas, de inspiração plataformista”. (CORRÊA, 2009b).

131 Sobre o sintetismo, explica Corrêa: “Dois textos feitos como respostas à Plataforma, e que propunham modelos distintos, constituem a base daquilo que ficou conhecido como organização de síntese, ou simplesmente 'sintetismo'. O primeiro deles, de Sébastien Faure, foi escrito em 1928 e sustenta que o anarquismo caracteriza-se por três correntes fundamentais: anarco-sindicalismo, comunismo libertário e anarco-individualismo. Em sua concepção, estas correntes não seriam contraditórias, mas complementares, tendo cada uma delas um papel a desempenhar dentro do anarquismo: o anarco-sindicalismo como a força das organizações de massa e o melhor meio para a prática do anarquismo; o comunismo libertário como proposta de sociedade futura baseada na distribuição dos frutos de trabalho conforme a necessidade de cada um; o anarco-individualismo como negação da opressão individual e afirmação do direito ao desenvolvimento do indivíduo buscando satisfazê-lo em todos os sentidos. O segundo texto, de Volin, foi escrito em 1934 e sustenta que é necessário sintetizar as diferentes correntes anarquistas, em um 'conjunto harmonioso, ordenado, acabado'. Tomando como modelo as linhas que visavam constituir a organização anarquista russa Nabat, Volin, semelhantemente a Faure, reivindica um modelo de organização em que o sindicalismo seja considerado o método da revolução social, o comunismo libertário constitua a organização da nova sociedade, e o individualismo torne-se o objetivo da sociedade pós-revolucionária, com vistas à emancipação e à felicidade do indivíduo. Para ele, seria um engano opor as correntes anarquistas umas às outras, e o mais produtivo seria realizar uma fusão delas, em um 'anarquismo sintético', indispensável a seu ver. Na atualidade, a organização anarquista sintetista de maior expressão é a Federação Anarquista (FA) da França.” (Id.).

132 O Ludens era uma dissidência do grupo Soma, criado a partir das reflexões do escritor e psiquiatra libertário Roberto Freire (1927-2008). Nos primeiros números do *Libera*, os membros do Ludens terão participação ativa. Destaque para Miriam Lene, que fez a diagramação do informativo em seus números iniciais.

tinha como referência a CNT [*Confederación Nacional del Trabajo, da Espanha*], a Federação Francesa... A gente não tinha como referência a FAU porque ninguém conhecia direito. (RAMOS. Entrevista, 2014b).

E ainda:

A partir de 1994-95 a gente começou o processo de tomar contato com isso, que veio redundar na fundação da FARJ, oito anos depois. E você vai ver isso nas folhas do *Libera*, que começa a ser o porta-voz disso. Não sem conflitos internos, inclusive. Um exemplo foi o caso do Luiz Antonio Alt, que era um cara muito ativo no *Libera*. Ele era jornalista e atuava como nosso revisor. (RAMOS. Entrevista, 2014a).¹³³

Os anarquistas do CEL/*Libera* também buscaram suas referências nas atitudes e reflexões de militantes locais, como Ideal Peres. Ele serviu como uma ponte entre gerações, levando adiante a tradição defendida pelos organizacionistas da Primeira República, como José Oiticica, que foi seu professor no Colégio Pedro II e amigo de seu pai, Juan Perez Bouzas.¹³⁴

Como vimos, na virada dos anos 70 e 80, o jornal *O Inimigo do Rei* vai animar o velho militante, que passou a colaborar com o periódico baiano. Agindo como catalisador, o *Inimigo* vai aproximar dois libertários que moravam na mesma cidade, mas não se conheciam: o jovem Renato Ramos e o veterano Ideal Peres. Suas histórias vão se cruzar justamente via imprensa libertária, numa triangulação que envolvia também os anarquistas soteropolitanos. Nesse sentido, vale a pena nos determos um

133 Em suas memórias, Renato descreve Alt como “um cara importantíssimo dentro do *Libera*”, que ajudava a fechar todas as edições. De acordo com Renato, o alinhamento do grupo em relação ao especificismo da FAU e ao processo chamado de Construção Anarquista Brasileira (que explicaremos no capítulo 3) começaram a desagradar o único integrante da equipe que tinha formação jornalística. Renato prossegue: “Acho que ele passou a se incomodar muito com o alinhamento do *Libera* à Construção Anarquista Brasileira. Juntou uma discordância ideológica dele, em relação à linha do *Libera*, coisa que ele não concordava e várias vezes chamou de 'bolchevista'.” (RAMOS. Entrevista, 2014a).

134 Como vimos anteriormente, Peres também apresentou propostas no campo da comunicação libertária. Por exemplo, no Congresso Anarquista de 1953, no Rio de Janeiro, sugeriu que o jornal *Ação Direta* “recebesse mais colaborações de outros grupos e indivíduos do Brasil” e ainda defendeu “a ideia de 'penetrar' na imprensa burguesa com colaborações libertárias e promover as ideias libertárias nos respectivos ambientes de trabalho” (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.9).

pouco na história de vida de Renato Ramos, personagem importante na história do *Libera* por ser o único que participou de todas as edições – de 1991 até hoje – e muitas vezes fez o jornal sozinho, literalmente.

Renato Rodriguez Cabral Ramos nasceu em 26 de novembro de 1964, no bairro de Ipanema, Rio de Janeiro. Seu pai era engenheiro eletricista da companhia Furnas, onde trabalhou até que, segundo Renato, foi obrigado a se aposentar na época do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992).¹³⁵

Renato diz que se aproximou do anarquismo justamente por influência do pai. No ensino médio, em tempos de “abertura”, conviveu com outras correntes da esquerda e flertou com grupos trotskistas, conforme nos conta:

Comecei a me aproximar do anarquismo através do meu pai. Ele já era um simpatizante desde os anos 70. Já falava algumas coisas de Bakunin. Quando eu estava no [*Colégio*] Santo Inácio, por volta de 1979-80, já era uma época da abertura, mas também dos atentados. No Santo Inácio, mesmo num colégio da Zona Sul, de classe média, classe média alta, tinha uma galera bastante politizada e a gente começou a atuar. Quem se aproximou da gente naquela época era a Convergência Socialista.¹³⁶ E eles tinham todo aquele jogo de grupos de esquerda marxista, de enviar alguns emissários ao colégio para tentar cooptar a galerinha secundarista. O cara ia lá, bater papo com a gente, e levava aqueles jornaizinhos da CS. Uma vez, que deve ter sido em 79, ele nos convidou para conhecer a sede da Convergência, ali em São Cristóvão, na [*Rua*] Fonseca Teles. E a sede da CS tinha levado uma bomba. Os milicos provavelmente jogaram uma bomba por cima do muro que abriu um buraco na escada. Foi uma emoção na época, eu com 15, 16 anos. (RAMOS. Entrevista, 2014b).¹³⁷

135 “Meu pai foi obrigado a se aposentar na época de Fernando Collor porque ele participou do primeiro programa de energia do Partido dos Trabalhadores (PT), na primeira eleição do Lula. Quando Collor ganhou a eleição, houve uma 'caça às bruxas' dentro de Furnas e ele se aposentou inclusive cedo, com uns cinquenta e poucos anos”. (RAMOS. Entrevista, 2014b).

136 A Convergência Socialista (CS) era uma corrente trotskista que atuou como tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT). Devido a discordâncias ideológicas, a CS rompe com o PT e se torna uma das fundadoras, em 1994, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

137 A tentativa de “cooptação” da CS não funcionara com Renato, pois, alertado pelo pai e pelo tio, ele teria se recusado a virar, nas suas palavras, um “tarefeiro” da esquerda marxista. Ele mesmo conta a história: “Meu tio já tinha, na época da ditadura, se aproximado de grupos de extrema-esquerda. Aí eu liguei pra ele e falei: 'O que você acha? Um pessoal está em convidando para entrar na Convergência'. E ele me disse: 'Não faça isso! De jeito nenhum! Tu vai [SIC] virar tarefeiro, vão te meter jornal debaixo do braço para você ficar vendendo. Ali vem tudo de cima pra baixo, ninguém decide porra nenhuma e... pá pá pá.' Mas os caras da CS eram gente boa, mais afáveis que a outra vertente da época, que era a Hora do Povo, formada por stalinistas. (RAMOS. Entrevista, 2014b).

Ramos afirma que, na época, já se dizia anarquista, embora não conhecesse muito sobre o tema. Nos tempos de universidade – ele fez graduação em Geologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre 1982 e 1988 – aproximou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), que então dava os primeiros passos.

Mas o que teria feito um anarquista se aproximar de um partido político? Isso não seria contraditório?

A contradição existe somente para os que consideram que as identidades são estanques, impermeáveis a quaisquer transformações ou adaptações de acordo com a conjuntura. Como nos explicou Renato, naquele momento, sem a presença de agrupamentos anarquistas mais orgânicos, o processo de organização do PT aglutinou muitos indivíduos e coletivos ávidos em construir um movimento social de base.

A gente ainda tinha esperança naquela época. O PT se apresentava como uma ferramenta de organização da classe trabalhadora. Cheguei a me filiar, no diretório do Jardim Botânico, frequentei reunião, etc. Tinha também a construção da CUT [*Central Única dos Trabalhadores*], aquela coisa toda. Em 86, a campanha do [*Fernando*] Gabeira aqui no Rio mobilizou muito a juventude. Teve aquele abraço à Lagoa Rodrigo de Freitas. O pessoal do Centro Acadêmico da Geologia foi com faixa. Tenho até foto disso... Então, foi uma época de aprendizado político mais ligado à construção do Partido dos Trabalhadores. (Id.).¹³⁸

A partir de 1986, Renato começa a escrever para o periódico *A Batalha*, de

Portugal. O lendário Emídio Santana (1906-1988),¹³⁹ um dos autores de um atentado

138 Fernando Gabeira foi candidato a governador do Rio de Janeiro, em 1986, numa aliança do PT com o recém-criado Partido Verde (PV). Gabeira terminou o pleito em terceiro lugar, com 7,8% dos votos (o eleito foi Moreira Franco, do PMDB). Durante a campanha, um dos momentos mais marcantes foi o “abraço ecológico” à Lagoa Rodrigo de Freitas, que teria reunido um “contingente de 100 mil pessoas”. (PARTIDO VERDE. Acesso em: 23 jan. 2016).

139 Emídio Santana foi uma das figuras de referência do anarquismo lusitano durante o século XX, além de ser “um dos elementos de ligação entre o anarco-sindicalismo do princípio do século e os novos movimentos libertários que apareceram no pós 25 de Abril, muito influenciados pelo Maio francês de 1968”. (MEMÓRIA Libertária. Acesso em: 23 jan. 2016). Emídio foi “um dos autores do único atentado que visou Salazar, tendo o ditador saído ileso, apenas devido a um erro de posicionamento da bomba (colocada num local da rua Barbosa do Bocage, em Lisboa, onde Salazar costumava passar diariamente), que desviou a onda de choque e não surtiu o efeito desejado.” (Id.).

contra o ditador António de Oliveira Salazar (1889-1970), respondia e também enviava material para o jovem do outro lado do Atlântico. Naquele mesmo ano, Renato tomou contato com um exemplar do jornal *O Inimigo do Rei*¹⁴⁰ e começou a se corresponder com os editores, na Bahia. Ironicamente, serão os baianos de Salvador, a mais de 1.600 quilômetros de distância, que vão articular o contato entre ele e o pessoal do Círculo de Estudos Libertários.

Eu escrevo para o pessoal d'*O Inimigo* e eles me contam sobre o CEL. Eles me passam a caixa postal do Ideal Peres e eu envio uma carta para ele. Ideal me responde, assinando A.Franco, e me manda uns jornais anarquistas estrangeiros. Também vou a uma reunião do CEL e conheço o pessoal que vai formar comigo o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO). Ou seja: eu conheci o CEL e passei a me corresponder com o Ideal a partir da intermediação do pessoal da Bahia (RAMOS. Entrevista, 2014a).¹⁴¹

As histórias se cruzavam. O jovem anarquista iniciava seu contato com o veterano, em mais uma ponte entre gerações de libertários. Um encontro geracional que deixaria mais um fruto da comunicação anarquista: a revista *Utopia*, lançada entre 1988 e 1992. Uma revista, no sentido exato do termo¹⁴², voltada para a discussão das grandes

140 Renato Ramos fala da dificuldade em obter informação sobre anarquismo na época e de como *O Inimigo do Rei* só vai chegar às suas mãos em 1986, nove anos depois de ser lançado: “A gente ficava sedento de informação. Ainda era ditadura militar. Não havia imprensa anarquista. Claro, havia *O Inimigo do Rei*, mas não era tão fácil conseguir. Não se achava em qualquer banca. Eu não me lembro de ter lido em minha época de colégio, no início dos anos 80, quando *O Inimigo* já existia”. (RAMOS. Entrevista, 2014a).

141 Este episódio também foi rememorado por Renato Ramos no depoimento que me concedeu em 2006, quando realizei a pesquisa para minha dissertação de mestrado. Vejamos o que ele disse na época: “*O Inimigo [do Rei]* cai na minha mão um ano depois [1986]. O último número da primeira fase foi, se não me engano, em 84. Mas aí eu escrevi para o CDDA, Centro de Documentação e Pesquisa Anarquista, que era uma sala, um CCS [*Centro de Cultura Social*] de lá de Salvador, e funcionava na Praça Castro Alves. Alguém me respondeu. Não sei quem foi, mas pode ter sido até o [Carlos] Baqueiro [*um dos editores de O Inimigo do Rei*]. E ele dizia que um grupo do Rio também havia escrito para lá. E eles se reuniam num espaço chamado CEL, todas as terças. E nesse mesmo ano eu havia tentado criar um grupo com dois ou três amigos meus, que foi o segundo GAJO [*o primeiro ao qual se refere, como vimos no capítulo anterior, foi um grupo homônimo dos anos 1950*]. Mas fundamos o grupo e o grupo terminou. Aí, escrevo pra Bahia e eles me falam do CEL. Lá eu encontro o Paulo Henrique, o Pedro Henrique e o Amadeu. Aí não sei se foi final de 86 ou começo de 87 que eu fui lá no CEL, uma sala na Senador Correia. Era uma palestra sobre Giordano Bruno.” (RAMOS. Entrevista, 2006).

142 “Publicação periódica que trata de assuntos de interesse geral ou relacionados a uma determinada atividade ou ramo do conhecimento [...]. Produzida em forma de brochura, a revista apresenta-se

questões do anarquismo.¹⁴³ O coletivo que publicou *Utopia* reunia elementos de diferentes gerações. Faziam parte dele Ideal Peres e sua esposa, Esther Redes, antigos militantes envolvidos no episódio de repressão ao CEPJO, em 1969. Outro militante “das antigas” era Jaime Cubero (1927-1998), com toda uma vida divulgando as ideias anarquistas no país. A estes se juntaram elementos de uma nova geração, como Pedro Simonard, Renato Ramos, Pedro Kroupa, Paulo Alcântara e outros, integrantes do GAJO¹⁴⁴, que compunham o coletivo *Utopia*, criado especificamente para editar a revista homônima. O processo editorial seguia a filosofia tipicamente anarquista do autodidatismo. Naqueles anos 80, tal prática ganhou notoriedade através dos movimentos *punk* e *anarcopunk*, que bradavam o lema “faça-você-mesmo” (*do-it-yourself*).¹⁴⁵

A revista lançou uma seção que, mais tarde, foi retomada pelo *Libera*. Um espaço chamado “Notícias Libertárias”, destinado a informes rápidos sobre eventos e

geralmente em formato menor do que o jornal, maior número de páginas, e capa colorida, em papel mais encorpado.” (RABAÇA, BARBOSA, 1978, p.411).

143 Em seu editorial de lançamento, *Utopia* se propunha a “[...] discutir profundamente as sociedades – que construímos, os sistemas – que nos oprimem, os homens – que nos governam, as ciências – que nos ditam suas leis, as jurisprudências – que definem nosso comportamento, a educação – que nos condiciona e normaliza, a propriedade privada – que nos torna egoístas e selvagens, as religiões – que nos fazem crer no inconcebível, o trabalho – que nos toma a vida, o estado – que nos vampiriza e o outro – a quem amamos e odiamos e que nos ama e nos odeia.” (“Editorial”. *Utopia*, Rio de Janeiro, nº1, primavera de 1988, p.1. Apud OLIVEIRA, 2007, p.194).

144 “O GAJO foi importante porque foi o primeiro grupo de afinidade pós-ditadura. Um grupo em que todo mundo era estudante, voltado para atuação no movimento estudantil e para propaganda anarquista. Propaganda pra 'nego' ir pro CEL. O CEL já funcionando com Ideal, Esther Redes, Oscar Farinha, Miriam Lene... Pessoal que variava de vinte e poucos até os setenta e tantos anos, como o Ideal. Com o apoio do GAJO, o CEL veio se tornando de fato um local de polarização do anarquismo do Rio de Janeiro.” (RAMOS. Entrevista, 2006).

145 “Em 1988, dentro do CEL, resolvemos fazer uma revista. E publicamos a primeira *Utopia*. Na realidade, é uma revista feita por amadores. A elaboração deste número 3 [*ele segura um exemplar na mão*] foi na casa de minha avó materna, que havia falecido há pouco tempo, lá em Ipanema. A casa estava vazia. Ela dava aula e tinha uma sala muito grande. Tinha uma mesa grande e a gente se reuniu. Eu, Ideal, Paulo Henrique, Pedrão [*Kroupa*], Bruno [*Rocha*], Esther, Miriam Chaves e outras pessoas que eu não estou lembrando agora. E não tinha computador naquela época. Aí a gente escrevia na lauda, mandava para uns gabinetes desses aí, eles digitavam para você. A gente ia ao centro da cidade buscar as colunas digitadas. Qual era o trabalho de diagramação? Era uma folha A3, de papel milimetrado, cola *Print*, tesoura, *Pilot* preta. A gente ia colando os títulos já formatados e as colunas, fechando a revista assim. Cada um dando uma sugestão, tudo bem autogestionário. Quem sabia mais dava a dica, quem não sabia aprendia.” (Id.).

grupos anarquistas do Brasil e do mundo. Era a parte da revista (e depois do *Libera*) com caráter mais informativo, e também funcionava como uma agenda de atividades.¹⁴⁶

A última edição de *Utopia* foi feita em parceria com um grupo anarquista uruguaio, o *Comunidad del Sur*. O projeto gráfico e a diagramação também foram realizados em Montevideu. Renato Ramos nos disse que o grupo que editava a revista foi se desfazendo, até um ponto em que ficou difícil tocar o projeto. Contudo, ele e mais alguns companheiros conseguiram jogar nas bancas o número 5 (junho de 1992), totalmente dedicado à ecologia social, incluindo o título, ligeiramente alterado para *EcoUtopia*. O objetivo era inserir a publicação (com sua visão anarquista) nos debates que agitavam o país e a cidade do Rio naquele ano devido à realização da Eco-92 (ou Rio 92), encontro internacional sobre ecologia e meio ambiente.¹⁴⁷

Na mesma edição, uma chamada para o evento “Outros 500 – Pensamento Libertário Internacional”. Ele seria realizado em agosto, na cidade de São Paulo, tendo como mote a crítica tanto à Eco-92 quanto às “comemorações” dos 500 anos da chegada europeia à América. Um evento de porte internacional, com a presença de intelectuais como Cornelius Castoriadis (França), Ronald Craig (EUA), Pietro Ferrua (Itália), Eduardo Colombo (França), além dos locais Maurício Tragtenberg, Ideal Peres, Roberto Freire e Jaime Cubero. Na nota, já se vislumbravam as novas inter-relações que marcariam o movimento anarquista mundial a partir da década de 90.

146 Uma das atividades anunciadas foi um ciclo de palestras sobre anarquismo que seria realizado, em 1990, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre os temas: “Genealogia do poder” (numa clara referência ao pensamento de Foucault, bastante lembrado pelos libertários pós-68); “Ecologia e Movimentos Alternativos” (tema que demonstra as “sobrevivências” dos anos 60 e a sua aproximação ao anarquismo); “Anarco-sindicalismo”; “Soma e Eleições” (com a presença de Roberto Freire); e “Debate sobre o Movimento Estudantil”. (“Notícias Libertárias”. *Utopia*, Rio de Janeiro, nº 3, verão de 1990. Apud OLIVEIRA, 2007, p.195).

147 Nesse número especial, a revista criticava a própria estrutura do evento, que não iria fundo na questão ecológica, sendo mais uma farsa armada pela ONU e pelos governos capitalistas. Seguindo a linha da ecologia social (tributária das reflexões do anarquista estadunidense Murray Bookchin), o sistema como um todo era criticado e a solução para os problemas ambientais deveria necessariamente passar pela implosão desse mesmo sistema, em favor de uma nova organização societária.

No momento em que se comemoram os quinhentos anos do pretense “descobrimento” da América e a unificação da Europa, arma-se no Brasil, sob os auspícios da ONU, o grande circo ECO-92. Entretanto, nós, os libertários, não poderíamos deixar sem resposta as mentiras propaladas aos quatro cantos do mundo pelos mercadores de canhões que hoje se arrogam o direito de policiar o planeta em nome do que passaram a chamar hipocritamente “Nova Ordem Mundial”. (*EcoUtopia*, Rio de Janeiro, nº 5, jun. 1992, p.35. Apud OLIVEIRA, 2007, p.197).

As ácidas críticas não bastaram para a sobrevivência de *Utopia*. Renato Ramos contou que as vendas do número especial não alcançaram o esperado: a publicação acabou “diluída” em meio aos diversos impressos tratando do mesmo tema. Aliando isso à desmobilização do coletivo, não restou outra saída a não ser encerrar as atividades. Mas o encerramento foi relativo apenas à revista, pois os militantes continuavam a se reunir no CEL. Outras publicações também surgiram, como o jornal *Mutirão*, publicado a partir de março de 1991, tendo como bandeira o engajamento nas lutas camponesas e dos sem-teto. E, como vimos, surgia no mesmo ano o informativo que pretendia reanimar as atividades do CEL: o *Libera...Amore Mio*. Nascia, certamente, sem a noção de que se tornaria, mais de duas décadas depois, o periódico anarquista de maior longevidade no Brasil.

2.3. *Libera na onda da década*

Os pesquisadores Michael Schmidt e Lucien van der Walt (2009) apresentaram uma proposta de leitura historiográfica e de periodização da militância anarquista e anarco-sindicalista/sindicalista revolucionária em todos os continentes. Eles a batizaram de “teoria das cinco ondas”.

Segundo os autores, a *primeira onda*, de 1868 a 1894, marcaria os primórdios do anarquismo, que surge no seio da tradição socialista, num contexto de formação e lutas da classe trabalhadora no século XIX. A *segunda* (1895 a 1923) e a *terceira* (1924 a 1949) constituiriam o “período glorioso” de maior inserção nos movimentos sociais de massa, abarcando episódios marcantes da participação libertária, como nas revoluções do México (1910), da Rússia (1917) e da Espanha (1936-39). A *quarta* onda, de 1950 a 1989, marcaria um refluxo em relação às três primeiras, mas conteria um período de revalorização da tradição anarquista, notadamente nos movimentos sociais de juventude – Maio de 68, críticas ao “socialismo realmente existente” da URSS, oposição ao imperialismo estadunidense, luta contra regimes totalitários, etc.). Por fim, a *quinta* onda, de 1990 até hoje, seria marcada pela influência de ideias e práticas anarquistas, além da presença de militantes ácratas em movimentos “horizontalistas”, “anticapitalistas” e “antiglobalização”.

A periodização de Schmidt & Walt é um tanto esquemática, podendo levar a um entendimento estanque da história do anarquismo. Ou seja: devemos estar atentos para não perder de vista as nuances, descontinuidades e inter-relações que extrapolam os limites das citadas “ondas”. Seja como for, a classificação é didática e útil para visualizarmos tendências gerais. Em nosso caso, interessa-nos sobretudo a conjuntura

da quarta e quinta ondas, que abarcaria o período pós-Segunda Guerra, com reflexos sentidos na atualidade. Nesse sentido, para entendermos o anarquismo de hoje, devemos pelo menos recuar até os anos 50-60.

Um autor que analisou o ressurgir do anarquismo após os anos 1960 foi Tomás Ibáñez, focalizando a renovação das teorias e práticas libertárias no início do século XXI. Para Ibáñez, o anarquismo da atualidade se caracteriza por dois aspectos:

Por um lado, vive uma dinâmica de renovação que o faz mover-se num ritmo que não conhecia desde há muito tempo e que se traduz, entre outras coisas, numa **ampliação considerável de suas linhas e temas de intervenção, na forte diversificação das formas que assume e no considerável aumento de suas publicações.**

Por outro lado, as mudanças sociais, culturais, políticas e tecnológicas que se produziram nas últimas décadas o estimulam com vigor e o impulsionam a uma rápida expansão em diferentes zonas do mundo. **Os símbolos anarquistas surgem nas mais remotas regiões do globo; as ações anarquistas viram notícia,** ali onde menos se espera; e os movimentos anarquistas, cuja magnitude às vezes surpreende, agitam múltiplas áreas geográficas. (IBÁÑEZ, 2014, p.5. Grifos meus).¹⁴⁸

Considerando o anarquismo como “um pensamento vivo” – em “contínua formação, em evolução” – o autor identifica as raízes da atual valorização dessa ideologia no fim dos anos 1960, no contexto dos movimentos de oposição à Guerra do Vietnã; nas agitações estudantis dos EUA e da Europa; e “com a fabulosa explosão de Maio de 68 na França” (Ibid. p. 19).

Claro que, embora com fortes tons libertários em sua essência, Maio de 68 não era anarquista; mas inaugurou, entretanto, uma nova radicalidade política que estava em

148 Tradução livre de: “Por una parte, se ha lanzado hacia una dinámica de renovación que lo hace moverse a un ritmo que no conocía desde hacía mucho tiempo y que se traduce, entre otras cosas, en una ampliación considerable de sus líneas y de sus temas de intervención, en la fuerte diversificación de las formas que toma y en el considerable incremento de sus publicaciones.

“Por otra parte, los cambios sociales, culturales, políticos y tecnológicos que se han producido estas últimas décadas lo espolean con vigor y lo impulsan a una rápida expansión en distintas zonas del mundo. Los símbolos anarquistas surgen en las más recónditas regiones del globo; las acciones anarquistas saltan a las noticias, allí donde menos se las espera, y los movimientos anarquistas, cuya magnitud resulta a veces sorprendente, agitan múltiples áreas geográficas.”

sintonia com a obstinada obsessão anarquista em não reduzir somente ao âmbito das relações econômicas e de produção a luta contra os dispositivos de dominação, contra as práticas de exclusão e contra os efeitos de estigmatização e discriminação. (Ibid. p.19-20).¹⁴⁹

Ibáñez argumenta que a renovação das ideias e práticas anarquistas – tanto no contexto dos anos 60 quanto na virada dos séculos XX-XXI – deu-se de uma maneira mais fluida e heterogênea, pois essa forma de anarquismo desenvolveu “valores indubitavelmente anarquistas”, mas “por fora dos movimentos especificamente anarquistas e à margem de qualquer referência explícita ao anarquismo.” (Ibid. p.20). Este fenômeno ele chama de “anarquismo extramuros”.

Outro ponto importante em sua análise é que a renovação do anarquismo no século XXI vai caminhar *pari passu* com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, especialmente a internet.

Cerca de 30 anos depois do Maio de 68, as grandes manifestações antiglobalização no início de 2000 levaram o anarquismo a experimentar um novo auge e a adquirir, graças à sua forte presença nas lutas e nas ruas, uma projeção espetacular. É verdade que a utilização da Internet permite a rápida comunicação de todas as manifestações anarquistas que ocorrem nas mais diversas áreas do mundo; e é óbvio que assegura uma cobertura imediata e quase exaustiva desses eventos; mas a verdade é que não passa um único dia sem que os diferentes portais anarquistas anunciem um ou mesmo vários eventos libertários. Sem nos deixar deslumbrar pelo efeito multiplicador que produz a Internet, devemos reconhecer que a proliferação de atividades libertárias neste início do século era dificilmente imaginável há alguns anos. (Ibid. p.20).¹⁵⁰

149 Tradução de: “Por supuesto, aunque resonaron en su seno fuertes tonalidades libertarias, Mayo del 68 no fue anarquista, pero inauguró, sin embargo, una nueva radicalidad política que sintonizaba con la tozuda obsesión del anarquismo de no reducir al sólo ámbito de la economía y de las relaciones de producción la lucha contra los dispositivos de dominación, contra las prácticas de exclusión o contra los efectos de estigmatización y de discriminación.”

150 Tradução de: “Unos treinta años después de Mayo del 68, las grandes manifestaciones altermundistas de principios de los años 2000 propiciaron que el anarquismo experimentase un nuevo auge y adquiriese, gracias a su fuerte presencia en las luchas y en las calles, una proyección espectacular. Es cierto que el uso de Internet permite la rápida comunicación de manifestaciones anarquistas de todo tipo que tienen lugar en las más variadas zonas del mundo; y es obvio que permite asegurar una cobertura inmediata y casi exhaustiva de esos acontecimientos; pero no es menos cierto que no transcurre un sólo día sin que los diferentes portales anarquistas anunciem uno o, incluso, varios acontecimientos libertarios. Sin dejarnos deslumbrar por el efecto multiplicador que produce Internet, hay que reconocer que la proliferación de las actividades libertarias en este comienzo de siglo era dificilmente imaginable hace muy pocos años.”

Nosso objeto de estudo, portanto, estaria inserido nesse contexto atual de “anarquismo extramuros”, descrito por Ibáñez. Bem de acordo com o clima dessa época, os anarquistas do *Libera* não vão negar a “referência explícita ao anarquismo”, mas não deixarão de se inserir nos movimentos não declaradamente ácratas, mas com “valores indubitavelmente anarquistas”.

Para entender contexto histórico no qual as práticas e pensamentos anarquistas serão ressignificados pelas novas gerações, voltemos ao “breve século XX”. Ele se inicia como uma “Era de Catástrofe”, com dois sangrentos conflitos mundiais: a Primeira (1914-1918) e a Segunda (1939-1945) guerras interimperialistas. Na sequência desse período de catástrofe, seguem-se cerca de trinta anos de grande crescimento econômico e transformações sociais – “uma espécie de Era de Ouro”, nas palavras de Hobsbawm (1995) – que chegaram ao fim no início da década de 70, com uma crise econômica de efeitos globais.

A última parte do século passado foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise. À medida que a década de 1980 dava lugar à de 1990, o estado de espírito dos que refletiam sobre o passado e o futuro do século era de crescente melancolia *fin-de-siècle*. (HOBSBAWM, 1995, p.15-16). Segundo Hobsbawm, um dos fenômenos mais “característicos e lúgubres do final do século XX” – que, obviamente, também marca o início do século XXI – é o que ele chama de “destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas” (Ibid. p,13).

No contexto internacional, são tempos de celebração da “globalização”, do

término da polarização da Guerra Fria, da queda do Muro de Berlim e do “fim da história”, proclamado depois da derrocada do “socialismo real” e de seus estados totalitários de inspiração bolchevique. Os arautos da direita liberal – também chamada de “neoliberal” – proclamavam a vitória incontestável do capitalismo, que seria, então, a “única-alternativa-possível” (mantra recitado *ad nauseam*, explícita ou implicitamente, nos discursos da mídia hegemônica a serviço das classes dominantes). Os Estados Unidos e seus aliados do mundo ocidental ditavam as regras do “melhor caminho a seguir” (vide Consenso de Washington), e se utilizavam sobremaneira dos meios de comunicação de massa e de uma tentacular indústria cultural para obter a hegemonia global.

No Brasil, depois das trevas da ditadura civil-empresarial-militar, não houve mudança estrutural na composição de classes do Estado, que continuava a ser gerenciado por representantes das elites, que, malgrado algumas tensões entre suas frações, mantinham intacta uma estrutura política que distanciava a maioria da população das escolhas e decisões que a afetavam diretamente. Um “caçador de marajás” ocupava a presidência da República desde 1990. Havia sido eleito, em 1989, no retorno da “democracia representativa” (ou *pseudodemocracia*, para observadores mais críticos) após uma campanha política que se confundia com o *marketing* dos produtos capitalistas: muita propaganda, exposição na mídia, gestos e discursos tragicômicos. Fernando Collor prometia liquidar a inflação, combater a corrupção e “modernizar” o Estado brasileiro. A tal “modernização”, no entanto, significava manter a posição de semicolônia e se curvar diante dos santos do neoliberalismo, canonizados pelo Consenso de Washington.

Virgínia Fontes, analisando os anos 1990 no Brasil, resumiu assim a

conjuntura do período:

Alguns processos, deslanchados já na virada da década, contribuíram para a reconfiguração da sociedade civil ao longo dos anos 1990. O impacto da crise nos países ditos socialistas e o posterior dismantelamento da União Soviética geraram rápida reconversão de segmentos inteiros do próprio PT [*Partido dos Trabalhadores*], num transformismo de escala até então desconhecida no Brasil (COELHO, 2005). A adesão empresarial brasileira ao programa globalizante ou neoliberal, implementado em ritmo próprio, segundo correlações de forças cambiantes entre as diversas frações do empresariado (SAES, 2001; BOITO Jr., 1999; BIANCHI, 2001 e 2004), expressava um salto em direção a novo patamar de concentração de capitais, com a participação de capitais estrangeiros, exigindo rearranjos no interior das classe dominante brasileira e resultando em aprofundamento do predomínio do capital monetário, associando estreitamente os interesses de todos os setores monopolistas [...]. (FONTES, 2010, p.258).¹⁵¹

É neste cenário que os anarquistas editores do *Libera* buscam desempenhar o papel de *intelectuais* – naquele sentido que ganha destaque a partir de fins do século XIX, ou seja, como sujeitos interessados em intervir nos principais temas de seu tempo, principalmente por meio da imprensa. Isso fica claro na frase de abertura do editorial do segundo número do informativo do CEL, intitulado “Ousar e refletir”: “Cremos ser da maior importância fazermos uma análise comportamental de nossa sociedade” (*LAM*, n°2, jul.1991, p.1).

Naquele texto, reclama-se de uma “preocupação que hoje é comum a todos: a APATIA que assola a população” (Ibid. p.1) – palavra escrita em caixa-alta, como se a intenção fosse demonstrar o gigantismo do problema. O editorial explicava que as dificuldades são muitas, mas uma delas seria a própria estrutura do sistema político liberal-burguês e as relações de poder vigentes. “Isto se dá”, argumenta o autor (não

151 As citações internas são das seguintes obras: a) COELHO NETO, E.T. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. b) SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001. c) BOITO Jr., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999. d) BIANCHI, A. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001. e) _____. *O Ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais e Ciência Política, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

identificado), “principalmente através das ditas ‘eleições democráticas’, do controle dos veículos de comunicação e o populismo – meios e instrumentos de dominação de um povo.” (Ibid. p.1).

Mas a suposta apatia da população era relativizada. Assim, o informativo questionava se poderia haver nela uma potencialidade como resistência passiva: “Será que é apatia realmente? Ou será uma resposta silenciosa e pacífica da massa ao desrespeito e descaso com que são tratados?” (Ibid.p.1). Nesse ponto, o *Libera* se aproxima, mais uma vez, da ampla linhagem dos jornais libertários que, alimentados pelos preceitos da ideologia ácrata, vão depositar nas camadas exploradas a esperança de que elas podem despertar e transformar sua “resposta silenciosa” em ação direta. Daí que, quase sempre, a interpretação do CEL/*Libera* vai propor a superação das contradições da sociedade capitalista. Uma superação que passa pelo caminho da revolução social, que iniciaria a construção da sociedade anárquica.¹⁵²

No terceiro número do informativo, de agosto de 1991, o conteúdo principal girava em torno de uma temática presente no “anarquismo clássico”: o antimilitarismo. Aproveitando que o Dia do Soldado era comemorado naquele mês, além das repercussões da Guerra do Golfo,¹⁵³ o coletivo editorial fez duras críticas ao militarismo, como conta Renato Ramos:

152 “Seja como for, nós Anarquistas, nos recusamos a acreditar que este quadro não possa ser revertido. Sabemos, por experiência própria, que somente resistindo pela solidariedade poderemos ocupar nosso lugar, nosso espaço coletivo e nossa individualidade. Em suma, seremos senhores de nossa própria vida. (LAM, nº2, jul.1991, p.1).

153 “Em janeiro de 1991, os Estados Unidos, liderando uma força multinacional, atacaram o Iraque, na chamada operação Tempestade no Deserto, ou Guerra do Golfo. O Iraque havia invadido o Kuwait, em agosto de 1990. Segundo os iraquianos, o país seria originalmente uma província do Iraque. O fato é que essa invasão ameaçava também a Arábia Saudita, um dos maiores produtores de petróleo do mundo e aliado dos Estados Unidos. As grandes companhias petrolíferas e os interesses norte-americanos estavam ameaçados. O presidente Bush, contando com a imobilidade da União Soviética, envolvida em graves problemas internos, conseguiu o apoio da maioria das nações da ONU para a invasão do Iraque. Ajudado por uma intensa campanha televisiva, que mostrava a superioridade técnica das forças militares norte-americanas, batendo facilmente os iraquianos, Bush transformou-se momentaneamente num herói: recuperou o orgulho nacional, abalado desde a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, em 1975.” (PEDRO et al., 2005, p.492).

A nossa geração começou a ter contato com política na época da ditadura. Então, a raiva de milico era uma coisa imensa. A raiva, o desprezo, a ironia com os milicos era uma coisa característica da minha geração. E de toda a geração mais velha que sofreu na mão deles na ditadura. E foi na época da Guerra do Golfo. Então, entrou uma charge militarista, com o texto: “A humanidade termina onde começa o militarismo”. Uma coisa dura, de ataque à questão do militarismo. (RAMOS. Entrevista, 2014b).

Graficamente, a edição expressava seu caráter semiartesanal nas letras digitadas numa máquina de escrever elétrica (*figuras 8 e 9*). As ilustrações, retiradas de outras publicações, fluuavam por entre as duas colunas de texto. Barras pretas serviam de molduras incompletas, também dando a impressão de flutuação dos elementos. Textos menores e a presença de muitas imagens davam um ar de leveza à diagramação. Em comparação com os dois primeiros números, foi a edição com mais desenhos.



Figuras 8 e 9 – Capa e contracapa da edição 3 do *Libera... Amore Mio*.

Na edição de setembro de 1991, o *Libera* analisava um dos fatos mais importantes da década: o colapso da antiga União Soviética e dos países ditos “socialistas” do Leste Europeu. Na verdade, o editorial, intitulado “Golpe providencial”, focava num dos episódios do processo: a tentativa de *putsch* de setores do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), insatisfeitos com as reformas liberais promovidas por Mikhail Gorbachev (*perestroika* e *glasnost*). O argumento central do texto era de que o golpe de algumas “viúvas” do bolchevismo teria caído como uma luva para o aprofundamento das reformas liberais e o escancaramento da economia russa aos capitais externos.

Num estilo ácido e irônico, o texto imprime uma interpretação anarquista ao fato, propondo evidenciar duas dinâmicas. A primeira reforça a crítica que os socialistas libertários sempre fizeram, desde o processo de “bolchevização” da Revolução Russa. Nesse sentido, é inevitável o tom de satisfação dos anarquistas ao testemunharem a ruína do que eles chamaram de “estatismo unipartidário” do PCUS. O depoimento de Renato Ramos exemplifica como foi a “doce vingança” anarquista em relação ao comunismo de Estado:

Tudo o que a gente falava, desde Bakunin, acontecendo [*risos*]. O comunismo de Estado desabando, literalmente. Foi uma euforia dentro das hostes anarquistas na época. E os marxistas ficaram tão perdidos... Parece que o muro caiu na cabeça deles todos. Eles perderam o rebolado. De 89, com a queda do Muro de Berlim, até 91, com o golpe na União Soviética, eles estavam num processo de perplexidade total. E a gente bota a charge do intelectual, do rico, pegando um livro do Marx [*figura 10*]. Foi para espezinhar marxista. (Id.).

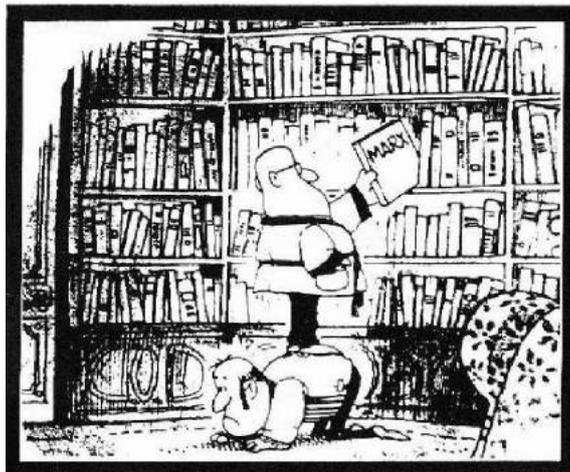


Figura 10 – Charge utilizada no *Libera* 4. O objetivo era fazer uma crítica ácida e bem humorada aos marxistas defensores do socialismo de Estado.

O segundo aspecto evidenciado pelo editorial é o que torna o *Libera* original em relação aos veículos hegemônicos: ele não celebra a queda do regime soviético como sinal de que o capitalismo seria, realmente, o melhor modelo. Pelo contrário, ele reafirma o projeto de uma sociedade mais à esquerda, ou seja: a derrocada do “socialismo realmente existente” deveria estimular a luta pela *existência de um socialismo real* – que para os libertários envolveria a “auto-organização da sociedade” num “regime em que a autogestão operária extingue o Estado como órgão separado e acima da sociedade”, de acordo com as definições propostas por Castoriadis (2002a) e Tragtenberg (2008), conforme vimos anteriormente. Toda a crítica, contudo, sem perder o humor, como fica claro no trecho abaixo:

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que jamais foi socialista tampouco soviética, atualmente nem é mais união, restando apenas a Grande Rússia e vários novos países em processo de independência. Tudo leva a crer que num futuro próximo haverá uma Confederação de repúblicas social-democráticas, no que outrora fora a poderosa e indivisível Mãe Pátria de Lenin. Do jeito que vão as coisas, somada à fragmentação da Iugoslávia, a Copa Europeia de Seleções demorará mais de um ano para terminar. (*LAM*, nº4, set.1991, p.1).

O caráter contra-hegemônico do jornalismo praticado pelo *Libera* pode ser mensurado por meio da comparação com uma publicação hegemônica, que na época tinha uma tiragem semanal próxima de um milhão de exemplares: a revista *Veja*. Representante do ideário liberal-burguês e ávido defensor do avanço das reformas neoliberais no Brasil, o veículo da editora Abril trazia, em sua capa do dia 17 de julho de 1991, a manchete “A segunda revolução russa”, que tratava justamente do processo de derrocada do comunismo de Estado na URSS (*figura 11*). A imagem escolhida para ilustrar a capa era sintomática da posição política da revista: estadistas russos, em formato de bonequinhas *matrioskas*, enfileiravam-se sobre um fundo vermelho. Realizava-se uma gradação, evidentemente proposital, que colocava Lênin em tamanho minúsculo, bem no fim da fila, logo seguido por Stalin e outros, até chegar a Boris Yeltsin, o primeiro da fila, em tamanho gigante. Fica clara a construção de sentido que coloca o comunismo marxista-leninista como algo menor e ultrapassado; enquanto que o representante do avanço liberal é alçado ao posto de gigante à frente de seu tempo.

No interior da revista, o tom não é diferente. Assinada por Elio Gaspari, a matéria especial é a celebração e o êxtase dos apologistas do capitalismo. O tom do discurso é de vitória do mercado contra qualquer outra alternativa. E o “comunismo” era decretado definitivamente “morto”, conforme expresso no subtítulo da reportagem de capa: “Com inflação, greves e desemprego, a União Soviética enterra o comunismo e se lança em busca do capitalismo”. (VEJA, 17 jul. 1991, p. 26-27).



Figura 11 – Capa da revista *Veja* de 17 de julho de 1991. Avanço da economia de mercado na ex-URSS é encarada como “revolução”.

Ainda que a palavra “comunismo” tenha se desgastado pelo próprio caminho antirrevolucionário tomado pela burocracia marxista-leninista-stalinista, não se poderia esquecer seu “sentido original”, historicamente construído no processo de luta dos trabalhadores no século XIX. Um significado ligado à ideia de “tornar comum”, de igualdade econômica e política, divisão paritária dos meios de produção, autogestão e democracia direta. Um significado muito bem resumido na máxima: “De todos segundo sua capacidade; para todos segundo suas necessidades”.

No entanto, *Veja* não quis revelar tais nuances. Não citou, por exemplo, que o comunismo não é necessariamente sinônimo de “autoritarismo”, “stalinismo”, “centralismo” e “totalitarismo”. A publicação não dedicou nenhuma linha para citar correntes como a anarco-comunista ou comunista libertária, defendida por nomes como Malatesta e Kropotkin; ou os chamados comunistas de conselhos (como Anthon

Pannekoek), críticos do centralismo leninista e defensores do “conselho operário como meio de garantir a autonomia e o poder de fato nas mãos dos trabalhadores” (PENNA, 2010, p.16).

Nada disso. A missão era bem maniqueísta: provar que o “comunismo” perdeu, e o capitalismo ganhou, demonstrando toda superioridade do segundo. Gaspari apresentava um quadro de decadência, que seria prova irrefutável da falência do modelo “comunista” (ou “socialista”, outra palavra que aparece): inflação de 200%, 14 milhões de desempregados, encolhimento da economia.

Podemos perceber no texto de *Veja* uma das características centrais do discurso, da linguagem em movimento: a *polissemia*. Ou seja: como palavras iguais podem significar de modo diferente. Nesse aspecto, vale a pena nos determos um instante nas reflexões suscitadas pelo campo da *semiótica* ou *semiologia*.¹⁵⁴

Sabemos que comunicar é utilizar *signos* – convenções simbólicas historicamente criadas para representar ou fazer referência a alguma coisa. Seguindo as pistas da etimologia, a palavra “signo” vem do latim “signum”, derivado, por sua vez, do grego “secnom”, raiz do verbo que significava “cortar”. Em português, originou palavras como *secção*, *sectário* e *seita*. Nesse sentido, signo indica “toda coisa que substitui outra, representando-a para alguém, sob certos aspectos e em certa medida” (PIGNATARI, 1976, p. 25-27). O que nos interessa mais diretamente na semiologia é sua análise de como os signos são constituídos. Vejamos:

[...] todo signo constitui-se de dois lados, duas faces, dois aspectos. Em primeiro lugar, o signo é algo que se vê, ou se ouve, ou se toca, ou se cheira, ou se sente o sabor, em suma

154 A ciência que se ocupa do estudo dos signos tem um surgimento histórico relativamente recente: ela desponta no final do século XIX e se desenvolve ao longo do século XX. Recebe o nome de semiologia – termo usado, na Europa, pelo suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), “criador da Linguística Moderna” – ou semiótica, conceito utilizado pelo filósofo estadunidense Charles Sanders Peirce (1839-1914). (PEREIRA, 2009, p.41).

algo que é captado pelos sentidos, algo perceptível. Em segundo lugar, esse algo que se percebe transporta uma ideia, um conceito, um conteúdo. O aspecto sensível do signo é chamado de *significante*. O aspecto inteligível, ou semântico, de *significado*. [...] Significante e significado não se separam, mas se distinguem. Distinguem-se tão claramente que **um significante pode ter mais de um significado, até vários.** [...] **Um significado também pode ter mais de um ou vários significantes.** (PEREIRA, 2009, p.43-44. Grifos meus).

No caso do signo “comunismo”, temos um significante (a própria palavra, ou “imagem acústica”) que “receberá tantas significações quantas forem as situações reais em que venha a ser usado por usuários social e historicamente localizados”. (RIBEIRO, s.d.).¹⁵⁵ Isso caracteriza sua polissemia e o caráter ideológico do uso dos signos. Como observou Eni Orlandi (1999), a mídia hegemônica tende a *naturalizar* ou *desistoricizar* os signos, tentando tornar a linguagem “transparente”, enquanto que a mesma é “opaca”, historicamente condicionada. Na matéria sobre a derrocada da URSS, *Veja* silenciou sentidos que não lhe interessavam, negando qualquer possibilidade de que o significante “comunismo” pudesse ser portador de outros significados, outras memórias. Negando a polissemia, *Veja* disseminava um sentido único, unívoco, universalizando-o e, assim, “fabricando um consenso” (CHOMSKY, 2015) em torno de sua ideia sobre o tema.

Ao analisar o papel dos ideólogos do liberalismo estadunidense, Chomsky ressalta o papel central dos meios de comunicação para a disseminação de uma visão de “democracia” na qual uma “elite esclarecida” deveria controlar a maioria da população

155 “Bakhtin trabalha com um mundo em movimento e em perene transformação, seu objeto está sempre em processo, não se submete a uma forma fixa e imutável.[...] E é exatamente por isso que ele não pode aceitar que uma língua seja um conjunto de formas (signos) e suas regras de combinação (sintaxe). Para Saussure, um signo é uma relação entre um significante (um som, uma imagem acústica ou um grafema) e um significado (um conceito). Para Bakhtin, o significado é uma impossibilidade teórica. **Um signo, aceitando-o provisoriamente, não tem um significado, mas receberá tantas significações quantas forem as situações reais em que venha a ser usado por usuários social e historicamente localizados.** Em uso, a língua é muito diferente do seu modelo teórico. Para a linguística um signo tem um significado. Sabemos entretanto que, **ao falar, nós estamos diariamente modificando, acrescentando, excluindo, torcendo os significados codificados pela língua**”. (RIBEIRO, s.d. Grifos meus.).

– que, segundo Walter Lippmann, um desses teóricos liberais, seria um “rebanho desconcertado”. (Ibid. p.17). Nesse sentido, a “fabricação do consenso” serviria para “domesticar o rebanho perplexo”, convencendo-os a endossar “crenças e doutrinas que servirão aos interesses dos donos da sociedade” (Ibid. p.21).

Veremos, na análise das edições do *Libera*, que o papel da mídia contra-hegemônica deve ser justamente o de *ressignificar, desnaturalizar* o discurso hegemônico, investir contra o “consenso fabricado”. Aí reside sua potencialidade como agente conscientizador e desmistificador.

No final de 1991, o *Libera* publicou um editorial em que fazia o primeiro balanço do CEL depois que o coletivo foi assumido pelos jovens que decidiram lançar o informativo. “Um grande passo” foi o título escolhido para o texto que afirmava que a reestruturação do CEL “representou um enorme salto qualitativo para o Movimento Anarquista do Rio de Janeiro” (*LAM*, nº7, dez. 1991, p.1).

Os autores consideravam o espaço como o “principal polo de divulgação da cultura libertária” na cidade e contabilizavam o trabalho: sete meses de atividades ininterruptas, 28 palestras e debates sobre variados temas. Sem falsa modéstia, afirmava-se: “O LIBERA... AMORE MIO é hoje o informativo de maior periodicidade do movimento a nível nacional”. O balanço continuava:

Mas foi o impulso à organização do Movimento Anarquista a maior conquista do Círculo de Estudos Libertários este ano. A frequência no mínimo semanal dos encontros entre os militantes dos vários grupos alavancou uma série de outras atividades que antes não ocorriam exatamente pela falta deste contato. (Ibid. p.1).

O primeiro número de 1992 trazia um editorial (“Lute, faça um 92 libertário”) com tom prospectivo: “Neste ano de 1992, o Movimento Anarquista tem

pela frente desafios importantes no seu processo de consolidação como movimento social” (*LAM*, nº8, jan.1992, p.1). Dois desses desafios seriam a produção de uma crítica e o engajamento em protestos contra o “ambientalismo neoliberal” hegemônico na conferência ECO-92 e as comemorações pelos 500 anos de “descobrimento” da América.

O editorial defendia que, no meio do ano, durante a ECO-92, os anarquistas deveriam “estar prontos para divulgar as alternativas libertárias que possam se contrapor às soluções neoliberais e ambientalistas apoiadas pelo capitalismo vigente” (Ibid. p.1). Quanto à construção oficial em torno celebração dos 500 anos da colonização da América, o *Libera* disparava um contradiscurso que ressignificava e desnaturalizava o discurso hegemônico através de uma visão histórica crítica ao 1492, encarado como o “início do extermínio de suas populações nativas”.

Na contracapa, estreava a seção que se tornaria fixa por praticamente todas as edições do intervalo entre 1991 e 2011: “Notícias Libertárias” – que, como vimos, era uma seção com o mesmo nome e finalidade da que fora publicada na revista *Utopia*. No aspecto formal e contedístico, tratava-se de uma prática comum à imprensa, seja de que corrente ideológica for: lançar mão de notas curtas e objetivas, com caráter primordialmente informativo-descritivo.

Nesse sentido, devemos estar atentos aos riscos de estabelecermos fronteiras muito rígidas entre o jornalismo hegemônico e o contra-hegemônico. Sabemos que o

surgimento e desenvolvimento da *imprensa*¹⁵⁶ e do *jornalismo*¹⁵⁷ estão intimamente ligados ao avanço do capitalismo na Europa Ocidental. Dessa forma, a configuração atual dos meios de comunicação foi construída historicamente a partir da ascensão da burguesia como classe social dominante. A notícia, nesse contexto, também se tornava uma mercadoria a integrar o processo mais amplo de produção social.¹⁵⁸

A circulação de notícias desenvolve-se não somente em conexão com as necessidades da circulação de mercadorias, as próprias notícias se tornam mercadorias. A reportagem, produzida de forma empresarial, está sujeita por isso às mesmas leis do mercado, a cujo segmento ela deve sua própria existência. Não é por casualidade que os jornais impressos desenvolvem-se, com frequência, a partir dos mesmos escritórios de correspondência, onde também os jornais manuscritos iam buscar suas notícias. Qualquer informação por correspondência tem seu preço; é natural, por isso, aumentar o lucro por meio da ampliação da venda. Uma parte do material noticioso em questão é, por esse motivo, impresso periodicamente e vendido de forma anônima; ele obtém com isso publicidade. (HABERMAS, 1971. Apud MARCONDES FILHO, 1984, p.13).

Essa rede de transmissão de notícias vai se ligar primeiramente à troca de informações sobre mercadorias, movimento de bolsas, chegada de navios e à atividade

156 O termo “imprensa” possui dois conjuntos de significados: um ligado ao campo das artes gráficas; outro, às práticas jornalísticas propriamente ditas. A palavra pode indicar, no universo da editoração, os processos de impressão; ou ainda ser sinônimo de “máquina de imprimir” (também chamada de “prelo” ou “prensa”). No que se refere às atividades jornalísticas, significa: a) conjunto de jornais e revistas de um local, categoria ou assunto (por exemplo, “imprensa brasileira”, “imprensa alternativa”, “imprensa anarquista”, etc.); b) sinônimo de “jornalismo”; c) por extensão, os processos de difusão de informações jornalísticas (incluindo meios eletrônicos como rádio e televisão); d) o conjunto dos jornalistas. (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p.255).

157 De acordo com Rabaça & Barbosa (1978, p.267), “jornalismo” é uma atividade profissional “que tem por objetivo a apuração, o processamento e a transmissão periódica de informações da atualidade, para o grande público ou para determinados segmentos desse público, através de veículos de difusão coletiva (jornal, revista, rádio, televisão, cinema etc.)”.

Neste trabalho, chamarei também de *jornalismo* a atividade exercida pelos editores e colaboradores do *Libera* – que, por extensão, serão considerados *jornalistas*, embora não exercendo o periodismo como “atividade profissional”. Entendo que o *Libera* tinha (e ainda tem) esta característica citada por Rabaça & Barbosa: a de apurar, processar e transmitir periodicamente informações, não para “o grande público” (visto que sua tiragem é reduzida), mas sim “para determinados segmentos desse público” (militantes anarquistas, integrantes de movimentos sociais, estudantes, etc).

158 Entre as definições de “notícia”, Rabaça & Barbosa (1978, p.324-325) apresentam uma que é muito difundida nos meios de comunicação hegemônicos: para ser *notícia* o fato deve reunir determinados atributos como “atualidade, veracidade, oportunidade, interesse humano, raridade, curiosidade, importância e consequências para a comunidade, proximidade etc.”. Também é definida como “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público”.

econômica em geral. Mais tarde, sem abandonar seus fins mercantis, vai se desenvolver também como expressão política da burguesia. A partir desse momento, segundo Marcondes Filho, o jornalismo despontará como um dos mais importantes instrumentos ideológicos da nova classe em ascensão.

Considera-se jornalismo propriamente dito a atividade que surge em um segundo momento da produção empresarial de notícias, e que **se caracteriza pelo uso do veículo impresso para fins – além de econômicos – políticos e ideológicos**. Somente no momento em que a imprensa passa a funcionar como instrumento de classe é que ela assume seu caráter rigorosamente jornalístico. (MARCONDES FILHO, 1984, p.16. Grifos meus.).

Para Genro Filho, no entanto, a relação entre burguesia e jornalismo não deve ser encarada de modo estanque. O autor critica a visão de Ciro Marcondes Filho, argumentando que o “caráter rigorosamente jornalístico” da imprensa não pode ser mecanicamente determinado por sua utilização classista. Para ele, ao contrário, “a imprensa só assume um caráter rigorosamente jornalístico quando ultrapassa o seu funcionamento estrito enquanto instrumento de classe” (GENRO FILHO, 2012, p.113). Nessa linha de raciocínio, ele defende que as técnicas jornalísticas, nascidas no contexto de ascensão burguesa, podem ser apropriadas para fins revolucionários. Portanto, o jornalismo seria “*uma forma social de conhecimento, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção.*” (Ibid. p. 10). O autor continua:

É certo que a ideologia está embutida na justificação teórica e ética das regras e técnicas jornalísticas adotadas usualmente. **Mas isso não autoriza, como muitos parecem imaginar, que se possa concluir que as técnicas jornalísticas são meros epifenômenos da dominação ideológica.** Essa conclusão não é legítima nem do ponto de vista lógico nem histórico.

Um enfoque verdadeiramente dialético-materialista deve buscar a concreticidade histórica do jornalismo, captando, ao mesmo tempo, a especificidade e a generalidade do fenômeno.

Deve estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico-transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução. [...] **A ambivalência do jornalismo decorre do fato de que ele é um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos de sua gênese burguesa, em que pese seja uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes.** (Ibid. p.22-23. Grifos meus.).

Essa abordagem possibilita que percebamos as interseções entre determinados aspectos das mídias hegemônicas e contra-hegemônicas. Por exemplo, identificaremos no *Libera* (assim como em outros jornais alternativos) técnicas e formas que são oriundas, de fato, dessa “gênese burguesa” do jornalismo – como fica evidente no formato e conteúdo da seção “Notícias Libertárias”. Isso endossa a tese de Genro Filho – de que o jornalismo tem potencialidades que podem ser aproveitadas pelos movimentos de contestação.

Por outro lado, o próprio “jornalismo burguês” não é um monólito inexpugnável à ação de sujeitos ligados aos valores revolucionários da tradição socialista. Vimos também que intelectuais anarquistas trabalharam ou tiveram espaço para publicar em veículos de comunicação que não se colocavam contra a ordem vigente – como Marques da Costa e Edgar Leuenroth, por exemplo. Além disso, alguns militantes defenderam a tática de conquistar espaços dentro da mídia hegemônica (como Ideal Peres); enquanto outros condenaram mais veementemente tal atitude. Por outro lado, a própria mídia hegemônica abordou algumas vezes o tema anarquismo, fazendo valer seu enfoque e se utilizando de indivíduos ou coletivos anarquistas como fontes de informação.

Mas as brechas para discursos contestadores no interior da chamada “grande imprensa” são, de fato, mínimas e bem controladas. Falando dos meios de comunicação

da atualidade, Dênis de Moraes observa :

A mídia ocupa posição destacada no âmbito das relações sociais, visto que é no domínio da comunicação que se fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica e **se procura reduzir ao mínimo indispensável o espaço de circulação de ideias alternativas e contestadoras**. (MORAES, 2006b, p.5. Grifos meus).

Pierre Bourdieu também foi um crítico observador do jornalismo, identificando-o como um campo “cada vez mais sujeito às exigências do mercado (dos leitores e dos anunciantes)” (BOURDIEU, 1997, p.101). Esse *campo jornalístico*, por sua vez, teria a propriedade de influenciar outros “diferentes campos de produção cultural, campo jurídico, campo literário, campo artístico, campo científico”. (Ibid. p.101).

Falando especificamente da televisão, Bourdieu condena a insana busca pela mais ampla audiência, que produz “uma visão estreita e estreitamente nacional, para não dizer nacionalista, da política” (Ibid. p.10). Ele continua:

E os jornalistas são sem dúvida tanto mais propensos a adotar o “critério do índice de audiência” na produção (“fazer simples”, “fazer curto” etc.) ou na avaliação dos produtos ou mesmo dos produtores (“passa bem na televisão”, “vende bem” etc.) quanto ocupem uma posição mais elevada (diretores de emissora, redatores-chefe etc.) em um órgão mais diretamente dependente do mercado [...]. (Ibid. p.106).

Outro ponto destacado por Bourdieu é a constante rivalidade entre veículos de orientação liberal-burguesa. Uma rivalidade que não significa, no entanto, diversidade de enfoques, visto que estão “sujeitos aos vereditos do mercado”, contribuindo para “orientar toda a produção no sentido da conservação dos valores estabelecidos” (Ibid. p.108). Nesse sentido, o sociólogo fala da “circulação circular da

informação”, que seria uma retroalimentação da própria mídia. Em outras palavras, a concorrência entre veículos da mídia hegemônica não estimula a diversidade. Assim, as capas dos jornais trazem praticamente as mesmas manchetes. “Essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente”, afirma Bourdieu, “produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental.” (Ibid. p. 33).

No caso da imprensa anarquista, observamos que a cooperação entre veículos supera a lógica da concorrência. Nesse sentido, o jornalismo libertário estaria para o jornalismo burguês assim como a tese defendida por P. Kropotkin – em *Ajuda Mútua* (KROPOTKIN, 2009) – estava para a apologia da competição, muito evidenciada pelo “darwinismo social” no século XIX.¹⁵⁹

A seguir, vamos analisar a experiência da “Rede de Informações”, que vai exemplificar justamente essa distinção entre as práticas comunicacionais hegemônicas e as contra-hegemônicas – pelo menos as de tendência socialista libertária. Na proposta da rede, o *Libera* fomenta e participa de uma troca colaborativa de informações com outros veículos e indivíduos do território nacional.

159 “Observo que, em inúmeras sociedades animais, a luta entre indivíduos pelos meios de subsistência desaparece, que essa luta é substituída pela cooperação e que essa substituição resulta no desenvolvimento de faculdades intelectuais e morais que assegura à espécie as melhores condições de sobrevivência. [Darwin] sugeriu que, nesses casos, os mais aptos não são os mais fortes fisicamente, nem os mais astuciosos, e sim aqueles que aprendem a se associar de modo a se apoiarem mutuamente, fossem fortes ou fracos, pelo bem-estar da comunidade. [...] O apoio mútuo é a regra em muitas das grandes divisões do reino animal. Existe realmente entre os animais inferiores, e devemos estar preparados para um dia descobrir, com os estudiosos da microbiologia, casos de apoio mútuo inconsciente até mesmo na vida de microrganismos.” (KROPOTKIN, 2014).

2.4. A Rede de Informações

Em 1992, um evento representou um marco na reorganização de anarquistas brasileiros: o encontro “Outros 500 – Pensamento Libertário Internacional”, que foi realizado em agosto, na cidade de São Paulo. O mote era a crítica tanto à Eco-92 quanto às “comemorações” dos 500 anos da chegada europeia à América. O caráter libertário e autonomista – não só anarquista – pode ser mensurado pela presença de intelectuais como Cornelius Castoriadis (França), Ronald Craig (EUA), Pietro Ferrua (Itália), Eduardo Colombo (França), além dos locais Maurício Tragtenberg, Ideal Peres, Roberto Freire e Jaime Cubero. Já se vislumbravam, portanto, as novas inter-relações que marcariam o movimento anarquista mundial a partir da década de 90. Ou seja: o contexto da tal “quinta onda” do movimento anarquista (SCHMIDT & WALT, 2009) ou o chamado “anarquismo extramuros” (IBÁÑEZ, 2014), quando os ácratas influenciam e são influenciados pelos movimentos “antiglobalização”.

Nas palavras dos editores do *Libera*, o “Outros 500” foi “um passo decisivo nesta fase de renascimento e reconstrução do movimento Anarquista no Brasil” (*LAM*, nº16, set. 1992, p.2). Naquele evento, decidiu-se pela criação da *Rede de Informações*, que teria o objetivo de “divulgar notícias e atividades de interesse de grupos e indivíduos anarquistas” (*Ibid.* p.2). Uma rede na qual o *Libera* teve papel central e foi um dos animadores do projeto durante um bom tempo. Renato Ramos narra suas impressões sobre esse episódio:

A rede era um embrião de uma tentativa de articulação nacional. Era tentativa de contato, apoio mútuo, etc, através das publicações. Como sempre, o último que sobrou foi o *Libera*. O resto foi sumindo, sumindo... Porque era uma coisa muito frouxa, embora importante por alguns meses. Lógico que isso foi importante futuramente porque esse encontro pessoal começa a colocar em contato gente de vários estados, estabelece correspondência contínua.

Funcionou por alguns meses. E a gente já apontava que a rede seria vital para projetos futuros de federalização do movimento anarquista. A gente não sabia o que fazer, mas já tinha uma reunião de grupo – claro, numa feição muito mais “sintetista”. Ninguém aqui sabia direito o que era especificismo, plataformismo. (RAMOS. Entrevista, 2014b).

A ideia foi elaborada em reuniões informais de grupos e indivíduos, que propuseram duas tarefas: primeiro, a posterior confecção de um jornal nacional, “com o apoio do maior número possível de grupos, tanto na editoração quanto na distribuição”; segundo, a “criação imediata de uma Rede de Informações nacional” (*LAM*, nº16, set. 1992, p.2). Estiveram presentes nessas reuniões (*figura 12*) grupos de vários locais do Brasil: cidades de estados do Nordeste, Sudeste e Sul; muitas capitais como Aracaju, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador; e outros municípios como Campinas, Cubatão, Guarulhos, Santos.



Figura 12 – Reunião no evento 'Outros 500', em 1992, com objetivo de criar a Rede de Informações Anarquistas (Acervo de Renato Ramos).

A estratégia da rede era bem simples: ela teria “nós”, ou seja, coletivos/publicações encarregados de repassar informações produzidas/recebidas. O

compromisso seria divulgar material recebido de outros “nós”; comunicar aos outros de que forma e a quantos grupos a informação foi repassada; e “nós” sem publicações periódicas procurariam produzi-las. ¹⁶⁰ Outra regra: socializar as listas de endereços libertários.

Analisar o caso da rede de informações anarquistas pode nos revelar o *modus operandi* de uma experiência de comunicação contra-hegemônica. A intenção de criar uma rede de notícias e um jornal de alcance nacional indica a necessidade de fazer circular seus próprios discursos, como uma forma de romper com o monopólio dos grandes grupos de mídia. E a própria configuração em rede indica-nos um dos aspectos centrais das sociedades contemporâneas, permeadas por fluxos de bens e informações que são amplificados pelas transformações tecnológicas no campo dos transportes e das telecomunicações.

Em artigo em que mapeia algumas das principais abordagens referentes ao conceito de *rede*, Ana Enne chama a atenção para a polissemia do termo, que pode ser entendido...

[...] ou como sistema de integração entre pessoas, mediante práticas de interação, em um sentido mais social; ou como um sistema de troca de mercadorias e bens materiais, em um sentido mais econômico; ou como **trocas de informações e bens simbólicos, em um sentido mais cultural**. (ENNE, 2004, p.271, grifos meus).

No caso da Rede de Informações anarquistas, que emerge depois do evento “Outros 500”, percebe-se que ela possui um perfil mais próximo do último significado exposto: o de uma rede de “trocas de informações e bens simbólicos”. A interação social

160 “Inicialmente podem, simplesmente, acrescentar notícias locais aos boletins recebidos de outros nós antes de distribuí-los ao seu ramo. Essas notícias também devem ser enviadas aos outros nós sempre procurando atingir o objetivo de manter um fluxo contínuo de informações” (*LAM*, nº16, set. 1992, p.2).

entre os coletivos envolvidos na rede libertária também aponta para outras duas características do conceito: a “capacidade de articulação e rearticulação permanente” (Ibid. p.264); e “a construção social de relações de grandezas distintas” (Ibid. p.265).

A partir da análise do que o *Libera* publicou sobre a Rede, além das memórias de um de seus integrantes, podemos notar que a iniciativa apresentou-se de modo fluido e dinâmico, com o *Libera* desempenhando um papel de organizador, cobrando constantemente de seus integrantes – os chamados “nós” – um maior comprometimento. Nesse processo, o informativo carioca vai se consolidando como referência, alcançando prestígio entre os agentes que faziam parte da rede.

A articulação dos anarquistas cariocas e brasileiros, entretanto, não deveria se resumir apenas aos fluxos comunicacionais. Como historicamente defendem os militantes dessa corrente, a *ação direta* deveria ser valorizada. Assim, veremos nas páginas do *Libera* diversas convocações para atividades de rua, como os atos comemorando o Primeiro de Maio, data que possui um simbolismo especial para os libertários. Na edição de abril de 1992, por exemplo, há uma convocação para uma manifestação que seria realizada na Quinta da Boa Vista, a partir das 10h. Naquela conjuntura, quando o presidente Fernando Collor era alvo de um processo de *impeachment*, o ato também se inseria no rol de protestos pelo afastamento do mandatário.¹⁶¹

O conturbado cenário político daquele ano seria tema de alguns editoriais do *Libera*, que, lembrando a tradição satírica de *O Inimigo do Rei*, lançava mão de generosas doses de humor em sua crítica anticapitalista e antiestatal. Isso fica claro no

161 “Companheiros anarquistas de todo o Brasil! Organizem-se para as manifestações do 1º de maio! Vamos homenagear todos aqueles que lutaram e morreram pelo Anarquismo, repudiar a 'nova ordem' capitalista e protestar contra o governo Collor, a miséria, o desemprego... Levem faixas, bandeiras, panfletos e material de propaganda. Façamos atividades culturais como mostras de poesia e encenações teatrais.” (*LAM*, nº11, abr.1992, p.2).

editorial “Sai Fernando” (*LAM*, nº15, ago. 1992, p.1), o qual comentava a “tragicomédia” da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava o esquema de propinas e desvios de verbas comandado por Paulo César Farias, tesoureiro da campanha de Collor.¹⁶² Uma crítica ácida aos percalços da política nacional da época. Corrupção, CPI, hegemonia das elites, fisiologismo dos partidos, afastamento da população das principais decisões políticas: tudo interpretado pela visão anarquista do coletivo editorial de *Libera*.¹⁶³



Figura 13 – Anarquistas do CEL na Quinta da Boavista, em ato no 1º de maio de 1990. *Da esq. à dir.:* Ideal Peres, Renato Ramos e Pedro Kroupa (Acervo de Renato Ramos).

162 Segundo Renato Ramos, a edição 15 teve um caráter especial, pois começou a representar uma relativa independência do *Libera* em relação ao CEL. Ele relata: “Neste número, já tem uma preocupação maior com o negócio do editorial. Já começa, no *Libera*, a ter uma importância tanto do conteúdo quanto da programação do CEL. Ou seja: o que nos movia não era mais apenas a divulgação das atividades do CEL, mas o próprio conteúdo do jornal.” (RAMOS. Entrevista, 2014b).

163 Embora enxergasse um relativo benefício na sacramentação do *impeachment* (como a “porrada” que estava recebendo o grupo político em torno da figura de Collor), o *Libera* confirmava a opinião ácrata de que a política institucional é composta por políticos “do mesmo saco”, ainda que nuances mais à esquerda (o PT de Lula, por exemplo) ou à direita pudessem levar a crer que havia profundas diferenças.

Depois do julgamento de Collor – no qual foi acusado de crime de responsabilidade e teve os direitos políticos cassados por oito anos – o *Libera* disparava uma de suas manchetes mais eschachadas: “Sai Collor, entra Itamar: mudam as moscas e a merda continua...” (*LAM*, nº17, out. 1992, p.1). O texto ironizava a chegada de Itamar Franco, vice-presidente, como “salvador da pátria”, ressaltando que as transformações profundas estavam longe de acontecer: “Essa estrutura dita democrática, que usa as eleições para que avalizemos a perpetuação do poder, continua intacta!” (Ibid. p.1).¹⁶⁴

No número 19, o último de 1992, algumas mudanças formais chamam a atenção. Pela primeira vez, o informativo sai com quatro páginas – mas mantendo as dimensões de folha A4. Também foi a primeira capa sem nenhuma ilustração, a não ser a figura do personagem Guy Fawkes no cabeçalho (*figuras 14 e 15*), que já vinha aparecendo desde a edição 4 (setembro de 1991).¹⁶⁵ Segundo Renato Ramos, esse número marcaria o início de uma produção “mais profissional” do *Libera*, isto é, a

164 Num dos parágrafos mais críticos, o informativo resume a opinião do coletivo: “Se todas as denúncias fossem apuradas, ficaria nítida a malha de corrupção que corre paralela ao governo. Enquanto nossa sociedade for baseada na exploração do outro, os governos serão corruptos e os políticos serão profissionais na defesa dos interesses dos poderosos. As eleições continuarão a ser uma farsa.” (*LAM*, nº17, out. 1992, p.1).

165 Guy Fawkes foi um conspirador e especialista em explosivos que participou da Revolução da Pólvora (1600), na Inglaterra, que tinha como finalidade assassinar o rei Jaime I com a colocação de barris de pólvora sob o prédio onde ficava o Parlamento. O personagem serviu de inspiração para o escritor Alan Moore, que criou, nos anos 1980, uma história em quadrinhos chamada “V de Vingança”, cujo protagonista usava uma máscara de Guy Fawkes. O tema também foi objeto do livro da historiadora Antonia Fraser: *A Conspiração da Pólvora* (FRASER, 2000).

Renato Ramos conta como foi a escolha daquele que seria, por muito tempo, o “mascote” do *Libera*, saindo sempre no cabeçalho da publicação: “Ah... era uma figura emblemática dos quadrinhos. Foi um auê quando foi lançado. Era uma figura emblemática do anarquismo. E mesmo depois do número 119, quando o *Libera* vira informativo da FARJ, ele saía na última página. A gente só tirou ele recentemente para colocar o Domingos Passos [*anarquista brasileiro da Primeira república*]. Mas o Guy Fawkes era a grande figura do *Libera*, durante muitos e muitos anos.” (RAMOS. Entrevista, 2014b).

Em 2005, “V de Vingança” foi adaptado para o cinema, faturando mais de 132 milhões de dólares. Máscaras de Fawkes foram distribuídas como brinde no lançamento do filme. Em 2008, o grupo de *hackers* Anonymous utilizou-as. Desde então, foram incorporadas pelos manifestantes em protestos anticapitalistas. Nas Jornadas de Junho/Julho de 2013, no Brasil, foram presença marcante. Seu sucesso evidencia a força da indústria cultural capitalista, acostumada a digerir símbolos de rebeldia e transformá-los em mercadoria: “As máscaras, manufaturadas pelos estúdios Warner para promover o filme, são vendidas hoje para todo tipo de gente, de militantes a pessoas em busca de algo para vestir em uma festa a fantasia”. (WAITES, 2011).

adoção de programas de editoração eletrônica – na época, o Page Maker, da empresa de softwares Adobe.

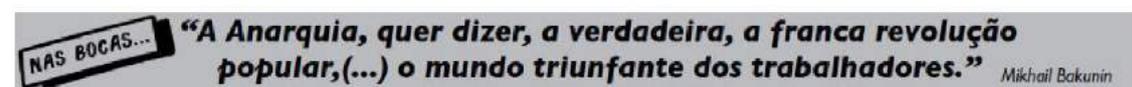
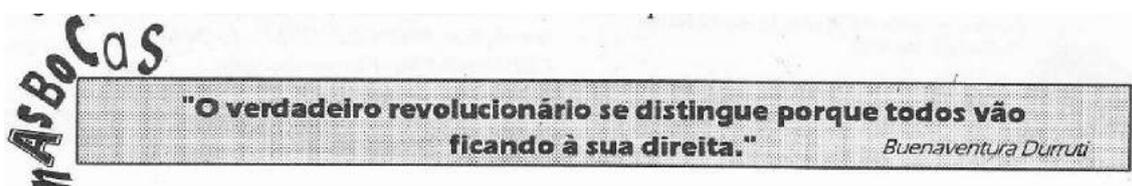
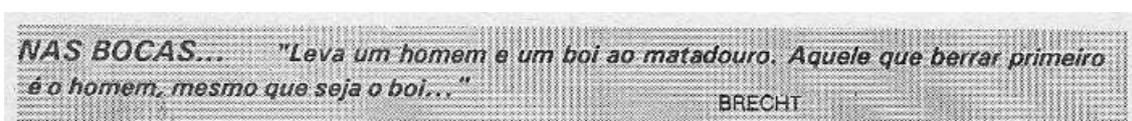
A partir desse número [19], a diagramação começou a ser feita no *Page Maker*, no escritório da irmã da Miriam [Lene]. Óbvio que as figuras eram artesanais. A gente ainda colava porque não tinha esse negócio de escanear as imagens. Mas o *Libera* já saía com os espaços prontos para colar as figuras. Esse foi o primeiro com quatro páginas. (RAMOS. Entrevista, 2014b).

O detalhe é que o informativo voltaria a ter duas páginas entre as edições 20 e 24 (janeiro a maio de 1993), voltando às quatro páginas, definitivamente, a partir da edição 25.



Figuras 14 e 15 – Desenho de Guy Fawkes, personagem da história em quadrinhos “V de Vingança”, foi um dos símbolos do *Libera*.

Outro aspecto formal-conteudístico que merece registro é a publicação de uma espécie de “embrião” do que vai se tornar outra marca registrada do periódico: a seção “Nas bocas...” (figuras 16, 17 e 18). Ela consiste na reprodução, logo na capa, abaixo do editorial, de alguma frase de caráter proverbial, que podia trazer uma reflexão, uma crítica, um posicionamento político, etc. No número 19, a primeira frase que sai abaixo do editorial é de Millôr Fernandes, sintomaticamente um histórico militante da imprensa alternativa durante os anos de chumbo. A frase era a seguinte: “Entre os novos pecados capitais enunciados pela Igreja, faltou o mais importante: O Capital”. (LAM, nº19, dez 1992, p.1).¹⁶⁶



Figuras 16, 17 e 18 – Frases da seção “Nas bocas...”, marca do projeto gráfico do *Libera*. Na sequência, de cima para baixo, as publicadas nos números 26 (jul.1993), 38 (jul.1994) e 150 (mai.,jun.,jul. 2011).

¹⁶⁶ A frase abaixo do editorial não seria publicada no número seguinte (nº20, jan. 1993), mas reapareceria no 21 (fev.1993), já com o nome de “Nas bocas...”. Tornaria a desaparecer na edição 22 (mar.1993), retornando na seguinte (nº23, abr.1993) e sumindo de novo no número 24 (mai.1993). Daí, a partir do número 25 (jun.1993), foi sempre publicada na capa, até o número 150 (mai.,jun.,jul. 2011), com exceção da edição 34 (mar.1994).

O ano de 1993 começou com o *Libera* lançando mais um editorial metanarrativo, ou seja, falando da sua própria história através da trajetória do CEL. “O CEL não pode esperar” era o título de um texto que dialogava diretamente com o leitor, pedindo-lhe a colaboração para a continuidade do periódico. Pela primeira vez, podemos perceber que, realmente, a “criatura” do CEL havia crescido bastante, e demandava tempo dos militantes, que desabafavam: “Estamos respondendo a mais de cem cartas por mês, fora as rotinas de produção dos seminários, edição e, claro, tem que sobrar um tempinho pra 'ir às ruas'.” (*LAM*, nº20, jan. 1993, p.1). Eles acrescentavam:

O *Libera... Amore Mio* (este que você está lendo) é o órgão informativo do CEL. Um boletim mensal que está entrando no 2º ano, divulgando ininterruptamente ideias e notícias do interesse do MA [*Movimento Anarquista*]. Aqui entre nós, estamos suando para publicar o *Libera...*, todos os 12 meses do ano, vez por outra, sem atraso. (Ibid. p.1).

Nesse ponto, os editores pedem “toda a ajuda possível”: divulgação, fotos, ilustrações, poesias, artigos, reportagens, notícias, etc. “Sem nenhuma exigência de perfeição”, diziam, “nem técnica, nem artística, agradeceremos e publicaremos todo o material selecionado com os devidos créditos”. (Ibid. p.1). O informativo também pedia apoio material (de selos a papel de *xerox*, além de contribuições em dinheiro), revelando a clássica dificuldade dos veículos alternativos. A assinatura do periódico passava a ser estimulada a partir daquele número. Para recebê-lo por seis meses, o interessado pagaria cinco dólares, por cheque nominal ou depósito na conta de Renato Ramos.

O primeiro *Libera* de 1993 também publicou pela primeira vez uma fotografia (*figura 19*). A imagem retratava uma manifestação de rua, no Rio de Janeiro,

durante a ECO-92. No detalhe, bandeiras e cartazes que identificavam simbolicamente os anarquistas do CEL e dos grupos que gravitavam a seu redor. Um dos cartazes trazia a logomarca do CEL. Outro subvertia o ícone da Rio 92, que foi riscado e classificado como “A farsa”. Uma bandeira do GAJO e outra do “A no círculo” completavam o desfile libertário. A foto traz uma mensagem que reforça a identidade que o *CEL/Libera* pretendiam cultivar: a de que o anarquismo e os anarquistas devem estar nas ruas, junto aos movimentos sociais, praticando a ação direta.



Figura 19 – Primeira fotografia publicada no *Libera*, em janeiro de 1993. O autor não é identificado e a imagem não traz legenda.

No número seguinte, outra foto estampava a capa, diagramada num tamanho relativamente grande para os padrões do *Libera*. O texto “Ação direta e repressão!” não tinha um caráter apenas opinativo, como têm tradicionalmente os editoriais, mas mesclava elementos informativos. O tema era o caso dos trabalhadores da Petrobras demitidos pelo governo Collor, em junho de 1990, na esteira do projeto neoliberal de

desmonte do Estado. Os petroleiros ocuparam o *hall* do prédio da administração (Edise) no dia 16 de dezembro de 1992. Segundo o texto, a atitude “foi o ponto culminante de um processo que se arrasta há mais de dois anos”. E ainda dizia: “Os companheiros cansaram de esperar a efetivação da decisão da justiça que, mesmo burguesa, lhes deu o direito de serem reintegrados ao trabalho (ganharam na 1ª e 2ª instâncias)” (*LAM*, nº21, fev. 1993, p.1).

A manifestação pacífica durou 39 dias. O texto cita as represálias aos manifestantes, como proibição do uso dos banheiros e bebedouros, corte dos telefones do *hall*, etc. A retirada violenta dos ocupantes foi assim descrita pelo informativo:

A ocupação acabou no domingo dia 24 de janeiro de 1993. Seguranças da Petrobras aliados a PM (a usual dobradinha: aparelhos de repressão particular e estatal), somando cerca de 80 canalhas; armaram uma emboscada às 8:45h da manhã para retirar as 15 pessoas que ainda resistiam dentro da empresa e outras 15 que davam apoio fora. Entre os demitidos, muitos mostraram as marcas da selvageria dos carrascos. (Ibid. p.1).

Anarquistas participaram do movimento, dando apoio em plantões rotativos. Dois demitidos, segundo o *Libera*, seriam os anarquistas Jorjão e Tavares. A direção do sindicato não teria dado apoio aos manifestantes. Na interpretação do *Libera*, não bastaria bradar contra a privatização das estatais. A luta deveria ser por “uma profunda modificação estrutural na gestão dessas empresas”.¹⁶⁷ A temática sindical e a ligação dos socialistas libertários com a categoria dos petroleiros indicam o desejo de retomada de um vetor social, além do alinhamento contra o neoliberalismo e seu projeto de enxugamento do setor público.

167 “Temos que levantar, para a sociedade, a discussão de outras alternativas à rasa disputa entre presidencialismo e parlamentarismo. O Anarquismo propõe a AUTOGESTÃO como solução. Uma forma de produzir onde todos participam da gestão de sua empresa, se auto-organizando sem utilizar hierarquias de poder [...]” (*LAM*, nº21, fev. 1993, p.1).

Na contracapa, a seção “Notícias Libertárias” começava dando satisfações sobre o andamento da Rede de Informações. Em Santa Catarina, os editores do jornal *Libernetete* propuseram uma “Campanha Nacional pela Liberdade de Expressão”. Outra publicação citada era o *Liberô Geral*, de São Paulo. Do Pará, chegava o primeiro número do informativo do Centro de Cultura Libertária (CCL). Segundo o texto, o grupo funcionava nos moldes do CEL, com palestras e debates semanais.

A nota ressalta o papel aglutinador do CEL e do *Libera* que, como vimos em relação ao conceito de “rede”, vão se consolidando como referências, alcançando prestígio entre os agentes que compunham a Rede de Informações. A influência é notória na escolha dos nomes dos outros periódicos (“*Libernetete*”, “*Liberô Geral*”) e no formato do CCL do Pará, semelhante ao CEL.

Mas nem tudo eram flores na Rede de Informações. Os outros “nós” não demonstraram o mesmo compromisso do *Libera* e foram, pouco a pouco, afrouxando a rede. O boletim carioca, contudo, não deixava de desempenhar seu papel de animador, cobrando publicamente dos companheiros de outros estados. Nas “Notícias libertárias” da edição 22 (mar.1993), os editores pediam informes das publicações *Via Direta* e *Libernetete*: “Alô! Alô! Estamos sem receber notícias de vocês há algum tempo!” (*LAM*, nº22, mar. 1993, p.2). O “puxão de orelha” continuava na edição seguinte, quando reclamavam de não terem recebido retorno em relação a um texto: “Não recebemos de ninguém, exceto *Libernetete*, comentários ao texto do CEL sobre a Rede de Informações” (*LAM*, nº23, abr. 1993, p.2).

Na mesma edição, algumas pistas sobre a batalha para se manter na ativa. Como a maioria dos seus congêneres da imprensa libertária (do presente e do passado), o *Libera* não trazia publicidade e dependia do apoio de leitores e realizadores para

sobreviver. Um *box* informava que o grupo possuía as revistas *Utopia* 4 e 5 em estoque: em tempos de inflação galopante, cada exemplar era vendido a 60 mil cruzeiros. Adesivos contra a pena de morte também eram comercializados. No fim, uma notícia era comemorada: foram feitas sete assinaturas do *Libera*. Os leitores eram incentivados a contribuir: “Vamos lá, Libera... aí. Seis edições Cr\$ 200.000” (Ibid. p.2). No rodapé, era indicado pela primeira vez a tiragem do jornal: 500 exemplares.

Apesar de dificuldades constantemente relatadas, nota-se um avanço no empreendimento editorial, que pode ser quantificado pela tiragem. Se em 1991 ela começa em torno de 200 e 300 exemplares, vai aumentar rapidamente em 1993. Como vimos, ela vai ser de 500 exemplares na edição 23, em abril. Na edição 26 (jul. 1993), passa para 600; e, logo na seguinte, informa-se que a tiragem foi para 1.000 exemplares. Ou seja: em pouco menos de três anos de informativo, a tiragem quintuplicou.

Obviamente que se trata de um pequeno veículo, em meio a publicações muito mais poderosas. Para termos uma ideia, o quadro exposto por Marialva Barbosa é bastante ilustrativo quanto às dificuldades de meios contra-hegemônicos fazerem circular suas mensagens diante do domínio da mídia hegemônica:

O mercado jornalístico dos anos 1990 no Rio de Janeiro aponta para a posição hegemônica conquistada pelo jornal *O Globo* desde a década anterior. Em 1995, atinge mais de 700 mil exemplares aos domingos, enquanto *O Dia*, na segunda colocação, vende 454.641 exemplares. O *Jornal do Brasil*, vivendo uma crise econômica sem precedentes, desde a década de 1980, imprime pouco mais de 150 mil exemplares. A tiragem de todos os diários do Rio nos dias de semana atinge 789.896 exemplares num mercado com mais de 12 milhões de habitantes (*Imprensa – Midia*, Ano 1, novembro 1994). (BARBOSA, 2007, p.222).

Some-se a isso o fato de que o Brasil, em geral, não tem um grande público leitor de jornais, como observou Vito Giannotti:

Há várias estatísticas a respeito da leitura de jornais no país. Às vezes, conflitam em algum dado, mas todas giram em torno do dado do '*Anuário Brasileiro da Mídia 2005/2006*'. Neste fala-se do índice de 54 exemplares de jornais diários lidos no Brasil. Isto dá um percentual de 5,4% de leitores. Este número só tem alguma serventia se comparado com outros países, como Inglaterra, Japão ou Alemanha, onde o mesmo supera amplamente os 50%.

[...]

As estatísticas mostram que os que compram ou assinam o jornal são sempre os mesmos. Há um público flutuante que compra seu jornal vez por outra. Mas o que é certo, imutável é que há uma enorme massa que nunca comprou ou comprará um jornal. Nos 95% que estão fora do mercado jornalístico há uma enorme massa que não lê jornal porque é excluída do direito de acesso a esse bem de consumo. Assim como é excluída do acesso a muitos outros bens e, sobretudo, a muitos direitos básicos. (GIANNOTTI, 2014, p.147).

A despeito dos baixos índices de leitura da população brasileira (muito mais atingida por veículos de massa como a televisão) e das grandes tiragens da imprensa hegemônica, o *Libera* persiste e resiste em sua empreitada comunicacional contra-hegemônica.

2.5. Forma e conteúdo afinados para divulgar o anarquismo

Na primeira edição de 1994, ocorrem transformações na parte gráfica. Destaque para o novo logotipo, mudanças nas fontes tipográficas e o uso de três colunas na página 3 – anteriormente, o jornal só usava duas colunas em todas as páginas. Apesar do considerável volume de textos – visto que o *Libera* passa a ser cada vez mais espaço de formação política para o leitor – há certa leveza na diagramação, com uso de charges sem molduras, dando a impressão de estarem “soltas” na página. Nota-se, portanto, um uso mais hábil dos programas de editoração eletrônica, que definitivamente se inserem na produção do informativo. As mudanças são comentadas com bom humor, na própria edição:

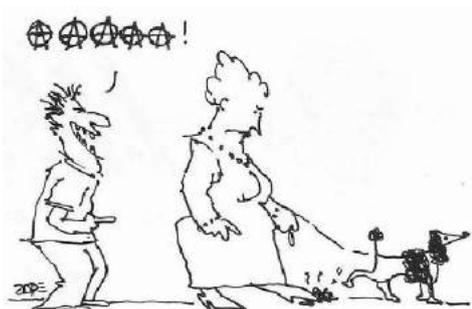
Prá [SIC] quem ainda não percebeu, estamos inaugurando "novo visual", graças a graciosa (em ambos os sentidos) colaboração de surrealistas em potencial. Estamos apresentando nossos ilustríssimos leitores com alguma experimentação estética – e por que não? (*LAM*, nº 32, jan 1994, p.1).

Para além do quesito *forma*, o *conteúdo* daquele primeiro número de 1994 acompanhava a tendência de o informativo realizar, na primeira edição de cada ano, uma avaliação do que foi feito e as perspectivas para o ano que se iniciava. A ironia, marca registrada do *Libera*, comparecia logo na abertura. Além disso, notamos um jogo de palavras e sonoridades – e também incorporação de gírias e da fala coloquial – que em muito lembra o estilo d'*O Pasquim*:¹⁶⁸

168 *O Pasquim*, semanário carioca lançado em julho de 1969, é um marco para a história do jornalismo brasileiro. Inovador na forma, no uso da linguagem e no trato de temas. Inventor/divulgador de modas, de comportamentos e de gírias (“putsgrila”, “sacumé”, “sifu”, “ducas”, “cacilda”...). Por suas páginas passaram colunistas, colaboradores e entrevistados que representavam um pouco do que se fazia, se dizia e se pensava no Brasil dos anos 70 (período em que o jornal alcançou grande notoriedade). Em minha pesquisa de mestrado (OLIVEIRA, 2007) analisei algumas edições desse periódico, em especial as que continham a coluna “Underground”, editada por Luiz Carlos Maciel.

Lá vem o carnaval da Brahma, a Copa do Mundo da Coca-Cola e, no fim do ano, as eleições! É político para todos os gostos e desgostos (ou desgostos?), de deputado a presidente, uma apoteose legislativa e executiva!

E no intervalo entre as festas, dá prá [SIC] fazer o quê? Todo o início de ano é aquilo: planejar, sonhar, projetar, um monte de verbos no infinitivo. Mas antes de futurarmos, voltemos ao nosso pretérito imperfeito. (*LAM*, nº32, jan. 1994, p.1).



Figuras 20 e 21 – Charges de autoria de Zope, publicadas no *Libera* 32 (jan.1994). Humor era utilizado como arma da crítica política.

Publicado no começo de 1994, o balanço de 93 encarou este ano como o da consolidação da estrutura organizacional do informativo. Ampliado para quatro páginas a partir de maio, seu coletivo editorial “entre altos e baixos, se organizou, amadureceu, firmou rumo”. (Ibid. p.1). Como norte, a busca de “princípios autogestionários”. O discurso também revelava as tensões intragrupos, que vão, ao longo da história do CEL/*Libera* (depois FARJ/*Libera*), provocar rupturas, formação de novos coletivos, rachas, reaproximações, trocas públicas de farpas, agressões, etc., revelando toda a complexidade e dinamismo de sujeitos históricos interagindo num determinado tecido social urbano.

Não é fácil, não! Houve muito quebra-pau e também muita diversão, discussões frutíferas e inócuas, vícios arraigados e veleidades autorais que insistimos em combater, tudo numa tentativa de buscar um equilíbrio entre o coletivo e o individual na produção do *Libera Amore Mio*. (Ibid. p.1).

O editorial também abordava a ampliação da rede de contatos, dentro e fora do movimento anarquista, em quase todos os estados. Lê-se num trecho: “Temos certeza de que através do *Libera...*, vem aumentando gradativamente o intercâmbio entre os grupos e indivíduos libertários, além de outros movimentos sociais e simpatizantes.” Aqui, mais uma vez, fica em evidência o papel catalisador do *Libera*, demonstrando a importância concreta de um jornal contra-hegemônico – e provando que as fronteiras entre o simbólico e o político são fluidas e intercomunicáveis. Assim, o jornal alimenta a organização concreta, e vice-versa, numa simbiose em que é impossível dissociá-los, a não ser para fins de análise.

Mas não só de Brasil vivia o *Libera*. Nos tempos em que a rede mundial de computadores ainda não era realidade cotidiana, o alcance internacional do informativo do CEL se dava via correios, com o envio para cerca de 60 grupos, entidades e militantes de todos os continentes – “pelo que gastamos a maior grana”, observaram os editores. “Mas vale a pena! Recebemos publicações de diversos países, fortalecendo a troca de informações internacionais.” (Ibid. p.1).

As excursões de propaganda foram encaradas como um ponto positivo do ano de 1993. O informativo dizia que um evento em Cabo Frio se desdobrou na criação de um grupo libertário na cidade. Não foi citado o nome, mas certamente era o Grupo Ruptura Libertária, coletivo então formado por Alexandre Samis, professor de História

que lecionava naquele município.¹⁶⁹ O grupo logo vai criar um informativo, nos moldes do *Libera*, como relata o próprio Samis:

A partir de 93, participávamos de algumas passeatas e fazíamos muitos debates. Fomos a Cabo Frio algumas vezes. O CEL fez excursões de propaganda lá. Fizemos um 1º de Maio, pois entendíamos que ali havia uma promessa de formação de grupos. Como aconteceu em 94, com o Grupo Ruptura Libertária (GRL). Quase todos eram garotos do ensino médio municipal. Vieram da juventude do PT de Cabo Frio. Como resultado, lançamos o boletim *Fruto Libertário*. A ideia era inspirada no *Libera*. (SAMIS. Entrevista, 2014).

Na edição de fevereiro (nº 33), o *Libera* apresentou inovações gráficas que até então não explorava. Recursos de editoração eletrônica foram utilizados criativamente e o resultado são títulos mais estilizados, uso de capitulares, *boxes* e elementos gráficos que destacam aspectos textuais, facilitando a leitura – como o uso de “olhos”, que no jargão jornalístico indica o destaque a trechos do texto, em fonte diferente, quebrando a monotonia dos blocos unitários. Em certa medida, o *layout* se profissionaliza, estando mais próximo do acabamento de publicações de grande porte. A fase “recorte-e-cola” estava definitivamente superada, graças aos recursos tecnológicos.

A facilidade de editoração e impressão que o *Libera* desfrutou na década de 90 – resultado, em grande medida, dos avanços da informática – guarda algumas semelhanças com o ocorrido com a imprensa alternativa ou *underground* que surge no

169 Alexandre Ribeiro Samis, nascido em 22 de dezembro de 1962, no Rio de Janeiro. Aproxima-se do CEL em 1993 e começa a colaborar com o *Libera* naquele mesmo ano. Assim como Renato Ramos, vai passar pela militância em partido político, filiando-se ao PDT em 1983. Decepcionando-se com a experiência, busca atuação mais próxima dos movimentos de base, como ele mesmo conta:

“Posso dizer que em 1987 comecei a militância social, a partir do Projeto Rondon. Estava completamente desiludido com partidos políticos. Percebi que eles não operavam as transformações que eu realmente esperava. Atuei na Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), criada pelo governo Sarney, que trabalhava basicamente com assistencialismo, através dos chamados tíquetes de leite. No voluntariado pelo Projeto Rondon, achava interessante porque eles me davam certo poder. Eu poderia, inclusive, descredenciar associações de moradores que estivessem usando os tíquetes de maneira inadequada. Eu usava esse poder para fazer, em certa medida, um proselitismo que não era propriamente libertário. Mas um proselitismo intuitivo do campo da esquerda autônoma, não autoritária. Em 92 eu já tinha alguma leitura do anarquismo. Só que eu julgava que era impossível eu militar como anarquista porque não havia espaços libertários, pelo menos que eu conhecesse.” (SAMIS. Entrevista, 2014).

pós-Segunda Guerra. Conforme sublinhamos em pesquisa anterior (OLIVEIRA, 2007, p.22-23), o florescimento daquele tipo de imprensa foi possível por meio de técnicas de impressão mais acessíveis – como a difusão do método *off-set* (impressão a frio) nos Estados Unidos durante as décadas de 50 e 60. Com tiragens reduzidas e baixos custos, muitas gráficas de grandes e médios jornais eram usadas para imprimir os alternativos – uma forma de os jornais maiores obterem lucro no período em que suas rotativas não estavam imprimindo seus exemplares. No Brasil não foi diferente. Os primeiros números de *O Pasquim* saíam das oficinas do *Correio da Manhã*; e o anarquista *O Inimigo do Rei*, quando ganha distribuição nacional, passa a ser composto e impresso na Editora Jornal do Commercio, no Rio de Janeiro. E, como veremos adiante, o *Libera* também vai contratar os serviços de uma gráfica particular quando passou a utilizar papel jornal e adotar um formato próximo ao tabloide.¹⁷⁰

Em mais um editorial metadiscursivo – isto é, quando falava de si mesmo – o *Libera* se surpreendia com a própria longevidade: “Acredite que é pra valer! Este é o 36° Libera...” (*LAM*, nº36, mai. 1994, p.1). O texto informava que houve um aumento de comentários sobre o informativo, e que isso servia de estímulo para continuarem e “contribuir para estender a troca de informações no meio anarquista”. A conversa direta com o leitor, a linguagem coloquial e um certo “carioquismo” tornavam a leitura agradável. O texto revelava ainda que o *modus operandi* do informativo ia “de vento em popa”.

170 Ao analisar a imprensa alternativa dos anos 60/70/80, Bernardo Kucinski faz uma observação a respeito dessa relação entre os alternativos e a grande imprensa, mostrando que as fronteiras entre ambos são mais fluidas que possamos imaginar. Ademais, o fenômeno indica que os avanços tecnológicos do próprio capitalismo podem ser apropriados por grupos que produzem discursos anticapitalistas (como é o caso da imprensa anarquista), além de serem capitalizados pelo próprio *status quo* (como no caso das distribuidoras nos anos 70, citado por Kucinski):

“No Brasil dos anos 70, esse método [*composição off-set*], aliado à implantação, pela Editora Abril, de um sistema nacional de distribuição, estimulou o surgimento de jornais alternativos portadores de projetos nacionais, a partir de tiragens de 25 mil exemplares. Mas, além de impor aos jornalheiros o pagamento adiantado, as distribuidoras se apoderavam de 40% da receita.” (KUCINSKI, 1991, p.XVIII).

A experiência acumulada em três anos de trabalho nos deixa a sensação de que seria possível ampliarmos o *Libera...* e – quem sabe – tecer mais fios de nossa teia, digo, Rede. Hoje, temos um esquema de produção azeitado. Com os textos revisados, em algumas horas finalizamos a diagramação e impressão dos originais. Mais 3 ou 4 dias e os 1000 exemplares estão sendo distribuídos. Nós queremos multiplicar e potencializar essa facilidade dividindo com vocês o espaço do informativo. Queremos ajuda para amplificar o grito que damos pela liberdade, que tem ecoado por muitas paragens. (Ibid. p.1).

Outro trecho analisava a importância estratégica da comunicação – ou “propaganda” – anarquista.

A propaganda anarquista sempre foi um fator de extrema importância na construção de opções ao sistema e no intercâmbio entre os grupos e indivíduos. Através de comunicações periódicas consolidou-se a resistência ao isolamento e renovaram-se os ideais libertários. O papel das publicações foi, e é, o de promover o debate, estimular a formação e informação dos militantes e simpatizantes, aprofundar e atualizar temas relevantes, manter a vitalidade dos grupos, garantindo o intercâmbio e atraindo novos participantes. (Ibid.p.1).

A conjuntura adversa fez os editores do *Libera* reavaliarem a proposta original da rede, que era de uma articulação “descentralizada, de nós editores associados a distribuidores e correspondentes”. Sem defender explicitamente uma centralização, o *Libera* propunha “uma solução intermediária”. Assim, o jornal passaria a receber material dos *nós* que não publicaram seus informativos. A intenção era, a partir desse material, produzir um boletim maior, “com mais espaço para temas e visões de outros grupos”. O desejo era dar um “salto editorial”.

Nosso projeto é crescer o *Libera...* Publicar o que recebermos; inaugurar uma seção de cartas e outra de notas curtas; aumentar a quantidade de ilustrações, charges e introduzir as HQs; bem como ter mais espaço para os textos mais longos e as traduções. Lindo, né não? Pois é, a gente também acha e está aberto as ideias que possam surgir. O maior gargalo para pôr em prática essa utopia, além da participação de outros grupos, é garantir uma melhor distribuição. Precisamos aumentar o tamanho e a tiragem, conseguir novas assinaturas para

podermos financiar o salto editorial. (Ibid. p.1).

No número 41, de outubro de 94, revelava-se que a euforia pela intensa atividade editorial convivia com os obstáculos de praxe da mídia não comercial: as dificuldades financeiras. Numa nota, pede-se aos grupos libertários que comprem o jornal para distribuir. Já para os leitores, solicitava-se “encarecidamente que façam uma assinaturazinha semestral de apoio” (*LAM*, nº41, out 1994, p.4).

Naquele ano de 1994, acabava de ser lançado mais um plano econômico que prometia exterminar o fantasma da inflação: o Plano Real, elaborado durante o governo de Itamar Franco (1993-1994). Seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ficaria com as glórias, capitalizando os resultados nas eleições seguintes.

Numa operação discursiva essencialmente contra-hegemônica, o *Libera* ressignificava o plano, que, no geral, estava sendo celebrado pela mídia hegemônica. O título já continha uma ideia de mostrar significados ocultos ao discurso oficial: “O plano Real e a realidade (aquém e além) do plano”.

No Brasil, a história desmente Marx. Ou melhor, ultrapassa de longe sua demolidora ironia. Não contente em repetir como farsa a tragédia, a história se reprisa despididamente e representa a mesma farsa, de tempos em tempos. Um bom exemplo atual é o plano – que os marqueteiros do governo batizaram de Real – que difere essencialmente dos anteriores, porque tem o mesmo objetivo: reduzir os salários e aumentar os lucros do capital, sob o pretexto de combater a inflação. (*LAM*, nº39, ago, 1994, p.1).

Os anarquistas buscavam desmistificar o discurso pomposo dos especialistas em “economês” e soltavam o verbo para cima do sistema como um todo, mostrando os números da desigualdade por ele engendrada.

A realidade, aquém e além do plano, é a seguinte: são 10 milhões de desempregados e 32 milhões de indigentes; a economia cresceu 5%, em 1993 (o aumento da produção industrial foi de 11%), mas o salário mínimo equivale a 64,79 dólares. O deliberado sucateamento da rede de serviços públicos (escolas, hospitais, obras de infraestrutura por fazer ou abandonadas, saneamento básico, etc.) tem contribuído para agravar a miserabilidade do enorme contingente de excluídos, os párias do capitalismo, cuja situação é de calamidade permanente. (Id. p.1).

Para o *Libera*, o plano já estaria dando certo – pela ótica das elites, é claro – visto que mantinha a hegemonia do capital. No entanto, era indagado se o Plano Real teria fôlego depois da eleição e se conseguiria “fazer do candidato preferencial da burguesia o novo presidente desta sereníssima e imperial república”. Como não tinham bola de cristal, perguntaram se teriam de aturar por quatro anos “o ex-marxista e neoliberal reciclado Fernando Henrique Cardoso”. O futuro mostrou que não foram só quatro anos, mais oito (de 1995 a 2002), com a subsequente reeleição do sociólogo.

As eleições que levaram FHC ao poder foram objeto da análise do número de novembro, quando o *Libera* propôs suas “Reflexões sobre as eleições/94”. Um editorial que se articulava em seis análises sobre as eleições, seguidas de lições. Ele mantinha o estilo jocoso quando expunha as lições de cada reflexão proposta. Mas a “cereja do bolo” era a reflexão de número 6, quando analisava a aproximação do PT ao jogo de poder da democracia burguesa.

Em relação a Lula, derrotado pela segunda vez na disputa pelo Planalto, o coletivo editorial do *Libera* reservara uma leitura que, mais de vinte anos depois, soa como “profecia”. Segundo o periódico, a derrota de Luís Inácio seria um ato de uma encenação maior no teatro político nacional; no fim, seu protagonismo estaria garantido.

Lula só não é presidente porque isto significaria queimar desnecessariamente um cartucho valioso. Lula é o trunfo da burguesia, na possibilidade desta perder o controle das massas populares. Qual é a jogada? Quando os/as trabalhadores/as, estudantes e outros segmentos

estiverem radicalizados, a burguesia ajudará a ascensão de Lula e, desta forma, arrefecerá os conflitos. [...] E os ingênuos mais uma vez votarão no PT, que terá a responsabilidade de administrar o capitalismo e desarticular os movimentos sociais em prol do seu governo. (*LAM*, nº42, nov. 1994, p.1).

O ano de 1994 se encerrava com o *Libera* 43 dando mais um salto, apesar das queixas sobre problemas financeiros: a tiragem passou de 1.000 para 2.000 exemplares. A circulação do jornal favorecia o crescimento do próprio grupo de anarquistas do CEL. A partir do depoimento de Alexandre Samis podemos perceber como isso se materializou concretamente, em sua própria experiência:

Em 92, cai em minhas mãos um *Libera*, passado por um *punk*, um cara do Rio Grande do Norte, que estava lá em Cabo Frio. E aí esse *punk* me passou o *Libera*, tinha uma caixa postal, eu escrevi e recebi uma carta dizendo que se reuniam todas as terças-feiras no CEL, na UFRJ. Aí eu fui numa dessas sessões do CEL. Então, pode-se dizer que a partir de 1993 começa a minha militância anarquista. (SAMIS. Entrevista, 2014).

Na última edição do ano, podemos aferir um termômetro sobre a formação de coletivos anarquistas pelo Brasil: a coluna de endereços, bem no rodapé da última página. Os endereços libertários aumentaram neste número. Alguns nomes da lista: GRL, de Cabo Frio/RJ; CCS, de São Paulo; ULMG, de Três Corações; Gravida, de Curitiba; MAP, de Floripa; CCS, da Paraíba; APPL, de Salvador; JL, de Porto Alegre; CCL, de Belém; CAF, de Guarulhos; ULBS, de Santos; e UL, de Campinas. Se compararmos com o primeiro *Libera*, no qual saíram endereços de cinco grupos (Utopia, GAJO, GAAD, Mutirão e Vira Lata), o número salta para 14 após três anos do lançamento do periódico.

Claro que o simples aumento no número de grupos citados não significa um crescimento concreto do movimento anarquista brasileiro – teríamos que levantar outras

variáveis para comprovar isso. Contudo, a criação de novos coletivos indica uma maior articulação dos contatos em rede, dinâmicos e por vezes voláteis, mas que potencializam a troca de informações entre os socialistas libertários do país.

O maior engajamento de outros grupos também possibilitou que o *Libera* dobrasse a tiragem, de 1.000 para 2.000. Isso foi possível devido à colaboração dos anarquistas do sul do país. A partir do número 40 (set.1994), eles ocupam uma das páginas do informativo com a coluna “Espaço Libertário do Sul”, escrita por integrantes do Movimento Anarco-Punk de Florianópolis/SC e do Coletivo de Informações/Juventude Libertária de Porto Alegre/RS. Os sulistas também se responsabilizavam pela distribuição de metade da tiragem do *Libera* nos estados do Sul.

Nas páginas do informativo também é possível acompanhar os primeiros passos da utilização de uma nova ferramenta de comunicação: a internet. Numa nota da seção “Notícias Libertárias” falou-se pela primeira vez da “rede de computadores Internet”. Noticiava-se o seguinte: “Está disponível para quem tem acesso à rede de computadores Internet¹⁷¹ ou Alternex¹⁷² uma lista de discussão sobre pensamento e

171 “A internet surgiu na década de 60, desenvolvida com objetivo de auxiliar a Guerra Fria, uma disputa de poderes pela comunicação, desencadeada por dois países, os Estados Unidos, contra a então União Soviética. [...]. No Brasil a internet surgiu a partir da década de 90 e foi disponibilizada apenas para pesquisas, para algumas universidades, [...]. A internet só começou a ser comercializada uns anos mais tarde. Em meados de 1994 ela começou a ser vendida pela empresa de telecomunicação Embratel. Em 1995, o Ministério das Telecomunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia começaram atividades para disponibilizar acesso à internet para a população brasileira.” (PORTAL EDUCAÇÃO. Acesso em: 4 fev. 2016).

172 “O Alternex, desenvolvido pelo Ibase [*Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas*], foi o primeiro provedor brasileiro a possibilitar o acesso à internet por pessoas físicas. A ideia do Alternex teve início em 1984, quando o Ibase passou a fazer parte de uma rede internacional de troca de informações via correio eletrônico, algo até então inédito. Com o desejo de implantar um projeto semelhante no Brasil, o Ibase lançou em julho de 1989, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Alternex. O crescimento do Alternex ocorreu com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Brasil. Na ocasião, o Ibase, com o apoio da ONU, importou para o Brasil equipamentos de internet e instalou uma rede de computadores na conferência. Em 1994, o Alternex operava o primeiro servidor WWW do país fora da comunidade acadêmica. A instituição propôs uma política de internet que garantisse a capilarização dos serviços e evitasse monopólios. Essa proposta prevaleceu. O Ministério de Ciência e Tecnologia apoiou o desenvolvimento de uma grande espinha dorsal da internet brasileira, de uso geral. O resultado foi uma explosão de serviços, com o nascimento de centenas de provedores e um crescimento intenso do número de usuários. O Ibase transformou o Alternex em uma empresa em 1996. A empresa seria vendida no ano seguinte.” (IBASE. Acesso em: 4 fev. 2016.).

educação libertária. Enviar e-mail para liberp.l@ibm.ufsc.br.” (*LAM*, nº42, nov, 1994, p.4).

Naquele mesmo ano de 1994, o levante indígena do Exército Zapatista de Libertação (EZLN),¹⁷³ no México, marcaria, segundo J. Chrispiniano, “o início do uso político do grande símbolo da globalização: a internet.” (CHRISPINIANO, 2002, p.17).

Os manifestos do subcomandante Marcos eram uma espécie de “denúncia-convocação”. Não se limitavam a Chiapas. Tinham a ambição de convocar o mundo todo contra o neoliberalismo. E a internet permitia espalhar as ideias e estabelecer contatos em outros países a custo baixo.

[...]

A internet não criou “movimentos”, mas permitiu que pequenos grupos em cidades diferentes divulgassem seus discursos, trocassem informações e articulassem ações conjuntas ou simultâneas, sem a necessidade de uma pesada estrutura de organização. (Id. p.17-18. Grifos meus.).

Veremos, adiante, como CEL/CELIP/FARJ/*Libera* vão, pouco a pouco, lançando mão da internet para realizar sua comunicação e espalhar seu discurso para todo o mundo. Antes disso, vamos abordar, no próximo tópico, um pouco das relações e tensões internas do campo anarquista no Rio de Janeiro, além da influência que a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) exerceu no coletivo carioca a partir de 1995.

173 Alexandre Samis relata o impacto que o EZLN provocou nos anarquistas e demais socialistas libertários. Ele conta que foi uma influência marcante na produção do boletim *Fruto Libertário*, editado pelo Grupo Ruptura Libertária, de Cabo Frio/RJ:

“O primeiro boletim é, vamos dizer, muito influenciado – embora não apareça no texto – pelo movimento zapatista. Em 94 os zapatistas aparecem, a partir de janeiro, e nós ficamos muito entusiasmados. Porque nos parecia, naquele momento – e ainda hoje – que eram formas novas de ação não-partidária, à margem do Estado e com uma radicalidade que nós entendíamos ser muito adequada aos setores indígenas oprimidos. O zapatismo deu uma identidade ao grupo, embora o que apareça não dê conta muito disso. Acho que é porque tínhamos pouca informação e estávamos um pouco inseguros. Esses textos, em sua íntegra, são produzidos pelos estudantes. Com alguma orientação minha, mas muito pequena. A gente ainda estava muito inseguro sobre o que era o zapatismo, mas com muita admiração.” (SAMIS. Entrevista, 2014).

2.6. “Rachas” internos e primeiros passos do *especifismo*

Por enquanto, ainda estamos na metade da década de 90, iniciando o ano de 1995. Naquela altura, o CEL já havia passado por uma ruptura com o Movimento Anarco-Punk (MAP), ocorrida no ano anterior. Renato Ramos relata que o rompimento começou por conta das chamadas “tretas”, ou seja, as brigas que os *punks* fomentavam entre eles e contra outros coletivos – como os de neonazistas. Numa das confusões, um grupo chamado Hecatombe – que, segundo Renato, era um “saco de gatos” que reunia *punks*, anarquistas e “até cara meio de direita, fascista” – envolve-se numa briga com o MAP do Rio, num *show* em Juiz de Fora/MG. Os integrantes do Hecatombe resolvem se vingar e tentam invadir o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no centro da cidade, onde acontecia uma reunião do CEL. O alvo do grupo era Anastácio, um dos líderes do MAP-RJ. Renato rememora o fato, que tem ingredientes tragicômicos:

Quando o Anastácio e os frequentadores do CEL estão saindo do IFCS, vêm uns 10, 15 caras do Hecatombe, partindo ali do Largo de São Francisco e avançando para cima dele. Saem todos correndo de volta para dentro do IFCS. O Fábio Lopes [*um dos integrantes do CEL*] é que fica na porta e diz: “Não, vocês não vão entrar aqui não!”. Aí o Fábio consegue convencê-los a irem embora. Nisso, lá dentro, está um pânico generalizado, os caras tentando sair pela porta de trás... E aí ligam pra polícia! E aí, faz-se uma cena do cabeça dos *anarcopunks* do Rio de Janeiro, o Anastácio, e outros *punkzinhos*, que saem dentro de um carro de polícia. Eles pedem escolta! Os caras do Hecatombe já tinham ido embora! Já tinham dispersado! Eu não assisti isso, mas o Fábio assistiu, o Bruno [*Rocha, integrante do CEL*]. Os *anarcopunks* dentro de um carro de polícia, escoltados! [*risos*]. (RAMOS. Entrevista, 2014a).

Segundo Renato, o CEL acabou sendo “manipulado” e seus integrantes foram envolvidos na “treta” do MAP com o Hecatombe. O episódio do IFCS foi a gota d'água, mas as desavenças continuariam, com mútuas trocas de farpas.

Quando os *punks* veem que a gente repudiou a atitude deles, arrumaram um inimigo. Aí começam a nos atacar, com documentos. Aí você vê o corporativismo *punk*: o pessoal do MAP de São Paulo e de Santa Catarina começam a nos atacar. Nos chamavam de “anarquistas de quatro paredes”, “culturalistas”... aquela babaquice de sempre. E a gente responde. Eu faço um documento em resposta. O Ideal [*Peres*] ficou puto com isso e disse: “Isso é besteira!”. (Ibid).

Ramos relata a decepção de ter apoiado o MAP, mas encara o rompimento como um divisor de águas na história do CEL/*Libera*:

Cara, eu cheguei a imprimir os boletins do MAP no meu trabalho. Tinha uma coisa meio infantil de a gente achar que... uma coisa assim meio idiota... de achar que os *punks*, os anarcopunks eram uma espécie de “infância do anarquismo”. Que eles iam evoluir... Porra nenhuma, cara! *Punk é punk*, anarquista é anarquista! E os anarcopunks, antes de serem anarquistas, são punks.

O rompimento foi um dos momentos mais importantes nossos nesses últimos vinte anos. Depois que você cai em si, vê que os caras, de fato, utilizavam a gente, falavam mal da gente pelas costas, pra todo mundo. (Ibid).

Superado o episódio, 1995 vai ser um ano de importantes transformações para o CEL/*Libera*. Uma das mais emblemáticas – e que ainda hoje marca sua orientação político-ideológica – é a aproximação com a Federação Anarquista Uruguaia (FAU). O marco dessa relação é um texto publicado no *Libera* de fevereiro: “Um olhar sobre a F.A.U.”, assinado por Bruno. O sobrenome não é citado, mas se trata de Bruno Lima Rocha, que é considerado por Renato Ramos como uma das figuras mais importantes para o estabelecimento do chamado *especificismo* entre os anarquistas que então formavam o CEL.¹⁷⁴

O texto é um relato da experiência pessoal de Bruno Rocha em sua visita à FAU. Começa com um breve histórico do anarquismo naquele pequeno país, que

174 “O Bruno teve uma participação importante no *Libera*, naquela época da reconstrução, e foi o cara que trouxe o especificismo para o Brasil. Militou na FAU, ficou morando no Uruguai e trouxe isso, ajudou a fundar a FAG [*Federação Anarquista Gaúcha*] e influenciou a gente.” (RAMOS. Entrevista, 2014a).

começou há cerca de 100 anos, com a chegada dos imigrantes. Em 1956 foi fundada a FAU, descrita por Bruno como “uma organização específica, de inspiração malatestiana e que tem como razão de ser a Revolução Social” (*LAM*, nº 45, fev. 1995, p.3). Nesse sentido, a FAU buscaria aprofundar sua influência nos meios sindical, estudantil e bairros populares.

Em 1966, a organização é proibida e entra na clandestinidade. Surge a Resistencia Obrero-Estudantil (ROE) – a “entidade de massas da organização”. Uma dinâmica que leva “estudantes para ocupações de fábricas, sindicalistas para as passeatas estudantis e a gente dos bairros populares a funcionar como cordão solidário” (*Ibid.* p.3). Com a radicalização do fim dos anos 60, é montada a estrutura armada da FAU: a Organización Popular Revolucionaria los 33 (OPR-33). Com o retorno da democracia burguesa ao país, em 1985, a FAU se reestrutura. Bruno prossegue em seu relato:

A FAU que tive a chance de conhecer é uma organização em sintonia com as lutas de nosso tempo. Pude perceber que algumas posturas são bem nítidas: Classismo: a luta de classes é uma realidade e um princípio; inserção social; uma abordagem latino-americana do anarquismo. (*Ibid.* p.3).

O autor diz ainda que, na parte organizativa, chamou-lhe a atenção “a constante busca da responsabilidade militante e do trabalho coletivo”. Havia três frentes de atuação: Sindical, Estudantil e Comunitária (“Barrial”). Por fim, Bruno avalia que as experiências que presenciou da FAU “têm muito a colaborar com o movimento anarquista no Brasil”, desde que se pense nas especificidades locais, buscando “soluções libertárias apropriadas às nossas realidades”.

Na mesma edição em que saía o texto sobre a FAU, era publicado o número

de cartas recebidas no ano de 1994. Embora nosso estudo não incida sobre o público leitor do periódico, os dados podem nos fornecer algumas pistas a esse respeito. A partir da correspondência enviada ao *Libera*, podemos, por exemplo, ter uma ideia aproximada do alcance dos dois mil exemplares impressos.

A nota anunciava que o “número de cartas recebidas pelo CEL em 1994 foi recorde”. Naquele ano, 805 cartas vieram de 20 estados brasileiros, provocando a seguinte constatação por parte dos editores: “Esse volume notável de correspondência nos alegra, pois indica a importância do *Libera*... como veículo de relações libertárias” (Ibid. p.4). Isso também reforça nossa tese: de que o informativo e todas as ações do coletivo de anarquistas cariocas dos anos 1990 funcionariam como catalisadores para a formação de outros coletivos, espalhados pelo Brasil.

Outro dado trazido pelo pequeno trecho diz respeito à distribuição geográfica das cartas. Ele nos indica tanto a localização do público leitor quanto, indiretamente, pode apontar – ao menos hipoteticamente – em que pontos do país havia mais anarquistas e/ou simpatizantes. Desse modo, é notória a preponderância das regiões Sul e Sudeste: dos vinte estados que mais enviaram correspondência, os dessas duas regiões ocupam as seis primeiras posições (alcançando, também, o oitavo lugar). No total, o *Libera* recebeu 805 cartas em 1994, distribuídas da seguinte forma:

1° São Paulo (247 cartas – 30,6%);

2° Minas Gerais (109 – 13,5%);

3° Paraná (95 – 11,8%);

4° Rio de Janeiro (85 – 10,5%);

5° Rio Grande do Sul (59 – 7,3%);

- 6° Santa Catarina (56 – 6,9%);
- 7° Bahia (34 – 4,2%);
- 8° Espírito Santo (24 – 2,9%);
- 9° Pará (19 – 2,3%);
- 10° Pernambuco (17 – 2,1%);
- 11° Mato Grosso (11 – 1,2%);
- 12° Sergipe e Distrito Federal (9 cada – 1,1%);
- 14° Goiás (8 – 0,9%);
- 15° Ceará (6 – 0,7%);
- 16° Rio Grande do Norte (5 – 0,6%);
- 17° Alagoas e Maranhão (4 cada – 0,4%);
- 19° Paraíba (3 – 0,3%);
- 20° Piauí (1 – 0,1%).

Nota-se uma supremacia de São Paulo, que tem mais cartas do que o segundo e terceiro colocados somados. Surpreende a posição do Rio, já que é a sede do periódico. Pode-se explicar pelo fato de que o contato direto era mais fácil para os cariocas e fluminenses, que não enviavam, portanto, muitas cartas. Quanto ao eixo Sul-Sudeste, fica clara a supremacia: só do Sudeste vieram 465 cartas (57,7%); do Sul, 210 (26%). Somados, alcançam 83,7% das missivas. Sintomaticamente, são as regiões em que os anarquistas tiveram presença mais significativa na história.

Na edição seguinte (n° 46, mar. 1995), os libertários cariocas bradam um “Não à privatização” em seu editorial (*figura 22*). Um texto sobre um tema bastante em voga naquele início de governo FHC. Nesse sentido, como de costume, o *Libera* se

colocava no debate de conjuntura, não se esquivando do diálogo com a realidade político-econômica do período. Com base na realidade concreta, não procuraram preservar uma suposta “pureza” idealista do anarquismo. Ou seja: se o anarquismo tem como característica a negação do Estado e a perspectiva revolucionária, não poderia, em tese, argumentar em favor da manutenção do papel do Estado como regulador da economia e provedor de serviços públicos. Mas, no caso do *Libera*, há um claro posicionamento em favor da preservação de direitos conquistados pelos trabalhadores. Assim, seguem a linha política que vão, pouco a pouco, delineando: inserir-se nas lutas cotidianas dos trabalhadores e também lutar por reformas de curto e médio prazo, que, mesmo que não derrubem o capitalismo, aumentem a “área da jaula”, como diz Noam Chomsky.¹⁷⁵

O *Libera* começa seu editorial ressignificando o discurso neoliberal, que defende a privatização em nome da “produtividade”, “mais investimentos”, “saneamento do déficit estatal”. Para os libertários, tais argumentos “escondem uma questão de fundo: o ataque contra as conquistas dos trabalhadores do setor público”. A face dura do neoliberalismo – sentida principalmente pela classe trabalhadora – se materializava em “enxugamento” de empresas (“mais demissões e mais desemprego”),

175 “Baseado em sua concepção de metas e projetos, Chomsky começou a pensar a relação dos movimentos com o Estado. Nessa relação [...] ele começou a pensar em como lidar com as presentes tiranias e, por meio dos movimentos sociais, investir numa tentativa de aumentar o escopo da liberdade. É aí que Chomsky vai chegar a uma conclusão que ele sustenta com bastante eloquência: as corporações multinacionais são tiranias muito piores que os governos. Segundo o seu ponto de vista, os governos, por menos democráticos que sejam, dão a possibilidade – mesmo que mínima – de intervenção ou participação do público, e as corporações são ditaduras informais que não dão praticamente nenhum espaço para influência ou participação. [...] Essa possibilidade de influência não necessariamente deveria passar pela via institucional; ela poderia se dar também, e principalmente, por pressão popular, movimentos de ação direta, enfim, as pessoas poderiam pressionar o governo de todas as maneiras possíveis. [...] Para ele, as conquistas sociais, que foram conseguidas depois de anos e anos de movimentação social, estão sendo perdidas em nome dos lucros. A jornada de oito horas de trabalho, as boas condições de saúde e segurança no trabalho, o registro em carteira, as férias e diversos outros direitos duramente conquistados, são exemplos de perdas que temos sofrido a cada dia com a ordem neoliberal que vem emergindo. Por isso, fazer com que o Estado faça cumprir essas leis, para Chomsky, é um caminho de dar ajudas de curto prazo às pessoas que realmente precisam.” (CORRÊA, 2004).

achatamento de salários e perda de estabilidade no emprego público. “A privatização é, pois, uma tática do capital para aumentar o domínio sobre os trabalhadores”, afirmavam os editores.

Não poderia faltar a crítica anarquista à mídia corporativa, cuja campanha a favor da privatização teria “produzido um efeito devastador”. Nesse sentido, os empregados das estatais eram retratados como “vagabundos” pelos grandes meios de comunicação. Para o *Libera*, contudo, “os trabalhadores que conquistaram condições de vida menos escravizantes, estão sendo desmoralizados pela mídia patronal”. Já FHC era descrito como um presidente que está “leiloando cargos no primeiro e segundo escalões” e preparando “o ataque contra as empresas estatais”.

O ponto-chave do texto é o que esclarece a aparente contradição – anarquistas “defenderem” o papel do Estado. Nesse aspecto, percebe-se que, embora um de seus objetivos finalistas seja o fim do Estado, o antiestatismo ácrata não pode ser confundido com a doutrina do “Estado mínimo” (ou do “não Estado”) defendido por algumas correntes liberais e ultraliberais.

Já é hora de nós, anarquistas, nos posicionarmos contra as privatizações. Não por preferirmos a propriedade jurídica estatal, uma vez que a revolução social abole as relações de propriedade, com a expropriação dos meios de produção estatais e privados. Somos contra essa (não tão) nova estratégia de reprodução do capital, que obtém superlucros numa batida de martelo, por entender que este é mais um ataque aos trabalhadores e pelas consequências desumanas deste processo. (LAM, n°46, mar.1995, p.1).

Pode-se dizer que era uma análise realista dos libertários, que admitiam romper qualquer rigidez dogmática em favor de uma leitura mais concreta da conjuntura – “reservamo-nos direito de reformular nossa posição”, diziam eles. Da mesma forma, era uma posição que já começava a refletir a opção por estar inserido nos movimentos

sociais, mesmo que esses não sejam anarquistas.

Se nos omitirmos diante desse ataque do capital, restringindo nosso discurso apenas em prol da autogestão, não estaríamos apoiando a luta dos trabalhadores para manter conquistas importantes e, quem sabe, avançar em suas lutas e reivindicações. (Id.p1).

Em maio de 95, foi publicada uma edição que comemorava os dez anos do Círculo de Estudos e os quatro do periódico. A manchete resumia a trajetória dessas duas experiências: “CEL: 10 anos de resistência. *Libera...*: 4 anos de persistência”. Como nos outros editoriais desse tipo, a história de formação do CEL era recuperada, reforçando a identidade do grupo e informando a leitores mais novos o que veio antes.



Figura 22 – Capa do *Libera* 46 (mar.1995). O processo de privatização, carro-chefe do governo FHC, era criticado pelos anarquistas do CEL.

A missão e a perspectiva do grupo eram reafirmadas neste editorial: “nos cabe consolidar o CEL e aí repensar o anarquismo hoje” (*LAM*, nº48, mai 1995, p.1). Mesmo que contrários a centralizações, é inegável que o CEL passava a se consolidar, após dez anos de atividades, como um centro aglutinador do anarquismo carioca, com certa reverberação no cenário nacional. E este papel de liga, de cimento, deu-se basicamente pela via da comunicação: o jornal *Libera... Amore Mio*, chegando ao quarto ano de “persistência”, como brinca o título do texto, demonstrava longevidade invejável no universo da imprensa independente. Sem falsa modéstia, o balanço do CEL reforçava o papel aglutinador do jornal:

O Libera..., nestes quatro anos, promoveu o debate, estimulou a formação e informação dos militantes e simpatizantes, aprofundou temas relevantes, ajudou a manter a vitalidade dos grupos ao garantir o intercâmbio e acolher novos participantes. (Ibid. p.1).

No final do texto, anunciava-se o primeiro passo rumo à criação do Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro (CCS/RJ). Diziam os editores que o CCS estava “em fase de registro” e que o CEL passaria a ser “uma de suas atividades”.

Na metade de 1995, o *Libera* chegava à sua 50ª edição. Do início semiartesanal à utilização maciça dos programas de editoração eletrônica; de mero divulgador das atividades do CEL a veículo aglutinador de outras iniciativas ácratas no país; de uma tiragem de 200 a 2.000 exemplares; de propagandista local a articulador da Rede de Informações em nível nacional. Pequenos, porém persistentes, os anarquistas continuavam a agitar as ideias dos períodos áureos, reinterpretando-as em tempos de “globalização”, fim de Guerra Fria e consenso neoliberal.

Em sua batalha comunicacional, os anarquistas do *Libera* se apresentavam

como contraponto à mídia hegemônica. Como experiência contra-hegemônica, buscavam produzir contradiscursos que desvelassem as artimanhas do discurso dominante – que costuma universalizar o que é historicamente criado, apresentando sentidos unívocos e escondendo outras significações.

Nesse sentido, o *Libera* procurou exercer a crítica em relação aos meios de comunicação hegemônicos. Seguindo essa linha, o editorial do número 50, intitulado “O controle da comunicação”, não poupava a mídia burguesa, em especial a TV Globo, que teria feito, segundo o informativo, uma cobertura tendenciosa da greve dos petroleiros, jogando a população contra os trabalhadores.¹⁷⁶

Recentemente, na greve dos petroleiros, vimos como a mídia burguesa costuma tratar a luta dos trabalhadores. Calúnias, infâmias, manipulação e, por fim, a glória dos Goebbels tupiniquins: como num julgamento, Alexandre Garcia [*Jornalista da TV Globo*] e outros canalhas declararam que o povo estava contra os petroleiros. (*LAM*, n°50, jul. 1995, p.1).

Pela primeira vez, o *Libera* analisava a mídia hegemônica num artigo mais extenso. No cerne da análise, o fato de que havia (e ainda há, com toda certeza) um oligopólio da comunicação no Brasil, capitaneado pelas Organizações Globo.

O sistema de comunicação no Brasil é um oligopólio. Algumas famílias poderosas se articulam com coronéis da política, nas rádios, TVs, jornais e retransmissoras do interior. Na cabeça está a Rede Globo (ela, sempre ela), com seu sistema de pasteurização nacional. (Ibid. p.1).

176 Em 3 de maio de 1995, os petroleiros iniciaram uma greve que durou 32 dias. De acordo com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), foi uma greve “fundamental para impedir a privatização da Petrobras e, assim, evitar que Fernando Henrique Cardoso aplicasse no Brasil o mesmo receituário que levou a Argentina à falência, principalmente, em função das privatizações de todas as estatais de energia e petróleo”. (IMPrensa FUP, 2010). Durante o processo, milhares de trabalhadores foram demitidos e punidos, além de enfrentarem o Exército, “que, a mando de FHC, ocupou com tanques e metralhadoras as refinarias da Petrobras” (Idem).

A escolha vocabular era agressiva, destilando a indignação diante do aparato midiático alienador. E as conexões da família Marinho com a política reacionária do regime militar eram explicitadas:

Voltando um pouco no tempo, vemos o que fez de um jornaleco reacionário – *O Globo* – o ponto de partida para a quarta maior rede de televisão do mundo. Uma soma de novas tecnologias, apoio ao governo militar e suporte do capital estrangeiro (em especial o grupo Time-Warner) foi a base para desenvolver o sistema Globo. Na Escola Superior de Guerra (ESG), foi traçado o plano de integrar o país, montando o Brasil Grande, do milagre econômico, torturas e dívida externa. Deixaram como legado o maior aparelho de controle ideológico da América Latina, a rede para-oficial do “jornalista” Roberto Marinho. (Ibid. p.1).

Os números do domínio da Globo nos anos 1990: alcance de 98% do território nacional; mais de 80% da programação veiculada era produzida na matriz carioca (“Com isso, lá se vão sotaques, culturas regionais, identidades e até aldeias indígenas que pegam o sinal da nave-mãe”, dizia o editorial); a audiência do Jornal Nacional atingia 70% dos lares com TV. Além disso, o *Libera* falava dos “cúmplices”: as seis redes nacionais (a estatal, Manchete, Bandeirantes, CNT, SBT e Record) que, junto da Globo, concentravam “o poder da televisão em algumas famílias, um banqueiro e um pastor evangélico” (Ibid.p.1).

O artigo citava a briga política pelas concessões já durante a Constituinte de 88 – ironicamente chamada pelo *Libera* de “Prostituinte” – e o desenvolvimento de um “subimperialismo televisivo” do Brasil, já que a programação brasileira era veiculada em países como Paraguai, Bolívia e Uruguai.

Num país que tem mais televisores do que geladeiras e nove grandes famílias detêm mais de 90% de todos os meios de comunicação, seria muito natural se fôssemos todos robotizados. Especialmente através do padrão global de qualidade, uniformizando o conceito de beleza e interferindo nos nossos desejos. (Ibid.p.1).

De modo semelhante a outros editoriais do *Libera*, a crítica inicial era seguida pela proposta de transformação. Havia esperança, pois “a audiência não é passiva”, e a “letargia na população”, gerada pela manipulação dos *media*, poderia, segundo o texto, ser contornada. A sugestão para os movimentos sociais seria a produção de comunicação contra-hegemônica:

O mais importante é criar meios de comunicação próprios, em especial rádios e TVs livres, e inventar técnicas horizontais, onde as comunidades veiculem sua própria voz, imagem e desejos. Já existem algumas iniciativas neste sentido, como o movimento de rádios livres, televisões comunitárias e de vídeo popular. É pouco, mas é um começo. (Ibid. p.1).

E, pelo menos no campo comunicacional, os anarquistas admitiam o que recusavam no campo político institucional, ou seja, usar as armas da própria burguesia:

Precisamos enfrentar a grande mídia com suas armas, driblando os esquemas de manipulação. E, é necessário discutir a dominação cotidiana que sofremos por parte da mídia, buscando as saídas plausíveis. Assim, vamos descobrir um meio de jogar o feitiço contra o feiticeiro, construindo veículos próprios e livres de comunicação. (Ibid. p.1).

Diante do poderio do “feiticeiro”, a luta do *Libera* e de outros jornais independentes ganha contornos de *guerrilha semiológica*.¹⁷⁷ Todavia, mesmo diante de

177 “A guerrilha semiológica proposta por Umberto Eco é consequência de uma preocupação com a reificação do conteúdo e com a relação das pessoas com as mensagens produzidas pelos meios de comunicação de massa. Revestidos de uma aparente seriedade, imparcialidade e objetividade, as mensagens jornalísticas dos meios de comunicação de massa, por exemplo, são frequentemente apreendidas como uma transmissão dos fatos e da verdade. Os receptores das mensagens, por desconhecerem seu processo de produção, não consideram o caráter humano e artificial que está presente em cada mensagem formulada – pela seleção de assuntos a serem abordados, pela escolha de palavras, pela escolha de pessoas autorizadas a expressarem uma opinião sobre um fato, pela escolha do ângulo de uma câmera, pelo enquadramento de uma foto etc.” (CANTANHEDE, 2008, p.85). A obra citada internamente é a seguinte: ECO, Umberto. *Guerrilha semiológica*. In: _____. *Viagem na*

tantas dificuldades, os guerrilheiros da informação vão continuar seu trabalho, ainda que o grande público os desconheça, ainda que os meios de comunicação de massa permaneçam como eficientes aparelhos de controle ideológico.

Como um “guerrilheiro semiológico”, o *Libera* cumpriu o primeiro terço de sua história, ou seja, as 50 edições que analisamos neste capítulo. Surpreendendo a si mesmos, seus editores vão continuar nos anos seguintes, rumo à virada de milênio, na qual emergiram discursos autonomistas e antiestatais dos heterogêneos movimentos “antiglobalização”. E os anarquistas estarão entre eles, levantando suas bandeiras negras, pintando o “A no círculo” e comunicando sua visão contra-hegemônica.

CAPÍTULO 3

Do local ao global:

O *Libera* e os movimentos anticapitalistas no Brasil e no mundo (1995-2000)

*“La lucha es como un círculo, se puede empezar
en cualquier punto, pero nunca termina.”*

Subcomandante Marcos

“E, no centro da própria engrenagem, inventa a contra-mola que resiste.”

João Apolinário (“Primavera nos dentes”)

Passado o primeiro terço da história do *Libera*, vamos avançar ao período em que foram publicados os números 51 ao 100. Nesse contexto, os editores vão reverberar e apoiar os movimentos antineoliberalismo que começavam a despontar no mundo: Zapatismo, Ação Global dos Povos, protestos nas reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros acontecimentos que animaram os militantes ácratas. O motivo? Muitos daqueles movimentos compartilhavam ideias historicamente defendidas pelos anarquistas, tais como ação direta, recusa a partidos políticos, democracia direta e autonomia.

Essa fase do *Libera* coincide com o início do período de dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cuja principal característica foi o aprofundamento da política neoliberal iniciada por Collor (1990-1992). Como difusores ideológicos privilegiados, os meios de comunicação hegemônicos vão tentar forjar um consenso da opinião pública em torno do projeto da “globalização”, vendendo um mundo cheio de benesses e progresso. O *Libera*, contudo, vai fazer uma leitura crítica desse processo, produzindo um contradiscurso que visava desnudar as “verdades” propaladas nas páginas da grande imprensa. Assim, o informativo se voltou contra o desmonte do Estado, apesar do histórico antiestatismo defendido pelos anarquistas. Obviamente que os editores não consideravam gerenciamento estatal como um modelo, mas, na lógica do “melhor perder os anéis do que os dedos”, buscaram defender a manutenção de direitos dos trabalhadores e serviços públicos básicos.

Nessa fase, o *Libera* também volta sua carga contra setores da esquerda que almejavam ocupar postos de comando na estrutura da democracia liberal-burguesa. Nesse aspecto, não vai economizar nas críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), que então experimentava uma ascensão eleitoral na medida em que as crises econômicas

globais dos anos 90 diminuíam a popularidade dos políticos afinados com a agenda neoliberal. Um processo que levou ao poder, em toda a América Latina, líderes de uma esquerda neodesenvolvimentista, entre os quais Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil.

Mas, apesar da disposição do coletivo editorial, o informativo vai continuou a enfrentar, nesse período, as velhas dificuldades da imprensa independente. Dessa forma, as páginas da publicação traziam, por vezes, uma situação “bipolar”. Ou seja: por um lado, celebrava-se a revitalização do Círculo de Estudos e do próprio periódico; mas, por outro, cobrava-se mais participação de seus militantes, além de pedir apoio financeiro dos leitores.

Nesse contexto, o *Libera* ia resistindo... e persistindo. Para sobreviver, entretanto, teve de se adaptar. Assim, no intervalo 1995-2000 a publicação sofreu a primeira alteração em sua periodicidade, que não fora modificada nas primeiras 91 edições, publicadas todos os meses entre 1991 e 1998. De mensal para bimestral, o informativo se recusava a parar, cumprindo a missão de botar mais lenha na “chama negra” do anarquismo.

Por fim, veremos, neste capítulo 3, que os anarquistas do *Libera* vão paulatinamente tomar contato com as tecnologias da informação que começavam se popularizar no país. Dessa forma, também podemos acompanhar nas páginas do periódico como os libertários passaram a se comunicar num novo espaço: o “ciberespaço” da rede mundial de computadores.

3.1. O *Libera* diante da conjuntura *fin de siècle*

Em nosso recorte cronológico, o “segundo terço” da história de 150 números do *Libera* começou em agosto de 1995, quando foi lançada a edição 51. Aquele ano também marcava o início do período de dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cuja principal característica foi o aprofundamento da política neoliberal já iniciada por Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). Virgínia Fontes resumiu assim a conjuntura da era FHC no Brasil:

O período FHC (1995-2002) caracterizou-se [...] pelo ataque concentrado [...] aos direitos sociais e, sobretudo, às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, seja pela violência indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões. (FONTES, 2010, p.264).

Em sua análise, a historiadora não deixa de chamar a atenção para o papel central da ação ideológica das classes dirigentes em diversos terrenos, entre os quais os meios de comunicação. O objetivo seria forjar o consenso da opinião pública em torno do projeto neoliberal (“pedagogia da hegemonia”).

À violência somava-se uma nova “pedagogia da hegemonia” difundida pelas entidades empresariais e governamentais, abrangendo o universo sindical, escolar (em todos os níveis, do elementar ao ensino superior), igrejas, entidades associativas e culturais e praticamente toda a mídia, agindo intensamente para espalhar a dinâmica do capital em todos os espaços organizativos. (Ibid. p.264).

Nesse processo de “reconfiguração do neoliberalismo” – com atuação coordenada das classes hegemônicas para “captar corações e mentes” para seu tipo

peculiar de sociabilidade – a reconfiguração do Estado vai fomentar “uma expansão seletiva da sociedade civil voltada para desmontar, pelo interior, as organizações populares”. Além disso, tal ação assegurava “novos setores de atividade capitalista que precisavam gerenciar força de trabalho desprovida de direitos e expandir a direção dessa burguesia altamente concentrada sobre o conjunto das atividades sociais” (Ibid. p.264).

A conjuntura internacional dos anos 90 pode ser encarada como o aprofundamento do que Castoriadis chamou, já nos anos 80, de “crise das sociedades ocidentais”. O filósofo revisitou seu texto justamente no ano de 1995, constatando que a análise anterior ainda era pertinente. Vejamos o que ele disse a respeito:

A entrada da economia capitalista [...] em uma fase de expansão não modifica essencialmente a análise que precede. Essa expansão moderada tem lugar, de resto, sobre o pano de fundo de novas evoluções carregadas de consequências. Há 15 anos, a profunda regressão mental das classes dirigentes e dos agentes políticos, que conduziu à **“liberalização” total da economia [...] e à globalização cada vez mais efetiva da produção e das trocas, tiveram como resultado a perda do controle dos Estados nacionais sobre suas economias.** Elas foram acompanhadas, como seria de prever, por **uma explosão da especulação, que transforma cada dia mais a economia capitalista em cassino.** (CASTORIADIS, 2002b, p.26. Grifos meus.).

Transitando por vários domínios inter-relacionados (economia, sociedade, política e cultura), Castoriadis propõe uma reflexão global sobre os rumos do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, onde devemos buscar as raízes do que ainda hoje reverbera nas sociedades ocidentais. Nesse sentido, a despeito das lutas que emergiram nos anos 60 – contestando justamente o modelo de progresso tecnocrático tanto do bloco capitalista quanto do “socialista” – o mundo pós-guerra vem experimentando, para Castoriadis, um “vasto movimento de despolitização e de privatização”, com “esfacelamento do poder entre *lobbies* de toda espécie” e crescente “burocratização dos aparelhos políticos (partidos)” (Ibid. p.13). Sobressaem, nesse

contexto, os limites da democracia liberal-burguesa.

Num cenário assim, o significado de “política” se restringe ao território institucional controlado (eleições, partidos, políticos profissionais, etc.) – o que é prontamente disseminado pela mídia hegemônica como o ponto máximo da participação “cidadã” e “livre”.

No plano “político” *stricto sensu*, os partidos, inteiramente transformados em máquinas burocráticas, não obtêm mais do que um apoio puramente eleitoral de cidadãos que eles se tornaram incapazes de “mobilizar”, em qualquer sentido que se dê ao termo. Esses mesmos partidos morrem de inanição ideológica, repetem incansavelmente as ladainhas nas quais ninguém mais acredita (socialistas e comunistas na Europa Ocidental), ou então camuflam em “novas teorias” e “novas políticas” superstições antiquadas (Thatcher, Reagan, etc.). (Ibid. p.15).

Podemos supor que esse quadro tenha sido um dos motivadores dos movimentos de contestação à ordem neoliberal e à globalização capitalista que emergiram a partir da segunda metade dos anos 90. E, frente à homogeneização cada vez maior da política institucional, não é de espantar que o anarquismo, como ocorrera nos anos 60, tenha sido uma das ideologias a compor um heterogêneo caldeirão de protestos contra a ordem vigente. Em comum, esses coletivos contra-hegemônicos traziam demandas que o anarquismo clássico já enunciara no passado: ação direta, autonomia e democracia direta.

Nesse contexto, o *Libera* se posicionou ao lado dessas lutas globais contra o neoliberalismo. Em nível local, também se voltou contra o desmonte do Estado, a despeito do histórico antiestatismo da ideologia ácrata. Não por considerar o gerenciamento estatal como modelo a seguir, mas justamente para defender a manutenção de direitos dos trabalhadores e serviços públicos básicos. Nesse aspecto, o

governo FHC fora atacado pelo periódico, num movimento que incluía desmistificar o que a vigente “pedagogia da hegemonia” apresentava como positivo, omitindo as principais contradições de suas práticas e discursos.

Seguindo essa linha, a edição 51 do informativo analisava o primeiro aniversário do Plano Real, “menina dos olhos” de FHC. Na capa, o editorial “O Real apaga sua primeira velinha...” destilava ironia ao chamá-lo de “*panacéia* macroeconômica” – embora também reconhecesse que “logrou êxito ao comemorar o 12º mês com índices inflacionários modestos” (*LAM*, n.51, ago.1995, p.1).

A história do Plano Real tem suas raízes no mandato do presidente Itamar Franco (1992-1994), o vice que ocupou o cargo depois do *impeachment* de Collor. Em maio de 1993, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso foi chamado para assumir o Ministério da Fazenda. Sob seu comando, o Plano Real foi lançado em 1º de julho de 1994, com o objetivo de enfrentar a alta inflação. Para termos uma ideia, no governo Itamar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subia, em média, 24,3% por mês. (SINGER. In: REIS FILHO, 2014, p.221).

Como parte de sua estratégia, o Plano adotou como unidade monetária um indexador da inflação, que “manteria os preços mutuamente alinhados por inércia”. (Ibid. p.221). Uma nova moeda foi criada no final de 93 – a Unidade Real de Valor (URV) – pela qual salários e preços passaram a ser reajustados. Obviamente que o receituário neoliberal, sacramentado pelo Consenso de Washington e recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), também comparecia como um dos preceitos a serem seguidos. Nesse sentido, pregava-se a redução dos gastos públicos e do papel do Estado.

[...] o plano previa eliminar o déficit do orçamento do governo federal, porque o gasto público maior que a receita fiscal criaria uma demanda adicional [...]. Para tanto, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei para a criação do Fundo Social de Emergência, que autorizava o governo a reduzir os gastos determinados pela Constituição. (Ibid. p. 221-223).

O efeito sobre os preços foi imediato. Antes da estreia do Plano, a inflação de junho foi de 49,10%. No mês seguinte, quando foi lançado, ela foi reduzida para 32,45%; em agosto, uma queda ainda mais acentuada para 2,60%; e, em dezembro de 1994, caiu para 1,11%. (Ibid. p.223).

Com ou sem estabilização inflacionária, o *Libera* não poupou críticas ao Plano que, segundo o jornal, tinha “caráter eleitoreiro”, garantindo uma “eleição tranquila para FHC”. Pondo em prática um tipo de jornalismo interpretativo,¹⁷⁸ o periódico expunha fatos que, na maioria das vezes, não eram veiculados pela grande mídia. Para os anarquistas do CEL, ela omitia que a estratégia econômica era um “*pacto* do governo com os capitalistas”, através de uma “majoração absurda dos preços antes da implantação do Plano, em troca de uma segurada nos aumentos nos meses seguintes” (*LAM*, n.51, ago.1995, p.1).

Para o informativo libertário, era preciso apresentar, sem máscaras, as desvantagens macroeconômicas do Real, como *déficits* na balança comercial e queda de reservas cambiais. Nesse aspecto, o jornal procurava ser didático, mostrando ao leitor que, para reverter o quadro, o governo elevava taxas de juros para atrair “o capital (especulativo) externo”. “Em contrapartida”, explicava o *Libera*, “aumenta seu endividamento, o que pode acarretar desequilíbrios contábeis e alimentar a inflação”. (Id. p.1).

178 Segundo Alberto Dines, o jornalismo interpretativo apresentaria “a dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação com outros fatos, a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro” (Apud RABAÇA, BARBOSA, 1978, p.267).

Em seu discurso contra-hegemônico, o *Libera* servia de resistência ao que era disseminado pelos veículos hegemônicos. Para termos noção do apoio da mídia corporativa ao projeto neoliberal, analisemos alguns trechos da tese de João Braga Arêas, que investigou especificamente o papel do jornal carioca *O Globo*. Na citação seguinte, fica claro como a corporação midiática comandada pela família Marinho atuou para legitimar a eleição de Fernando Henrique. Para tanto, ajudou a criar um clima de euforia em torno do Plano Real.

Quanto às eleições presidenciais de 1994, Roberto Marinho [*presidente das Organizações Globo*] manteve contatos com diferentes grupos políticos e defendeu uma candidatura do PSDB [*Partido da Social Democracia Brasileira*], que viria a ser de Fernando Henrique Cardoso. **Quando o Plano Real foi lançado, no mesmo ano, a Rede Globo, destacando-se o JN [*Jornal Nacional*], transmitiu uma série de reportagens otimistas, salientando a estabilidade dos preços, de modo a favorecer a candidatura de FHC, com quem Marinho tinha proximidade desde os anos 80.** Um episódio revelador deste apoio ao candidato tucano foi o “escândalo Rubens Ricupero”, no qual o ministro da Fazenda declarava “não ter escrúpulos”, divulgando apenas dados positivos para o governo. Ricupero falou abertamente do suporte das Organizações Globo a FHC, considerando um “achado” para a emissora, que não necessitaria realizar um “apoio ostensivo” direto, mas tão somente colocá-lo nos telejornais para exaltar o Plano Real e o controle da inflação. (ARÊAS, 2012, p. 155. Grifos meus).¹⁷⁹

É óbvio que não devemos encarar tal apoio de modo simplista, sem ficarmos atentos a suas nuances e discontinuidades. Segundo João Arêas, realmente *O Globo* empreendeu, desde antes da posse de Collor (março de 1990), uma campanha favorável ao modelo neoliberal, defendendo em suas páginas a privatização de empresas estatais. Além disso, trabalhou para construir uma imagem negativa do Estado, das agências estatais e dos funcionários públicos. Todavia, a publicação também abriu espaço para o contraditório, ajudando a manter o mito da “imparcialidade” do jornalismo.

179 O escândalo citado diz respeito a declarações do ministro Ricupero em conversa informal com o jornalista Carlos Monforte, “enquanto se preparava para uma entrevista no *JN*, ignorando que o diálogo era captado por antenas parabólicas”. (ARÊAS, 2012, p. 155).

Tratando-se de uma publicação diária, com dezenas de reportagens por edição, podem-se encontrar algumas matérias destoantes, com informações que poderiam estar em contradição com a representação que o jornal procurava veicular acerca do Estado e com o apoio aos governos neoliberais. É o caso de textos que tratavam de temáticas como a lucratividade de certas estatais, os reais motivos dos problemas financeiros das empresas públicas e o desespero dos funcionários públicos exonerados durante o governo Collor, que tendiam a estimular no leitor a condenação às políticas demissionárias. Porém, tais reportagens eram exceções à cobertura geral de *O Globo* e serviam para o periódico manter a aparência de imparcialidade e independência, além de agradar (ou desagradar menos) leitores de outras correntes políticas. (Id. p.190).

De acordo com Vito Giannotti, é muito disseminada pelo senso comum a ideia de que a mídia seria “neutra” e atuaria como uma espécie de “quarto poder”, isto é, um tipo de “tribunal imparcial, objetivo, a julgar os atores dos vários fatos.” (GIANNOTTI, 2014, p.33). No entanto, os meios de comunicação têm dono, e o dono tem classe.

Ao discutir a democratização da mídia, é preciso partir do pressuposto de que a ideia da mídia neutra está enraizada na sociedade. Partir do senso comum que acha que a mídia é uma entidade que paira no ar. Acima das classes. Fora da luta política de todo dia. Nesse raciocínio, nada mais natural que a mídia dê espaços a visões diferentes. [...] Daí, desta visão veio a ideia de ‘*Imprensa quarto poder*’.

Essas ideias generalizadas não levam em conta a premissa fundamental de que *a mídia tem dono*. E todos sabem muito bem quem manda numa fábrica, num banco, numa rede de supermercados ou numa clínica hospitalar, é seu dono. (Id. p.37).

O mito da imparcialidade, contudo, nunca tirou o sono da imprensa alternativa, que não se preocupa em esconder que defende claramente um lado, uma causa. Isso foi assim exposto por Maria Aparecida Aquino, que estudou os jornais independentes *Opinião e Movimento*:

A [*imprensa*] alternativa não se pretende neutra, **assumindo-se a serviço da defesa de**

interesses de grupos como, por exemplo, partidos, sindicatos, associações, minorias raciais e sexuais, e mesmo entidades religiosas. Faz um jornalismo engajado, orientado a não separar a informação da opinião. Sua sustentação financeira advém basicamente da venda em bancas ou de assinaturas (caso de *Opinião* e *M [Movimento]*), de seus associados (imprensa sindical e de associações), dos filiados (como na partidária) e de fiéis (como na religiosa). (AQUINO, 1999, p.122. Grifos meus.).

Assim, não escondendo suas opções políticas, o *Libera* voltava à carga contra o governo FHC em editorial publicado na primeira edição de 1998. A manchete resumia a opinião do informativo: “Ano novo, subserviência velha”. Era mais um daqueles textos em que o jornal reinterpreta o discurso dos meios de comunicação hegemônicos. O chamado “economês” – que estampa as páginas de jornal e não é muito bem compreendido pela maioria da população – era desconstruído, numa clara intenção de formar criticamente o leitor. O último parágrafo é exemplar quanto a esse desejo dos editores:

O *Libera...*, sempre que possível, voltará a abordar este tipo de discussão “macroeconômica”, para que noss@s leitores/as não fiquem completamente desarmados diante das mentiras e da propaganda governamental. (*LAM*, n. 80, jan. 1998, p.1).

Na conjuntura analisada, o *Libera* reportava a onda de crises econômicas que eclodiram em fins da década de 90, especialmente as que “afundaram” o México e alguns países asiáticos (Coreia do Sul, Indonésia e Hong Kong). Logo no início de 98, a falência de um banco em Hong Kong provocou o pânico nas bolsas de todo o mundo, e a posição das contas externas brasileiras voltou a ser questionada. Segundo o periódico, o então ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que o país havia tomado medidas para se proteger em novembro de 1997, com aumento dos juros e lançamento de um “pacotão” de medidas.

Os ácratas, contudo, retomavam os argumentos expostos anteriormente, no *Libera* 51 (agosto de 1995), quando haviam alertado “para a insustentabilidade das contas externas do Brasil.”. Explicavam que, para financiar “este buraco”, o país tinha de atrair capitais especulativos, por meio de altas taxas de juros. O problema é que eram recursos extremamente voláteis, e podiam se retirar para qualquer outra parte do planeta em busca de maiores vantagens.

O chamado “ataque especulativo” (a retirada desses capitais em grande quantidade) atingiu o Brasil logo após a crise das bolsas de outubro de 1997, “quando o país perdeu 5 bilhões de dólares em apenas um dia.”. Para o periódico ácrata, não era possível melhorar a condição de vida da população se o país continuasse a mandar para fora dezenas de bilhões de dólares. Assim, o *Libera* argumentava que a “política neoliberal subserviente de FHC mantém o país num ciclo vicioso gerador de miséria [...]”. (Ibid. p.1).

Para ilustrar o texto, os editores escolheram um desenho muito significativo (*figura 23*), que resumia um dos valores da sociedade liberal-burguesa: o culto ao dinheiro, ao capital. No caso, a escolha da moeda (o dólar) ainda representaria a subserviência dos países periféricos em relação ao imperialismo estadunidense.

Vimos, no capítulo anterior, que o *Libera*, desde seu número de estreia, lançou mão das imagens como elemento a compor seu jornalismo contra-hegemônico. Obviamente que isso não é novidade em toda a história da imprensa anarquista, desde seu período mais pujante, na Primeira República. Portanto, as gravuras – criadas, apropriadas ou recriadas – vão cumprir papel importante nas lutas simbólicas dos libertários. Desse modo, a iconografia também desempenha função político-ideológica, conforme ressaltou Ângela Roberti Martins em trabalho sobre as representações do

feminino nos periódicos ácratas:

A partir da imprensa libertária, a imagem deixava de ser prisioneira da criação individual e, muitas vezes, solitária do artista, para ganhar contornos coletivos, invadindo o mundo exterior, no intuito de fazer com que seus observadores acreditassem na iminência da revolução e impulsionssem braços em insurreições, na esperança de pôr fim nos dilemas do mundo concreto. Em um espaço, portanto, de confrontos políticos e ideológicos – desdobrados em enfrentamentos não só físicos, mas também imagéticos – o recurso gráfico da imagem foi especialmente utilizado pelos grupos editores para fazer propaganda do ideário. (MARTINS. In: ADDOR, DEMINICIS, 2009, p.122. Grifos meus.).



Figura 23 – Ilustração de capa do *Libera* 80 (sem indicação de autoria). O culto ao dólar era uma crítica à subserviência do governo neoliberal de FHC ao capital especulativo internacional.

Em sua batalha contra o avanço do modelo neoliberal, o *Libera* vai ilustrando suas edições, em maior ou menor grau.¹⁸⁰ No final de 1999 (*LAM*, n.97, nov.-dez.), por exemplo, a gravura que ilustra uma matéria na página 2 representa um policial da tropa de choque, com cassetete em punho, perseguindo um cérebro com asas (*figura 24*). A alegoria era uma representação daquele contexto político que entrava em

¹⁸⁰ Como já comentamos anteriormente, as dificuldades em financiar as edições faziam com que os jornais alternativos (entre eles os anarquistas) aproveitassem ao máximo o espaço de impressão. Dessa forma, o conteúdo textual era mais valorizado. No caso do *Libera*, diversas edições traziam grandes blocos de textos em todas as páginas, sobrando pouco espaço para a iconografia.

ebulição justamente na virada dos séculos XX e XXI, com protestos de rua e repressão das autoridades vigentes. A charge descrevia, portanto, a violência do Estado contra o pensamento contestatório da virada do milênio.

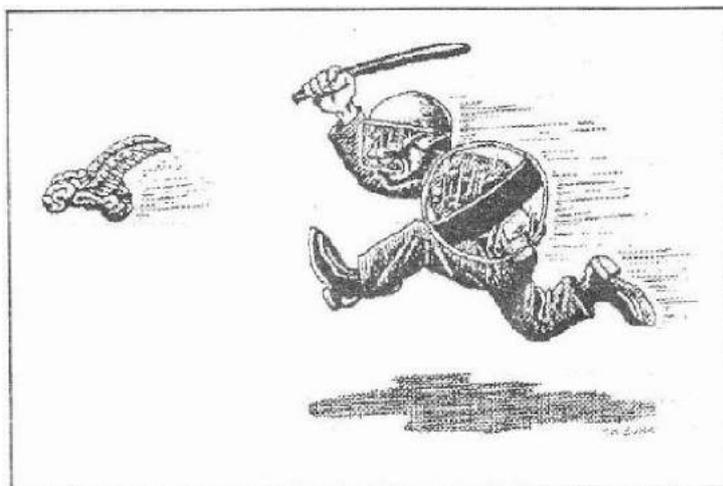


Figura 24 – Charge publicada no *Libera 97* (nov.-dez. 1999). Se o consenso não convence grupos rebeldes, o Estado não deixa de aplicar a força.

O editorial daquela edição (a última dos anos 90) tratava justamente de um episódio emblemático do conflito entre os grupos pró e contra o avanço do neoliberalismo. A chamada Rodada do Milênio foi uma reunião convocada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) com o objetivo definir normas para o livre comércio em escala mundial para o século XXI. Realizada em Seattle (EUA), entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro, o evento ficou marcado pelos protestos de grupos antineoliberalismo, que foram duramente reprimidos pelas forças policiais. E os anarquistas estavam entre os coletivos presentes, conforme registrou a mídia corporativa:

Não se via manifestação de protesto desse porte nos Estados Unidos desde a Guerra do Vietnã, na década de 60. **Anarquistas**, ambientalistas, membros de sindicatos, ativistas de direitos humanos e grupos religiosos se encontraram em Seattle, nos Estados Unidos, para protestar contra a Organização Mundial do Comércio, que se reúne na cidade nesta semana para discutir as regras do comércio entre os países no século 21. Cerca de 50 mil pessoas gritaram *slogans* contra o capitalismo global e os seus efeitos sobre os países pobres, trabalhadores e o meio ambiente. (BBC, 1999. Grifo meu.)

O *Libera* também registrava o acontecimento, mas lançando mão de uma de suas armas prediletas: o humor. A manchete ironizava ao chamar o evento de “A roubada do milênio”. Nesse aspecto, o jornal utilizava o trocadilho como provocação, aproveitando-se da semelhança sonora e gráfica entre os signos “rodada” e “roubada”. Ou seja: criava-se um sentido contrário ao significado apregoado pelos organismos político-econômicos do capitalismo global, que pretendiam passar a ideia de que estavam promovendo um debate de ideias (“rodada”), um encontro de especialistas que pensavam no bem comum e “democraticamente” discutiam os rumos econômicos da sociedade.

Na contracorrente da linguagem dominante, o informativo contestava a naturalização da ordem capitalista, que levava ao entendimento de que ela é *o único caminho possível*. Os editores do *Libera* convidavam os leitores a desmascararem os significados produzidos pela mídia hegemônica:

Não se engane com o linguajar pseudo-economês; trata-se apenas de mais uma maneira enrolada de dizer que o Mercado, incensado a deus de um admirável mundo novo, não deve encontrar nenhum oponente pelo caminho. Resumindo: nova carga para cima do chamado Terceiro Mundo, especificamente para quem faz direitinho o dever de casa neoliberal, a exemplo do “that's our boy” Brasil, deixando as portei ras abertas para as transnacionais passarem a boiada, fixarem residência e, ainda, receberem despudoradamente incentivos para isso. (*LAM*, n.97, nov.-dez. 1999, p.1).

Afinado com a onda de rebeldia da virada do milênio, o periódico anarquista salientava a vitória dos movimentos contra-hegemônicos no evento de Seattle. Assim, devido aos tumultos nas ruas, as negociações dos barões do mercado foram suspensas para o ano 2000, em Genebra, Suíça.¹⁸¹ O *Libera* comemorava essa vitória parcial das esquerdas libertárias:

Foi uma derrota para os neoliberais, reforçada pelos protestos ferrenhos que balançaram dia e noite a cidade. Mas não deixemos enganar; esta interrupção marca o primeiro *round* [...]. Neste tabuleiro de xadrez, cabe a nós a tarefa de estarmos atentos às próximas jogadas e contribuir para o contra-ataque. Uma vitória nessa queda-de-braço nós já conseguimos. Temos a obrigação de manter este resultado. (Ibid. p.1).

O contexto internacional influenciava o Brasil, que também foi palco, naquela virada de milênio, de movimentos de contestação ao avanço neoliberal. E os anarquistas se faziam presentes nos encontros que reuniam heterogêneos coletivos de esquerda – o que reforça a tese de Ibáñez (2014) sobre o “anarquismo extramuros”. Desse modo, um libertário carioca participou de uma dessas reuniões: o II Encontro Americano pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, realizado em Belém/PA, entre os dias 6 e 11 de dezembro. Assinando como “membro da pró-Resistência Popular do Rio de Janeiro”, o anarquista atuava como uma espécie de repórter do *Libera*, relatando o que presenciara *in loco*.

A reportagem evidenciava que, desde o início, a participação anarquista se mostrou crítica em relação à postura de outras correntes da esquerda. Uma delas era justamente a do Partido dos Trabalhadores (PT), que então experimentava uma ascensão

181 Nicolau Sevcenko observou que a opção da OMC em promover sua reunião nas “areias desoladas do deserto no Qatar”, no final de 2001, foi provocada justamente pela mobilização dos grupos antineoliberais. “Depois do que tiveram de enfrentar em Seattle, Toronto, Washington, Praga e sobretudo Gênova, não é de admirar que os líderes da chamada nova ordem mundial tenham ido se refugiar numa das áreas mais inóspitas, inacessíveis e despovoadas do planeta.” (SEVCENKO. In: CHRISPINIANO, 2002, p.11).

política, conquistando vitórias eleitorais à medida que as crises econômicas diminuía a popularidade dos políticos afinados com a agenda neoliberal. Um processo que, como veremos adiante, vai levar ao poder, em toda a América Latina, líderes de uma esquerda neodesenvolvimentista, entre os quais Luís Inácio Lula da Silva.

Para o *Libera*, contudo, o PT tentou “aparelhar o Encontro” em Belém, cuja prefeitura era ocupada por um político do partido (Edmilson Rodrigues). A hostilidade dos grupos autonomistas em relação aos políticos profissionais ficou evidenciada pela vaia que José Dirceu, então presidente do partido, recebeu na abertura do evento.

A eles [*membros do PT*] se aglutinaram as forças reformistas e eleitoreiras, que queriam transformar o II Encontro em uma apologia a suas políticas mesquinhas que, entre outras coisas, inclui aumento das passagens de ônibus negociada com empresários de transporte local, prejudicando a população usuária do meio de transporte. (*LAM*, n.98, jan.-fev. 2000, p.1).

O racha no interior do movimento de oposição ao neoliberalismo ficou nitidamente delineado, pois anarquistas e autonomistas fizeram um “encontro paralelo”, entre 3 e 5 de dezembro, antes do evento principal. Um dos objetivos era se destacar dos “politiqueiros”, “parasitas” e “pelegos reformistas”, nos termos utilizados pelo redator da matéria, que tentaram inviabilizar a participação de pessoas que não tinham como pagar a taxa de ingresso nas sessões.

Fomos, de forma organizada, derrubando uma a uma as tentativas de elitização do II encontro. Chegamos ao ponto de nos retirarmos da plenária e continuarmos o evento em local próximo ao proposto pelos pelegos reformistas. Juntas vieram todas as forças políticas e sociais que buscavam uma troca de experiências teóricas e práticas na luta contra o capitalismo e não apenas nas tentativas daqueles que querem somente reformar o monstro e administrá-lo para os parasitas. (*Ibid.* p.1).

Buscando aumentar o capital simbólico do anarquismo e obter respeitabilidade, o repórter libertário informava que a atitude dos ácratas foi “elogiada pelos membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) presentes no encontro”. Diante da polêmica, o redator informava que “a ala reformista foi obrigada a negociar conosco, resultando uma melhor participação de todos os movimentos sociais presentes”. Concluindo o relato, o autor contabilizou um saldo positivo: “Para nós do campo anarquista, libertário e combativo foi um verdadeiro avanço, pois demonstramos força política e capacidade de organização social.” (Ibid. p.1).

Ao que parece, a forte aura autonomista dos grupos que emergiram nos anos 90 dava novo gás aos anarquistas. Dessa forma, consolidava-se o espírito de contestação aos partidos (incluindo os de “esquerda”), identificados como “máquinas burocráticas” incapazes de mobilizar – conforme apontou Castoriadis (2002b) já nos anos 80. Nesse contexto de valorização da ação e da democracia diretas, o *Libera* avançava em seu trabalho de propaganda, a despeito das dificuldades enfrentadas para manter uma publicação alternativa e não comercial.

3.2. Persistência para manter a resistência

Assim como no “primeiro terço” de sua história (analisada no capítulo 2), o *Libera* vai continuar a enfrentar dificuldades para se manter na ativa entre os anos 1995 e 2000. Em março de 1997, por exemplo, o periódico publicou uma nota na seção “Notícias Libertárias” que tinha um duplo caráter – tanto positivo quanto negativo. Se, por um lado, revelava uma recuperação do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP) – que contava, segundo o texto, com maior participação de seus militantes – por outro, não deixava de pedir mais apoio financeiro aos leitores.

O CELIP entra em 1997 com suas atividades reestruturadas, marcadas com antecedência e impulsionadas por uma intensa participação dos seus membros. Brevemente teremos uma biblioteca à disposição dos frequentadores e um curso de esperanto organizado juntamente com a Associação Esperantista do Rio de Janeiro. O Coletivo Editorial aumentou e vem conseguindo lançar o *Libera...* em dia. Solicitamos a todos/as o apoio através de assinaturas, compra de pacotes de *Libera...*, livros e revistas, envio de selos, etc... Conclamamos todos/as a um relacionamento ativo com o *Libera...*, para que este tenha uma longa vida. (*LAM*, n.70, mar. 1997, p.4).

Cinco meses depois, o tom era mais alarmante. A manchete de uma nota resumia o clima: “O *Libera...* vai acabar!”.

A coisa tá feia, pessoal! E, a continuar assim, este informativo que você tanto gosta não vai durar muito. E não é por falta de pique ou de tesão em produzi-lo, editá-lo e distribuí-lo, é por falta de dinheiro mesmo! O barco está afundando e, se você não ajudar, vai submergir com "Guy Fawkes" e tudo [...]. (*LAM*, n. 75, ago. 1997, p.4).

O coletivo editorial reclamava que as assinaturas “minguaram”; que os estoques de livros e adesivos chegaram ao fim; e que as colaborações de membros do

CELIP estavam baixas. Também se queixava de leitores e grupos “passivos”, para os quais eram enviados exemplares periodicamente, mas que não interagiam com os editores. Ainda de acordo com o texto, algumas medidas foram tomadas, como o aumento para R\$ 3 do pacote com 10 *Liberas*. Além disso, outras publicações eram vendidas pelo grupo. Por fim, o CELIP informava que começou a cortar, “gradativamente”, o envio de edições para os leitores “passivos”.

Vimos, no primeiro capítulo, que a pesquisadora Maria Nazareth Ferreira identificou a dificuldade financeira como um dos obstáculos enfrentados pelos periódicos ácratas e operários da Primeira República. Da mesma maneira, alguns títulos da imprensa alternativa do período da ditadura (1964-1985) também passaram por altos e baixos. No caso do anarquista *O Inimigo do Rei* (1977-1988), isso significou irregularidade na periodicidade e interrupções na publicação. Era o preço que se pagava por ser alternativo, por não se curvar diante de esquemas comerciais. Mas não entrar no esquema comercial também era um ato político. Assim, o coletivo editorial de *Libera* reafirmava que o objetivo do jornal não era a obtenção de lucro e que “tampouco aceita propaganda”. (Ibid. p.4).

Em junho de 98, um “Novo apelo” era publicado na seção “Notícias Libertárias”:

Parece que o dramático apelo por apoio ao *Libera...*, feito em agosto passado, não surtiu o efeito que desejávamos. Foram poucos @s leitores que colaboraram através de assinaturas, compra de pacotes, doações, etc. A tod@s esses nosso mais profundo agradecimento e respeito. Para a maioria, no entanto, parece que o apelo “entrou por um ouvido e saiu pelo outro”, o mesmo acontecendo com as organizações libertárias que, afinal, recebem a maior parte dos informativos. Como podemos pensar em construir um movimento forte e organizado se não temos a capacidade sequer de sustentar um informativo que, mesmo modesto, é sem dúvida o mais importante para o conjunto do que se pode definir como “movimento libertário”. Se a situação estava ruim naquela época (e lá se vai quase um ano...), imaginem hoje... **Consciência galera, consciência!!!** (*LAM*, n.85, p.4).

Os problemas econômicos enfrentados pelos veículos contra-hegemônicos tornam mais difícil a tarefa de confrontar as corporações de mídia. Nesse sentido, dados citados por Dênis de Moraes, em 2006, apontam que os conglomerados de comunicação figuram entre as 300 maiores empresas não financeiras do planeta. No caso da mídia corporativa, ela desempenha o papel simultâneo de *agente ideológico* e *agente econômico do sistema*. O domínio da produção simbólica cabe a gigantes com receitas entre US\$ 8 bilhões e US\$ 40 bilhões, “que veiculam dois terços das informações e dos conteúdos culturais disponíveis no planeta” (MORAES, 2006b, p.9). Em 2006, figuravam entre as oito primeiras empresas de mídia/entretenimento: AOL-Time Warner, Viacom, Disney, News, Bertelsmann, NBC-Universal, Comcast e Sony. Como em outros setores da economia, a concentração é a palavra de ordem:

Nas indústrias culturais, a concentração alcança níveis alarmantes. Em $\frac{3}{4}$ do planeta, as principais cadeias de distribuição e exibição cinematográficas pertencem a cartéis de Hollywood. E 80% do mercado fonográfico estão em poder das chamadas “cinco irmãs”: Universal Music, Warner (Time Warner), Sony, BMG (Bertelsmann) e EMI. [...] O ramo editorial é controlado por dez megafirmas [...]. Dez empresas japonesas, entre elas Sony, Hitachi, Fuji e Matsushita, são responsáveis por 90% das exportações mundiais de aparelhos de vídeo e fitas virgens. Sony, Sega e Nintendo centralizam 90% das vendas de videogames. (Ibid. p.11).

São as corporações de mídia que desempenham papel central na legitimação do imaginário social instituído a partir das premissas do Consenso de Washington e da retórica da globalização neoliberal. Segundo Moraes, os *media* desempenham um duplo papel: de *agentes operacionais da globalização* e de *legitimadores desse discurso social hegemônico*. São, portanto, pontas de lança no processo de reprodução ampliada do capital.

A mídia ocupa posição destacada no âmbito das relações sociais, visto que é no domínio da

comunicação que se fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica e se procura reduzir ao mínimo indispensável o espaço de circulação de ideias alternativas e contestadoras. (Ibid. p.5).

A importância dos aspectos ideológicos – ou “superestruturais”, de acordo com a terminologia marxista – já fora apontada, em 1967, pelo situacionista Guy Debord, um dos pensadores que mais influenciaram as agitações de 1968 na França.¹⁸² Em *A sociedade do espetáculo*, ele fundamentou uma dura crítica ao capitalismo a partir do conceito marxista de alienação. Em sua leitura, assim como o trabalhador é separado do produto do seu trabalho e ele mesmo torna-se uma mercadoria, a sociedade do espetáculo cria a verdade a partir do falso. O espetáculo gera estereótipos que são desempenhados inconscientemente pelos sujeitos. Dessa forma, até os que se julgam “rebeldes” e “revolucionários”, tornam-se também figuras do espetáculo, perdendo toda virulência em potencial.

Tendo em vista a centralidade da indústria cultural em nossa época, Debord afirmava: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.” (DEBORD, 1997, p.13). Para

182 O situacionismo pode ser considerado um exemplar do *esquerdismo*, “selo” que também reúne alguns anarquistas, conselhistas inspirados por Pannekoek, o grupo de dissidentes trotskistas que funda a revista *Socialismo e Barbárie* (com destaque para o filósofo Cornelius Castoriadis) e uma série de outros movimentos que, em muitas vezes, mesclam política e arte. O situacionismo, por exemplo, nasce em meio aos grupos de vanguardas artísticas.

O movimento letrista, fundado em 1946, guarda o embrião do situacionismo. Alguns ex-membros do letrismo montam, em 1952, a Internacional Letrista, que tem como uma das características um urbanismo libertador. Em 1957, ocorre uma maior politização de seus membros que, fundindo-se a outros dois grupos, formam a Internacional Situacionista (IS).

A IS não retira dos trabalhadores o potencial revolucionário, nem deixa de se balizar na noção de luta de classes – tanto que em 1961 sua palavra de ordem é a dos Conselhos dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo, os situacionistas eram um dos grupos mais críticos da apologia, tipicamente “contracultural”, do consumo de drogas e da “pseudoboemia”. No panfleto “Da miséria no meio estudantil” também dirigem críticas aos anarquistas holandeses do *Provos*. Mais tarde, a IS acaba se esfacelando em brigas sectárias, com Debord sendo acusado de encampar posturas autoritárias. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2002).

Debord, o espetáculo é “uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” que domina a complexidade social-histórica do mundo contemporâneo.

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. (Ibid. p.14).

Rompendo o velho determinismo economicista – no qual a “superestrutura” é considerada mero reflexo da “base econômica” – o pensador francês radicalizou a noção de que o espetáculo, a cultura, tornara-se o principal produto, fundamental para justificar a existência de todas as outras esferas (econômica, social e política).

A sociedade que se baseia na indústria moderna não é fortuita ou superficialmente espetacular, ela é fundamentalmente *espetaculolista*. [...] Como indispensável adorno dos objetos produzidos agora, como demonstração geral da racionalidade do sistema, e como setor econômico avançado que molda diretamente uma multidão crescente de imagens-objetos, o espetáculo é a *principal produção* da sociedade atual. (Ibid. p.17).

Nesse cenário digno de ficções distópicas (como *1984*, de George Orwell), os veículos contra-hegemônicos tentam se mover, resistindo ao rolo compressor da indústria cultural, que a todo o momento pode capturar signos potencialmente revolucionários e transformá-los em artigos de consumo. Conscientes disso, jornais como o *Libera* publicavam, vez por outra, textos críticos em relação a esse contexto, buscando despertar nos leitores a atenção sobre as artimanhas do espetáculo capitalista. Um desses escritos foi publicado na edição 85 (junho de 1998). Tratava-se de uma tradução de um artigo de David Edelstadt, extraído da revista argentina *La Campana*.

O autor não nutria falsas esperanças e reconhecia as dificuldades de propor alternativas ao contexto histórico de então, descrito como “tempos difíceis para se viver com justiça e liberdade”, uma “era desapiadada”, com “contingentes de excluídos de dignidade, dos direitos elementares” (*LAM*, n.85, jun.1998, p.2).

Passados quase 20 anos, constatamos que o quadro, infelizmente, ainda é muito atual. Nesse sentido, argumentava Edelstadt, a “sede de poder e de riqueza das minorias privilegiadas em todas as latitudes parece não ter mais limites que não seus próprios delírios.”. Na época, ele falava que “400 milhões de seres humanos passam fome e adoecem” (*Ibid.* p.2). Um número que, em 2015, saltou para quase o dobro: de acordo com a ONU, cerca de 795 milhões de pessoas são consideradas subnutridas (UTSUMI, 2015).¹⁸³

Edelstadt reconhece que vivemos na “era da mídia”, com o planeta sendo “circundado por ondas de diversos tipos, que unem os continentes, mas que, paradoxalmente, isolam as pessoas, criando-lhes uma ilusão de participação plena” (*LAM*, n.85, jun.1998, p.2). É curioso como o artigo parece ter descrito uma cena de hoje, com pessoas de cabeças baixas, absortas em seus celulares do tipo *smartphone*, ou “interagindo” pelas redes sociais, que na verdade atomizam os seres humanos com a promessa de que vão integrá-los.¹⁸⁴ O autor prossegue:

A propriedade dos meios de produção e comunicação também a detêm as minorias. Estas, mais que a liberdade de imprensa, praticam a liberdade de empresa. Suas mensagens incitam ao consumo de mercadorias desnecessárias, manipulam os sentidos, idiotizam e desinformam. (*Ibid.* p.2).

183 Numa operação linguística bem típica dos que defendem o *status quo* a todo custo, a revista *Época*, das Organizações Globo, noticiou o fato da seguinte forma: “795 milhões de pessoas passam fome hoje – **mas o mundo já foi pior**”. (UTSUMI, *Revista Época*, 2015. Grifo meu.).

184 Debord não poderia ter sido mais visionário sobre isso, já em 1967, quando afirmou: “O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como *instrumento de unificação*. [...] ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; **a unificação que realiza é tão somente a linguagem oficial da separação generalizada**. (DEBORD, 1997, p.14. Grifos meus em negro).

Tal configuração tornava confortável o domínio ideológico dos meios de comunicação hegemônicos. No par *coerção-convencimento*, o segundo elemento joga um papel cada vez mais central em nossa sociedade do espetáculo. Tanto que as “democracias” liberais podem se dar ao luxo de, como ressaltou Dênis de Moraes (2006b), deixar um espaço “mínimo indispensável” para ideias contestatórias. Isso certamente ajuda na autoproclamada “liberdade de expressão e de imprensa” do liberalismo. Contudo, a mídia alternativa continua a enfrentar entraves como os altos custos de impressão e distribuição; legislações que dificultam a democratização dos meios de comunicação (como os suspeitos processos de concessão de canais de TV); perseguição a rádios comunitárias (tachadas de “piratas” e “ilegais”); além de todo tipo de favorecimento aos monopólios midiáticos.

Nesse contexto, o *Libera* ia resistindo... e persistindo. Mas, para sobreviver, teve de se adaptar. Nesse aspecto, a publicação sofreu a primeira alteração em sua periodicidade, que fora extremamente precisa por 91 edições, publicadas todos os meses entre 1991 e 1998. Mas no número 92, o primeiro de 1999, era informado no cabeçalho que se tratava de um jornal bimestral (“JAN-FEV/99”). A explicação para a mudança veio na edição seguinte:

Atenção!: Por motivos que já vínhamos alertando e apelando há anos, o *Libera...* vê-se obrigado a tomar medidas que possibilitem a sua sobrevivência por mais algum tempo. Depois de 8 anos de árdua e importante periodicidade mensal, passaremos a publicar o nosso informativo bimestralmente, a partir deste número. Também estamos cortando o envio do *Libera...* para todos/as aqueles/as que continuam a ter conosco uma relação de passividade (ou seja, não assinam, não escrevem, não fazem intercâmbio de material). Alertamos também para as várias “cartas sociais” que nos chegam preenchidas de modo errado, e que nos obrigam a pagar R\$ 0,46 para retirá-las da agência. Vale também o alerta para as cartas com insuficiência de selos ou selos reutilizados em mal estado, e que são retidas nos Correios. Era só o que faltava a gente ter que pagar para receber cartas!

Repetimos mais uma vez que o único patrocínio do *Libera...* são os seus leitores e que, sem esse “patrocínio”, o fim do *Libera...* é uma questão de tempo. Prometemos continuar resistindo. (*LAM*, n.93, mar.-abr. 1999, p.4.).

A despeito de todas as dificuldades, o informativo continuava a ser publicado, ininterruptamente, desde 1991. E apesar de reclamar da baixa participação, alguns leitores continuavam interagindo através de cartas. Como dissemos no capítulo 2, a correspondência pode nos dar uma ideia aproximada da recepção que o *Libera* tinha no país.

A edição de fevereiro de 96, por exemplo, trouxe o registro de missivas recebidas em 1995 pelo CELIP. Houve uma queda no total em comparação com o ano anterior: se em 1994 o coletivo recebeu 805 cartas, em 1995 foram 728. Por estado, a distribuição ficou assim:

1° São Paulo (286 cartas – 39,2% do total);

2° Rio de Janeiro (92 – 12,6%);

3° Minas Gerais (78 – 10,7 %);

4° Paraná (69 – 9,4%);

5° Santa Catarina (37 – 5,0%);

6° Bahia (34 – 4,6%);

7° Rio Grande do Sul (33 – 4,5%);

8° Distrito Federal (21 – 2,8%);

9° Pernambuco (18 – 2,4%);

10° Goiás (13 – 1,7%);

11° Espírito Santo (10 – 1,3%);

- 12° Sergipe (8 – 1,0%);
- 13° Pará (7 – 0,9%);
- 14° Rondônia (5 – 0,6%);
- 15° Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Paraíba (4 cada – 0,5%);
- 18° Amazonas (3 – 0,4%);
- 19° Maranhão e Alagoas (1 – 0,1%).

Em relação aos números de 1994, cabem alguns comentários.

Quanto à distribuição geográfica de cartas, permanece o domínio das regiões Sudeste e Sul, ocupando as cinco primeiras posições. Na lista anterior, 57,7% da correspondência veio do Sudeste; em 1995, um aumento para 64%. Já a região Sul teve queda de 26% para 19%.

Uma novidade em relação à lista anterior é a ascensão da Bahia, que supera o Rio Grande do Sul. São Paulo amplia seu domínio de 30,6% para 39,2% do total de cartas. O segundo lugar, Rio de Janeiro, vem longe, com 194 cartas a menos. Contudo, a participação dos fluminenses passa de 10,5% para 12,6%, avançando duas posições em relação ao quadro anterior.

Em março de 97, em seu número 70, o periódico também publica outro balanço das cartas recebidas no ano anterior. Em 1996, o *Libera* recebeu um total de 596 correspondências de 19 estados brasileiros.¹⁸⁵ Fazendo a comparação com os dois anos anteriores, notamos uma queda em relação a 94 (que teve 805 cartas) e de 95 (com

185 Eis a distribuição geográfica por estado: SP (226); RJ (88); PR (60); MG (46); BA (35); RS (34); DF (23); SC (21); PE (20); AM (15); PA (6); MA e PB (5); RO (4); GO (3); ES (2); MT, RN e SE (1).

São Paulo, mais uma vez, alcança o topo da lista. No entanto, o percentual cai em relação a 95: de 39,2% do total de cartas para 37,9%. Outro destaque vai para o aumento do percentual da Bahia: de 4,6% para 5,8%. Em termos absolutos, contudo, o aumento foi de apenas uma carta.

728).

O que poderia explicar essa diminuição?

Talvez tenha ocorrido uma queda real no número de leitores. Mas isso não pode ser verificado apenas com a variável “cartas recebidas”, pois nem todos que leem o jornal enviam cartas. Pode ser mais razoável supor que a disseminação da internet e o crescimento no uso de *e-mails* para trocar mensagens tenha provocado uma redução no envio de correspondências via correio.

Essa tese vai se confirmar na edição de fevereiro de 98 (nº 81), quando foi realizada outra contagem da correspondência do ano anterior. Assim, um total de 322 cartas foi enviado ao jornal em 1997, o que representa uma queda acentuada em relação a 1996, que teve 596 correspondências. Como dissemos, tal dado não deve ser interpretado como uma diminuição na interação dos leitores, mas sim como tendência de uso cada vez menor das missivas à medida que a utilização de correio eletrônico cresce.¹⁸⁶ Finalmente, na edição 93 (março-abril de 1999) foi publicado o quadro de cartas recebidas em 1998, quando apenas 217 foram endereçadas ao CELIP/*Libera*.¹⁸⁷

Definitivamente, aquela segunda metade dos anos 90 no Brasil assistia ao avanço cada vez maior da comunicação em rede, via computadores. A internet começava a se consolidar no país, e os movimentos contra-hegemônicos passaram a utilizar essa ferramenta para propagandear seus projetos alternativos de sociedade. Os anarquistas não poderiam ficar de fora, e o *Libera* vai ser uma fonte privilegiada para compreendermos como os socialistas libertários ocuparam o ciberespaço.

186 Em 1997, ficou assim a distribuição de cartas por estado: 138 (SP); 33 (RJ); 31 (MG); 29 (PR); 24 (RS); 11 (SC); 9 (DF); 8 (RN); 7 (GO); 6 (PE, SE); 4 (BA); 3 (AM, ES, PA, PI); 2 (MT); 1 (RO,RR).

187 Distribuição das cartas recebidas em 1998: SP – 113; RJ – 28; MG – 18; PR – 13; SC e BA – 7 cada; AM, ES e PE – 5 cada; DF e RS – 3 cada; GO, PB e PA – 2 cada; MT, RN, MS e RO – 1 cada.

3.3. Anarquistas e ciberativismo

A relação dos anarquistas com os meios de comunicação é um dos interesses centrais desta pesquisa. Nesse aspecto, vimos que a utilização da imprensa foi uma constante desde o surgimento do movimento socialista libertário, nos meados do século XIX. Já o desenvolvimento das tecnologias da informação no século XX vai culminar com a disseminação da informática, principalmente na virada para o século XXI. Dessa forma, também podemos acompanhar nas páginas do *Libera* como um grupo de anarquistas brasileiros começou a se relacionar com uma nova ferramenta de comunicação: a rede mundial de computadores, a internet.

Vimos, no capítulo anterior, que o *Libera* citou a existência da internet pela primeira vez na edição 42, de novembro de 1994. Mas é a partir da segunda metade da década que o periódico vai cada vez mais fazer referência a esse tema – seja para noticiar o lançamento de *sites* anarquistas em todo o mundo, seja para explicar ao leitor como utilizar essa tecnologia de uma forma contra-hegemônica.

Em abril de 1996, um texto publicado na edição 59 é ótimo para avaliarmos como foi a recepção dessa nova tecnologia de comunicação, e como os ácratas começaram a refletir sobre seu uso. Com o título “Na Internet navegar também é preciso!”, o escrito era uma espécie de manual de instruções para a grande novidade tecnológica da década. Propunha, sutilmente, um uso “libertário e democrático”, já apontando aí uma estratégia de comunicação. O primeiro parágrafo revelava, em suas entrelinhas, as dificuldades iniciais de quem desejava usar a rede:

Então você ainda não sabe como fazer para acessar a INTERNET? Não conseguiu acertar o caminho para trocar mensagens ou conseguir informações? Este artigo pretende esclarecer as dúvidas mais comuns e de quebra incentivar o uso, sugerindo formas democráticas e

libertárias. (*LAM*, n. 59, abr.1996, p.4).

Didaticamente, o coletivo Mutirão, que assinou o texto, explicava que a internet era “um conjunto de programas e padrões de comunicação que permite a integração de computadores”. Informava ainda que, em 1996, eram 40 milhões de computadores interligados.¹⁸⁸ O artigo também listava os “itens básicos” de então para acessar a rede: computador, placa fax-modem, programas de comunicação, telefone, provedor de acesso, entre outros.¹⁸⁹ Ainda indicava o computador ideal da época: “um 386 DX pra cima”.¹⁹⁰

O texto enumerava as então “novas possibilidades” de comunicação pela rede de computadores, como o “programa de correio eletrônico”, que permitia o “envio e recebimento de mensagens e arquivos a partir dos *e-mails* (endereços eletrônicos)”; as

188 O crescimento desse tipo de comunicação foi vertiginoso a partir de então. De acordo com a União Internacional das Telecomunicações (UIT), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), o número de internautas no mundo em 2015 foi de 3,2 bilhões. (G1, 2015).

189 Para efeito de comparação, eis uma sugestão de configuração para acessar a internet em 2009: processador com a velocidade em torno de 2.0 GHz; pelo menos 2 GB de memória RAM; um disco rígido com capacidade de 160 GB; entre outros itens. De acordo com o autor, tal equipamento permitiria ao usuário “acessar a internet com conforto, exibir vídeos, fazer *downloads*, ouvir música, gerenciar suas fotos e escrever textos para o seu blog ou trabalhos acadêmicos.” (HAUTSCH, 2009). Além disso, hoje em dia as conexões sem fio (*wi-fi*) tornaram obsoleto o uso da placa *fax-modem* para realização das conexões discadas (via telefone), como citado no texto do *Libera* em 1996.

190 O nome 386 DX indica o processador, também conhecido como CPU (*Central Processing Unit*). É uma peça fundamental dos computadores cuja função é acelerar, endereçar, resolver ou preparar dados, dependendo da aplicação. “Basicamente, um processador é uma poderosa máquina de calcular: Ela recebe um determinado volume de dados, orientados em padrão binário 0 e 1 e tem a função de responder a esse volume, processando a informação com base em instruções armazenadas em sua memória interna.” (GARRETT, 2012).

A ideia de uma unidade central de processamento surgiu nos anos 1940. Mas foi apenas na década de 70 que foram lançadas as CPUs desenvolvidas totalmente em circuitos integrados e em um único chip de silício. “O Intel 4004 foi o primeiro microprocessador a ser lançado, em 1971. Sendo desenvolvido para o uso em calculadoras, essa CPU operava com o *clock* [frequência com que o processador consegue executar as tarefas] máximo de 740 KHz e podia calcular até 92 mil instruções por segundo, ou seja, cada instrução gastava cerca de 11 microssegundos”. (ARRUDA, 2011).

As CPUs 386 e 486, lançadas entre o meio e o fim da década de 80, trabalhavam com *clocks* que iam de 33 MHz a 100 MHz, respectivamente. Atualmente, há processadores no mercado que operam com *clock* padrão de 3.5 GHz, como é o caso do FX 6300, da AMD. (RIBEIRO, 2015.). Obviamente, não estamos considerando o caso de supercomputadores, não disponíveis para o cidadão comum, que operam em velocidades muito maiores.

home-pages, “páginas de informação onde se pode incluir textos, imagens e até mesmo som e vídeo”, com possibilidades “de criar *home-pages* próprias” – que, de acordo com o texto, eram “um bom espaço para disponibilizar informações”. Também eram citados programas de “chat” (bate-papo) que faziam sucesso na época, como o IRC (*Internet Relay Chat*) e outros, que permitiam “comunicação à distância com som e imagem”. E concluía:

Com isso, a comunicação sem fronteiras está completa. Quando falamos em comunicação sem fronteiras, queremos dizer comunicar com qualquer um que tenha mesmas ou semelhantes possibilidades de acesso em todo o mundo. Podemos falar também em comunicação sem barreiras, já que não existem mecanismos impeditivos de transmissão de mensagens sobre qualquer assunto. (Ibid. p.4).

O uso da rede mundial de computadores como meio de difusão contra-hegemônica foi analisado por Dênis de Moraes. Ele avaliou “dinâmicas editoriais que, no âmbito da internet, procuram: 1) romper com crivos e controles da mídia convencional; 2) defender a cidadania, a democratização da vida coletiva e a liberdade de expressão; e 3) opor-se ao ‘pensamento único’ neoliberal [...]”. (MORAES. In: COUTINHO, 2008, p.39). Ou seja: características também compartilhadas pelas experiências anarquistas no ciberespaço.

Não interpretando a internet como “eldorado digital”, ou como “meio capaz de suplantar o poderio midiático”, Moraes ressalta que ela foi encarada por movimentos sociais de esquerda como mais uma frente de atuação na “intrincada arena político-ideológica da comunicação” (Ibid. p.60). Numa perspectiva gramsciana, o autor argumenta que a rede mundial de computadores se apresentaria como “mais um campo de lutas e conflitos pela hegemonia no interior da sociedade civil”. Como “aparelhos

privados de hegemonia”, portanto, esses meios e redes virtuais “afirmam-se como lugares de produção de estratégias e táticas que objetivam construir, progressivamente uma nova hegemonia fundada na justiça social, na partilha equânime de bens e riquezas e na diversidade cultural.” (Ibid.p.41).

Embora não citados no artigo de Dênis de Moraes, percebemos, a partir da leitura do *Libera*, que os anarquistas também buscaram desde o início explorar essa nova alternativa comunicacional. Nesse aspecto, a edição de abril de 1997 traz mais uma notícia que retrata bem os primeiros passos da internet no Brasil – e como os anarquistas começaram a utilizá-la. O texto “ANARQALAT: Nova lista de discussão dedicada ao anarquismo latino-americano” tratava da inauguração de uma lista para usuários de “e-mail” (aparecia assim mesmo, entre aspas, denotando o uso ainda incipiente de uma palavra não totalmente incorporada pela linguagem usual). Nesse sentido, os anarquistas dos anos 90 aproveitaram o caráter descentralizado da internet, que se adequava à sua própria filosofia política, avessa a rígidas hierarquias. “Não existem moderadores ou árbitro”, lê-se no artigo, “o que sem dúvida enriquece e dá dinamismo ao debate, mas cada inscrito na lista será responsável por suas mensagens” (*LAM*, n. 71, abr.1997, p.3).

A escolha da imagem que ilustra a matéria (*figura 25*) também pode nos dar pistas sobre a real intenção dos anarquistas com o uso da rede de computadores. O desenho de uma manifestação coletiva, movimentando-se pelas ruas, entre os prédios de uma cidade, dá a ideia não de pessoas atrás de teclados e telas, isoladas umas das outras. Pelo contrário, a ilustração representa a ideia de que o uso da internet pelos libertários não deveria ser um fim em si mesma; mas sim um meio para a ação direta, social e coletiva.

ANARQLAT: Nova lista de discussão dedicada ao anarquismo latino-americano

Foi inaugurada uma lista para usuários de "e-mail", dedicada à temática do Anarquismo na América Latina, com o nome de ANARQLAT. A lista é um espaço aberto para os interessados no intercâmbio de informações, na difusão de análises e promoção de debates relacionados ao tema, cuja importância no passado, presente e futuro dos países latino-americanos insistimos em destacar.

Com a ANARQLAT, queremos priorizar a difusão de informações sobre experiências coletivas, o debate teórico e o impacto do socialismo libertário no cenário latino-americano. Mas isso não exclui temas afins, tais como: a teoria geral do anarquismo mundial, investigações sobre outros tópicos relacionados à igualdade do nosso continente, etc.

Na ANARQLAT queremos o anarquismo continental tanto no contexto de suas particularidades, como nos vínculos com um movimento e um ideal que têm expressão em todo o planeta.

Através da ANARQLAT, conclamamos à participação todos os interessados no tema, particularmente os próprios anarquistas, que tenham a possibilidade de se comunicar pelo correio eletrônico, utilizando o castelhano ou o português.

Não existe moderador ou árbitro, o que sem dúvida Enriquece e dá dinamismo ao debate, mas

cada inscrito na lista será responsável por suas mensagens. Em todo caso, as normas porventura instituídas estarão sempre abertas à revisão por parte do coletivo dos inscritos na ANARQLAT.

O tráfego de mensagens na lista, que no momento apenas se inicia, inclui solicitação de busca de diversos tipos (bibliográficas, acadêmicas, sobre dados específicos, etc.); respostas a tais solicitações; informações pontuais que o remetente considere relacionadas ao anarquismo latino-americano; trabalhos cujos autores queiram submeter à discussão; comentários sobre esses trabalhos; propostas para o debate de algum tópico particular, assim como réplicas a elas; textos sobre o tema, tomados de outras fontes, e combinações de dois ou mais das classes acima mencionadas. Com essa riqueza de possibilidades, esperamos que cada vez mais pessoas se animem a participar, aumentando a quantidade e a qualidade das comunicações na lista.

Para maiores informações sobre as características da ANARQLAT e como incorporá-la, favor dirigir-se (em castelhano ou em português) para os seguintes endereços eletrônicos:

<mendez@fisev.ing.ucv.ve>
<amendez@sagf.ucv.edu.ve>



Figura 25 – Do virtual à ação direta. Desenho que ilustra matéria sobre internet retrata manifestação de rua (*LAM*, n.71, abr.1997, p.3).

No mês seguinte, o informativo trazia nota sobre uma “revista sediada na Internet”, desde 1996, que reunia “matérias, textos e contos anárquicos, escritos pelo coletivo, retirados das melhores publicações impressas (dentre elas o *Libera...*) ou enviadas pelos leitores.”. O nome do site era P@RaTodos, classificado pelo periódico como um dos “escassos Sites sérios sobre anarquismo na rede” (*LAM*, n.72, mai. 1997, p.4).

Outras notícias sobre a “ocupação” da internet por anarquistas não paravam de ser divulgadas no *Libera*. No número 75 (agosto de 97), foi dado um informe sobre um site lançado pela Federação Anarquista da Baixada Santista (FABS) e a Agência de Notícias Anarquistas (ANA). A *homepage* trazia “textos, dicas culturais, notícias, poesias, etc...”. E no centésimo *Libera*, já nos ano 2000, um texto traduzido, de autoria de Eliseo Fernandez (Espanha), falava de “uma lista de correio eletrônico sobre a história do anarquismo e dos movimentos sociais” (*LAM*, n.100, mai.-jun. 2000, p.4). Era o avanço do anarquismo sobre a internet, então na fase que, posteriormente, os historiadores da rede chamariam de “Web 1.0”.¹⁹¹ No texto, o autor apontava para uma utilização estratégica da lista de discussão via correio eletrônico:

Com ela [*a lista*] tentaremos construir as bases para uma maior cooperação entre as pessoas que têm interesse na história social e que entendem que a história pode ser uma ferramenta útil, na medida em que nos dá chaves para a interpretação dos fatos históricos e ensinamentos para os novos movimentos transformadores. (Ibid. p.4).

Criticando o arrivismo da academia, Fernandez defendia que a lista de e-mails deveria justamente romper essa hierarquia, estabelecendo “redes de trabalho cooperativo” nos trabalhos de pesquisa.

191 A Web 1.0 é “a internet como ela surgiu” Ou seja: “Sites de conteúdo estático com pouca interatividade dos internautas e diversos diretórios de *links*. [...]. Evoluindo de suas raízes de uso militar e universitário, a internet começou a caminhar e tomar forma diante das necessidades das pessoas. Essa foi a era do *e-mail*, dos motores de busca simplistas [...]”. (EX2, 2013).

Quanto à palavra “web”, ela é a “abreviação da expressão inglesa World Wide Web” e “significa *teia mundial*”. E mais: “Refere-se aos serviços disponíveis através da Internet, organizados sob a forma de hipertexto, funcionando a partir de múltiplos protocolos, acessíveis graças a variados programas de *software*, ou seja, *programas de computador*. A base da *web*, portanto, é o hipertexto ou o texto virtual, em que os termos se encontram ligados entre si, graças aos quais, portanto, o internauta pode pular de uma página para a outra, a partir de determinados vocábulos que estão apresentados graficamente em destaque, funcionando como veículos de deslocamento entre as páginas ou *sites*, através do simples ato de *clicar* sobre o *mouse*.” (HOHLFELDT. In: INTERCOM, 2010, p.1228).

Uma lista de correio eletrônico é um dos instrumentos que foram postos ao nosso alcance pelas novas tecnologias. De certa forma, é algo muito parecido com o que nos meios libertários se denominou “Comitê de Relações”, só que, neste caso, o indivíduo relacionador é substituído por um computador, com as vantagens e inconvenientes que isso traz. Quando uma pessoa envia uma mensagem eletrônica para a lista, esta mensagem é automaticamente direcionada a todos e cada uma das pessoas subscritas na lista, da mesma forma que as antigas “circulares”. O servidor a que pertence a lista de correio que pretendemos criar será o Nodo50, um servidor alternativo ligado à ONG “Solidaridad, Desarrollo y Paz” (SODEPAZ). (Ibid. p.4).¹⁹²

Por sua histórica defesa de formas descentralizadas e democráticas de organização social, podemos supor que os anarquistas encontraram na internet uma oportunidade de difundir suas mensagens num ambiente relativamente livre dos limites da tradicional comunicação de massas (imprensa, rádio e televisão). Esse aspecto da rede foi assim observado por Dênis de Moraes:

A internet é um ecossistema digital caracterizado por arquitetura descentralizada, multiplicação de fontes de emissão, disponibilização ininterrupta de dados sons e imagens, utilização simultânea e intercâmbios singulares. Em sua impressionante variedade de usos, tem permitido experiências de produção e difusão fora das pragmáticas midiáticas. (MORAES. In: COUTINHO, 2008, p.41).

Moraes observou cinco dimensões da comunicação em rede com direção contra-hegemônica que podem ser observadas na *web*. Todas elas estão de acordo com valores também defendidos por comunicadores anarquistas. Vejamos:

192 Em seu estudo sobre comunicação alternativa pela internet, Dênis de Moraes cita o Nodo50, da Espanha, ainda hoje no ar (<http://www.nodo50.org>). Os servidores dessa organização prestam “serviços de hospedagem, correio eletrônico, listas e bases de dados.” Também são divulgados “manifestos, convocatórias e matérias postadas por leitores” (MORAES. In: COUTINHO, 2008, p.53). O pesquisador também reproduz a concepção editorial do Nodo50, que congrega 1.200 organizações e grupos virtuais que se identificam com essa linha:

“Somos um projeto autônomo de contra-informação telemática orientado para os movimentos sociais, uma assembleia independente que proporciona serviços informáticos e comunicativos a pessoas, grupos e organizações de esquerda, um servidor de internet para o qual confluem vozes antagonistas e alternativas de um amplo espectro político; um centro de encontro, difusão e contra-informação para os sem voz, dissidentes, subversivos, utópicos e desencantados”. (Apud Id. p.53).

1) oposição direta ao neoliberalismo e defesa da universalização dos direitos democráticos e da socialização das riquezas; 2) descentralização informativa: qualquer ponto da rede pode estabelecer permutas com outros pontos, dificultando o controle pelas instâncias de poder; 3) os dados podem ser difundidos sem submissão às diretrizes e às idiosincrasias da mídia; 4) a dinâmica virtual incentiva a interlocução e a interação baseadas em visões de mundo convergentes; 5) estoques de textos e materiais audiovisuais são partilhados com base no princípio inclusivo da “publicação aberta” (leitores podem adicionar comentários, publicar textos e/ou fotos sem prévio consentimento dos editores e aproveitar arquivos e bases de dados) e na adesão ao *copyleft* (permissão para reproduzir informações sem fins comerciais, desde que citada a fonte, evitando-se, com isso, as barreiras impostas pela propriedade intelectual). (Ibid. p.46).

Não surpreende, portanto, que tais características da comunicação telemática tenham tanto *influenciado* quanto *sido influenciadas* pela explosão de protestos e movimentos sociais contra a globalização na virada dos séculos XX e XXI. Nesse sentido, a rede ajudou a mobilizar e também forneceu informações que não puderam ser filtradas, distorcidas ou omitidas pelas corporações de mídia pró-sistema.

A cobertura de eventos sociais por meio da internet acentuou-se a partir de 2000, sob a influência das mobilizações antiglobalização. Agências independentes distribuíam, pelos quatro quadrantes, materiais noticiosos sobre o que ocorria nos eventos. A repercussão internacional motivou a organização de redações compartilhadas, que encamparam o *copyleft* e a publicação aberta – sem falar na formação de *pools* de jornalistas para coberturas do Fórum Social Mundial e dos protestos contra as reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do G8. [...] A instantaneidade, a transmissão descentralizada, a abrangência global, a rapidez, o barateamento de custos e a autonomia da *web* frente às diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia são suas principais vantagens. (Ibid. p.47).

Essa forma de comunicação alternativa via rede de computadores também é chamada de *ciberativismo*, conceito que se caracteriza por:

Ações continuadas, realizadas com a internet ou, exclusivamente, via internet, visando aos objetivos específicos ou uma transformação geral da realidade. A definição ampla se deve ao fato de o ciberativismo incluir tanto atividades que são possíveis apenas on-line quanto o uso da internet como um canal adicional de comunicação para grupos, organizações e movimentos sociais. (BECKER. In: INTERCOM, 2010, p.175).

Para os anarquistas dos anos 90, as práticas de ciberativismo e comunicação são encaradas como assunto da maior relevância. Isso fica evidente no artigo “Anarquismo Hoje”, assinado por Moésio Rebouças e Giulius C. G. Aprigio, da Baixada Santista/SP. A análise é realista, reconhecendo a difícil conjuntura para que floresçam as propostas libertárias:

Na época atual temos que admitir que o anarquismo organizado encontre-se numa profunda crise. Somos poucos, nossa presença social é praticamente nula, simbólica. Grande parcela da sociedade ignora a filosofia anarquista e teima em associá-la à desordem, bagunça, sutilmente sustentada pelo sistema que nega sua existência, pois reconhece na ideologia libertária o verdadeiro inimigo, onde não cabe o selvagem capitalismo consumista que vivemos. (*LAM*, n.90, nov.1998, p.2).

Apesar das dificuldades, os autores reconhecem no socialismo libertário “uma alternativa real aos inúmeros problemas gerados pelo capitalismo”. Para tanto, propõem ações concretas, dentro do próprio sistema vigente, a fim de “organizar e materializar o anarquismo” em campos como a ecologia social, o antimilitarismo, a luta em defesa de minorias e no engajamento “por novas alternativas de comunicação”. Assim, segundo o texto, o investimento na propaganda seria uma das tarefas do anarquismo contemporâneo.

No momento atual acreditamos que o **nosso esforço deverá ser dirigido para a propaganda das ideias anarquistas na sua plenitude**; na organização séria, estável e atuante dos anarquistas em todos os terrenos da atividade humana; fortalecer os grupos local e regionalmente, participando dos movimentos sociais de base, criando situações subversivas nas lutas que estamos inseridos, criando novos espaços e novos processos de vive a luta do dia-a-dia. (Ibid. p.2. Grifos meus.).

Rebouças e Aprigio citam ainda as dificuldades que tiveram Bakunin, Proudhon e Kropotkin, que teriam sofrido com represálias e incompreensão. Para os autores, os problemas de comunicação hoje seriam relativamente menores, já que no tempo dos clássicos militantes “o analfabetismo da classe operária era muito superior”. Além disso, eles argumentam que os “meios de divulgação das ideias e de propaganda anarquista também eram inferiores aos que atualmente podemos contar.”

O espírito da virada de milênio, com o despontar dos movimentos antiglobalização (essencialmente autonomistas e libertários), é uma dose de esperança para vencer o quadro desolador apresentado no início do artigo. Nesse sentido, os libertários da Baixada Santista ressaltam a pertinência e atualidade do anarquismo, que serviria de influência para movimentos como a ocupação de prédios ociosos na Europa (*squatters*); a luta antimilitarista na Espanha (“com participação de anarco-punks”, dizem os redatores); a questão indígena em Chiapas, México (“onde anarquistas lutam ao lado dos Zapatistas por justiça social”); e, é claro, o ciberativismo na internet, “onde milhares de sites propagandeiam as ideias anarquistas e onde *hackers* anarquistas praticam ação direta através de mensagens e sabotagens contra grandes corporações.” (Ibid.p.2).¹⁹³

Mas, em se tratando de comunicação, os anarquistas não se limitaram apenas aos impressos e à internet. É bem verdade que os custos menores podem explicar o maior número de indivíduos e coletivos utilizando essas duas formas de comunicação. Contudo, mesmo que em menor grau, os libertários enveredaram por outras mídias,

193 Vale registrar que um dos autores do texto, Moésio Rebouças, é um dos comunicadores anarquistas mais ativos do Brasil. Ele é o criador da Agência de Notícias Anarquistas (A.N.A.), que ainda hoje dissemina informações sobre experiências libertárias em todo o mundo. Conferir em <<https://noticiasanarquistas.noblogs.org>>.

como o rádio, demonstrando que estavam dispostos a diversificar suas ações de propaganda.

No último *Libera* de 1997, por exemplo, uma nota na seção “Notícias Libertárias” informava que, em outubro, o Centro de Cultura Libertária de Belo Horizonte/MG lançou o programa “Anarquia, anarquia”, na Rádio Comunitária Santê FM. Apresentada aos domingos, das 18h às 20h, a atração teria sido “uma experiência muito interessante, pois vem possibilitando dar o recado anarquista para pessoas fora do ‘gueto’.” (*LAM*, n.79, dez.1997, p.4).

A nota informava ainda que a proposta da intervenção radiofônica pretendia ser um “espaço crítico, de contra-informação, música alternativa e subversão.”. Seis militantes produziam o programa, que era dividido em blocos temáticos como: “Alimentação, saúde e ecologia”; “Cruz Negra” (denúncias contra perseguições políticas contra libertários); “Notícias da semana” (vistas sob a ótica anarquista); “Resenha de livros”; “Horror econômico” (que “apresenta dados absurdos do capitalismo selvagem”); “Minutos de ódio” (música e cultura anarco-punk); “Disque-Indignação” (denúncias ao vivo dos ouvintes); “Entrevista da semana”.

Para os objetivos de nossa pesquisa – ou seja: compreender os usos e as estratégias de comunicação dos anarquistas – o caso relatado na pequena nota tem valor inestimável. Entretanto, por não ser o foco deste trabalho, desconhecemos os detalhes da experiência.¹⁹⁴ Mesmo assim, o breve texto já nos apresenta alguns aspectos importantes para a reflexão. Vejamos:

a) A utilização da rádio para disseminar suas mensagens revela o desejo dos

¹⁹⁴ Desconheço, pelo menos no Brasil, algum estudo acadêmico sobre a relação dos anarquistas com o rádio. Certamente é um tema original para os historiadores da área.

libertários de ocupar também esse espaço, desde que voltado para seus próprios fins e objetivos.

b) Ao comunicar numa mídia de maior alcance, os anarquistas desejam, concretamente, persuadir mais pessoas. Isso está, inclusive, expresso no trecho “dar o recado anarquista para pessoas fora do ‘gueto’.” Ou onde se lê: “Temos a convicção que este trabalho é uma forma interessante de divulgar o anarquismo e dialogar com a população [...]”.

c) A estrutura extremamente antidemocrática das concessões de rádio e televisão no país pode explicar a ausência de canais e programas que disseminem o discurso de socialistas libertários, além de outras correntes da esquerda marginalizadas pela ideologia dominante.

Mas é certo que a recente evolução da comunicação via internet incrementou a relação dos libertários com as mídias audiovisuais. A possibilidade de hospedar vídeos e áudios na rede permitiu fazer o que antes só era possível por intermédio de canais de TV e emissoras de rádio.

3.4. Construção da identidade, disputas de sentido e luta pela inserção social

Em setembro de 1995, foi publicada a edição 52 do *Libera* (figura 26), que pode ser considerada mais um dos marcos na trajetória do próprio jornal e do Círculo de Estudos Libertários. O editorial talvez seja o mais emotivo que o periódico publicou em toda sua história. Ele noticiava a morte de Ideal Peres, fundador do CEL e referência para os jovens que criaram o informativo. Com o título “Perdemos o 'nosso velho'... morreu Ideal Peres”, o escrito refletia a admiração dos discípulos. O primeiro parágrafo tinha um tom poético, de uma simples beleza que certamente agradaria ao “velho” que acabara de partir:

Desde o dia 1º de agosto, algumas poucas flores se alternavam naquele pequeno ipê-amarelo, no pátio interno do Hospital da Ordem Terceira de São Francisco. No dia 16, os galhos magros estavam completamente limpos de flores e folhas. Quase ao meio-dia, faleceu Ideal Peres. (*LAM*, nº52, set.1995, p.1).

Ideal Peres morreu aos 70 anos (“Nem tão velho era o ‘nosso velho’...”, lia-se no editorial). O texto citava um problema cardíaco que ele tivera meses antes. Debilitado, mas “se recuperando”, o veterano militante libertário, contudo, sofreu uma insuficiência renal, acompanhada por uma infecção pulmonar.

Na descrição do funeral, o *Libera* destacava a presença de “muitos amigos, parentes, antigos e novos companheiros”. No enterro, “de um homem que foi anarquista por toda a vida”, não poderia faltar a bandeira ácrata, “cobrindo seu corpo até o último momento”. De acordo com o informativo, a Internacional fora entoada pelos presentes, enquanto o caixão baixava à sepultura.

Relatada sua morte, a vida dedicada à militância passa a ser narrada. A narrativa, obviamente, ajuda a construir a identidade, a referência que os mais jovens devem passar à frente. Nesse sentido, sobressai a imagem do “ativo militante”, filho de anarquistas, que “começou a atuar na reconstrução do movimento após o Estado Novo de Vargas”, ao lado de “alguns dos mais notáveis libertários deste século, como José Oiticica, Edgar Leuenroth e Pedro Catallo”.

Segundo o *Libera*, o papel de Peres foi fundamental para a rearticulação nacional dos anarquistas depois de duas décadas de ditadura. Sua ação como comunicador e “relações públicas” do anarquismo não ficou de fora do editorial-homenagem. Além de dar apoio aos novos grupos, ele “mantinha ativa correspondência e farta distribuição de material libertário para grupos e indivíduos de todo o Brasil”. O lado jornalista do veterano ácrata, que era médico de formação, foi lembrado por sua presença na criação da revista *Utopia* (1988-1992).

O falecimento de Ideal também motivou uma transformação simbólica no Círculo de Estudos, que a partir de então vai homenagear o velho companheiro integrando seu nome à sigla – e reforçando ainda mais os laços indentityários com sua prática e seu pensamento: “O *Círculo de Estudos Libertários* (CEL), a partir deste mês, passa a se chamar *Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres* (CELIP), como uma pequena homenagem a este companheiro que tanto fez pelo movimento anarquista.” (Ibid. p.4. Grifos originais.).



Figura 26 – Capa da edição que anuncia a morte de Ideal Peres. No cabeçalho, a figura de Guy Fawkes, espécie de “mascote” do *Libera*, foi substituída por uma foto de Peres nos anos 40.



Figura 27 – Da esq. à dir.: Esther Redes, Ideal Peres, Renato Ramos e Pedro Kroupa. Uma das reuniões do Círculo de Estudos Libertários (CEL). (Acervo de Renato Ramos, sem data).

O discurso do *Libera* ajudava a construir a história de Ideal Peres como o continuador de uma tradição – a de José Oiticica, Leuenroth, Catallo, Juan Perez e outros anarquistas “organizacionistas”. Nesse sentido, ao se associar a essa tradição, o coletivo reforçava seu *capital simbólico*, de acordo com as reflexões de Pierre Bourdieu.

O capital simbólico [...] não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. (BOURDIEU, 2003, p.145).¹⁹⁵

Na disputa por espaço político (poder), em seu próprio campo e no campo mais amplo das esquerdas, torna-se importante para os libertários do CELIP/*Libera* obterem respeitabilidade. Para tanto, era interessante criar uma identidade, uma genealogia própria que ligasse o grupo a militantes do passado que tivessem uma história de compromisso e ética, e que servissem de modelos a serem seguidos pelos mais jovens.

Esse *poder simbólico* vai ser utilizado também para depurar os significados do que poderia ser entendido como anarquismo. Nesse jogo de significações, era preciso persuadir os receptores das mensagens, que poderiam se tornar apoiadores e/ou militantes. Portanto, os anarquistas do CELIP/*Libera* vão buscar associar sua imagem

195 “Movimentados nos campos, os capitais definidos por Bourdieu parecem relacionar-se a uma forma ampliada de ver a realidade, a qual concebe outras dimensões além do aspecto econômico, comumente atribuído ao que se convencionou denominar capital.

“Partindo de uma visão polimorfa, Pierre Bourdieu cunha os conceitos de capital cultural e capital social, os quais se relacionam às heranças culturais, possibilidades de acesso e inserção, assim como à intimidade com determinadas práticas, posturas, instituições, sujeitos, conhecimentos. Quando se refere ao capital cultural, trata da carga cultural que recebemos – principalmente na primeira socialização – e que permanece ao longo de nossa vida, dizendo de nossos gostos, posturas, de nossa relação e familiaridade (ou não) com certas práticas culturais. Já o capital social diz respeito principalmente às redes de relações às quais estamos ligados e que podem tornar possível ou facilitada nossa entrada em alguns campos, bem como contribuir para alcançarmos uma posição de maior prestígio ou poder nesses espaços.” (PEREIRA, 2015, p.345).

com práticas de inserção social, além de uma ética e um comportamento militante que valorizam o compromisso e a autodisciplina dos seus seguidores. Consequentemente, vão procurar se distanciar de sentidos que associem o anarquismo a “desorganização”, “individualismo”, “falta de compromisso”, entre outros.

Como apontou Bourdieu, a manutenção de um poder simbólico torna-se possível porque ele é aceito pelos integrantes do campo – integrantes da organização ou leitores-simpatizantes, por exemplo.

[*O poder simbólico é*] um poder que aquele que lhe está sujeito dá aquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um *fide*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BOURDIEU, 2003, p.177).

Na construção de sua identidade, de seu poder simbólico, o coletivo CELIP/*Libera*, como vimos, vai se definindo como partidário do *anarquismo social* ou *anarquismo organizado*. Tal corrente vai ter como influência, entre outras, as ideias de Bakunin e Malatesta; a experiência do exército libertário de Nestor Makhno na Revolução Russa e da Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários exilados na Europa (também chamado de “plataformismo”); e a tradição organizacionista do sindicalismo revolucionário/anarquismo brasileiro durante a Primeira República. Esta última referência foi ainda mais forte devido à ligação do grupo fundador do *Libera* com Ideal Peres. Como vimos no capítulo anterior, a esses elementos vai se somar, a partir de 1995, a aproximação com o projeto da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), chamado de *especificismo*, ou *anarquismo especificista*.

Todo esse processo pode ser acompanhado nas páginas do *Libera*. De 1991 até 1994, por exemplo, há uma maior heterogeneidade de coletivos que colaboram com

textos. Assim, o jornal funcionava como um divulgador de diversas correntes ácratas.¹⁹⁶ Mas essa heterogeneidade vai perdendo espaço para uma relativa homogeneização teórico-metodológica, o que vai se refletir na escolha das pautas do jornal.

O movimento em direção ao especificismo vai culminar com a fundação da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) em 2003. Na produção de sua própria memória, a Federação vai valorizar esse processo ao identificá-lo como “uma mudança de fase do anarquismo no Rio de Janeiro” (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.61.). Na temporalidade proposta pela organização, o anarquismo fluminense teve uma “fase de resistência”, que iria da perda do vetor social, por volta dos anos 1930, até o fim da ditadura civil-militar (1985). Nesse intervalo, o movimento passaria a investir principalmente em atividades de propaganda para que a ideologia não perdesse visibilidade.

Depois disso, o anarquismo do Rio entraria numa “fase de ação” a partir da atuação de Ideal Peres na Associação de Moradores e Amigos do Leme (AMALEME), em meados dos anos 80, e da criação do CEL, em 1985. Tal avanço qualitativo não teria se estabelecido imediatamente, mas teria se construído paulatinamente nas atividades realizadas pelo CEL/CELIP. De acordo com Felipe Corrêa, nesse espaço foram desenvolvidas “práticas importantíssimas de inserção social e de reflexões teóricas que, mais amadurecidas nos anos seguintes [...] puderam construir as bases para uma definição teórica que seria fundamental para a formação da FARJ.” (Ibid. p.62).

O processo de construção teórico-metodológica do anarquismo especificista no Brasil não poderia deixar de concorrer com outras propostas, outros coletivos que

196 “Entre 1992 e 1993 o CEL abrigava, [*entre outros grupos*], uma dissidência da Somaterapia do Roberto Freire chamada Ludens, além de anarquistas independentes e grupos diversos de anarco-punks, que frequentaram o CEL até 1995, quando houve um rompimento formal por parte dos anarquistas do CEL [...]. **O CEL era um espaço plural que abarcava todos os tipos de anarquismo.**” (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.21. Grifos meus.).

também se intitulavam anarquistas. Para persuadir seus leitores sobre as vantagens de sua proposta, o *Libera* acaba veiculando discursos que, em certa medida, vão definindo um comportamento, uma representação do militante ideal. Um exemplo desse tipo de texto foi publicado na edição 51. Tratava-se de um informe da coluna “Sul Libertário” sobre o II Encontro Nacional de Estudantes Libertários, realizado em Brasília/DF, entre 15 e 17 de junho de 1995. Além de criticar outros matizes das esquerdas – como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), chamadas de organizações “reformistas e muitas vezes até reacionárias” – o(s) autor(es), não identificado(s), não poupa(m) os seus pares, argumentando que muitos anarquistas, depois do declínio do movimento a partir dos anos 1930, não foram capazes de “rever posições e trocar de táticas”. Como resultado, teria se criado um “vazio” entre as gerações, com o estabelecimento de “uma cultura voltada para o isolamento e para as discussões teóricas”. Cansados disso, os jovens libertários dos anos 1990 clamavam por inserção social:

Avaliamos que os anarquistas brasileiros hoje, nós incluídos, sofrem uma total incapacidade em lidar com os problemas e lutas que o dia-a-dia apresenta. O MA [*Movimento Anarquista*] hoje se limita a ele próprio, numa masturbação teórica, não assumindo nenhum compromisso com o povo brasileiro. Rechaçamos, portanto, o anarquismo que se limita à edição de jornais e fanzines, aos encontros, congressos, manifestações e briguinhas pessoais. Queremos juntar nosso grito com o de tantos companheiros espalhados pelo Brasil, que pensam como nós. **Viva o anarquismo organizado, militante e com inserção social!** (*LAM*, n.51, ago.1995, p.2. Grifos originais).

O texto dos anarquistas do Sul nos ajuda a compreender as tensões no interior da corrente. Num tom duro, eles reprovavam os “libertários” que atacaram companheiros que “não mostravam a bunda nas plenárias da UNE e, onde já se viu, tinham propostas para o congresso!” (Ibid. p.2).

O uso de aspas para se referir a outros *libertários* é bastante significativo, denotando uma clivagem no interior do movimento. Levando para o campo da linguagem, notamos uma disputa de *significados* sobre o mesmo *significante* e seus derivados (“anarquismo”, “anarquia”, “anarquista”, “libertário”, etc.). Assim, qual seria o “verdadeiro”, ou o “melhor” sentido para *anarquista*? Ou ainda, que grupo teria mais legitimidade para utilizar o signo *anarquismo*? Aquele que propunha encaminhamentos no congresso estudantil? Ou o que defendia o deboche?

Os anarquistas reunidos em torno do *Libera* tinham uma resposta clara:

Rechaçamos a prática idiota de se limitar ao deboche. Não que a ironia não seja uma arma poderosa, mas limitar-se a isso é querer desmobilizar e se expor ao ridículo. Rechaçamos, ainda, a prática de se abster à participação nos grêmios, CAs, DAs, DCEs, etc... alegando o surrado “aqui ninguém representa ninguém”. Rechaçamos, também, a prática de alguns anarquistas que, não querendo se expor a contradições, se omitem em assuntos como, por exemplo, a quebra dos monopólios dos meios de comunicação, do petróleo e as demais imposições do FMI, em nome de um vago ideal de autogestão. (Id. p.2).

Portanto, a luta semiológica empreendida por determinada corrente (no caso, a que defende a organização especificista, a inserção social) se voltava não apenas para os “inimigos clássicos” do anarquismo – liberais, bolcheviques e fascistas – mas também para elementos do próprio *campo*.

Para a compreensão dessas disputas internas, pode ser útil nos apropriarmos desse conceito de *campo*, enunciado por Bourdieu. Vejamos uma definição resumida, apresentada por Elaine Pereira:

Campo é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Os capitais são possuídos em

maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam. (PEREIRA, 2015, p.341).

Seguindo essa linha, podemos supor que o campo anarquista brasileiro seja um “microcosmo social dotado de certa autonomia” devido a seu conjunto de “leis e regras específicas”. Além disso, os libertários compartilhariam uma linguagem própria e um conjunto de comportamentos e práticas – o que pode ser identificado por outro conceito bourdieuniano: a ideia de *habitus*.¹⁹⁷ Como não pairam acima do resto da sociedade, são igualmente influenciados por “um espaço social mais amplo”.

A partir da leitura do *Libera*, portanto, tomamos contato com uma série de conflitos “entre os agentes” que integram o campo “e que buscam manter ou alcançar determinadas posições”. Isso nos parece óbvio a partir do momento em que um grupo de anarquistas passa a se definir como “organizado, militante e com inserção social”, em contraposição a outros que não possuiriam tais características – ou que não desejariam tê-las.

Um exemplo dessas disputas simbólicas dentro do campo anarquista – que simultaneamente são disputas por *hegemonia*, por *poder* – foi tratado por Murray Bookchin. Ele próprio criou um léxico específico para enquadrar o que chamou de “anarquismo estilo de vida”. Essa tendência entraria em choque com o chamado “anarquismo social”, defendido por Bookchin e também pelos libertários do CELIP/*Libera*.

197 De acordo com Bourdieu, o *habitus* deve ser pensado “como sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias de um grupo de agentes.” (BOURDIEU, 2007, p.191). Em outras palavras, os anarquistas, como qualquer outro grupo, vão definir e valorizar uma série de comportamentos e ideias que vão caracterizá-los como grupo relativamente autônomo em relação a outros. Além disso, dentro do próprio campo libertário teremos a convivência/disputa entre *habitus* que vão definir, por exemplo, as diferenças entre “organizacionistas” e “antiorganizacionistas”, “especificistas” e “sintetistas”, etc.

Num sentido bastante concreto, eles [*os anarquistas de estilo de vida*] não são mais socialistas – defensores de uma sociedade libertária comunalmente orientada – e abstêm-se de qualquer comprometimento com um confronto social organizado e programaticamente coerente contra a ordem existente. [...].

Aventurismo *ad hoc*, ostentação pessoal, uma aversão à teoria estranhamente similar às tendências antirracionais do pós-modernismo, celebrações de incoerência teórica (pluralismo), um compromisso basicamente apolítico e antiorganizacional com a imaginação, o desejo, o êxtase e um encantamento da vida cotidiana intensamente voltado para si mesmo refletem o preço que a reação social cobrou do anarquismo euro-americano nas últimas duas décadas. [...].

Ao negar as instituições e a democracia, o anarquismo de estilo de vida isola-se da realidade social para que assim possa esfumar-se com uma fútil raiva ainda maior, continuando, por meio disso, a ser uma travessura subcultural para ingênuos jovens e entediados consumidores de roupas pretas e pôsteres excitantes. (BOOKCHIN, 2009).

Ao longo de sua história, o *Libera* vai se esforçar para forjar uma identidade distinta do “anarquismo estilo de vida”. Nesse sentido, vez por outra o periódico traz textos que ajudam na construção identitária de sua corrente, que paulatinamente vai definindo uma atitude que valoriza a organização, a inserção social e o compromisso militante. Um exemplo disso é o editorial “A caminhada do processo” (*LAM*, n. 59, abr.1996, p.1), que propunha um balanço dos avanços e retrocessos do movimento anarquista do Rio de Janeiro e do Brasil. Como já observamos no texto que falava da morte de Ideal Peres, o ano de 1985 fora estabelecido como “o início da reconstrução do anarquismo no Brasil”. Ele coincidiria com o fim da ditadura e também com a criação do CEL, no Rio. Segundo esse discurso, a partir daquele ano “houve várias tentativas de alcançar um nível maior de organicidade”. Revelava também certa heterogeneidade das tentativas, e talvez uma ausência de fundamentação teórica homogênea.

Indo mais fundo na reconstituição, o editorial fazia um histórico da corrente anarquista pós-64, citando uma “etapa difícil de convívio interno”. “Eram conflitantes propostas políticas com propostas existenciais”, argumentava. O *interdiscurso*¹⁹⁸ aqui

198 Como vimos no capítulo 2, os discursos são constituídos pela relação do *interdiscurso* (o que já foi

presente seria o conflito entre a tradição política-operária do anarquismo com as “propostas anarquizantes” que emergem no pós-Segunda Guerra e renascem no bojo das manifestações de contracultura, conforme observou Francisco Foot Hardman:

[...] houve uma ruptura entre o movimento anarquista mundial que interveio na luta de classes até a guerra civil espanhola, início da II Guerra Mundial, e, posteriormente, as gerações que reapareceram já nos anos 60, retomando propostas “anarquizantes”, estando filiadas, contudo, não mais ao movimento operário e sim a movimentos radicais da pequena burguesia nas Universidades, nos meios artísticos, nas manifestações da juventude na Europa e nos EUA, marcadas pelos signos de maio de 68 e Woodstock. (HARDMAN, 1983, p.76.).

O que podemos perceber a partir da análise do *Libera* é um movimento de depuração dessa herança “anarquizante”, “contracultural”. Ainda que o anarquismo tenha sido revalorizado nesse período, não será essa a referência escolhida pelos libertários do CELIP. A memória que será mais valorizada será a do movimento operário, da tradição socialista que emerge a partir de meados do século XIX.

Na elaboração de sua memória, o *Libera* elege um marco, um “antes-e-depois” que, para o jornal, teria começado a “mudar a visão anarquista brasileira”. Assim, 1995 foi eleito o ano-chave, que teria sido marcado por dois aspectos:

[...] o início de uma relação com a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), que a princípio era apenas fraterna e agora é orgânica e no Processo; [e] a busca, por uma série de grupos e companheiros, de uma forma simultânea e muitas vezes espontânea, de uma maior organicidade, inserção social, referência de luta viável e não apenas histórica, enfim, de um Processo. (*LAM*, n. 59, abr.1996, p.1).

Na construção do especificismo no Brasil, outra organização vai cumprir

dito, o que faz parte da memória) com o *intradiscurso* (o que se está dizendo). Nesse processo, o receptor também constrói o sentido do que está lendo a partir de seu conhecimento prévio desses outros discursos que compõem, explícita ou implicitamente, na mensagem comunicada pelo emissor.

papel relevante: a Federação Anarquista Gaúcha (FAG), fundada em 1995. Como vimos no depoimento de Renato Ramos, um integrante do CEL, Bruno Rocha, foi para Montevideu e tomou contato com a FAU. De lá, ele teria enviado uma carta para a Juventude Libertária de Porto Alegre (JULI) – um dos embriões da FAG – relatando os “conceitos, métodos e a força histórica da concepção especificista” (FAG, 2015a, p.9). Em livreto sobre seus 20 anos de fundação, a FAG reproduz trecho da missiva, identificando seu autor apenas como “um compa [*companheiro*] brasileiro”:

“O que começou por acaso acabou sendo a melhor experiência política da minha vida”, dizia o compa em sua carta. E mais adiante: “a organização funciona e tem uma cultura orgânica muito boa. (...) Na região do Prata, a forma de organização concebida por Malatesta toma o nome de especificista. (...) Desde o seu nascimento, em 1956, a organização com nome de federação tem base popular e postura organicista. Isto porque o anarquismo uruguaio teve continuidade histórica e manteve suas bases operárias.” (Ibid. p.9).

Os contatos com o Uruguai foram se estreitando, catalisados pelo desejo dos libertários gaúchos em fazer um movimento forte, com unidade teórico-metodológica.¹⁹⁹

A carta foi um divisor de águas, nos ajudou a definir melhor o que se procurava: a construção de uma organização específica anarquista que federava e dava unidade de teoria e de prática aos militantes da região. Daí as relações com a FAU pela mão deste compa vão ganhando status mais orgânico. Em outubro [*de 1995*] um delegado da Juventude Libertária visita Montevideu e faz acordos de cooperação. (Ibid. p.9).

Como consequência desse processo, em 18 de novembro de 1995, numa dependência da Usina do Gasômetro em Porto Alegre, era criada a FAG. Participaram dessa fundação a Juventude Libertária, que reunia ativistas de Porto Alegre, Canoas,

¹⁹⁹ No documento da FAG, isso é expresso no seguinte trecho: “Por uma década [*de 1985 a 1995*] se experimentou de tudo, conservando a síntese do princípio do século, onde os diferentes matizes libertários trabalhavam ou tentavam trabalhar todos juntos. Depois de umas tantas tentativas, nos acertos e nos muitos erros, toda a vontade de fazer um movimento forte gerou uma camada de militantes com ganas de se organizar politicamente, para ter inserção social e colaborar ativamente na luta das classes oprimidas brasileiras.” (FAG, 2015, p.8).

Guaíba e Gravataí; o Grupo Ativista Libertário (GAL), de Alegrete; e o Coletivo de Ação Libertária (CALIBRE), de São Leopoldo.

Todos esses coletivos – assim como a FAG, logo depois de fundada – já mantinham relações com o *Libera* e eram citados no rodapé da última página do informativo, na seção “Endereços Libertários”. Naturalmente, esse desejo em comum – criar atividades anarquistas com inserção nos movimentos populares – vai unir os grupos num projeto nacional iniciado em 1996 e batizado de *Construção Anarquista Brasileira*. A FAG resume assim a iniciativa:

O processo chamado Construção Anarquista Brasileira convocava os anarquistas a formarem grupos orgânicos, isto é, organizações permanentes reguladas por acordos internos tomados por decisão coletiva, com uma metódica atividade de participação e compromisso em organizações operárias e populares. A intenção era criar graus maiores de coordenação, até ter linhas de intervenção e frentes de trabalho para todos os setores oprimidos do Brasil, ao mesmo tempo construir uma Organização Brasileira anarquista e simultaneamente semear uma Coordenação com as organizações irmãs de nosso continente. A primeira etapa tinha prazo de validade determinado em cinco anos, de 1996 até 2001. (Ibid. p.13-14. Grifo original.).

Felipe Corrêa também chama a atenção sobre a participação do CELIP/*Libera* no processo de Construção Anarquista Brasileira:

Nesta tentativa de trazer o modelo de anarquismo uruguaio ao Brasil, o CELIP, além de abrir espaço para a divulgação destas ideias nas páginas do *Libera...*, foi responsável pelo contato com grupos interessados e pela distribuição no Brasil de um documento chamado *Luta e Organização*, que incentivaria a criação da Construção Anarquista Brasileira (CAB) [...]. [O texto] influencia muito os membros do CELIP que, além de estudarem o documento com afinco, passam-no à frente para outras pessoas e grupos interessados na discussão daquilo que se chamaria anarquismo organizado ou anarquismo organicista. O objetivo da CAB era criar, em cinco anos, grupos orgânicos e organizações em nível local, regional ou estadual. (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.26-27).²⁰⁰

200 O texto *Luta & Organização* foi reeditado pela FAG em 2015, por ocasião das comemorações dos 20 anos da experiência de construção do especificismo no país.

O caminhar dessa construção, entretanto, não foi homogêneo ou isento de obstáculos. Como admite a própria FAG, “a empolgação do novo não deu maturidade para cumprirmos prazos” e “a falta de experiência precipitou as definições orgânicas e logo obrigou um passo atrás.” (FAG, 2015a, p.15).

Uma nova tentativa de articulação nacional se deu no meio estudantil, durante o Congresso da UNE, em julho de 1997. Naquele evento, foi fundada a Organização Socialista Libertária (OSL), que pretendia ser uma agremiação “anarquista federalista, de estrutura horizontal”, atuando “fora das instâncias da democracia representativa burguesa”. De acordo com a Carta da OSL, aprovada na ocasião, essa nova entidade seria, na verdade, “a denominação que tomou o antigo processo de Construção Anarquista Brasileiro (CAB)”, do qual já faziam algumas OSLs regionais – São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Pará. (Ibid. p.15). Todavia, mais uma vez a experiência parece não ter alcançado o êxito esperado, conforme opinião da FAG:

Este intento de Organização no país entra em crise muito cedo [...]. As experiências federativas regionais não puderam se construir com bases sólidas. Era uma estrutura desproporcional à capacidade militante que reunia, que não refletia um bom nível de acordos prévios, em teoria e tática, para a prática política. (Ibid. p.15).

Nas páginas do *Libera* podemos acompanhar outras tentativas de articulação nacional com vistas a alcançar o principal objetivo: inserir os anarquistas, organicamente organizados, nos movimentos sociais da época. Um desses processos foi chamado de Resistência Popular (RP), que pretendia ter um caráter mais amplo. “A RP foi o signo para nós de uma nova era. Para bem e para mal”, conta Alexandre Samis. “Foi uma tentativa de construir uma tendência, ampla o suficiente para queoubessem elementos não-anarquistas, mas libertários” (SAMIS. Entrevista, 2014).

Na edição 96, o informativo carioca fazia um histórico da RP, que realizou seu congresso de fundação em janeiro de 1999, com aprovação de sua Base de Acordo. O grupo se definia como “organização política de esquerda combativa”, que não buscava “diálogo com a classe exploradora” e atuaria “fora das instâncias da democracia burguesa” (*LAM*, n.96, set.-out., 1999, p.4). A ação direta seria o principal fundamento. O caráter mais amplo – não necessariamente anarquista, mas libertário – fica evidente quando a RP diz que pretende “somar forças com mais pessoas e grupos”, visando atuar em entidades como associações de moradores, grêmios estudantis, DCEs, etc.

No início do ano 2000, o *Libera* noticiava a realização do Seminário Estadual Pró-Resistência Popular, em Nova Friburgo/RJ, nos dias 28 e 29 de janeiro. De acordo com o texto, mais de 40 pessoas participaram, entre as quais os representantes das “cinco células da corrente no Estado: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Baixada Fluminense e Nova Friburgo.” (*LAM*, n. 98, jan.-fev. 2000, p.4.); além de integrantes do CELIP, do Laboratório de Estudos Libertários (LEL) e do Círculo de Estudos de Nova Friburgo. No evento, articulou-se para abril de 2000 (chamado de “data da invasão”, em referência aos 500 anos de “descobrimento”) o envio de delegados para os protestos em Porto Seguro/BA.

Com todos os avanços e recuos, os anarquistas do CELIP/*Libera* iniciaram, naquele final dos anos 90, uma articulação maior com movimentos sociais concretos. Nesse sentido, a partir de 1997 os libertários cariocas começam os trabalhos com as ocupações urbanas. O historiador Alexandre Samis, então militante do CELIP, participou desse processo e compartilhou suas memórias a respeito:

Em 97 a gente fez a primeira experiência junto a ocupações urbanas, que foi a ocupação do prédio da Mém de Sá, chamada de “Nova Canudos”. Foi quando a gente conheceu o André de Paula [*advogado e ativista junto ao movimento dos sem-teto*]. Ali estávamos todos unidos – o que hoje é a UNIPA [*União Popular Anarquista, grupo formado em 2003*], o que hoje é a FARJ. Além de muitos independentes e militantes do coletivo Mutirão, estes últimos fundadores da FARJ.

A partir dali, eu acho que a gente começa a desenvolver um caminho mais evidente, mais claro. Para a sociedade mesmo, para o conjunto de forças da esquerda. A gente começa a aparecer com uma fisionomia um pouco mais definida. Então, começa um trabalho de inserção um pouquinho mais consistente, mais consequente. (SAMIS. Entrevista, 2014)

No fim de 1999, o *Libera* também noticiou uma atividade político-educacional bem característica da tradição anarquista. Na ocasião, foi lançado um pré-vestibular “de orientação libertária” no Morro dos Macacos, comunidade carente do bairro de Vila Isabel. O coletivo que organizava a iniciativa era mantido com ajuda de R\$ 7 por mês de cada aluno. A notinha no informativo solicitava colaboração dos leitores para que enviassem cartões telefônicos a fim de facilitar a comunicação entre os professores voluntários:

Os organizadores [...] estão encontrando dificuldades devido a problemas de informação, pois a maioria dos professores não possui telefone. A solução encontrada pelo coletivo foi criar uma “central telefônica de informações”. O gasto com 15 professores comprando cartões é alto [...] por este motivo foi criada uma campanha para que os simpatizantes de uma universidade pública e popular enviem ao menos um cartão telefônico a caixa postal do *Libera...*, aos cuidados do Pré-Vestibular. (*LAM*, n.97, nov.-dez. 1997).

Assim atuavam os anarquistas do CELIP/*Libera*, rumo ao século XXI, driblando dificuldades e se definindo politicamente. Nesse processo, vão reafirmando sua identidade-militante, construindo sentidos e se ligando a determinadas referências históricas. Isso fica claro no editorial “Para nós anarquistas”, publicado na edição 96 do periódico. O texto propõe uma retrospectiva, uma reflexão sobre “os porquês de tudo o

que está ocorrendo ao nosso redor”. Estruturado em perguntas e respostas, como numa cartilha, procura definir, num estilo direto, que tipo de anarquismo era defendido pelos editores:

Existe uma pergunta já clássica, embora recente, e repetida várias vezes:

– *O que é anarquismo?* Sem enrolação queremos colocar, ao menos, nossa opinião e conceito:

– *O anarquismo é uma ideologia revolucionária, uma doutrina de libertação social e uma ferramenta teórico-prática para executar esses propósitos.* Logo em seguida, vem outra pergunta:

– *O que é ser anarquista?* Novamente, na forma mais direta possível:

– *Os anarquistas são todos aqueles que simpatizam e/ou são adeptos de uma proposta revolucionária para construir uma sociedade sem classes, federalista e autogestionária.* E por fim, a última pergunta habitual:

– *O que é ser militante anarquista?*

– *É estar comprometido material e intelectualmente com um projeto político popular e revolucionário, dedicando seu tempo, esforço e vontade; abdicar das possibilidades de ascensão neste sistema vigente; é se arriscar e se dedicar ao coletivo, e através deste, com nossa classe e povo, solidariamente contribuindo para o **esforço organizado** da luta popular.* (LAM, n.96, set.-out. 1999, p.1. Grifos originais).

Como já dissemos, trata-se de mais um momento em que os libertários do CELIP/*Libera* procuram reafirmar um caráter popular, em detrimento da imagem de um anarquismo meramente “artístico”, “comportamental”, “boêmio” ou “contracultural” – ou, como disse Bookchin, um “anarquismo estilo de vida”.

Este momento é, mais do que nunca, hora de discutirmos valores e conduta. Não sobre irrelevâncias comportamentais sobre o que comer (num país de famintos!!!), o que vestir (numa terra de esfarrapados!!), que música escutar, ou ficarmos de papagaiada discutindo nossas vidas privadas, numa auto-análise burguesa e individualista. É hora de fazermos o óbvio, ou seja, cultivarmos os valores anarquistas da única maneira possível: militando. (Ibid. p.1).

O parágrafo final dava o fecho necessário, solidificando a identificação “classista” buscada pelos editores – eles próprios integrantes das camadas médias, mas

desejosos de militar junto aos mais explorados.

Agora, só queremos lembrar nossos “heróis sociais” de carne e osso, a maioria que acorda às 4 da manhã, come marmitta e volta para morar em um barraco (quando a chuva já não o levou...). Queremos convocar os anarquistas a terem um esforço e dedicação na militância do tamanho da garra que os trabalhadores desta terra têm para levar comida e dignidade para seus lares. (Ibid. p.1).

3.5. Com humor, rumo ao centésimo *Libera*

Além do texto sobre a morte de Ideal Peres, que vimos anteriormente, o *Libera* publicou homenagens a outros anarquistas que partiram. Como não deveria deixar de ser, eram registros cheios de tristeza, saudade e respeito.

Mas havia um lado cômico na morte – pelo menos quando se tratava do falecimento dos inimigos da ideologia libertária. Dessa forma, o jornal também registrava, vez por outra, o passamento de figuras não gratas: fascistas, ditadores, governantes corruptos, entre outros representantes da direita, e também da esquerda autoritária. Eles recebiam um tipo especial de anti-homenagem *post mortem*, que passou a ser publicada a partir da edição 54, de novembro de 1995. Utilizando *o humor como arma política*, o *Libera* criou uma espécie de mini-obituário satírico, que continua a ser veiculado até hoje: o “Bar-restaurant Lixo da História”, um “lugar do além” que receberia toda a escória do mundo político.

Dizem que em algum lugar do além, em outra dimensão, existe um antro chamado Bar-Restaurante Lixo da História. Lá estão, para toda eternidade, Hitler, Stalin, Mussolini, Franco, Salazar, Vargas e todos aqueles que durante suas hediondas vidas mereceram... o lixo da história. (*LAM*, nº54, nov.1995, p.4).

Assim começava a divertida seção, que anunciava os dois primeiros “clientes”. Um deles era Plínio Correia de Oliveira, descrito como “líder da seita fascista Tradição, Família e Propriedade (TFP)”, “reaça [SIC] desde a juventude” e integralista que “lutou contra o comunismo, o divórcio, a reforma agrária”. O outro que desencarnou em outubro daquele ano foi o deputado Amaral Netto, que, segundo o *Libera*, “começou sua carreira como puxa-saco do governador Carlos Lacerda”. O

jornal ainda o chamava de “repórter” da TV Globo em programas que exaltavam as obras da ditadura. Ao isolar a palavra *repórter* entre aspas, o informativo deixava transparecer sua crítica às práticas e aos agentes do jornalismo hegemônico, como se dissesse que aquilo não deveria ser considerado jornalismo de verdade.

Vimos que o uso do humor está presente desde o “primeiro terço” da história do periódico, e continua nas outras duas fases analisadas (1995 a 2000; 2001 a 2011). Nesse sentido, o *Libera* se liga à tradição dos primeiros jornais alternativos dos anos 60, que nasceram como uma reação satírica ao caricatural daquele momento político tenso (o golpe de 64). “Cínicos e libertários, os escritores satíricos e cartunistas desempenharam um papel central na resistência à ditadura brasileira”, lembrou Bernardo Kucinski (1991, p.14).

Foi com esse espírito que Millôr Fernandes publicou um jornal que se transformou em um “clássico” dos independentes, mormente entre os de feição humorística: o *Pif-Paf*, lançado em junho de 1964. Sua linha editorial antecipava um pouco o que seria *O Pasquim*, ou seja, muito humor usado como ferramenta de crítica política. Já se antecipava também a truculência do Estado autoritário frente às piadas sobre sua própria existência mambembe: mesmo antes das nuvens negras do Ato Institucional nº5, *Pif-Paf* fora apreendido durante o governo Castelo Branco (1964-1967). Uma fotomontagem do presidente-ditador – reproduzido como uma das candidatas ao concurso “Miss Alvorada 65” – levou ao recolhimento do número 8. Sem dinheiro para cobrir o prejuízo, Millôr abandonou a empreitada com muitas dívidas a pagar. (CHINEM, 1995, p.32; KUCINSKI, 1991, p.13-19).

De modo semelhante, o *Libera* debochava dos representantes da ordem capitalista, profanava os ícones do marxismo-leninismo e praguejava os nazifascistas. Sem

papas na língua. Eventualmente, a clássica verve anticlerical e ateia dos libertários também servia de combustível para boas piadas. Uma das melhores ocupou uma página inteira da edição 89, de 1998 (*figuras 28 e 29*). O delicioso texto “Chiste libertário” contava uma história que envolvia Bakunin, Deus e o Diabo.²⁰¹

Resumindo o enredo: Quando o anarquista russo morre – “para a tranquilidade dos reis, presidentes, burgueses e marxistas de plantão”, salienta o texto – seu “extenso *curriculum*” o faz ir direto para o inferno. O Diabo, então, recebe-o de braços abertos, reservando-o o “Setor 1” do inferno para o ferrenho revolucionário que sempre criticou a subserviência dos humanos à ideia de Deus. Mas logo o Belzebu fica sabendo que o velho anarquista organizou um sindicato e promoveu uma greve por melhores condições no setor. O Diabo, “puto nas calças”, mandou o russo para uma área pior. Mais uma vez, entretanto, o ácrata organizou um movimento, irritando o Tinhoso, que o mandou para uma solitária infernal. Mas era tarde: todo o inferno estava em greve geral, em solidariedade a Bakunin. O Diabo, então, resolve mandá-lo para o céu, imaginando que ele iria plantar a balbúrdia no Paraíso. A conclusão da história é a seguinte:

Lá embaixo, Belzebu estava na maior expectativa com as notícias do Céu. Cara colada na *home-page* celestial (afinal, ele era um capeta atualizado), esperando notícias de uma sublevação geral no Reino do Senhor. Passa um dia, dois dias, três, quatro, e nada, nenhuma notícia de anormalidade lá em cima. Quando deu uma semana, Belzebu não suportou, pegou o elevador e foi lá conferir pessoalmente. Discretamente, assobiando e com as mãos para trás, ele foi se aproximando da portada do Céu, onde estava São Pedro trabalhando normalmente. Encostou no guichê, olhou distraidamente para as unhas, e puxou papo com São Pedro:

- *E aí Pedro, tudo bem por aí?*
- *Tudo tranquilo como sempre* – respondeu o santo.
- *Vem cá, e um cara que eu mandei praí, um tal de Miguel...*
- *Bakunin* – completou São Pedro – *ele está bem, por quê?*
- *Nada em especial, mas... ele não tem feito nenhuma agitação por aí?*

201 De acordo com Alexandre Samis, o chiste foi contado aos militantes do CELIP por um anarquista das Ilhas Baleares (Espanha) chamado Peter, que integrava o grupo Estel Negro. (Observação feita durante a Defesa de Tese, realizada em 31 de março de 2017).

– Não que eu saiba. – respondeu Pedro.
 – E Deus, não comentou nada sobre esse tal Bakunin? – perguntou o diabo.

Nesse momento, São Pedro se levantou, colocou as duas mãos nos ombros de Belzebu e, olhando nos seus olhos, falou decidido:

– *Companheiro Belzebu, Deus não existe!*

(LAM, n. 89, out. 1998, p.4.).



...AMORE MIO



Figuras 28 e 29 – Página na qual foi publicado o texto “Chiste libertário” e o detalhe da figura que o ilustra. Na história, Bakunin tira o Diabo do sério.

Sobrevivendo aos trancos e barrancos, mas não deixando o bom humor de lado, o *Libera* alcançou, no meio do ano 2000, uma marca histórica para qualquer jornal independente: a publicação do seu número 100 (*figuras 30 e 31*). O feito já fora anunciado na seção “Notícias Libertárias” da edição anterior, com a convocação da festa em comemoração:

Centésimo Libera...: Comemoraremos no dia 10 de julho, sábado, na Casa da Soma, o Libera... Amore Mio número 100. O evento festivo será iniciado às 15:00h com todos juntos cantando a Internacional e, na sequência, pequeno histórico do Libera...; apresentação das organizações libertárias locais; uma palestra sobre as origens do anarquismo na cidade do Rio de Janeiro e, para concluir, um debate aberto sobre as perspectivas do movimento anarquista. (*LAM*, n. 99, mar.-abr. 2000, p.4).

O centésimo número trazia uma ligeira alteração gráfica, com a edição impressa em duas cores: preto e magenta. Esta última, por ser próxima ao vermelho, dava uma carga significativa ainda maior para o periódico libertário, pois a combinação rubro-negra simboliza tanto o anarco-sindicalismo quanto o anarco-comunismo.

No título do editorial, o informativo mantinha a verve lúdica, realizando um jogo de palavras com base na semelhança fonética (as palavras “sem” e “cem” são homófonas, ou seja, possuem o mesmo som): “SEM ESTADO! SEM CAPITALISMO! SEM AUTORIDADE! CEM *Liberas*...!!!!!!”.

Na primeira linha da chamada, os maiores desejos do anarquismo: uma sociedade sem Estado, capitalismo e autoridade. Uma frase que se insere no campo da utopia. Já “Cem *Liberas*...!!!!!!” se identifica com o já realizado, com a conquista. Uma marca difícil para a imprensa anarquista. Os editores comemoravam:

Chegamos ao centésimo Libera...! Conseguimos atravessar a década de 90 e, se depender de nós, entraremos pelo século 21 com a mesma disposição daquele “longinquo” junho de

1991 quando, reunidos em um bar da estação de bondes, na Rua Senador Dantas, decidimos publicar um informativo para o CEL (hoje CELIP). (LAM, n. 100, mai.-jun. 2000, p.1).



Figuras 30 e 31 – Detalhe do cabeçalho e capa da centésima edição do *Liberas... Amore Mio*.

No desenvolvimento do texto, a história do periódico e do CELIP são recontadas. Uma memória que é repetida a cada edição comemorativa, mas que ganha atualizações à medida que os militantes vão se engajando em novas experiências.

Sem falsa modéstia, o papel do periódico era reconhecido por seus autores:

A partir do *Libera...* muit@s companheir@s tiveram (e continuam tendo) o primeiro contato com textos teóricos, históricos e sobre as experiências passadas e presentes do anarquismo no Brasil e no mundo. As “Notícias Libertárias” e a intensa correspondência vinculada ao envio do *Libera...* (alguns milhares de cartas trocadas nesses anos...) serviram como ponte para o aumento das relações e da solidariedade entre os libertários. (Ibid. p.1).

O caráter do jornal como difusor do anarquismo brasileiro para o exterior também foi ressaltado:

As atividades libertárias no país e as análises de nossa realidade “político-econômico-social” através de uma ótica anarquista vêm sendo divulgadas para dezenas de grupos e individualidades libertárias pelo mundo afora, sendo muitas de nossas matérias traduzidas e reproduzidas pela imprensa libertária internacional. (Ibid. p.1).

O trecho final revelava o anseio de continuar com a publicação e com o trabalho de organização do anarquismo no Rio e no país:

Continuaremos resistindo e lutando com todas as nossas forças. Não apenas para manter vivo o informativo, mas para alavancar, a partir do CELIP, a organização libertária no estado do Rio de Janeiro e, dentro do nosso alcance, em todo o país. (Ibid. p.1).

CAPÍTULO 4

Libera, 2000-2011: anarquismo para o século XXI

*“A maior parte da energia criativa e da política radical
provém, na atualidade, do anarquismo.”*

David Graeber

*“Socialismo sem liberdade é tirania e opressão. Liberdade sem socialismo é
privilégio e injustiça.”*

M. Bakunin

Chegamos, agora, ao último terço da história de 150 edições do *Libera*. Ou seja: os números 101 a 150, publicados entre 2000 e 2011. O jornal, portanto, entra no século XXI, mantendo sua defesa apaixonada do anarquismo como uma ideologia que teria muito a contribuir para o futuro da humanidade.

Um século que começa quente – ou, na verdade, esquenta mais ainda o que já vinha fervendo desde o início da década anterior. Afinal, para Hobsbawm (1995), o “breve século XX” teria terminado já em 1991, dando início a uma era cujos desdobramentos e consequências ainda podem ser sentidos hoje.

No caso da América Latina, economias que seguiram à risca o receituário neoliberal foram arrasadas, como foi o caso da Argentina no início do novo milênio. O descontentamento das massas com o neoliberalismo, entretanto, foi habilmente catalisado pelo sistema, que permitiu a emergência de governos que se vangloriavam por seu passado “à esquerda”, mas que tiveram de abandonar traços mais “radicais” de seus discursos. Sob a lógica da “governabilidade”, muitos líderes “neodesenvolvimentistas” sentaram à mesa junto a frações da classe dominante para “tranquilizar o mercado” – e manter intacta nossa posição de semicolônia. No Brasil, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder foi um dos exemplos desse processo. O *Libera*, como não podia deixar de ser, analisou criticamente toda essa conjuntura e “soltou o verbo” em suas páginas.

Outros acontecimentos da primeira década do século também entraram na pauta do informativo, como o ataque de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas, seguido da retaliação de George W. Bush ao Afeganistão e ao Iraque; a continuidade do movimento “antiglobalização”, com forte presença dos anarquistas; a criação do Fórum Social Mundial (FSM) como contraponto ao modelo neoliberal; os escândalos de

corrupção que começaram a manchar a história do PT; e o persistente quadro de violência e precariedade das camadas pobres no Rio de Janeiro.

No alvorecer do milênio, o *Libera* também vai se manter vigilante em relação às artimanhas da “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997), sempre disposta a transformar movimentos de contestação em imagens vendáveis na roda da indústria cultural. Nesse sentido, o jornal continua sua “guerrilha semiológica” (ECO, 1984) a fim de não permitir que o anarquismo seja considerado apenas um “estilo de vida” (BOOKCHIN, 2009), ou mais um elemento estético na prateleira de mercadorias da sociedade contemporânea.

O intervalo 2000-2011 também foi marcado pela maior inserção social dos militantes ligados ao *Libera*. Assim, materializava-se o desejo de reinserir o anarquismo nas lutas populares. E um dos trabalhos de maior relevância no período foi realizado junto ao movimento de sem-teto do Rio de Janeiro. Claro que o processo não deixou de ter altos e baixos, consensos e dissensos, demonstrando a rica complexidade das redes sociais em “territórios dissidentes” (SOUZA, 2015).

A despeito de seu caráter aglutinador, com vistas a organizar os anarquistas nacional e internacionalmente, os editores do *Libera*, que abraçam a corrente especificista, também vão sofrer críticas de outros grupos e indivíduos no interior do campo libertário. Desse modo, ao lado das prolíficas articulações surgem as desagradáveis (e talvez inevitáveis) rúsgas. Parte delas podemos acompanhar nas páginas do jornal que, por isso, é uma fonte privilegiada para compreendermos as disputas por hegemonia dentro do universo anarquista no Brasil e, mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro.

O “último terço” de nossa história também comporta um de seus mais

importantes marcos: a fundação, em 30 de agosto de 2003, da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ). Isso vai impactar diretamente o *Libera*, que muda de *status*: deixa de ser o “Informativo do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres” para assumir o posto de “Informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro”. A transformação também ocorreu na parte gráfica, conforme veremos a seguir.

Mudança que, a partir de 2006, vai se tornar mais radical. Depois de 135 edições e 15 anos no formato A4, com impressão feita em fotocopiadoras, o informativo passou a ter, a partir do número 136, a cara de um jornal. Assim, vai ser impresso numa gráfica, em método *offset*, permitindo a adoção do formato tabloide. O projeto gráfico também se transforma completamente, com a diagramação apresentando um aspecto profissional, além de esteticamente mais agradável.

Também veremos, neste quarto capítulo, que o período entre 2000 e 2011 foi de aprofundamento da comunicação via internet. Nesse sentido, datam dessa época a criação da primeira *home page* do coletivo e uma maior utilização do *e-mail* como forma de interação com os leitores e outros agrupamentos libertários.

Por fim, abordaremos o grande feito alcançado pelo *Libera*: ter chegado à marca de periódico anarquista de maior longevidade contínua na história do Brasil, superando, inclusive, o clássico *A Plebe*, de Edgar Leuenroth. O recorde motivou a produção de uma edição comemorativa (nº 150), com oito páginas, a qual analisaremos mais de perto no último tópico deste capítulo.

4.1. O *Libera* chega ao século XXI: alguns aspectos do contexto social-histórico entre 2000 e 2011

De 2000 a 2011, período no qual se desenrola o “último terço” da trajetória de 150 edições do *Libera*, muitos acontecimentos marcaram o contexto social-histórico no início do século XXI. Por serem bastante recentes, seus desdobramentos e consequências ainda podem ser sentidos hoje.

Em nível global, o neoliberalismo continua seu avanço. Contudo, ele vem experimentando alguns reveses – como as crises econômicas internacionais na virada dos anos 90 aos 2000 – que abalaram (relativamente) seu domínio. No caso da América Latina, economias que seguiram à risca o receituário do “Consenso de Washington” foram arrasadas, como foi o caso da Argentina no início do novo milênio (FERNANDES, 2003; BBC, 2001). O descontentamento das massas, todavia, foi catalisado pela ascensão eleitoral de governos que se vangloriavam por seu passado “à esquerda”, mas que tiveram de abandonar traços mais “radicais” para poderem se aliar a frações da classe dominante em projetos com matizes “neodesenvolvimentistas”. No Brasil, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder foi um dos exemplos desse processo.

Portanto, a despeito das claras indicações de que suas promessas de desenvolvimento e bem-estar não podiam ser concretizadas, o “capital-imperialismo” – expressão utilizada por Virgínia Fontes – não deixou de ser hegemônico.²⁰² “Nas

202 Propondo um retorno aos clássicos do marxismo – em especial Marx, Lenin e Gramsci – Virgínia Fontes busca analisar “a crise social, que se prolonga e intensifica há três décadas” no país, além dos “processos econômicos articulados a seus efeitos sociais e às lutas de classe no Brasil contemporâneo” (FONTES, 2010, p.11). Assim, ela discute “o movimento histórico do capital, que sem cessar altera as condições da vida social, exacerba contradições e promove novas tragédias socioambientais ao procurar expandir-se ilógica e absurdamente.” (Ibid. p.11). Nesse sentido, a expressão “capital-imperialismo” permitiria: “[...] capturar o movimento peculiar ocorrido após a Segunda Guerra Mundial que aprofundou e alterou os traços fundamentais do imperialismo tal como formulado por Lenin. Novas características

contradições de sua expansão”, argumenta a historiadora, “o capital-imperialismo adentra o século XXI sob formidável crise, exasperando o sofrimento social e agravando as expropriações que constituem sua condição de existência.” (FONTES, 2010, p.14). Nesse processo – como estamos afirmando ao longo desta tese – cumprem papel de destaque os “aparelhos privados de hegemonia”, trabalhando para obter o consenso da opinião pública e operando “um verdadeiro apagamento retórico das classes sociais” (Id. p.15).

Considerando tanto o contexto local quanto o global, o *Libera* vai continuar a cumprir, no despontar do novo milênio, sua proposta de interpretar os acontecimentos contemporâneos pela perspectiva libertária – ou, pelo menos, pela ótica da corrente *organizacionista* ou *especifista* do anarquismo. O ataque às Torres Gêmeas 11 de setembro de 2001, seguido da retaliação de George W. Bush ao Afeganistão e ao Iraque; a continuidade do movimento “antiglobalização”, com forte presença de grupos anarquistas; a criação do Fórum Social Mundial (FSM); a ascensão do PT ao poder no Brasil, acompanhado de escândalos de corrupção que mancharam sua história; ou a persistente conjuntura de violência, precariedade das camadas pobres e descaso dos governantes no Rio de Janeiro. Entre outros, estes temas serviram de pauta para o informativo libertário que, superando dificuldades, caminhava rumo à marca de jornal ácrata brasileiro mais longo da história.

Um dos acontecimentos interpretados criticamente pelo *Libera* foi o período de comemorações oficiais dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil. Nadando contra a corrente da mídia corporativa ou da propaganda oficial do governo FHC, então em seu

resultariam exatamente de sua dilatação em nova escala. A perpetuação da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível.” (Ibid. p.14). Para uma compreensão mais profunda sobre o conceito *imperialismo*, o que foge dos objetivos deste trabalho, consultar LENIN (2012).

segundo mandato,²⁰³ o jornal anarquista produzia um discurso que buscava evidenciar o processo de colonização como uma violência contra os povos autóctones. Esse era o teor do artigo “Sobre elites e latrinas” (*LAM*, n.101, jul.-ago. 2000, p.3), assinado por José Carlos Morel. Nesse sentido, o autor denunciava:

Os portugueses e espanhóis nada mais representaram a não ser a vanguarda de uma invasão desumana, mas perpetrada em nome da Racionalidade, do Amor Cristão e dos sagrados direitos da Civilização e que custou – considerando apenas o Brasil entre 1500 e 1600 – mais de seis milhões de mortes entre os indígenas. (Ibid. p.3).

O histórico anticlericalismo dos libertários também era expresso na crítica ao cristianismo, considerado pelo autor uma “lobotomia do espírito”:

Mas, tão ou mais grave que a morte dos corpos, foi a lobotomia do espírito, patrocinada pelo Cristianismo, sempre fiel coadjuvante das elites europeias na sua conquista do mundo. Seria muito difícil computar os aleijões de alma, a sífilis da libido, as escrófulas do entendimento semeadas pelos urubus jesuítas ou *quackers*, pela Inquisição, pelos caçadores de bruxa, etc. (Ibid. p.3).

O *Libera*, em grande medida, se juntava a outras vozes periféricas que se manifestaram contra o discurso central. Desse modo, os festejos oficiais na Bahia, em 22 de abril, foram um fracasso em seu objetivo de passar uma imagem de nação unida. Pelo contrário, eles desnudaram o papel autoritário do Estado, que respondeu com a repressão policial contra manifestantes – entre eles índios pataxós e trabalhadores sem-terra. A repercussão no exterior foi vexaminosa. O jornal francês *Le Monde*, por exemplo, estampou a manchete “Brasil comemora 500 anos reprimindo índios”. (O

203 Fernando Henrique Cardoso soube capitalizar o relativo sucesso da estabilização econômica do Plano Real, conseguindo que o Congresso Nacional aprovasse, em junho de 1997, a emenda constitucional que permitia a reeleição – embora, como registrou Daniel A. Reis Filho, os métodos empregados para tal aprovação fossem “denunciados como corruptos e fisiológicos”. Assim, a identificação de FHC como “o presidente do Plano Real” garantiu-lhe duas vitórias eleitorais em primeiro turno: em 1994, com 55,2% dos votos, e em 1998, já com a nova regra da reeleição, com 55% de aprovação das urnas. (REIS FILHO, 2014, p.117).

GLOBO, 2013).

A revolta contra a “versão oficial da história” também atingiu a face mais midiática e espetacularizada dos festejos do “descobrimento”: o Relógio dos 500 anos, instalado pela Rede Globo em 28 cidades brasileiras. O monumento, criado pelo *designer* Hans Donner, tinha o objetivo de marcar o tempo que faltava para chegada do dia 22. Em cidades como Fortaleza e Porto Alegre, o símbolo fora atacado por manifestantes, que assim materializaram seu protesto em ação direta.²⁰⁴

No alvorecer do século XXI, o *Libera* também continua sua militância contra o “consenso neoliberal”, alinhando-se (criticamente) aos movimentos anticapitalistas globais que desde os protestos de Seattle, em 1999, ganhavam mais notoriedade. Na edição 101, por exemplo, foi publicada notícia acerca do “Dia de Ação Global contra o Capitalismo”, a ser realizado em 26 de setembro – por isso, era identificado pelo código S-26).²⁰⁵ A nota era assinada pela Agência de Notícias Anarquistas (A.N.A.) e evidenciava, além do evento em si, alguns aspectos da comunicação alternativa pela internet que então começava a despontar.

O texto dava conta movimentos que, embora heterogêneos, confluíam em direção a valores que se aproximavam do que anarquistas vinham defendendo desde o século XIX – e a presença de ácratas contemporâneos nesses movimentos de ação global confirma isso. O que os unia, portanto, era o desejo por um modelo de sociedade

“em que as pessoas não explorem nem oprimam outras pessoas, comunidades e

204 Detalhes em: DIÁRIO DE CUIABÁ (2000), FOLHA DE SP (s.d.) e DIÁRIO DO GRANDE ABC (2000).

205 O termo “ativismo global”, também chamado de “ativismo transnacional”, ganha destaque “especialmente a partir das grandes manifestações contra a globalização capitalista – como em Seattle, em 1999 – e encontros como o Fórum Social Mundial” (MULLER. In: KOCHER, 2011, p.34). “O ativismo transnacional”, explica Bruno Muller, “é um elemento chave do novo contexto da globalização, no qual se percebe uma crescente permeabilidade e interação entre os âmbitos nacional e internacional.” (Ibid. p.34). As origens desse tipo de movimento devem ser buscadas nos anos 1970, “tendo como matrizes os movimentos de estudantes e trabalhadores de 1968, influenciado pelos novos movimentos sociais (feminismo, ecologismo, movimentos de estudantes, nova esquerda) e a revolução científico-tecnológica.” (Ibid. p.34).

ambiente”, e também “por um mundo que se baseie na solidariedade, cooperação, democracia de base e sustentabilidade ecológica.” (*LAM*, n.101, jul.-ago. 2000, p.4).

Segundo a A.N.A., o Dia de Ação Global era organizado de forma não-hierárquica, como uma “rede informal de movimentos de base que empregam formas de organização não-autoritárias, que lutam independentemente das instituições sociais, políticas e econômicas do sistema capitalista”. (Ibid. p.4). As práticas mesclavam o simbolismo dos *happenings* dos anos 60/70 (como música, dança, “bicicletadas”, etc) até ações mais próximas ao léxico da tradição socialista (greves, “tomar as ruas, terras estatais e prédios de escritórios para atividades não comerciais”, barricadas, etc). E a comunicação vinha permeando tudo, com “distribuição de jornais comunitários”, “distribuição de panfletos”, discursos, teatro de rua, etc.

Também entrava em cena a ferramenta de comunicação que vai marcar a transição dos séculos XX e XXI: a internet. Nesse sentido, a interação via rede de computadores viabilizava a troca de informações e fomentava movimentos concretos.

Nesse aspecto, lia-se na nota da A.N.A:

Se o seu grupo está planejando juntar-se a este dia de ação, por favor, faça com que o saibamos. Uma lista de contatos internacionais é regularmente enviada para essas listas, de forma a facilitar uma rede de trabalho descentralizada e não hierárquica. (Ibid.p.4).

No geral, o crescimento da oposição global ao capitalismo foi visto com bons olhos pelos anarquistas. Afinal, as ideias e práticas do movimento voltavam à tona, ocupando páginas dos jornais burgueses e despertando a ira das autoridades estabelecidas. Entretanto, a partir da leitura do *Libera* podemos supor que os libertários da corrente especificista estavam cientes dos riscos de a ideologia ácrata ser tragada pelas

manobras simbólicas da sociedade do espetáculo – ou poderíamos também chamá-la de “pós-moderna”.²⁰⁶ Nesse sentido, o texto “Insuficiência das ruas” (*LAM*, n.112, mai.-jun. 2002, p.1) alertava para o perigo de o anarquismo se tornar um espetáculo asséptico, em que seus *significantes* de rebeldia fossem esvaziados de seus *significados* revolucionários.

De acordo com o artigo, a lógica “pós-moderna” – que emerge depois do Maio de 68 e do declínio do “socialismo de Estado”, ironicamente chamado de “espetáculo circense-inquisitorial” – também se espalhou nas fileiras das esquerdas, incluindo aqueles que se identificavam com o socialismo libertário. O editorial explicava, então, a gênese da “esfera intelectual que se convencionou chamar de pós-moderna”:

Após Maio de 68 e, em especial, com o desmonte do espetáculo circense-inquisitorial de triste memória na antiga URSS, no início dos anos 90, as esquerdas caíram em uma aparente letargia. A estes fatos sobrepôs-se, além de uma transitória farsa urdida por um nipo-americano anunciando o fim da história, uma esfera intelectual que se convencionou chamar de pós-moderna.²⁰⁷

Se, por um lado, o pós-moderno, na sua acepção mais virulentamente liberal, jogava as necessidades das pessoas para o arbítrio do mercado e deliberava uma relação global

206 Castoriadis estabelece que o período “moderno” (as aspas são dele) ocorrera entre 1750 e 1950. Para ele, tal processo “pode ser melhor definido pela luta, mas também pela contaminação mútua e encadeamento de duas significações imaginárias: autonomia de um lado, expansão ilimitada do 'domínio racional' do outro.” (CASTORIADIS, 1993, p.1). Já a fase “pós-moderna” começaria a ser gestada no contexto de duas guerras mundiais, ascensão do totalitarismo, declínio do movimento operário e abalo da mitologia do progresso. De acordo com o filósofo, o contexto pós-1950 teria sido de “crescimento da privatização, da despolitização e do 'individualismo' nas sociedades contemporâneas”; e também de “atrofia completa da imaginação política.” (Ibid. p.2). Por fim, o pensador greco-francês aponta como traços fundamentais do pós-modernismo o conformismo e o abandono da função crítica dos intelectuais. Uma exceção a esse quadro fora o despontar de movimentos dos anos 60 (estudantes, minorias, mulheres). Todavia, estes “terminaram quase bloqueados” e “nenhum deles pôde propor uma nova visão da sociedade, nem afrontar o problema político global como tal.” (Ibid. p.1). Sobre pós-modernismo, consultar também Jameson (1996).

207 O texto se refere a Francis Fukuyama, doutor em Ciência Política que publicou, em 1989, o artigo “The end oh History?”. Segundo Ciro F. Cardoso, o intelectual estadunidense integraria o grupo chamado de “neoconservadores”, surgido na década de 1970. Entre outros aspectos, esses pensadores compartilhariam “um forte anticomunismo”, “a preconização de uma receita neoliberal para os Estados Unidos”, “a tomada de posição contra o que consideravam um exagero dos ideais democráticos” e a “retomada da tradição e da hierarquia” (CARDOSO, 2005, p.28). Quanto à ideia central da teoria do “fim da História”, Fukuyama teria proclamado o triunfo da democracia liberal (após o fracasso do fascismo e do comunismo) como o “ponto final da evolução ideológica da humanidade”. (Id.p.30).

baseada na ética do lucro e das lógicas competitivas do mundo dos negócios; por outro, uma vertente de “esquerda”, ancorada em valores éticos diametralmente opostos aos liberais, buscava, também no relativismo, um modelo explicativo para a “nova” realidade. (Ibid. p.1).

Assim como Debord alertara sobre as artimanhas da “sociedade do espetáculo”, os anarquistas do *Libera* pareciam cientes do perigo de cair nas malhas de significações propostas pela “mídia burguesa”. Nesse sentido, alertavam os mais novos para que não se deixassem capturar pelas “imagens e apelos sensacionalistas dos meios de comunicação”:

As manifestações de rua, com seu tópos de referência em Seattle, deram ao anarquismo uma visibilidade incomum nos últimos tempos. As vagas de jovens trajando uniformes negros e as emblemáticas bandeiras vermelhas e pretas não deixam dúvidas da participação significativa do pensamento libertário nas manifestações antiglobalização. Entretanto, a despeito de louváveis tentativas em sentido contrário, **a mídia burguesa tem sido muito mais bem sucedida em contar essa história recente do anarquismo mundial do que os próprios atores participantes das manifestações.** Estimulados pelas imagens e apelos sensacionalistas dos meios de comunicação em geral, muitos jovens engrossam as passeatas motivados mais pela adrenalina, na busca inconsciente de um “ritual de passagem”, do que por uma atitude refletida. (Ibid. p.1. Grifos meus).

O texto continua em seu alerta, afirmando que, sem uma reflexão atenta, um movimento vigoroso pode se transformar em “uma peça publicitária, com fôlego e prazo de validade determinado.” Aqui, mais uma vez, vem à tona o medo dos anarquistas organizados, preocupados em unir teoria libertária e prática social concreta: não permitir que o anarquismo seja considerado apenas um “estilo de vida”, mais um elemento estético na prateleira de mercadorias culturais da sociedade contemporânea.

O abandono de uma atitude consequente em favor de um hedonismo mais pragmático servirá à proposição de novos comportamentos e estéticas, não a uma sociedade realmente diferente. O crescimento numérico das manifestações só será acompanhado de seu

correspondente qualitativo com muito trabalho e organização. Caso contrário estaremos reforçando o esteriótipo, disseminado principalmente pelos marxistas, do anarquismo como coisa vaga e intuitiva. (Ibid. p.1).

Os riscos da interação de libertários com a mídia burguesa também foi objeto de reflexão do grupo anarquista inglês *Killing King Acabus*. O artigo “Pego nas redes da decepção: os anarquistas e a mídia” (*Letralivre*, n. 35, 2002) analisava a participação de ácratas num programa de TV da emissora estadunidense CBS. O coletivo argumentava que “de mais de duas horas de entrevistas e várias horas de gravações dos eventos de Seattle, o editor selecionou o que eles (ou seus patrões) queriam usar para compor uma breve matéria” (Ibid. p.7). Para os autores, os anarquistas entrevistados teriam ajudado a “marginalizar e espetacularizar eles mesmos”. Diante disso, o coletivo defendia a recusa em participar dos meios de comunicação hegemônicos.²⁰⁸

Tratando com a mídia no seu terreno, se escolhe abandonar suas próprias ações nos seus próprios termos. [...] tratar com a mídia no seu terreno é aceitar a delegação. Se considerarmos a autodeterminação e a autoatividade como bases fundamentais para a prática anarquista, o caminho para comunicarmos nossas ideias é claramente criar nossos próprios meios de comunicação. [...] desde as ações anti-OMC em Seattle, a mídia tem sacaneado o meio anarquista, e tem havido anarquistas dispostos a dar o que eles querem. [...] **a mídia continuará a caçar anarquistas por tanto tempo quanto a anarquia seja um item mercantilizável.** (Ibid. p.8. Grifos meus.).

No campo das oposições ao modelo neoliberal, os anarquistas da corrente especificista vão se colocar de modo crítico. Um exemplo disso é sua postura durante o

208 Vale a pena compararmos essa visão do *Killing King Acabus* com o que sugeriu Ideal Peres no Congresso Anarquista de 1953, realizado na casa de José Oiticica, no Rio de Janeiro. Como observamos no capítulo 1, um dos pontos discutidos naquele encontro foi a questão da “Propaganda”. Nesse aspecto, o então jovem Ideal sugeriu, entre outras ações, que os anarquistas buscassem “penetrar na imprensa burguesa e no rádio com colaboração libertária, sempre que se oferecer oportunidade.” (ADDOR, 2012, p.359). Ou seja: algo diametralmente oposto ao que pregou o coletivo inglês. Contudo, para que a comparação seja justa, temos de levar em conta o que era a mídia e qual seu alcance nos anos 1950, e o que ela se tornou (com o aumento considerável de seu poder) na virada dos séculos XX e XXI.

Fórum Social Mundial (FSM) de 2002, em Porto Alegre, quando os libertários organizaram um evento paralelo: as “Jornadas Anarquistas contra a Globalização Capitalista”. No final do ano anterior, a Federação Anarquista Gaúcha (FAG) publicou um comunicado no *Libera* 108, chamando para esse evento. O texto propunha uma reflexão “sobre o caráter e os propósitos motivadores” do FSM, além de expressar “a vontade de reunir forças para coordenar uma potente intervenção anarquista” durante o Fórum. As críticas às posições “progressistas” – que incluíam, segundo os ácratas, uma indesejada “aliança de classes” – eram assim expressas:

O Fórum Social Mundial é o produto de uma ampla articulação de forças políticas, sociais e institucionais de todo mundo substanciada por uma aliança de classes que inclui até aqueles empresários capitalistas chamados de “progressistas”. Esse arranjo específico de forças, que se reúne não por acaso na cidade e no Estado do Brasil que têm tradição de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), segundo seus organizadores, tem o objetivo de fazer a luta política propositiva contra o neoliberalismo. (*LAM*, n. 108, set.-out. 2001, p.4).

A posição da FAG e dos anarquistas presentes ao FSM demonstra a presença de *contra-hegemonias dentro da contra-hegemonia* ao modelo neoliberal. Esse fato confirma as dinâmicas (sempre fluidas e mutáveis) das relações “centro-periferia” enunciadas pela teoria de Rudolf De Jong (2008). Dessa forma, os anarquistas representavam a periferia de um movimento que, então, era periférico em relação a outro centro.²⁰⁹

Mais um ponto a destacar na participação anarquista no FSM é a oposição ao PT, expressa mesmo antes de o partido chegar ao poder em nível nacional. Nesse sentido, as opiniões veiculadas *pelo e no Libera* indicam vozes contrárias no interior das

209 De Jong cita um exemplo que nos faz compreender o dinamismo das relações centro-periferia – que dependem, afinal, do estabelecimento de referenciais. Ele cita o movimento das Novas Esquerdas dos anos 60/70, que “nascera *dentro* do centro” e criou “uma 'área periférica' – a contracultura – por meio de uma escolha deliberada de indivíduos que preferiram 'cair fora' da sociedade afluenta.” (DE JONG, 2008, p.79).

esquerdas, evidenciando que nunca houve homogeneidade na celebração pela conquista do Estado brasileiro pelas “forças progressistas” lideradas por Lula. Essas vozes periféricas salientam os aspectos de cooptação e adaptabilidade dos partidos “de esquerda” ao sistema capitalista. Afinal, as elites liberais-burguesas conseguiram absorver as críticas decorrentes das crises econômicas da virada de milênio e administrar o descontentamento popular com o estabelecimento de governos chamados “neodesenvolvimentistas” ou orientados por um “reformismo moderado” (REIS FILHO, 2014, p.118).²¹⁰

Mas o contexto político da virada de milênio não se resumia apenas aos movimentos globais de esquerda. Outros grupos também chamam a atenção no despontar do século XXI. Entretanto, eles são diametralmente opostos, defendendo práticas e valores conservadores e fascistas (se considerarmos o sentido amplo desta expressão). Neste grupo, os fundamentalistas islâmicos protagonizaram um dos mais dramáticos – e grotescamente espetacularizados – acontecimentos do milênio que acabava de nascer: os atentados nos EUA, em 2001.

Atento a essa conjuntura, o *Libera* também tomou essa questão como objeto de análise. No entanto, diferentemente da interpretação da maioria dos veículos hegemônicos de comunicação, o periódico ácrata fez uma leitura crítica da noção de terrorismo propalada pelos estados liberais-burgueses. Assim, o editorial daquela mesma edição 108 (“Quem são os terroristas? O que é o terrorismo? A quem devemos

210 “Às vésperas de sua vitória em 2002 [*eleição presidencial*], o PT transformara-se. Dos núcleos iniciais em São Paulo, disseminara-se por todo o país. Em lugar do pequeno partido de militantes, surgira uma poderosa *máquina* formada por políticos profissionais. Em 2001, tinha cerca de 500 mil filiados organizados em quase 4,1 mil municípios. Governara três estados e 187 cidades, entre elas as seis mais importantes.

“Atenuara-se o discurso radical, dando lugar a propostas reformistas moderadas, onde se mantinham, no entanto, compromissos de combate às desigualdades sociais [...]. Ao mesmo tempo, cresceu a preocupação com a administração e a gestão, a chamada *governabilidade*, embora sem romper de todo, de acordo com as circunstâncias, com a retórica do confronto.” (REIS FILHO, 2014, p.119).

causar terror”) propunha que a discussão do tema, “ao menos no campo da esquerda com intenções revolucionárias”, não se prendesse à lógica da “legalidade burguesa”, ou do “respeito à ordem do capitalismo globalizado”. Dessa forma, defendia uma investigação “fria e concreta” sobre o funcionamento da sociedade, seus mecanismos de controle e as formas de luta contra isso.

De acordo com essa lógica, o texto procurava diferenciar os modos que poderia tomar o “terror”, separando o “terror seletivo” do “terrorismo integrista”. Tal separação pode ser entendida se nos atentarmos para a própria história do anarquismo, que já fora (e ainda é) encarado pelas autoridades como um “movimento terrorista”.²¹¹ Nesse sentido, o *Libera* intentava legitimar algumas ações anarquistas que visaram, no passado, autoridades e os “inimigos de classe” – atos que tomaram vulto entre a segunda metade do XIX e início do XX.

Bakunin falava de terror seletivo, e o praticava, já no século XIX; assim como o Partido da Vontade do Povo Russo, onde militava Kropotkin. São incontáveis as autoridades e inimigos de classe que os anarquistas, em vários momentos da história, mandaram para o inferno com atentados e justiçamentos. Nem sempre tudo é perfeito e, convenhamos, nem toda operação poupa inocentes. (*LAM*, n.108, set.-out. 2001, p.1).

O ponto central da argumentação do periódico diz respeito aos propósitos que levam ao uso da violência. Ou seja: o *Libera* não se enquadra em correntes pacifistas do campo libertário, admitindo, portanto, a luta de classes e a violência em nome da revolução social. Assim, na *luta semiológica* travada pelo jornal, o que os governos e jornais liberais chamam de “terrorismo” passa a ser ressignificado como

211 Eis aqui um fato bem recente, para exemplificar que a retórica do “anarquismo terrorista” ainda é muito atual. Na Turquia, o editor do jornal anarquista *Meydan* foi sentenciado, em dezembro de 2016, a cumprir um ano e três meses de prisão, sob acusação de “ter feito propaganda de métodos de uma organização terrorista”. (DAF. In: ANARKISMO.NET, 2016).

ação revolucionária contra um modelo injusto de sociedade. Numa inversão de sentidos, é a postura do Estado que é considerada terrorista. Então, o terror indiscriminado é identificado ao terror do estado imperialista dito “democrático”. Nesse ponto, o informativo lembra a ação dos EUA no Vietnã ou na América Central para reforçar seu argumento.

O “terrorismo integrista” também era atribuído a grupos da extrema-direita, como os que praticaram os atos do 11 de setembro. Mas os editores do *Libera* procuram descolar a imagem do anarquismo desse grupo, visto que “a luta armada defendida pelos anarquistas, tida como **um dos níveis do enfrentamento total** contra a ditadura de classe dominante e ao imperialismo, não tem correlação com o terror indiscriminado.” (Id. p.1. Grifos originais).

Voltando à realidade nacional, a iminente vitória de Lula nas eleições de 2002 foi tema para o editorial do número 113. Com o título “A jogatina eleitoral e os interesses do povo”, o discurso jogava com a polissemia do termo *esquerda*. Nesse aspecto, disputa o sentido e historiciza um conceito que muitas vezes se apresenta homogêneo. Ou seja: entendido apenas como o sinônimo de partidos que almejam o poder institucional no Estado liberal-burguês, mantendo, por vezes, a “retórica do confronto” (REIS FILHO, 2014, p.119).

Estamos no ano derradeiro da transição política no Brasil. Pela primeira vez em toda a história do país, a esquerda tem chance de vitória nas urnas. Dizemos esquerda no sentido mais amplo e generoso, pois sabemos que a “esquerda” que tem a chance de ganhar esta eleição não é a **esquerda** que precisamos. Que esquerda é esta que poderia um dia ter uma vitória nas eleições do regime democrático-burguês? Estamos dizendo o óbvio. Em tese, para quem não conhece ou não é familiarizado com a política, a opção de denunciar a realidade ou então apostar em quem sabe talvez ter uma vitória programática nas urnas é uma opção de esquerda reformista. (*LAM*, n.113, jul.-ago. 2002, p.1).

O argumento do *Libera* – e da maioria dos anarquistas – é que, no sistema democrático burguês, não haveria espaço para um “programa autêntico” de esquerda. Caso houvesse, formas de “virada de mesa” logo poriam fim à experiência. O texto soa muito atual, pois traz uma espécie de “previsão” que, 13 anos depois, se confirmaria com o chamado “golpe branco” do PMDB de Michel Temer (aliado a outros partidos, como o PSDB) sobre o PT de Dilma Rousseff.²¹²

As opções do sistema e das elites se um dia houvesse uma chance de vitória da esquerda reformista com programas autênticos (como são os programas do PSTU e PCO, como era o programa do PT em 1989) é o golpe militar, o golpe branco, a fraude eleitoral e outras formas de virada de mesa. Companheirada, no Brasil e na América Latina, o processo eleitoral para a esquerda é: “se tiver chance de ganhar será roubada”, “se ganhar não leva”, “se levar não cumpre o programa” e, se por algum milagre conseguir cumprir o programa, “não termina o mandato e toma um golpe”. (Ibid. p.1).

212 Alguns analistas definem “golpe branco” contrapondo o conceito ao de “golpe de Estado”. Historicamente, este último apresenta algumas características, tais como: a) na maioria dos casos, é levado a cabo por “um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo”; b) diferentemente de uma revolução, traz como consequência a “simples mudança da liderança política”; c) pode ser acompanhado de mobilização política e/ou social, “embora isso não seja um elemento normal ou necessário”; d) geralmente, “é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado”; e) pode trazer como resultado “a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos” (BARBÉ. In: BOBBIO, 1998, p.547).

Já o “golpe branco” ocorreria “quando grupos políticos e sociais usam de pressão – e não de força armada – para impor um governante, forçar uma decisão governamental em claro desprezo às normas legais” (SILVA, K.V; SILVA, M.H. 2009, p.174). “Um caso de golpe branco aconteceu após a renúncia do presidente brasileiro Jânio Quadros, em 1961, quando os militares e as elites se recusaram a aceitar a posse do vice-presidente, o esquerdista João Goulart, e pressionaram politicamente, conseguindo transformar o regime de governo de presidencialismo em parlamentarismo. No entanto, a crise gerada pelo governo de João Goulart, que conseguiu a volta do presidencialismo um ano depois, terminou por levar ao golpe de 1964, desfechado por militares de direita. Enquanto o golpe do parlamentarismo foi um golpe branco, realizado pelo Congresso, o movimento de 1964, por sua vez, foi um pronunciamento típico, ou seja, um exemplo de golpe de Estado militar clássico.” (Ibid. p.175).

Nessa linha, Bruno L. Rocha interpreta o *impeachment* de Dilma Rousseff dentro de um contexto de desestabilizações regionais na América Latina, com influência constante, direta ou indireta, de forças oficiais ou oficiosas dos Estados Unidos. Além disso, ele destaca ao papel dos “grandes grupos de mídia”: “O que passa no Brasil desde outubro de 2014, antes denominado de 'venezuelização', corre neste sentido. Nosso país teve um segundo turno quase plebiscitário sendo que, definitivamente, a continuidade do governo Dilma Rousseff foi o oposto do prometido no palanque. Este fator já deu razões suficientes para retirar parte considerável de sua legitimidade frente ao próprio eleitorado. Mas, as operações de tipo 'corações e mentes', a exemplo da 'greve dos caminhoneiros' de 2015, culminando com o primeiro dos atos massivos convocados pela nova direita ideológica — mobilizada por lideranças treinadas pelos canais de financiamento da Fundação Koch e da Atlas e retroalimentadas pelos grandes grupos de mídia —, pareciam cumprir um roteiro pré-traçado, a exemplo do desabastecimento que ocorre na Venezuela após a eleição de Maduro ou mesmo a ação de sabotagem econômica sofrida por Salvador Allende a partir do final de 1971.” (ROCHA, 2016).

Também consultar: Aguiar (2016); Marchesini et. al. (2016); Eça (2012).

Perto do final de 2003, primeiro ano do governo Lula, outro editorial do *Libera* reforçava a tese de que o PT já não mais representava um projeto de base popular, à esquerda. No texto “Um ano igual aos outros”, os anarquistas cariocas afirmavam:

O PT, ao tomar o poder, jogou fora a máscara e finalmente assumiu seu lugar de direito ao lado dos outros partidos políticos burgueses, conforme demonstrado em documento internacional assinado por grandes nomes da luta social de vários países, entre os quais o pensador e ativista libertário Noam Chomsky. Parte de seus militantes, aqueles que um dia acreditaram na construção de um “partido socialista, democrático e de massas” (lembrem disso?), seguem atordoados e incrédulos, do mesmo jeito que os comunistas marxistas-leninistas ficaram após o muro de Berlim ter caído na cabeça deles. (*Libera*, n. 120, set.-out. 2003, p.1).

Com a crise do “Mensalão” (O ESTADO DE SÃO PAULO, s.d; MEMÓRIA GLOBO, s.d), principal escândalo de corrupção no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o *Libera* intensifica seu discurso contra a ascensão do PT ao poder. O tom de “nós avisamos” era inevitável, como no editorial “A crise do governo esquerdista: escândalos de obviedades, ou Decepção para quem, cara pálida?” (*Libera*, n. 130, jul.-ago. 2005, p.1).

A relação era inversamente proporcional. Quanto mais o esquema de pagamento de propina a parlamentares manchava a imagem do PT e sua frente “de esquerda”, mais os libertários se “purificavam” em seus valores, buscando dissociar sua imagem daqueles grupos. “Fato é que”, diziam os editores do informativo, “não hipotecamos nossos princípios políticos como fez esta esquerda socialista e, portanto, nada temos com esta crise” (Ibid. p.1). Eles continuavam:

[...] no princípio anarquista de organização política nunca esteve presente a proposta de compor as bases de uma estrutura hierárquica e presidencialista, representada num Congresso eleito através da sórdida máquina partidária. Mesmo em 2002, para desgosto absoluto da esquerda unida *como nunca* para eleger Lula, nós estávamos lá, fazendo **nossa campanha pelo voto nulo**. (Ibid. p.1).

Um dos episódios mais anedóticos do escândalo serviu de mote para que o *Libera* ilustrasse o editorial com uma foto irônica (*figura 32*) de parte do corpo de um homem vestindo uma cueca estampada com estrelas do PT. Algumas notas de dólares compõem a imagem como se “transbordassem” da peça íntima.²¹³



Figura 32 – A verve satírica do *Libera* não perdoou o episódio dos “dólares na cueca”, um dos mais anedóticos do escândalo do Mensalão, em 2005.

No cerne de toda a crítica libertária ao PT e aos partidos da “esquerda

213 “A prisão de José Adalberto Vieira da Silva, secretário de organização do PT, no Ceará, serviu para agravar a crise numa já fragilizada cúpula do PT. O assessor do deputado José Nobre Guimarães, irmão de José Genoíno, foi preso no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, ao tentar embarcar num voo para Fortaleza com 200 mil reais dentro de uma mala, além de 100 mil dólares escondidos na cueca.

“O episódio serviu de estopim para o afastamento do presidente do PT, que já vinha sendo pressionado para deixar o cargo desde o dia 2, quando vieram à tona documentos assinados por ele de empréstimos obtidos pelo PT e que tinham como avalista Marcos Valério. No dia seguinte, 9 de julho [*de 2005*], Genoíno comunicou sua saída da presidência do partido.” (MEMÓRIA GLOBO, s.d.).

reformista” estava a noção de *política* defendida pelos anarquistas. Como já afirmamos em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2007, p.184), o significado defendido pelos anarquistas se aproxima de um sentido mais amplo, herdado dos gregos, com a “política” sendo algo que se dá no contexto da *pólis*, ou seja, da cidade, da comunidade. Desse modo, não há como negar o caráter político (nesse sentido amplo) de movimentos sociais que margeiam toda a estrutura institucionalizada do que se convém chamar de “sociedade política”.

A definição estreita do “político” como algo ligado apenas à esfera da ação partidária ou aos marcos jurídicos do sistema representativo estatal levou a leituras que consideravam o anarquismo como um movimento “apolítico” ou “pré-político”. Entretanto, considerar algum movimento como “pré-político” encerra um preconceito típico dos que julgam que a “política” é algo que só merece tal nome se tiver se desenvolvido nos moldes sócio-históricos bem definidos, a partir da ascensão da burguesia e a subsequente montagem dos aparelhos de Estado das “democracias” ocidentais modernas. Pois, como afirmou Carlos Addor, mesmo a chamada “história política renovada continua a ter como referência central o Estado, seus fundamentos, suas bases, a origem de sua legitimidade, seus procedimentos e mecanismos de funcionamento.” (ADDOR, 2012, p.30-31).

De qualquer forma, a discussão é complexa e sutil, visto que os próprios anarquistas historicamente produziram discursos repudiando a “ação política”. Entretanto, a referência era à “luta política institucional”, como observou Addor. Assim, “o anarquismo, mesmo recusando a luta política [*institucional*], se inscreve na história política.” (Id. p.31).

Nesse debate, o *Libera* parece fazer a opção em lutar por um sentido de

política diferente do adotado pelo senso comum. Para o informativo carioca, o conceito era encarado como algo ligado à *pólis*, ou à “gestão daquilo que é público”:

Reivindicamos que a política não é para os políticos. Para nós, a democracia representativa é mais uma forma de alienação da sociedade capitalista. Quando votamos, entregamos o nosso direito de fazer política aos políticos que, como comprovamos a cada dia, a partir do momento que entram no governo, rendem-se à lógica do poder e do dinheiro. [...].

Afirmamos que **a política, no sentido que a defendemos, não tem sentido partidário, mas sim sentido de gestão daquilo que é público, de todos. A política é feita pelo povo, devidamente organizado, decidindo efetivamente sobre tudo o que lhe diz respeito.** (*Libera*, n.136, jul.-dez. 2006, p.3. Grifos meus).²¹⁴

Imbuídos dessa noção, os anarquistas do *Libera* vão procurar fazer política a partir da inserção social em movimentos sociais que não contrariassem os princípios libertários. Assim, na primeira década dos anos 2000 vão promover e se aproximar de experiências concretas no Rio de Janeiro. De ocupações urbanas às manifestações pelo passe livre nos transportes públicos; de iniciativas educacionais para comunidades carentes à reaproximação com o movimento sindical; da criação de espaços culturais ao engajamento nos movimentos camponeses; tudo levando em conta os pilares históricos do socialismo libertário: *democracia direta, autogestão e ação direta*.

214 A noção de política defendida pelo *Libera* se aproxima muito da *práxis* da democracia, justamente em seu sentido mais “puro”, de “soberania do *dèmos*, do povo”, conforme enunciou Cornelius Castoriadis ao defender a necessidade de uma “radical transformação da sociedade mundial”:

“[...] uma tal transformação será, antes de mais nada e acima de tudo, uma transformação *política* – que, de minha parte, só posso conceber como a instauração da democracia, democracia que atualmente não existe em parte alguma. Pois a democracia não consiste em eleger, no melhor dos casos, um Presidente da República a cada sete anos. (*) A democracia é a soberania do *dèmos*, do povo, e só é soberano quem o é 24 horas por dia. Além disso, a democracia exclui a delegação de poderes, ela é poder direto dos homens sobre todos os aspectos sociais da vida e da organização, a começar pelo trabalho e pela produção.” (CASTORIADIS, 2002, p.170).

(*) *Aqui, certamente, Castoriadis se refere à duração de um mandato presidencial na França, que era de sete anos, sendo reduzido para cinco a partir de 2002.* (FERNANDES, 2012.).

4.2. Anarquismo em ação: os trabalhos de inserção social do CELIP/FARJ

Vimos até aqui que os editores do *Libera* veiculam, desde sua criação, um discurso identificado a correntes anarquistas que defendem a organização e a atuação em movimentos sociais. Como citamos no capítulo 2, a presença de um texto de Errico Malatesta, logo no número de estreia, em 1991, já dava pistas da filiação teórico-prática do então Círculo de Estudos Libertários (CEL). Um anarquismo que também tinha base nas reflexões de Mikhail Bakunin e que, a partir de 1995, vai dialogar com as ideias da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), adotando o termo que esta organização latino-americana utilizou para identificar sua linha, chamada de *especificismo*.

Em seus “Cadernos de Formação”, a FARJ explica o especificismo como uma concepção de organização anarquista fundamentada sobre dois eixos: a organização e a inserção social.

O anarquismo especificista reivindicado pela FARJ, ou simplesmente especificismo, é uma concepção de organização anarquista. Trazido do Uruguai, o termo “especificismo” refere-se a dois eixos fundamentais que marcam a atuação anarquista: a organização e a inserção social, baseados em dois conceitos clássicos do anarquismo, que são a atuação diferenciada nos níveis político e social (conceito de Bakunin) e a organização específica anarquista (conceito de Malatesta). Os primeiros a utilizar este termo foram os companheiros da Federação Anarquista Uruguaia (FAU) [...]. (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.39).

De acordo com o texto, o especificismo defende que “os anarquistas devem organizar-se especificamente, como anarquistas, para então trabalhar com o movimento social.” (Ibid. p.40). Assim, haveria um *dualismo organizacional*, no qual o “âmbito político” seria formado pelo grupo anarquista; enquanto que o “âmbito social” deveria ser o espaço de atuação mais amplo, em “movimentos sociais e populares” não

necessariamente anarquistas. No trabalho social, os socialistas libertários se colocam como “minoría ativa” (um conceito bakuniniano), influenciando os coletivos o quanto podem, “fazendo-os funcionar da forma mais libertária possível.” (Ibid. p.40).

Os anarquistas do CEL/CELIP/FARJ vão defender e buscar realizar a chamada *inserção social*. Ou seja: tentar retomar o “vetor social perdido pelo anarquismo, quando este terminou por desligar-se da luta de classes e dos movimentos sociais.” (Ibid. p.41). No Brasil, o afastamento do movimento sindical levou à posterior organização dos libertários em centros de cultura, ateneus e escolas.

A inserção social reforça a ideia de que os anarquistas devem buscar, além destes aspectos de reforço da memória e da promoção da cultura libertária, principalmente, ter um papel relevante na luta dos movimentos sociais e populares. Muitos têm um pouco de receio com o termo “inserção social” por associá-lo ao velho “entrismo” da esquerda autoritária em movimentos para tentar aparelhá-los ou fazê-los funcionar em seu próprio benefício. Na realidade isso não é verdade; este conceito de inserção social dos anarquistas está ligado tão somente à ideia de retorno organizado dos anarquistas à luta de classes e aos movimentos sociais. Não em um sentido vanguardista de lutar *pelo movimento*, mas defendendo a minoría ativa que luta *com o movimento*. (Ibid. p.41).

Entre 2000 e 2011, período em que são lançadas as últimas 50 edições aqui analisadas, o *Libera* passou, de fato, a publicar mais relatos sobre as experiências de inserção social levadas a cabo pelo coletivo. E um dos trabalhos sociais de maior relevância dos militantes do CELIP/FARJ foi feito com o movimento de sem-teto do Rio de Janeiro. Isso foi assim reconhecido pela própria organização:

Pode-se afirmar, hoje [2007], que o grande trabalho social da FARJ se dá com as ocupações urbanas. Com aquele mesmo objetivo de buscar inserção social nos lugares em que as contradições do capitalismo são mais fortes e também tentando retomar o vetor social perdido pelos anarquistas, militantes do CELIP/FARJ, ainda em 2003, entram em contato com algumas ocupações urbanas feitas pelo movimento sem-teto carioca. (Ibid. p.47).

Em sua dissertação de mestrado, Mariana Affonso Penna investigou ações de socialistas libertários em ocupações urbanas – entre elas as levadas a cabo pela FARJ.²¹⁵ De acordo com a pesquisadora, desde o início o processo de inserção dos militantes se deu no diálogo com outros grupos não anarquistas, como ela explica:

No ano de sua fundação [FARJ], em 2003, seus ativistas já estavam atuando junto à Ocupação Vila da Conquista em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. A partir desta ocupação ocorreu uma aproximação principalmente com o advogado André de Paula, egresso do Coletivo Gregório Bezerra e que compunha a Frente dos Comunistas Sem-Partido, e estes laços foram se estreitando no trabalho conjunto nesta e outras ocupações, isto possibilitou a formação da Frente Internacionalista Sem-teto (FIST) em 2005. (PENNA, 2010, p.55).

Podemos acompanhar, nas páginas do *Libera*, como se deu a atuação dos anarquistas do CELIP/FARJ nesses movimentos sociais, além de analisar diálogos e tensões entre campos distintos da esquerda no Rio de Janeiro. São textos que muitas vezes mesclam dois gêneros jornalísticos: o *opinativo* – expresso pela visão da organização quanto ao processo de militância nas ocupações – e o *informativo* – evidenciado pelos relatos factuais que envolveram o tema.

No editorial da edição 127, por exemplo, a crítica ao PT e a constatação de que um governo “de esquerda” não transformou substancialmente a realidade da maioria servem de mote para a defesa da ação direta. Nesse sentido, as ocupações são destacadas como atuação política justa e necessária diante das desigualdades sociais no campo e nas cidades.

215 Quanto ao termo “socialista libertário”, a pesquisadora explica que “historicamente existiram diversos movimentos e correntes de pensamento que podem ser compreendidos como socialistas libertários.” (PENNA, 2010, p.15). “O Anarquismo é possivelmente o mais conhecido”, ela continua, “e inclusive, muitas vezes, o termo socialismo libertário é entendido apenas como Anarquismo.” (Ibid. p.15). Todavia, outros movimentos não anarquistas também fariam parte desse campo – como o Conselhismo, considerado um exemplo de “marxismo libertário”. Sobre a questão do “campo libertário”, ver também Souza (2015).

[...] porque a triste realidade que não passa pelas telas *globais*²¹⁶ é o crescente empobrecimento da população urbana e rural. No caso das grandes cidades, a carência geral não gera outra alternativa senão a radicalização e a realização de ações ilegais e “anti-sistema”. (*Libera*, n.127, nov.-dez.2004, p.1).

O jornal citava a situação no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, evidenciando o cotidiano de violência enfrentado pelos militantes sem-teto da região.

Estas formas de luta social urbana vêm gerando forte violência. Desta forma, em Jacarepaguá [...] no decorrer das duas últimas décadas o número de líderes comunitários assassinados em conflitos por terra já extrapola a casa das dezenas. [...] advogados das causas populares já enquadram tais problemas no campo da tortura e perseguição política. (Ibid. p.1).

O texto fala das comunidades Vila da Conquista e Nelson Farinha Marinho, além da ocupação Olga Benário, no bairro de Campo Grande. A primeira foi justamente onde se iniciou o contato dos libertários do CELIP/FARJ, conforme assinalou Felipe Corrêa:

A primeira dessas ocupações que proporcionou um contato dos anarquistas foi a ocupação Vila da Conquista. Os militantes anarquistas visitaram algumas vezes o local e identificaram a possibilidade de desenvolver um trabalho interessante por lá, principalmente pela frustração dos moradores em relação à política partidária, resultado de experiências prévias sem muito sucesso. (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.47).

O editorial do *Libera* 127 expunha o anseio do coletivo em relação às

216 Aqui, uma clara alusão à Rede Globo de TV. Por extensão, trata-se de uma referência a toda mídia hegemônica que não noticia ou, quando o faz, criminaliza os movimentos pautados pela ação direta “radicalizada”.

potencialidades das ocupações. Nesse aspecto, a *práxis* apartidária e autogestionária se ajustariam aos princípios políticos gerais do grupo, que encontrava ali um espaço – ainda que não especificamente anarquista – propício para o *fazer político* almejado. Uma política que, como vimos, nada tem a ver com a atuação enquadrada nos canais institucionais do Estado. Assim, realizava-se o desejo de inserção social, materializado não apenas num discurso explicitamente anarquista, mas em práticas e princípios concretos que são comuns ao campo libertário.

[...] os excluídos ali se organizam em grupos sociais com normas criadas coletivamente, onde o trabalho é realizado por todos para alcançar o bem comum, onde a propriedade é de todos, onde se procura educar as crianças dentro de uma pedagogia livre e desenvolver formas de produção artesanais e alternativas. **A prática de tais princípios por uma comunidade é o que se costuma designar por anarquismo.** (*Libera*, n.127, nov.-dez.2004, p.2. Grifos meus.).

A militância nas ocupações parece ter gerado um ganho quantitativo e qualitativo para a FARJ, conforme se depreende da notícia publicada no *Libera* 131, em setembro-outubro de 2005. O texto relata a participação dos ativistas no chamado Grito dos Excluídos, que desde 1995 reúne grupos de esquerda numa manifestação alternativa ao 7 de setembro oficial.²¹⁷ Para os editores do informativo, a participação dos anarquistas naquele ano representou um amadurecimento em relação a anos anteriores, além de contar com um número maior de aderentes – muito por conta da presença dos sem-teto.

217 “A proposta do Grito surgiu no Brasil no ano de 1994 e o 1º Grito dos Excluídos foi realizado em setembro de 1995, com o objetivo de aprofundar o tema da Campanha da Fraternidade do mesmo ano, que tinha como lema 'Eras tu, Senhor', e responder aos desafios levantados na 2ª Semana Social Brasileira, cujo tema era 'Brasil, alternativas e protagonistas'. [...] é uma manifestação popular carregada de simbolismo, é um espaço de animação e profecia, sempre aberto e plural de pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos.” (GRITO DOS EXCLUÍDOS, s.d.).

Nas últimas versões, apesar da confiança e presença neste protesto, nós anarquistas ainda não havíamos conseguido comparecer de forma organizada. O ano de 2005 é símbolo do nosso amadurecimento e o *Grito dos Excluídos* foi nossa prova. Consideramos até que, no conjunto dos que organizaram a atividade (no qual estamos incluídos), a postura foi certamente mais radicalizada que nos últimos anos. [...].

Em confirmação, o número de pessoas ligadas aos nossos trabalhos no movimento social que compareceram ao ato foi massivo, cerca de 300 pessoas: membros da FARJ, anarquistas e ativistas que congregam o Centro de Cultura Social, sindicalistas e os moradores da ocupação de Campo Grande, das duas ocupações de Jacarepaguá (Curicica), ocupação de São Gonçalo e da Tijuca que, junto ao MST, compuseram com maestria a ala representante da luta pela terra e moradia. (*Libera*, n.131, set.-out. 2005, p.3).

A matéria foi ilustrada por uma fotografia bastante significativa: um militante segurando a bandeira da FARJ no meio da manifestação (*figura 33*). A imagem é carregada de um simbolismo que remete ao discurso de retorno do anarquismo aos movimentos de massa, retomando seu lugar nas ruas.

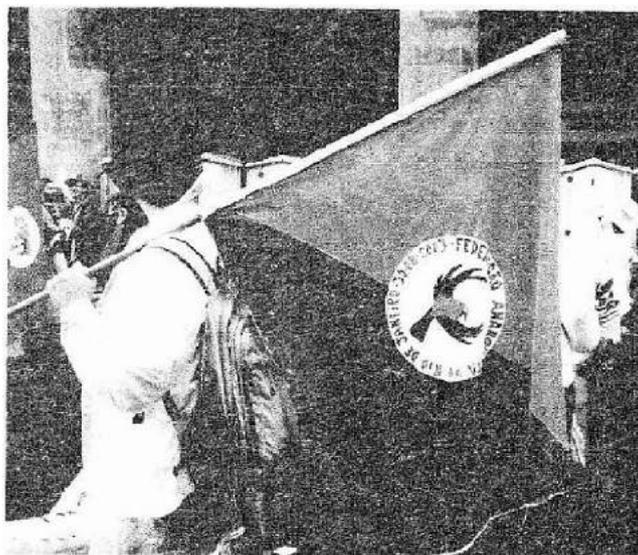


Figura 33 – De volta às ruas. Manifestante segura bandeira da FARJ, que simboliza e reivindica a presença anarquista nas lutas concretas da atualidade.

Os projetos de inserção social dos anarquistas da FARJ também vão provocar uma transformação discursiva no informativo da organização. Na década de 90

o *Libera* se caracterizou por trazer textos de debate teórico, de memória ou de interpretação dos acontecimentos contemporâneos sob a ótica do coletivo. Já a partir dos anos 2000, com o envolvimento dos libertários em movimentos sociais, o jornal também vai noticiar esse próprio processo. Dessa forma, os militantes também se tornam personagens das narrativas, em construções linguísticas que muitas vezes mesclam três elementos: o *factual*, a notícia do acontecimento em si; a *opinião*, a leitura teórica do fato; e o *olhar subjetivo* dos narradores-personagens.

O editorial “Diário de uma ocupação urbana”, publicado na edição 132 (novembro-dezembro de 2005) traz essa característica. O traço opinativo – preponderante em editoriais – divide espaço com uma narrativa factual essencialmente jornalística. No entanto, a liberdade linguística característica da imprensa alternativa permite que o autor comece o relato num tom quase literário.²¹⁸ O texto descreve o território da cidade e sua arquitetura excludente, mas que não é impermeável às “resistências e dissensões internas”, aos “territórios dissidentes”. (SOUZA, 2015, p.10).²¹⁹

218 Traços literários e subjetivos no texto jornalístico não são novidade na história dessa atividade. O chamado *new journalism* estadunidense dos anos 50/60, por exemplo, insere-se numa tendência (também chamada de *jornalismo literário*) que valorizava um novo estilo de narração, mais livre, subjetiva e criativa. Segundo Antonio Hohfeldt, a prática tem raízes antigas, pelo menos desde o século XVIII, “a partir dos jornais ingleses, com a participação de romancistas-jornalistas, como Daniel Defoe, Jonathan Swift, Samuel Richardson, Richard Steele etc.” (HOHLFELDT. In: INTERCOM, 2010, p.877). A busca por essa liberdade de criação também foi uma característica da imprensa alternativa brasileira nos anos de ditadura civil-militar (1964-1985). E o aspecto fundamental que une tais experiências é a presença do jornalista também como personagem, além da mistura de relato factual com opinião (algo que acontece na maioria dos textos analisados no *Libera*). Nesse sentido, afirma Hohfeldt: “O que existe em comum, neste jornalismo literário, em última análise, é a presença explícita do autor – do jornalista – como narrador e como testemunha – situação que as regras do chamado *bom jornalismo* coíbiam, até porque coíbiam também a mistura entre narração de acontecimentos e opinião sobre os mesmos, de que estes textos se acham plenos, escapando, pois, à chamada *objetividade*.” (Id. p.880).

219 Em relação aos conceitos de *território* e de *territórios dissidentes*, convém buscar o diálogo com a Geografia, ciência que promove com mais constância essa reflexão. O geógrafo Marcelo L. Souza define assim os termos:

“Conceitualmente, o território é uma das maneiras que temos para qualificar o espaço social (ao lado de tantas outras, como lugar, paisagem e substrato espacial material); ou, em outras palavras, uma das perspectivas ou um dos ângulos a partir dos quais podemos considerar o espaço – no caso do território, precipuamente as relações de poder. Os espaços de controle são, também eles, territórios. Eles são disputados [...]; são territorializados, amiúde alvo de desterritorialização e, às vezes, reterritorializados pelos mesmos agentes. Todavia, ao referir-me ao *controle*, desejo ressaltar o controle

15 de novembro de 2005. As ruas do centro do Rio de Janeiro amanhecem quase abandonadas por conta do feriado. Os muitos arranha-céus espelhados que compõem a Avenida Rio Branco naquele dia não refletem, como acontece cotidianamente, o espetáculo urbano de tantas injustiças. No dia anterior a avenida comemorara seu centenário, com a distribuição de bolo aos transeuntes. Não longe dali, 70 famílias quase famintas aguardavam o início de mais uma ocupação urbana, concentradas em um prédio da Lapa. Expulsos da região no início do século XX pela construção da então Avenida Central, os sem-teto reivindicavam sua volta à região, pleiteando uma vida socialmente útil para o prédio número 20 da rua Alcindo Guanabara, abandonado há mais de uma década pelo INSS [...]. A ocupação contou com o apoio de estudantes e de diversos grupos anarquistas, sendo batizada com o emblemático nome de “Quilombo das Guerreiras”. (*Libera*, n. 132, nov.-dez. 2005, p.1).

A presença dos anarquistas e a reinserção nos movimentos sociais servem de fecho ao parágrafo de abertura do texto. Ao mesmo tempo, essa inserção reforça o capital simbólico do grupo, que busca participar e ser respeitado nas arenas públicas do campo das esquerdas – como na organização do Grito dos Excluídos, citado anteriormente. Para tanto, vai forjar sua identidade numa “tradição de luta” e reivindicar que o anarquismo (ou pelo menos aquele defendido por sua corrente) tenha suas propostas levadas em conta.

Os anarquistas foram representados pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), pelo Coletivo Libertário Ativista Voluntariado de Estudos (CLAVE), pelo extinto Grupo Ação Libertária (GAL) e outros grupos de inspiração libertária que, ao lado da Frente Internacional dos Sem Teto (FIST) forneceram apoio aos ocupantes. **Os anarquistas, com sua participação, deram continuidade ao processo de retomada de sua tradição de luta e inserção social no Rio de Janeiro.** (Ibid. p.1. Grifos meus.).

Mas nem tudo eram flores no processo de inserção social. Ao escolherem participar da construção de territórios dissidentes no espaço urbano, os libertários da heterônimo (inclusive aqueles situados no interior da “sociedade civil”).[...] Em contraste, a expressão “territórios dissidentes” [...] tenciona pôr em destaque a luta emancipatória, anti-heterônoma, porque é esse aspecto que, naqueles espaços, define o modo como olham e são olhados os sujeitos que ali vivem e lutam para fazer a diferença, ao buscar construir uma sociedade diferente.” (SOUZA, 2015, p.10).

FARJ se expunham aos riscos que um “anarquismo estilo de vida” certamente não oferece. Nesse aspecto, o *Libera* traz, na cobertura sobre as ocupações, uma narrativa com momentos tensos – como foi o relato sobre a tentativa de ocupar um prédio abandonado do INSS, no centro da cidade. O texto retrata a ação dos “agentes da lei”, que responderam com truculência e covardia. A angulação da notícia é original se comparada à cobertura da mídia liberal-burguesa – na qual a condução da matéria é quase sempre centrada na visão das autoridades do Estado, com pouco ou nenhum espaço para a voz dos movimentos sociais.

Com a chegada ao local de todos os grupos de ocupantes até as 3:30 da madrugada, a porta do prédio foi aberta após momentos de tensão. Em alguns minutos chegam [...] policiais que conseguem impedir a entrada de alguns ocupantes. [...] Às 4:30h a luz é ligada em clima de euforia. [...] um sargento da polícia declara querer conversar “com o líder”. Recebe a resposta de que ali não havia líderes, mas uma comissão de moradores, o que causa visível confusão mental no policial, acostumado a lidar com hierarquias. Seguiu-se uma tentativa de intoxicação dos ocupantes, quando a polícia abre o cano de descarga da viatura postada bem à entrada do prédio, apertando seu acelerador. Um militante da FARJ e o advogado da FIST, também neste momento, são ameaçados de prisão e agressão. (Ibid. p.1).

Como apontado por Debord (1997), o espetáculo permeia as ações da sociedade contemporânea. Nesse aspecto, a polícia muda o comportamento quando chegam os repórteres da mídia hegemônica. “A imprensa chegou por volta das 9 horas”, conta o *Libera*, “entrevistando todos os apoios (os que estavam dentro e fora do prédio), o que fez com que a polícia 'maneirasse' sua atuação.” (Ibid. p.1).

Paralelamente, uma batalha jurídica era travada pelo advogado da ocupação. Em determinado momento, ele anunciou que o juiz havia ordenado a retirada do aparato policial. Contudo, a decisão foi ignorada pelos defensores da “Justiça” Federal (e é o *Libera* que põe “Justiça” entre aspas, ironizando o papel supostamente imparcial dessa

instância). O advogado, então, apresentou nova petição. Mais uma vez, todavia, a liminar não foi aceita pelos agentes do Estado – cujo aparato, de acordo com o texto, impressionava, como se a periculosidade dos militantes fosse comparada a de um grupo “terrorista”. Os policiais protagonizaram, segundo relato do *Libera*, um tumulto seguido de agressões a militantes e prisão do advogado da ocupação. Tudo em nome da defesa da propriedade privada – ainda que ela esteja abandonada, sem cumprir sua função social.

A rua, a esta altura, já está coalhada com agentes das polícias federal, militar, judiciária e da inteligência da polícia civil, o CORE, numa clara manifestação de que a criminalização de questões sociais está longe de ser coisa do passado. Às seis da tarde o advogado retorna com uma liminar, lida em voz alta para a imprensa e todos os presentes. Mais uma vez se comemora, mas a liminar não é aceita pelos “bravos agentes da lei”. Começa então um tumulto que envolve policiais, advogados e o pessoal de apoio. Alguns dos apoios, inclusive um militante da FARJ, são agredidos e recebem voz de prisão, e o advogado é agredido e conduzido de forma criminoso à delegacia. (Ibid. p.2).

Diante da possibilidade de aumento da força repressiva, o movimento recua. Depois de uma assembleia, prevalece a opção pela saída do prédio. Frustra-se, portanto, a realização da ocupação Quilombo das Guerreiras. Como “moral da história”, o *Libera* afirmava: “Nestes momentos a sociedade estatal-capitalista mostra sua verdadeira face: a da repressão e do terror contra dominados e excluídos.” (Ibid. p.2).

Outra tentativa de ocupação teve desenvolvimento e desfecho muito semelhantes. Em maio-junho de 2006, o informativo publicou o texto “Relato de um despejo e a glória dos poderosos”. Ele narrava a resistência de uma ocupação no bairro da Glória, ameaçada por uma ordem de despejo. As cenas são bastante parecidas às da narrativa anterior: a prefeitura mobilizando um impressionante efetivo para retirar os

sem-teto;²²⁰ a polícia utilizando métodos truculentos,²²¹ e os representantes da justiça apresentando argumentos vazios.²²²

Chama a atenção o modo como a mídia hegemônica e seus agentes de frente – os repórteres – são descritos pelo informativo. Nota-se aqui como são distintas as práticas e os valores da imprensa alternativa, no geral, e da anarquista, em particular, em relação aos grandes meios de comunicação.

Em poucos minutos o local tornou-se palco de um verdadeiro espetáculo *mediático*. A mídia burguesa representada por diversas redes de televisão, jornal e rádio chegavam ávidas por um bom pedaço de notícia, que recheasse seus noticiários com **violência**. Com o despejo consumado, alguns moradores recusavam-se a dar entrevistas para a mídia, já que esta foi chamada para noticiar o caso há anos atrás e nunca apareceu. (*Libera*, n.135, mai.-jun.2006, p.3. Grifo original.).

A análise também deixava claro a convivência dos jornalistas com as autoridades estabelecidas. Os profissionais da imprensa, portanto, não seriam meras “vítimas” das circunstâncias, obrigados a vender sua força de trabalho para os donos dos jornais. Como *intelectuais orgânicos* dos *aparelhos de hegemonia*, muitos deles realmente “vestiam a camisa” e endossavam a ideologia dominante. E quando ouviam os *grupos periféricos*, o faziam sob a perspectiva do *centro*, do Estado e das classes exploradoras. Isso fica claro no trecho a seguir:

220 O texto informava que a prefeitura “não poupou recursos para a operação”, enviando a Polícia Militar, a tropa de choque, os bombeiros, representantes da Justiça Federal e do Conselho Tutelar. E afirmava ironicamente: “até mesmo **a Comlurb** estava presente, para ajudar a 'varrer' os indesejáveis.” (*Libera*, n.135, mai.-jun.2006, p.3. Grifo original.).

221 “A polícia 'estudava' formas de agir, e em determinado momento invadiu a casa ao lado da ocupação (sem mandado judicial [...] configurando **invasão de domicílio**) para entrar no prédio [...]. Do lado de fora, um policial usava *spray* de pimenta indiscriminadamente, mesmo tendo ciência da presença de crianças no local.” (Ibid. p.3. Grifos originais.).

222 “Ao questionarmos o ato violento e arbitrário a uma das oficiais de justiça, esta se limitou a responder que '*justiça é justiça e deve ser cumprida*'. [...] E um membro do conselho tutelar dizia que estava presente para salvaguardar as crianças, mas quando confrontado com a pergunta de para onde elas iriam se houvesse despejo, este se limitou a gaguejar hipocritamente, dizendo que 'não sabia'.” (Ibid. p.3.).

Os repórteres eram nitidamente mal intencionados, e tentavam sempre induzir os ocupantes por meio de perguntas tendenciosas a legitimar o despejo. Muitos deles acompanharam a ação da polícia tão próximos, que por vezes os confundimos com agentes da secretaria de segurança, devido à “afinidade” clara entre o primeiro (O Estado) e o terceiro poderes (mídia). (Id. p.3).

Mas as dificuldades e percalços da inserção social protagonizada pelos anarquistas do *Libera*/FARJ não viriam apenas do enfrentamento com o aparato repressor a serviço das classes dominantes. No interior do próprio campo das esquerdas, surgiria um “fogo amigo”. Algumas dessas tensões vão levar a rupturas e redirecionamentos. Esse foi o caso das relações no interior da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST).

Fundada em 2004, a FIST era composta pela FARJ, pela Liga dos Comunistas Sem Partido (LCSP) – grupo do advogado André de Paula – e pelas ocupações. De acordo com Felipe Corrêa, a Frente baseava-se “na horizontalidade, ação direta, autonomia social e política, responsabilidade coletiva, classismo, apoio mútuo, internacionalismo com vistas à defesa de uma sociedade autogerida e federada.” (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.50).

Mas, em determinado momento, as interações dos coletivos que formavam a Frente começam a desandar. Um dos motivos, pela visão da FARJ, seria a tendência interna de sobrevalorizar o apoio jurídico (embora reconhecendo sua importância), ou os ganhos de curto prazo.

O apoio jurídico, dado pela LCSP às ocupações, teve sempre um lugar fundamental [...]. No entanto, a posição da FARJ, quando dentro da FIST, sempre foi que o apoio jurídico, assim como os ganhos de curto prazo, não deveria se sobrepor ao trabalho político, voltado aos objetivos de longo prazo. (Id. p.51).

Contudo, parece que esse não foi o único motivo do racha. Em texto publicado num *Libera* de 2008, a FARJ deixa transparecer que a velha tensão entre as práticas anarquistas e marxistas também foi um dos pontos de discórdia. Logo no início do artigo – que narra a aproximação da FARJ ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Rio de Janeiro (MTD-RJ) – há uma alusão indireta ao marxismo. Este, descrito por muitos como “filosofia, ciência política”, é posto em oposição à definição do anarquismo como ideologia – segundo o jornal, mais maleável à realidade dos movimentos sociais.

O anarquismo é uma ideologia e, portanto, uma ferramenta de luta para a transformação social. Assim, não se pretende filosofia, ciência política ou muito menos deseja condicionar a realidade a si mesmo. [...].

Como tal, o anarquismo não enxerga em uma única classe o potencial agente revolucionário. A luta dos sem-teto, sem-terra, desempregados é tão importante quanto as demais lutas de outras classes que sofrem com mais força a violência do sistema capitalista: para o anarquismo, estas lutas não devem ser levadas a “reboque” por uma classe que contém a “essência” revolucionária e nem devem ser controladas por partidos ou por vanguardas [...]. (*Libera*, n.139, jan.-jun 2008, p.2).

Para o leitor captar essa alusão ao marxismo, é preciso, como salienta a *Análise de Discurso*, que ele conheça previamente a “memória discursiva”, o “interdiscurso”. Ou seja: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 1999, p.30-31). No caso, é necessário um conhecimento prévio de alguns princípios da teoria marxista (o “já-dito”) para compreender a citação indireta, e poder relacionar àquela teoria a defesa do controle da revolução por partidos ou vanguardas.

No texto do *Libera*, o conflito com o que os anarquistas consideram “formas

autoritárias” de relação no interior da FIST não era declarado explicitamente, mas de forma cuidadosa. Ao assumir uma identidade ligada a uma “herança política antiautoritária”, a FARJ define, nas entrelinhas, que a identidade dos outros membros da Frente seria o oposto disso. Daí resultou a saída da Frente, mas não do trabalho com os sem-teto.

Dada nossa herança política antiautoritária, que contraria qualquer tentativa de controle, decidimos nos retirar cordialmente da Frente Internacionalista dos Sem-Teto [...], não abandonando o trabalho com o movimento sem-teto, mas fazendo isso diretamente, entre a FARJ e as ocupações. (Ibid. p.2).

As dinâmicas relações das redes militantes levam a Federação a buscar a tão almejada inserção social junto a outra organização, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Rio de Janeiro (MTD-RJ).

As relações com os companheiros do MTD-RJ foram se estreitando e com uma perspectiva mais ampla de trabalho político, inclusive agregando alguns companheiros sem-teto empolgados pela proposta e que já militavam conosco. Nós, anarquistas da FARJ, neste ponto aceitamos com muito entusiasmo a tarefa de ajudar a reconstruir o MTD no Rio de Janeiro, mantendo obviamente nossa personalidade política anarquista, defendida por nossa organização específica. (Ibid. p.3).

Mas a tarefa especificista expressa na lógica do *dualismo organizacional* – o “nível político” da organização anarquista conjugado ao “nível social” dos movimentos dissidentes – não era de simples implementação. Cerca de dois anos depois da inserção no MTD-RJ, o *Libera* publicava mais um texto sobre tensões com grupos marxista-leninistas também no interior daquele coletivo. O editorial “Reflexões libertárias sobre

alguns acontecimentos no MTD-RJ” revelava os problemas de convivência com outros militantes, outras tendências ideológicas. Demonstrava ainda que, no cerne de um movimento contra-hegemônico, convivem embates por hegemonia interna. Mas, é claro, isso não é nenhuma novidade na história das esquerdas.

Em relação ao MTD-RJ, o *Libera* salientava que o coletivo era heterogêneo, com uma diversidade político-ideológica que comportava “anarquistas, autonomistas, marxistas ou mesmo os que não professam nenhuma ideologia específica” (*Libera*, n.144, jan.-mar. 2010, p.1). Contudo, as relações vão azedar novamente com os marxistas. No entanto, diferentemente do rompimento cordial com a FIST, o discurso desta vez é mais ácido, voltando a carga contra os militantes da Consulta Popular.²²³

[...] militantes pertencentes à Consulta Popular do Rio de Janeiro que, apesar do eufemismo, é um partido orientado pelo marxismo-leninismo, desrespeitaram diversas vezes orientações coletivas do MTD-RJ. As articulações que foram feitas à revelia dos fóruns deliberativos do movimento, inclusive no sentido de atrelá-lo às legendas eleitorais, culminaram numa tentativa bizarra de impor ao MTD-RJ não só as piores características monolíticas de um partido político (centralismo-democrático), mas também seus princípios orientadores supostamente mais adequados (marxismo-leninismo). (Ibid. p.1).

Para o *Libera*/FARJ, os militantes da Consulta Popular tentaram impor “uma relação de hierarquia e domínio ao movimento social”. Isso teria sido condenado “pela maioria dos companheiros do MTD-RJ”, que sugeriram o afastamento temporário de alguns indivíduos ligados ao agrupamento marxista. Em sua versão dos fatos, o

223 De acordo com o histórico escrito por esse próprio grupo, o Consulta Popular surge em 1997, impulsionado pelos movimentos sociais, “especialmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)”. O coletivo afirma que ele aglutinou “militantes de movimentos sociais que não aceitavam a lógica da política imposta pela esquerda eleitoral, que gradativamente foi rebaixando seu programa e se contentando com a perspectiva de serem apenas gerentes da máquina administrativa.” Por fim, a proposta principal do Consulta seria a de “contribuir na construção de um Projeto Popular para o Brasil”. Na biblioteca disponibilizada no *site*, são indicados como clássicos alguns textos de Marx, Lenin, Mao Tse-Tung e Carlos Marighella. Também sugerem, entre outros, os *sites* do jornal Brasil de Fato, Levante Popular da Juventude (ligado ao PCdoB) e do Partido Socialista Unido da Venezuela/PSUV (de orientação chavista). Mais detalhes em: <www.consultapopular.org.br>.

informativo revela supostas manobras dos leninistas para tentar retirar os anarquistas do movimento – numa espécie de reedição histórica, em menor proporção, é claro, de velhas escaramuças que marcaram o movimento operário brasileiro, principalmente depois da fundação do PCB, em 1922.²²⁴

Com o objetivo de instituir um clima de desconfiança, preparando os ânimos para uma cisão, ou uma “desejável” retirada dos anarquistas deste movimento social, os referidos militantes da Consulta Popular passaram a divulgar a versão de que os libertários manipulavam, desrespeitavam as decisões coletivas e que alguns ainda, dotados de “capacidade retórica superior”, enganavam a maioria dos “ingênuos componentes do MTD-RJ”. Mas a manobra foi logo percebida pela maioria dos nada ingênuos militantes emettedistas. (Ibid. p.1).

Em mais um caso de racha nas esquerdas, o caso teria sido decidido favoravelmente aos anarquistas, que, segundo o jornal, tiveram apoio “da esmagadora maioria do coletivo”, que votou pelo “afastamento definitivo dos companheiros da Consulta Popular, entendendo [...] que estes desrespeitaram sistematicamente a Carta de Princípios do movimento” (Ibid. p.2).

Evidentemente que, para uma apreciação mais detalhada deste caso, seria necessário ouvir “o outro lado da história”, isto é, os militantes da Consulta Popular. Contudo, isso foge dos objetivos deste trabalho, que está focado justamente nos discursos e representações produzidos pelos anarquistas do *Libera*.

Da mesma forma, é preciso ficarmos atentos aos próprios meandros da linguagem, completamente tomada por elementos persuasivos. Nesse sentido, ainda que os anarquistas do *Libera* (assim como outros ao longo da história) se orgulhem de sua

224 Sobre esse tema, consultar o artigo “Anarquismo, 'bolchevismo' e a crise do sindicalismo revolucionário”, de Alexandre Samis (In: ADDOR; DEMINICIS, 2009c, p.37-68).

“herança política antiautoritária, que contraria qualquer tentativa de controle”, deve-se ter em mente que o discurso tem um traço de “autoritarismo” do emissor sobre o receptor da mensagem, visto que aquele tenta, por meio da persuasão, convencer este a respeito de uma causa, uma opinião ou uma atitude. Isso foi assim observado por Adilson Citelli:

Persuadir, antes de mais nada, é sinônimo de submeter, daí sua vertente autoritária. Quem persuade leva o outro à aceitação de uma dada ideia. É aquele irônico conselho que está embutido na própria etimologia da palavra: per + suadere = aconselhar. (CITELLI, 1997, p. 13).

Em outras palavras, é preciso encarar criticamente o próprio discurso dos anarquistas. Assim, tendo como um de seus traços primordiais a valorização de sua ética, além da suposta coerência entre suas falas e suas práticas, muitas vezes temos a impressão de que os socialistas libertários são os “campeões da moralidade”, dotados de um comportamento político ilibado. Contudo, há que se atentar para contradições e incoerências entre o que é dito e o que é praticado no próprio campo anarquista. E tal crítica não deve ser encarada como tentativa de desqualificar a ideologia ou seus militantes, mas como combustível necessário para que eles não se tornem “super-humanos” canonizados, incapazes de rever caminhos e admitir seus próprios defeitos.

Voltando ao processo de inserção social, vimos que ele não foi isento de conflitos, tensões, avanços e recuos. Seja como for, o coletivo carioca vai ganhando musculatura ao longo da primeira década do século XXI. Tal processo vai culminar, em 2003, com a fundação da FARJ. Nacionalmente, cria-se um Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), que pretendia tornar mais orgânico o contato entre grupos de cariz

especifista. Um processo que, todavia, não foi totalmente pacífico, comportando rachas, debates ácidos e acusações mútuas. Nesse sentido, não foi diferente do que ocorrera nos anos 90, com as “tretas” com os *punks*, como vimos no capítulo 2.

O avanço da proposta especificista, a criação da FARJ, as rusgas no interior do FAO e a conquista de um espaço no bairro de Vila Isabel serão alguns dos assuntos do próximo tópico.

4.3. Rugas, rupturas e avanço do “anarquismo especificista”

O grupo de libertários reunidos em torno do CEL/CELIP, cujo principal meio de comunicação era o *Libera... Amore Mio* (depois só *Libera*), vai perseguir um objetivo: organizar-se local e nacionalmente, tendo em vista princípios que têm raízes no anarquismo clássico de Bakunin e Malatesta; nas experiências de anarquistas e sindicalistas revolucionários da Primeira República, no Brasil; e na teoria-prática defendida pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU).

Citamos que 1995 foi um ano-chave para o CELIP/*Libera*. A partir dali, o contato com a FAU estimulou a “criação de estruturas orgânicas com programa estratégico, unidade teórica, a inserção social, o anarquismo como meio – sendo a anarquia o fim –, a formação política [...]” (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.26). Era um processo que visava também expurgar influências individualistas e/ou “contraculturais”, optando-se pelo caminho coletivista, anticapitalista, inserido na luta de classes e com intenção revolucionária.

Nesse movimento de elaboração do especificismo, destacamos, no capítulo anterior, o processo de formação da Construção Anarquista Brasileira (CAB), iniciado em 1996. Com objetivo de criar, em cinco anos, “grupos orgânicos e organizações em nível local, regional e estadual” (Ibid. p.27), a CAB incentivou o surgimento de coletivos como a Federação Anarquista Gaúcha (FAG), ainda em atividade, e experiências como a Resistência Popular (RP) e a Organização Socialista Libertária (OSL), já extintas. Além disso, podemos considerar que a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) também é fruto dessa construção.

Mas veremos que o avanço do especificismo no país não foi isento de

conflitos dentro do próprio campo libertário. Divulgadores de um discurso aglutinador, com vistas a organizar os anarquistas nacional e internacionalmente, os libertários que abraçam essa corrente vão sofrer críticas de outros grupos e indivíduos que também reivindicam o conjunto de símbolos próprios à tradição ácrata. Assim, ao lado de articulações surgem rugas e rupturas. Parte delas podemos acompanhar nas páginas do *Libera*, que, por conta disso, torna-se uma rica fonte para compreendermos as disputas por hegemonia dentro do campo anarquista no Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro.

Em mais uma tentativa de articular os libertários em nível nacional, representantes do CELIP participaram, em setembro de 2000, do Encontro Internacional de Cultura Libertária, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. O *Libera* publicou matéria sobre o evento, registrando que estiveram presentes mais de 700 pessoas, incluindo estrangeiros. O clima do encontro, contudo, não era só de união. Nesse sentido, o texto descreve algumas tensões entre coletivos e individualidades.

A matéria nos conta que, paralelamente ao evento, ocorreram debates sobre “expectativas e concepções distintas de organização.” Portanto, já ali, no início dos anos 2000, pipocavam consensos e dissensos, aproximações e rupturas no interior do campo. Nota-se, assim, a pluralidade de grupos, reproduzindo, em menor escala, a dinâmica “centro-periferia” enunciada por De Jong (2008). Ou seja: se em relação ao sistema dominante os libertários representavam a ala periférica, no interior do próprio movimento existia um processo constante de disputa pela hegemonia interna. Logo, por mais que anarquistas rechacem um posicionamento em direção a um “centro”, o grupo do CELIP/*Libera* representou esse papel no evento. E a própria longevidade da

publicação, resistindo aos percalços das conjunturas adversas, pode servir como termômetro para avaliar a relativa durabilidade do coletivo, exercendo posto de prestígio na rede (ENNE, 2004).

Pelo que se depreende da leitura do texto, houve polarização em torno de duas propostas de organização nacional dos anarquistas brasileiros – ou talvez seja melhor dizer *de parte dos anarquistas brasileiros*, se considerarmos a existência de outros agrupamentos não presentes no evento e não abordados pelos discursos do *Libera*. De um lado, a proposta de uma ala de São Paulo – “Nu-Sol, Soma, Imaginário e individualidades” – que era favorável à criação de uma Federação. Segundo o informativo, tal proposta, anunciada na palestra de abertura, provocou uma carta aberta de um grupo que contestava a ideia. A moção foi assinada pelo CELIP e por membros de outros coletivos que defendiam “a necessidade de maior amadurecimento do conceito de Federação.” (*LAM*, n. 102, set.-out.2000, p.2).²²⁵

Voltava à tona a ideia de estabelecer uma rede, nos moldes daquela apresentada no evento “Outros 500”, realizado em 1992, em São Paulo (*ver capítulo 2*). O caráter comunicacional da proposta é evidenciado pela intenção de compartilhar informações através dos “nós” e produzir um jornal para todo o país – mesma proposta da década anterior.

A ideia, novamente, era criar “nós” que teriam reuniões periódicas, **um trabalho na internet, estabeleceriam comunicação permanente, e fariam, cada nó, um boletim próprio, estando todos juntos em um periódico nacional**, distribuindo os livros das editoras libertárias e comprometendo-se com o desenvolvimento de uma atividade de inserção junto às comunidades as quais pertenciam. (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.28. Grifos meus.).

225 Talvez seja exagerado insistir nesse ponto, mas deve ficar claro que estamos expondo aqui a leitura dos redatores do *Libera*, pois este é o foco da pesquisa. Para uma avaliação mais adequada, seria necessário ouvir os outros sujeitos envolvidos no debate: os coletivos Nu-Sol, Soma e Imaginário, além de outros indivíduos que defenderam a criação da federação durante o evento 'Outros 500'.

A memória de um dos integrantes do CELIP à época também nos ajuda a compreender as relações não homogêneas no meio libertário, e os constantes rachas.

Em 2000 houve aquele grande encontro em Santa Catarina. Uma tentativa do Roberto Freire²²⁶ de fazer uma Federação Brasileira Anarquista, etc, etc. Uma tentativa muito truculenta da parte dele. Ele achava que era um legado que ele iria deixar, como se ele fosse a grande figura. Muito vaidoso, muito ególatra. Aí aquilo consumou determinados rachas. O pessoal do CCS [*de São Paulo*] se aproximou do que a gente estava tentando fazer aqui. Dentro do CCS mesmo, um outro racha. O grupo do Edson Passetti²²⁷, junto com Nildo Avelino.²²⁸ Um racha que até hoje está evidente por lá. (SAMIS, Entrevista, 2014).

A despeito das brigas com outros grupos, os especificistas procuravam criar novas instâncias de debate e articulação. Uma delas foi o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), surgido em 2002. Já no final do ano anterior, o *Libera* publicava uma espécie de convocatória para formar esse grupo. Falava-se em não construir nada apressadamente. Certamente, o temor era fruto de insucessos passados. A motivação para o engajamento vinha da própria conjuntura, que, de acordo com o jornal, era de retomada do interesse nas práticas e ideias do *campo libertário*.

226 Joaquim Roberto Corrêa Freire, nasceu em São Paulo no dia 18 de janeiro de 1927. Formou-se em Medicina em 1952. Após alguns anos trabalhando como endocrinologista clínico, realiza sua formação em Psicanálise, aproximando-se das teses de Wilhelm Reich, “que influenciaram Freire na criação de uma nova técnica terapêutica corporal e em grupo”. Foi “militante clandestino lutando contra a ditadura militar.”(BIOGRAFIA de Roberto Freire. Acesso em: 6 fev. 2017).

“A Soma [*terapia*] nasceu de uma pesquisa sobre o desbloqueio da criatividade, realizada no Centro de Estudos Macunaíma, com as contribuições de Miriam Muniz e Sylvio Zilber. Através de exercícios teatrais, jogos lúdicos e de sensibilização, Roberto Freire foi criando uma série de vivências que possibilitavam uma rica descoberta sobre o comportamento, suas infinitas e singulares diferenças. Perceber como o corpo reage diante de situações comuns no cotidiano das relações humanas, como a agressividade, a comunicação, a sensualidade, e sua associação com os sentimentos e emoções, permite um resgate daquilo que nos diferencia enquanto individualidade, para criar um jeito novo, a originalidade contra a massificação. Assim, a Soma se construiu como um processo terapêutico com conteúdo ideológico explícito, o Anarquismo.” (Id.).

Roberto Freire morreu em maio de 2008, aos 81 anos.

227 Professor e pesquisador da PUC-SP e integrante do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. (NU-SOL. Acesso em: 6 fev. 2017).

228 Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Vivemos um momento em que o anarquismo retoma seu vigor e volta a ser discutido. Observamos no Brasil e no mundo o anarquismo presente de várias formas nas lutas sociais. Exemplos disso são os protestos anticapitalistas por todo o mundo e a presença cada vez mais forte dos anarquistas nas lutas de nossa classe, de nosso povo. Estes fatos evidenciam que vivemos um novo momento no meio libertário. (*LAM*, n.109, nov.-dez. 2001, p.3).

Marcelo L. Souza propõe uma tipologia para o *campo libertário* da atualidade. Apesar da heterogeneidade de grupos, ele argumenta que:

[...] o pensamento e a *práxis* libertários – entendidos, de modo amplo, como não estando restritos ao anarquismo – formam, mesmo assim, um conjunto dotado de uma forte coerência à luz da história, ainda que nem sempre isso pareça evidente. (SOUZA, 2015, p.79).

Souza lembra que o adjetivo “libertário” (do francês “libertaire”) “foi cunhado por um dos primeiros intelectuais libertários, Joseph Déjaque (1821-1864), em uma carta a Proudhon – o primeiro a reivindicar para si o qualificativo de 'anarquista'.” (Ibid. p.80). Para o autor, apesar da clara ligação histórica com o anarquismo clássico, o campo libertário de hoje teria mais outras duas vertentes: o que Souza chama de neoanarquismo – “[...] uma revisão do legado clássico que, apesar de afastar-se desse legado em alguns pontos importantes [...]” (Ibid. p.81) – e o autonomismo – que, segundo o geógrafo, “mesmo apresentando uma afinidade essencial com o anarquismo [...] vai além do neoanarquismo em matéria de afastamento relativamente à herança clássica.” (Ibid. p.82).

Discordo, em parte, da tipologia proposta por Marcelo Souza. Creio que o termo “neoanarquismo” seja desnecessário, ainda que haja uma negação relativa de

alguns pontos do anarquismo clássico. Prefiro encarar os novos grupos (pós-anos 60, pelo menos), que ainda reivindicam o “legado clássico”, como correntes do próprio anarquismo. Assim, acho mais razoável a tipologia do campo libertário restrita a duas vertentes: o anarquismo e o autonomismo. Contudo, como toda tipologia, deve-se evitar que ela se torne rígida demais e perca as nuances e as interpenetrações entre as categorias isoladas para análise.²²⁹

Voltando à questão do FAO, batalha semântica – ou seja: lutar contra os significados negativos atribuídos ao anarquismo – também era algo ressaltado como uma das tarefas desse Fórum. Assim, lê-se no artigo: “[...] persistem **visões distorcidas sobre o que é o anarquismo, sempre alimentadas pela mídia, pela burguesia e** facilitando o trabalho da repressão e jogando o anarquismo no descrédito para uma boa parcela de nossa população.” (Ibid. p.3. Grifos meus.). Outra motivação para a criação do FAO seria o desejo de unir ação ao discurso, superando a “mera troca de ideias e informes” ou “um estéril debate acadêmico”.

Os autores dizem não querer propor “nenhum modelo único”, embora exponham um preceito: a organização. A partir daí, já se estabelece uma clivagem, que forçosamente vai causar uma divisão entre *organizacionistas* e *não-organizacionistas*.

Não estamos propondo nenhum modelo único, pensamos que existem várias formas de se organizar e atuar socialmente e que todos devem trazer sua experiência para discussão. Dizemos isso francamente porque o meio anarquista é bastante amplo e diverso, mas **existem ideias de muitos que rejeitam a noção de organização e atuação social, aí fica impossível a gente fazer qualquer coisa de mais sólida em conjunto.** (Ibid. p.3. Grifos meus.).

229 Aproveitando o ensejo, também rechaço minha opinião, exposta na dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2007, p.131) de que haveria “anarquismos”, dada a variedade de correntes. Para mais informações sobre o debate sobre “anarquismo”, “neoanarquismo” e “pós-anarquismo”, ver Ibáñez (2014).

Aqui, mais uma vez, uma questão semiológica: os *significados* que estão historicamente relacionados ao *significante* “organização”, e a postura dos anarquistas diante disso. O texto admite que o temor de alguns ácratas seria até compreensível face aos “modelos de organização concretos que as pessoas conheceram (tipo partidos autoritários e centralizados)”. Mas os organizacionistas não querem simplesmente negar a organização, por conta de seus significados não-libertários. Pelo contrário, pretendem *ressignificar* o conceito, restituindo assim sua *polissemia*. Ou seja: as formas autoritárias verticais e hierarquizadas não seriam as únicas maneiras de se organizar.

[...] é necessário romper com isso, perceber que estas foram apenas uma das formas de organização na história e que o anarquismo sempre teve outras formas de organização, horizontais, participativas, federativas. Já é hora da nossa necessidade de se organizar superar o medo de se burocratizar. (Ibid. p.3).

Certo é que, mesmo entre os que concordavam com o anarquismo organizado, mais uma vez surgem tensões e brigas que vão levar, primeiro, ao afastamento da FARJ do FAO por conta de pendengas com um grupo dissidente; e, mais tarde, sua reincorporação. Pela versão da Federação, houve uma “manobra política que impediu a inscrição da FARJ no encontro nacional do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) de 2003.” (CORRÊA. In: FARJ, p. 28-29). Ainda segundo Felipe Corrêa:

[...] parte dos organizadores mostrou-se antiética [...] ao obrigar a FARJ a inscrever-se com o grupo dissidente no Rio de Janeiro [...]. Depois, incorrendo em outro grave problema, quando o grupo que sediava o encontro aceitou a situação e os outros grupos organizadores “preferiram não se envolver”. (Ibid. p.29).²³⁰

230 A citação entre aspas é da seguinte fonte: FARJ. *Mensagem aos Organizadores do FAO*. 2003.

Corrêa não cita, mas “o grupo dissidente” ao qual se refere provavelmente é o coletivo que dará origem à Federação Anarquista Insurreição (FAI), que depois se transformou em União Popular Anarquista (UNIPA), ainda em atividade. A UNIPA, formada em 2003, reunia militantes do movimento estudantil, sindical e comunitário. Alguns deles participaram do Laboratório de Estudos Libertários (LEL), que chegou a publicar textos no *Libera*, além de constar na lista de endereços de coletivos que era publicada na última página do informativo.²³¹

O racha teria se originado no ciclo de debates iniciado em 2002 com o objetivo de construir uma federação anarquista.

[...] os militantes envolvidos no processo pensavam que não seria possível simplesmente fundar uma federação sem que todos os envolvidos possuíssem informações sobre os modelos de organização anarquista, para poderem escolher o melhor modelo. Esse ciclo aconteceu por um ano; discutiram-se textos clássicos de Bakunin e Malatesta, documentos como a Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários, e os modelos organizacionais especificista (a partir do modelo da Federação Anarquista Uruguaia – FAU) e sintetista (a partir do modelo da Federação Anarquista Francófona – FAF). No final deste processo, houve uma série de divergências dentro do grupo, ocasionando a saída de alguns membros, que entendiam ser o momento de se fundar no Rio de Janeiro uma organização que seguisse uma determinada interpretação do bakuninismo do século XIX. Assim foi fundada a Federação Anarquista Insurreição (FAI), que depois se transformaria em União Popular Anarquista (UNIPA). O grupo que permaneceu até o fim das discussões do ciclo de debates foi aquele que fundou a FARJ. (Ibid. p.35-36).

Em seu depoimento, Renato Ramos descreve o episódio do congresso do FAO em São Paulo. Na ocasião, as rusgas extrapolaram o contexto carioca (FARJ X UNIPA) e passaram a envolver organizações de outros estados, entre elas a FAG.

O delegado da FAG que barrou a gente era o Bruno [*Rocha*]. Ele teve participação nessa barração. Mas aí a gente não rompeu com a FAG. A gente deu uma “geladeira” nela. Rompemos mesmo com o [*grupo*] Terra e Liberdade [*de São Paulo*], com documento e

231 Mais sobre a UNIPA em: <<https://uniaoanarquista.wordpress.com>>.

tudo. Mas não com a FAG, até pelo respeito que a gente tinha. (RAMOS. Entrevista, 2014a).

Além disso, ainda segundo Renato Ramos, a história teria alcançado uma repercussão internacional (ou pelo menos no âmbito do Cone Sul), com a FARJ sendo “defendida” pela FAU. Por sua vez, a organização uruguaia, referência para os brasileiros, teria chamado a atenção da FAG. A partir daí, na visão de Ramos, os papéis vão se inverter, com a UNIPA sendo expulsa do FAO.

O pessoal lá do Uruguai, a FAU, tem uma influência muito grande não só na FAG como no especificismo. Aí, a FAG manda um representante aqui pro Rio e a gente tem uma reunião aqui neste lugar, nesta mesa [*localizada na Biblioteca Fábio Luz, em Vila Isabel*], onde a gente “descasca” tudo que estava engasgado nesses anos todos. Aí começa a reaproximação com o FAO. A gente voltou, se não me engano, em 2008. Mas certamente o *Libera*, como órgão da FARJ, teve influência nisso. Porque o *Libera* chega onde a gente nem imagina. Outra coisa que deve ter tido influência grande foi o programa da FARJ, o “Anarquismo Social e Organização”. Isso caiu lá no Uruguai. [...]

Então, a UNIPA foi expulsa do FAO. A gente retornou e houve uma carta de retratação da FAG. Uma carta de retratação que a gente não divulgou. Quer dizer, só para algumas pessoas e tal... (Não é para ficar tripudiando em cima duma coisa...). Mas, de fato, foi uma vitória política da FARJ. Talvez a maior do início do século. A FAG se retratar, de forma muito bacana, como a gente tem de fazer, assumir os erros. E foi uma condição que a gente fez: a gente volta para o FAO, mas a gente quer uma retratação, “preto no branco”. (Id.)

Em seu depoimento, Alexandre Samis relata sua intermediação na retomada das relações com a FAG:

Por conta de meu trabalho nos cursos de formação do MST, na Escola Florestan Fernandes, eu encontro o Guilherme, militante da FAG. Nessa época, a FARJ tinha sido excluída do FAO. Aí o Guilherme me disse que eles foram à FAU e o pessoal de lá perguntou por que a FARJ não estava mais integrada ao FAO. Então, conversei com Guilherme e ele falou que não tinha mais por que ficar sem dialogar. Eu falei: “Por mim tudo bem”. Aí eu levei a proposta para a FARJ e o pessoal entendeu que era legal, consequente. O Guilherme fez uma incursão ao Rio, conversou com a gente. (SAMIS. Entrevista, 2014).

A partir desse episódio, FAO/FARJ, de um lado, e UNIPA, de outro, vão trocar farpas mutuamente. Em alguns momentos, os ataques são feitos de modo escamoteado, sem citar nomes; em outros, o discurso torna-se mais agressivo. Não é objetivo deste trabalho aprofundar essa temática, mas talvez valha a pena reproduzir alguns trechos de documentos que exemplificam as pendengas.

Nesse sentido, um comunicado da UNIPA, de setembro de 2015, propunha uma análise sobre os anarquistas brasileiros, dividindo-os em dois grupos: os políticos e os “contra-culturais, de afinidade ou editoriais.” (UNIPA, 2005, p.1). No segundo grupo, incluía o que chama de “revisionismo pequeno-burguês”, expresso em coletivos como o CCS de São Paulo, o Soma (de Roberto Freire) e o Instituto de Estudos Libertários.

Mas a crítica se dirigia principalmente aos “anarquistas políticos”, os quais a UNIPA enquadrava em algumas organizações, “especialmente aquelas agrupadas no FAO (Fórum do Anarquismo Organizado)”, com destaque para a FAG e a OSL (Organização Socialista Libertária, de São Paulo). Para a UNIPA, esses dois grupos teriam, na ocasião, as “maiores responsabilidades e protagonismo” no FAO. O comunicado argumentava que o defeito desses agrupamentos seria sua “orientação teórico-ideológica e uma prática ecletista”. “E o ecletismo”, continua a UNIPA, “não é capaz de resolver os principais problemas da revolução, nem os de longo prazo, nem os de curto prazo.” (Ibid. p.2). A solução, para a UNIPA, seria abandonar o chamado “ecletismo anarco-comunista” em favor do “bakuninismo”.

Em documento de 2007, o FAO respondeu numa linguagem mais agressiva, evidenciando as dificuldades de unir os anarquistas organizacionistas em seu próprio campo.²³²

232 Embora o documento tenha sido publicado no site da FARJ (o que denota concordância em relação a

Temos sido, enquanto FAO, acusados de “ecletismo” teórico e ideológico por parte da UNIPA (“Anarquismo e Ecletismo, em geral e particularmente no Brasil” – Comunicado nº 15), pelo fato de não nos basearmos unicamente em apenas um pensador, no caso deles Bakunin. [...]

A UNIPA partiu na jornada em busca da ideologia perdida. Assim, de referência teórica, Bakunin passou a ser parâmetro de doutrina, motivo para discernir “eleitos” e “malditos”. A ânsia de resolver logo a questão teórica motivou a UNIPA a batizar a sua própria leitura e recortes de Bakunin de “bakuninismo”, fazendo-o como “ideologia pura”, imune a críticas, assumindo até mesmo os equívocos do anarquista russo.

[...] **na sua arrogância fanática e na incapacidade de sair do limbo onde se meteu, a UNIPA fuge de si mesma e de seus erros encontrando inimigos externos para dar unidade interna ao grupo.** (FAO, 2007. Grifos meus.).

Curiosamente, os anarquistas repetiam, em certa medida, práticas e condutas que apontavam, por exemplo, como características dos marxistas-leninistas. Isso era admitido em outro trecho do texto, quando o FAO compara a atitude da UNIPA a práticas sectárias de coletivos trotskistas:

A UNIPA certamente não é trotskista como acusam muitos daqueles que se reivindicam libertários (da mesma forma que também podem nos acusar). No entanto, o discurso, as bandeiras de luta, a tábula rasa dos níveis político e social e a forma de disputa política da UNIPA se assemelham muito a várias agrupações trotskistas para os quais o maior inimigo é a fração rival mais próxima. Será que restamos nós para a UNIPA disputar? (Id.).

Embora não cite explicitamente o nome da UNIPA, o texto “A Neurose 'Revisionista'” (*Libera*, n. 122, jan.-fev. 2004, p.3) parece ser uma referência à polêmica com o grupo dissidente. O conteúdo critica a prática discursiva dos rivais, fazendo um histórico do termo “revisionista”. De acordo com o *Libera*, a palavra teria ganhado um sentido negativo nas fileiras marxistas especialmente a partir de 1914, sendo atribuído

seu conteúdo), a organização carioca não assina o texto, já que não estava no FAO na época. Como consta no próprio comunicado, faziam parte do FAO as seguintes agremiações: Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares – CAZP (AL); Coletivo Pró-Organização Anarquista em Goiás – COPOAG (GO); Federação Anarquista Gaúcha – FAG (RS); Organização Socialista Libertária – OSL (SP); Rusga Libertária – RL (MT); e Vermelho e Negro – VN (BA).

“a pensadores políticos que, mesmo adotando premissas do marxismo, duvidavam das previsões de Marx”. Para o autor (não identificado) o stalinismo teria popularizado o conceito, usando o rótulo “para todo e qualquer PC [*Partido Comunista*] não inteiramente submisso a Moscou”. Para ele, o Maio de 68 e a renovação no campo das esquerdas teriam exumado “grande parte desses cadáveres conceituais”. Contudo, ironicamente a paranoia do revisionismo ressurgiria nas fileiras anarquistas, ganhando “o calor dos discursos mais 'radicais' e pretensamente revolucionários”; “escrevendo calúnias nas propagandas de seus 'desafetos'”; ou “fazendo 'incursões punitivas' em eventos de outros libertários”.

A UNIPA, de fato, utiliza o termo “revisionismo”, por exemplo, em seu Comunicado nº 42, de fevereiro de 2015. Intitulado “*Anarquistas de governo*”: o triste fim do revisionismo libertário no Brasil e na América Latina, o documento ataca frontalmente a FARJ e a Coordenação Anarquista Brasileira (que se formou, em 2012, a partir do FAO), no contexto de plenárias realizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL).

Vejamos:

No Rio de Janeiro ocorreram, em janeiro de 2015, cinco plenárias de luta organizadas pelo 'MPL' (Movimento Passe Livre). Nessas plenárias vimos, e todos viram, os militantes da FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro/integrante da CAB - Coordenação Anarquista Brasileira) cumprirem o papel de força auxiliar do governismo. [...] Como os revisionistas libertários atuaram em tal plenária? Representantes da FARJ, ante a proposta de não permitir representantes do PT e do PCdoB nas plenárias, se manifestaram favoráveis a presença da UJS, do Levante Popular da Juventude.” (UNIPA, 2015, p.1).

A despeito da troca de farpas e dissidências, o grupo de libertários cariocas do CELIP avança em sua organização local. Nesse caminho, um acontecimento foi muito importante, pois proporcionou a conquista de um espaço para o desenvolvimento

das atividades culturais e de inserção comunitária: a casa da Rua Torres Homem 790, no bairro de Vila Isabel.

Em 2000, membros do CELIP passam a frequentar o prédio que havia abrigado a Associação Baiana de Beneficência (ABB) – entidade de socorro mútuo da qual Fábio Luz²³³ havia participado como sócio no início do século XX [...]. A ABB tinha dado lugar à Fraternidade Nossa Senhora da Conceição (FNSC). Estes membros do CELIP, em seu contato com o espaço, iniciam um trabalho comunitário na FNSC, com vistas a integrá-la ao complexo do Morro dos Macacos, comunidade vizinha ao prédio. (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.31).

A partir desse contato com a FNSC, os anarquistas do CELIP vão poder contar com um espaço para criar, em 18 de novembro de 2001 – data comemorativa da Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro em 1918 –, a Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL). Concretizava-se, então, “o sonho de ter um espaço para reunir seu acervo e, o mais importante: disponibilizá-lo ao público.” (Id. p.31).

Alexandre Samis relembra o fato, destacando seu papel na articulação que possibilitou um acordo com o administrador da FNSC na época:

Em 99/2000 eu estava terminando a minha dissertação de mestrado e entrei em contato com um senhor, ali no bairro de Vila Isabel, bem próximo de minha casa. Eu morava na Rua Luís Barbosa, na esquina com a Torres Homem. Era o Seu Teixeira – Antídio Teixeira – que era baiano e administrava a chamada Fraternidade de Nossa Senhora da Conceição.

A gente começou a dialogar sobre o trabalho que ele fazia. Achei interessante e visitei para conhecer, ali onde hoje é o Centro de Cultura Social (CCS-RJ). Aí ele falou: “Poxa, você podia me ajudar.”. Aí eu falei: “Olha, estou terminando a minha dissertação. Logo em seguida, a gente vem aqui e vê o que pode fazer. Pelo menos o que tenha interesse mútuo, tanto meu quanto do senhor.”.

Então, em 2000, eu comecei um trabalho com ele. Montamos lá uma padaria, digamos assim, coletiva, com adolescentes. Era o projeto da Associação de Jovens Aprendizes e Mestres (AJAM). Aí, eu já chamo os companheiros [*do CELIP*], convenço-os de que ali é um espaço interessante de inserção, que tem um trabalho com o pessoal da favela (o projeto AJAM)... Não tive dificuldade de convencê-los. A gente começa a atividade ali fundando,

233 Fábio Luz (1864-1938) foi médico, jornalista, escritor e professor. Lutou pela causa abolicionista e, logo em seguida, tornou-se republicano. “Durante seu curso de medicina, descobriu, em uma livraria de Salvador, o livro *Palavras de um Revoltado* de Kropotkin, o que o levou ao anarquismo. No entanto, Fábio Luz só viria a descobrir a existência do anarquismo organizado no Rio de Janeiro no início do século XX.” (BSFL, s.d.).

em 2001, a Biblioteca Social Fábio Luz. (SAMIS. Entrevista, 2014).²³⁴

Como reflexo da fundação da BSFL, o *Libera* vai incluir, a partir de sua edição 110 (jan.-fev.2002), o nome da biblioteca no cabeçalho do informativo, indicando o endereço e o horário de funcionamento da mesma. No número 113, uma nota na seção “Notícias Libertárias” divulgava o espaço e pedia a colaboração dos leitores:

Biblioteca Social Fábio Luz: Está sendo concluída a organização (separação por temática, fichamento e cadastramento) do acervo libertário da nossa biblioteca, que continua à disposição dos/as interessados/as aos sábados, entre 9:00 e 17:00h, na Rua Torres Homem, 790, Vila Isabel, Rio de Janeiro. São algumas centenas de livros divididos em temas como Bakunin; Kropotkin; Malatesta; Proudhon. Obras de Edgar Rodrigues; Anarquismo e Revolução na Rússia; Anarquismo e Revolução na Espanha; Anarquismo no Brasil; Teoria Anarquista; Anarquismo na América Latina; Autogestão; entre outros. Visite, consulte, participe, colabore! (*LAM*, n.113, jul.-ago 2002, p.4).²³⁵

No âmbito acadêmico, os anarquistas também iam conquistando espaço. Na

234 Corrêa descreveu assim o projeto da padaria comunitária: “No mesmo espaço em que está localizada a BSFL – onde hoje funciona o CCS-RJ –, membros do CELIP organizaram, junto com a Fraternidade Nossa Senhora da Conceição (FNSC), no ano de 2001, a padaria comunitária, desenvolvendo a produção de bolinhos doces, feitos pelos jovens da própria comunidade do Morro dos Macacos, que está ao lado. Esse trabalho trouxe para a FNSC maior relação com a comunidade, e o CELIP passou a apoiar o trabalho e participar dele diretamente. O projeto AJAM (Associação de Jovens Aprendizes e Mestres) iniciou-se com o objetivo de capacitar os jovens e gerar renda para eles por meio da fabricação e venda dos bolinhos. (CORRÊA. In: FARJ, 2007, p.33-34).

235 Neste ponto, a relação entre observador e objeto de estudo se confunde, trazendo à tona minhas próprias lembranças sobre a BSFL – que se configura, assim, como um *lugar de memória* (NORA, 1993). Com uma importante coleção de periódicos anarquistas nacionais e internacionais, abrangendo principalmente as décadas de 80 e 90, a BSFL foi ambiente de pesquisa durante minha dissertação de mestrado e, agora, no doutorado. Durante o mestrado, tive acesso ao acervo quase completo do jornal *O Inimigo do Rei* (1977-1988), uma das fontes primárias analisadas. Quanto ao doutorado, posso dizer que a ideia de pesquisar o *Libera* surgiu numa conversa com Renato Ramos naquele espaço. Lá pude consultar a coleção completa do *Libera* e, além disso, contribuir no processo de digitalização do periódico, que atualmente pode ser acessado de qualquer parte do mundo no site da Biblioteca. A BSFL ainda se mostrou um local atraente para a realização de entrevistas – tanto do mestrado quanto do doutorado. Quase a totalidade dos depoimentos colhidos nesses dois trabalhos teve como cenário a sala, rodeada por estantes repletas de livros, jornais e revistas. Assim, minha relação com a BSFL é mutuamente de afetividade e enriquecimento intelectual/acadêmico.

Universidade Federal Fluminense (UFF) era fundado, em 2003, o Grupo de Estudos do Anarquismo (GEA), que fazia parte do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), ligado ao Departamento de História.²³⁶ Com o objetivo de discutir textos ligados ao anarquismo e contribuir com pesquisas sobre o tema, o GEA também organizou uma série de eventos.²³⁷ Um deles foi o 1º Simpósio de História do Anarquismo no Brasil, realizado na UFF nos dias 20 e 21 de agosto. No primeiro dia, uma mesa de debates denominada “Anarquismo: utopismos, subjetividades e radicalidade” reuniu os professores Daniel Aarão Reis Filho, Sílvio Gallo, Edson Passetti e Margareth Rago. No dia seguinte, o tema foi “Anarquia é Ordem” e contou com a participação de Carlos Augusto Addor, José Carlos Morel, José Benjamin e Cristina Lopreato. (*LAM*, n. 117, mar.-abr. 2003, p.4).

Como dito anteriormente, em 2002 teve início um ciclo de debates, sediado na BSFL, com objetivo de formação política, reflexão sobre modelos organizativos e também para avaliar a possibilidade de criação de uma federação local. Vimos que esse processo não foi isento de tensões internas, que acabaram levando à saída de um grupo dissidente, que formaria a UNIPA. Aqueles que continuaram fundaram, em 30 de agosto de 2003, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ).

236 Aqui, mais uma vez, o *pesquisador-narrador* se torna um *pesquisador-personagem*. O GEA foi minha porta de entrada para as pesquisas sobre anarquismo. Em 2004, quando iniciava minha graduação em História na UFF, conheci Rafael Deminicis, integrante do grupo. Até então, eu tinha um interesse difuso pelo anarquismo, muito por conta do que chegava a mim pelo *rock punk*, via indústria cultural. No GEA, pude me aprofundar no assunto e enveredar pelos temas que pesquiso desde então. No Grupo, tive contato com muitos textos que me ajudaram a compreender o pensamento libertário (Quantas cópias fiz dos tesouros da Pasta 666! Provocativa e criativamente assim batizada – um *batismo herege*, diga-se – pelo espírito rebelde e iconoclasta do grupo.). Naquele espaço conheci também os professores Carlos Addor e Alexandre Samis – agora colaboradores na construção deste trabalho, além de personagens da narrativa. Cheguei a coordenar brevemente o GEA, que hoje não mais existe. Mas o grupo deixou muitos legados positivos, entre eles os dois volumes da *História do Anarquismo no Brasil*, publicados com a colaboração, entre outros, dos professores Daniel Aarão Reis Filho e Carlos Addor.

237 “Desde sua criação, foi estabelecida como meta as discussões sobre a História do Anarquismo no Brasil (movimentos, biografias, influências); o estudo do pensamento anarquista de modo geral; eventos internacionais onde os anarquistas estiveram presentes [...]. As reuniões acontecem mensalmente na sala 216, Bloco N do Inst. de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF/UFF).” (*Libera*, n.121, nov.-dez. 2003).

A criação dessa entidade vai mudar o estatuto de nosso objeto de estudo. De informativo do CELIP, o *Libera... Amore Mio* vai passar a ser o porta-voz da nova organização. Por conta disso, vai sofrer algumas alterações editoriais, como a redução do nome para apenas *Libera*, além de modificações em seu *layout* e nas temáticas abordadas. Todavia, trataremos desse aspecto editorial-simbólico com mais detalhe no próximo item deste capítulo. Interessa-nos, agora, analisar o conteúdo da edição que anuncia a fundação da FARJ.

Nesse sentido, o número 119, de julho-agosto de 2003, foi totalmente dedicado ao nascimento da organização. Na capa (e em parte da página 2), era publicado o “Manifesto de fundação da Federação Anarquista do Rio de Janeiro”. As páginas 2, 3 e 4 foram ocupadas pela “Carta de Princípios” da entidade. Ao fim da quarta e última página, eram publicadas mensagens de indivíduos e coletivos libertários de todo o mundo, saudando o surgimento da nova agremiação.

No início do manifesto, um tom de esperança e utopia. Um discurso que buscava animar para a luta:

Irmãos e irmãs de ideal.
Companheiras e companheiros que compartilham conosco a luta por justiça, igualdade e liberdade:
Hoje nos reunimos para, reafirmando a esperança na dignidade que nos torna humanos, levantarmos a nossa já antiga, e sempre renovada, bandeira do Anarquismo Organizado. Levantamos esta bandeira porque assim manda a nossa consciência, na certeza de que todos que olharem para ela com a coragem de realizar a utopia, terão o mesmo valor, dentro desta igualdade proporcionada pela compreensão profunda do anarquismo, e por sua imprescindível vivência coletiva. (*Libera*, n.119, jul.-ago.2003, p.1).

À crença na necessidade de transformação revolucionária da sociedade juntava-se a constatação de que o capitalismo (“a noite escura”) precisa ser destruído, dando lugar a uma nova alternativa, um novo “amanhecer”.

Afirmamos o Anarquismo, confrontando a hipocrisia e o egoísmo desta sociedade corrupta e decadente, com a certeza de que a vida é o mais importante, e que as coisas não precisam ser como são. Nesta convicção, colocamos toda a nossa vontade de transformação, e dela vem nossa força que quer ver este mundo velho balançar, e desaparecer. Porque a noite escura passará, e nós trabalharemos para ver o amanhecer. (Ibid. p.1).

Então, tem início a construção de uma genealogia – a mesma que o periódico reforçava a cada edição comemorativa, a cada celebração da própria memória do CEL/CELIP (e, agora, da FARJ). Nesse sentido, a Federação afirmava que sua história remonta “às grandes lutas das primeiras décadas do século passado”, citando os primeiros sindicatos e federações; a pugna pelas 8 horas e contra a carestia; a greve de 1917 e a Insurreição de 1918. Também fazia referência à Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), que fora criada também num mês de agosto, em 1923. A identidade histórica era reforçada: “Hoje, quando aqui fundamos a FARJ, homenageamos esses companheiros e companheiras, buscando em seus passos inspiração e forças para construir a nossa organização.” (Ibid. p.1).

Mas a genealogia não se encerrava na Primeira República. A FARJ fazia referência à ação antifascista dos anos 30; ao Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), fundado em 1958; ao episódio de repressão na ditadura, em 1969, sofrido por membros do CEPJO e por jovens do Movimento Estudantil Libertário (MEL). Reconhecia, mais uma vez, o papel de Ideal Peres e Esther Redes, que criaram um grupo de estudos em sua casa nos anos 1970 e fundaram, em 1985, o CEL, considerado:

[...] berço de vários grupos, como o *Grupo Anarquista José Oiticica* (GAJO) e o *Grupo Anarquista Ação Direta* (GAAD), cujas experiências e militância geraram o acúmulo necessário para várias realizações, tanto publicações como a revista *Utopia*, o informativo *Libera...Amore Mio* e o jornal *O Mutirão*, quanto as primeiras experiências de inserção social, nos movimentos de ocupação e sindical, e em manifestações e enfrentamentos de rua. (Ibid. p.2).

Nos parágrafos seguintes, o discurso buscava reforçar os projetos de inserção social dos anarquistas da corrente encabeçada pelo CEL/FARJ/*Libera*: apoio aos sindicalistas da Petrobras; inserção em movimentos urbanos e rurais; ocupações; presença de libertários em organizações de alcance nacional. O texto parecia, assim, querer legitimar e apontar anarquismo como proposta de luta concreta, factível. A FARJ argumentava que essas experiências geraram a “necessidade de uma organização específica dos anarquistas”. Nesse aspecto, relembra a participação do Grupo Mutirão na criação da “Construção Anarquista Brasileira” e o pioneirismo no contato com a FAU:

Fomos pioneiros [...] nos contatos com a *Federação Anarquistas Uruguiaia* (FAU), na introdução da proposta de organização específica/anarquista no Brasil, que culminou na fundação da *Organização Socialista Libertária* (OSL), experiência que, entre acertos e erros, tornou-se um marco na história do anarquismo organizado no país, demonstrando que é possível a coordenação de esforços para alcançarmos uma Confederação Anarquista Brasileira. (Ibid. p.2).

Por fim, o desejo de uma coexistência pacífica com outras correntes era expresso. Dessa forma, a FARJ afirmava sua disposição para o “entendimento fraterno com todas as demais organizações anarquistas, as que já existem e as que surgirão”.

Na página 2, a Carta de Princípios começava com uma epígrafe do pensador que comparece no jornal desde seu número de estreia: Errico Malatesta.²³⁸ O primeiro

²³⁸ Eis a epígrafe:

“Nós desejamos a liberdade e o bem-estar de todos os homens, de todos sem exceção. Queremos que cada ser humano possa se desenvolver e viver do modo mais feliz possível. E acreditamos que esta liberdade e este bem-estar não poderão ser dados por um homem ou por um partido, mas todos deverão descobrir neles mesmos suas condições, e conquistá-los.

“Consideramos que somente a mais completa aplicação do princípio da solidariedade pode destruir a guerra, a opressão e a exploração, e a solidariedade só pode nascer do livre acordo, da harmonização espontânea e desejada de todos os interessados.

Errico Malatesta” (*Libera*, n.119, jul.-ago.2003, p.2. Itálico e negrito no original.).

parágrafo definia o anarquismo com o qual a FARJ procurava se alinhar: como “ideologia política de transformação” que busca “intervenção na realidade”. Assim, seus militantes entendem o anarquismo como “teoria revolucionária”, com origem “nas lutas da classe trabalhadora”. Afastam-se, portanto, de interpretações que buscam raízes na antiguidade, em teorias antiautoritárias ou antiestatais, mas que não tem conexão com luta do trabalhador – com a tradição socialista.

Falava-se ainda de “objetivos” e “firmes preceitos éticos”, com “respeito à pluralidade de perspectivas”. Note-se, aqui, a preocupação em reforçar a “responsabilidade” e a “ética” – explicando que tal postura se deve a experiências anteriores de falta de compromisso e “bagunça” dos movimentos libertários. Nesse aspecto, defende um anarquismo que não abandona a perspectiva revolucionária, mas também investe no aqui-agora, nas lutas cotidianas.

[A FARJ] Propõe a transformação radical da sociedade tendo como ponto de partida o cotidiano popular. Buscará sempre apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento da auto-organização, na construção de atividades independentes e combativas, para que todos venhamos a alcançar uma sociedade realmente justa, livre e igualitária, dentro da concepção de que cada um de seus componentes é apenas um lutador provisório inserido na contínua procura do ser humano senão pela realização do sonho perfeito, pelo menos pela criação das melhores utopias possíveis. (Ibid. p.2).

Em seguida, são apresentados os nove princípios da Federação. São eles: *Liberdade; Ética e Valores; Federalismo; Internacionalismo; Autogestão; Ação Direta; Classismo; Prática Política e Inserção Social; e Apoio Mútuo*. A apresentação esquemática dá a sensação de algo organizado e planejado – o que, de certa forma, vai contra a visão do senso comum (e dos adversários políticos) de que o anarquismo é “caótico” e “espontaneísta”.

A edição se encerra com a publicação de depoimentos de libertários do

Brasil e do exterior saudando o nascimento da organização. A veiculação desse conteúdo dá legitimidade e respeitabilidade à FARJ, que, assim, acumula um capital simbólico necessário para persuadir os leitores a apoiarem ou militarem na Federação. Uma das falas é de um militante dos anos 80, Henrique Zucchi, ex-membro do GAJO. A outra é uma opinião internacional, o que, em tese, daria mais credibilidade à FARJ no que concerne ao cenário mundial: a saudação de Pascual Gonzales, do Grupo Anarquista Albatros, ligado à Federação Anarquista Ibérica (FAI), da Espanha. São citados ainda os nomes outras pessoas/coletivos que enviaram mensagens: Jesús (Ilhas Canárias); José Carlos Morel (CCS/SP); Pietro Ferrua (USA); João (NUELCA/BA); Carlos Godoy (Pelotas/RS); COMLUT (Campinas/SP); Fabrício Martinez (CCS/SP); Clayton (RIMA-RS).

A influência dos cariocas em nível internacional também foi tema de matérias publicadas nos números 120 e 121. No primeiro, uma nota na seção “Notícias Libertárias” informava que a Carta de Princípios da FARJ serviu de base para a discussão dos militantes da Biblioteca dos Operários, em Lisboa, Portugal, que estavam planejando a criação de uma Federação Anarquista da Região de Lisboa (FARL). (*Libera*, n.120, set.-out. 2003, p.4). Na edição seguinte, o texto “FARJ no Fórum Social Libertário em Paris” (*Libera*, n. 121, nov.-dez. 2003, p.1) relatava a participação de militantes no evento que ocorreu na França, entre 11 e 16 de novembro de 2003. E na página 2 do mesmo número foi publicada matéria “A FARJ na festa de apoio ao periódico *Tierra y Libertad*”. O ponto a destacar é que, pela primeira vez, um texto é assinado pelo Secretariado de Comunicação e Relações – FARJ, demonstrando que a organização dava importância à questão da propaganda e das relações públicas.

A definição de um setor específico para a comunicação, no entanto, não foi

algo totalmente claro desde o início. Um dos fundadores da FARJ, Gabriel Amorim, contou-nos que as funções eram mais difusas no início – embora, segundo ele, a organização tenha passado, paulatinamente, a investir mais num setor específico para a propaganda e para a confecção do *Libera*. Vejamos:

Não tinha uma organização do tipo: 'Tal militante ou tal secretaria vai se responsabilizar nas etapas do jornal'. Era uma coisa em que a gente ia dividindo as tarefas. Tinha também o fato de eu estar com mais tempo para estar abraçando essa tarefa. Então, com o tempo a organização entende que é necessário organizar melhor. (AMORIM. Entrevista. 2015).

O “internacionalismo” da FARJ também se mostrava em solo brasileiro. Nesse sentido, a Federação e outros coletivos de São Paulo vão realizar, em 2004, o Colóquio Internacional Libertário “História do Movimento Operário Revolucionário”. O evento trouxe especialistas e militantes do Brasil e do exterior para debater temas pertinentes ao universo anarquista e sindicalista revolucionário. Os convidados internacionais foram: Eduardo Colombo, Larry Portis, Daniel Colson e Frank Mintz. Pelo Brasil, alguns intelectuais que tinham o anarquismo como foco de pesquisas: Margareth Rago, Carlos Addor, Alexandre Samis, Milton Lopes, Carlo Romani, Eduardo Valladares e José Carlos Morel. Além da própria FARJ, organizaram o evento a Editora Imaginário e o Coletivo Anarquista Terra Livre, ambos da capital paulista.

O *Libera* 123 (mar.-abr. 2004) trazia uma chamada para o evento, que seria sediado em São Paulo (de 9 a 11 de setembro) e no Rio de Janeiro (13 a 15 de setembro). Na página 4, era publicada uma ficha de inscrição, informando que era necessário pagar uma taxa de R\$ 50. O valor se justificava pela necessidade de custear um evento que não contava com nenhum patrocínio empresarial ou governamental. A conta informada para o depósito era a de Renato Ramos, no caso das inscrições feitas no Rio de Janeiro. Outros dois grupos davam apoio ao Colóquio: o Observatório de

No número 126, uma reportagem sobre o Colóquio era veiculada na capa, e concluída na página 2, trazendo fotografias (*figura 34*), como numa cobertura tradicional dos meios de comunicação hegemônicos. Contudo, ela mostrava certas diferenças, pois, além do factual, trazia a memória das dificuldades em organizar um encontro internacional. Estruturalmente, portanto, a matéria não obedecia ao *lead* clássico do jornalismo, que orienta o jornalista a trazer, logo na abertura, os pontos mais importantes de um acontecimento: o *que* ocorreu; *quem* estava envolvido; *onde*; *quando*; *como*; e *por quê*. O *Libera*, ao contrário, expunha primeiro os detalhes da organização; depois falava do apoio que recebeu de sindicatos como Sindisprev (dos trabalhadores da Saúde e Previdência), Sindipetro (petroleiros), Sintuff (técnicos da UFF) e Sintrasefe (servidores federais). O relato sobre o evento em si só começava na página 2 .

Fechando o texto, o coletivo fazia um balanço positivo do evento no Rio que, segundo o informativo, atraiu mais de 200 pessoas para as palestras que ocorreram na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ):

Sindicalistas, estudantes e acadêmicos estavam entre os membros atentos da plateia durante os três dias de Colóquio Internacional de História do Movimento Operário Revolucionário. O encontro logrou reunir, em flagrante interesse, segmentos da sociedade que, em poucas oportunidades, dividem espaço nas universidades brasileiras. (*Libera*, n.126 set.-out. 2004, p.2).

239 Mais uma vez as memórias do pesquisador se confundem com seu objeto de análise. Elas próprias, aliás, condicionadas à fluidez, ao jogo de lembranças e esquecimentos. Como relatado anteriormente, 2004 foi o ano em que me aproximei do GEA e, naturalmente, tomei contato com a divulgação do Colóquio. Foi o primeiro encontro sobre anarquismo que assisti na vida. Lembro que eu já tinha algumas ideias em mente sobre a possibilidade de relacionar o anarquismo com a contracultura, tema que já havia pesquisado em meu Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social/Jornalismo. Nesse sentido, fiz uma pergunta ao professor Carlos Addor, que apresentava uma das palestras. Minha questão era mais ou menos esta: em que fontes eu poderia encontrar indícios da participação de anarquistas nos acontecimentos dos anos 60, no Maio de 68, etc.? Recordo-me que ele me deu algumas indicações. A partir dali, parti para a construção do projeto de mestrado “Do *underground* brotam flores do mal: Anarquismo e contracultura nas páginas da imprensa alternativa brasileira (1969-1992)”, defendido em 2007.

Ao promover eventos como o Colóquio Internacional, a FARJ realizava o velho trabalho de propaganda e difusão de conhecimento que acompanha os anarquistas em toda sua história a partir do século XIX. Além disso, a BSFL e o Centro de Cultura Social, em Vila Isabel, promoviam eventos, apoiavam pesquisas e lançavam livros. Nesse sentido, 2004 também foi o ano de criação do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa (NPMC), que passa funcionar no âmbito da BSFL.



Figura 34 – Palestra de Eduardo Colombo, um dos convidados para o evento internacional organizado pela FARJ, Editora Imaginário e Coletivo Anarquista Terra Livre.

A primeira vez que o *Libera* cita o NPMC é na edição 126 (set.-out. 2004). Na página 4, uma nota informava sobre o lançamento, em 8 de dezembro, do livro *Crônica dos Primeiros Anarquistas do Rio de Janeiro (1888-1900)*, escrito por Milton Lopes e editado pela Achiamé. No dia do lançamento, ocorrido na Livraria Berinjela, no centro da cidade, foi realizado um ato de fundação do Núcleo.²⁴⁰

²⁴⁰ O NPMC também é citado nas pesquisas de Felipe Corrêa (In: FARJ, 2007, p.55-58) e Mariana A.

No primeiro número do ano seguinte (*Libera* 128, jan.-fev. 2005), saiu um *box* explicando os objetivos do NPMC: “O Núcleo se propõe a fornecer apoio a outras organizações libertárias e/ou populares no que se refere a pesquisas históricas, implementação de palestras e cursos a serem realizados em sindicatos, movimentos populares, universidades, etc. (Id. p.4).²⁴¹

Portanto, seja no NPMC, CCS, BSFL ou na continuação do *Libera*, a FARJ foi avançando na primeira década deste século – e ainda continua na ativa, com quase 15 anos de existência. No recorte de nossa pesquisa, 2008 vai ser um marco importante de sua história, visto que foi o ano de realização de seu 1º congresso e de comemoração de seu quinto aniversário. Tais fatos foram abordados na edição 140 do *Libera* (jul.-set. 2008), que trazia a manchete “Primeiro Congresso da FARJ. Cinco anos de luta”. Na foto que ilustra o texto, uma composição simbólica toda especial. O pavilhão rubro-negro da entidade é colocado à frente do busto de Zumbi dos Palmares, localizado na

Penna (2010, p.55).

241 Encerrando a série de relatos de um *pesquisador-personagem*, o NPMC também está vinculado à minha vivência nos círculos libertários do Rio de Janeiro. Aproximei-me do grupo por volta de 2005/2006, e pude, assim como no GEA, participar de discussões fundamentais para minhas pesquisas. Destaco o auxílio prestado por Milton Lopes, um dos fundadores do Núcleo e um dos pesquisadores mais competentes do anarquismo no Brasil. A partir do meu contato com o NPMC, iniciei meu processo de filiação à FARJ, em 2007. Entretanto, não consegui permanecer na organização por muito tempo, principalmente por conta de, em determinado momento, não ter podido me dedicar com afinco aos compromissos da militância. Contudo, permaneci por mais um período no NPMC, participando de reuniões e auxiliando na organização de eventos.

Assim, posso dizer que minha relação com alguns dos objetos e personagens deste trabalho – o *Libera*, a FARJ, a BSFL, o GEA, o NPMC – foi mais intensa entre 2004 e 2008. Depois disso, acabo me afastando desses coletivos, não desenvolvendo um trabalho mais orgânico. Dessa forma, acredito que meu papel não seja o de um *investigador-militante* – como foi o de Timo Bartholl em sua tese “Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas” (BARTHOLL, 2015). Ele, um participante ativo dos movimentos que investiga, pôde se colocar como “alguém envolvido e inserido diretamente nos próprios processos pesquisados” (Ibid. p.23).

Talvez a categoria mais adequada para mim seja a de um *investigador-com-uma-memória-militante*, visto que convivi, no passado recente, com parte dos fatos e personagens aqui relatados. Por outro lado, minha pesquisa se coloca, em determinado sentido, como um trabalho militante se considerarmos a escrita também como missão e militância. Tal dimensão foi ressaltada por Nicolau Sevckenko (1983) em seu trabalho sobre Euclides da Cunha e Lima Barreto; e também por Carlos Addor (2012), quando este chama a atenção para a obra de Edgar Rodrigues, cuja missão de memorialista do anarquismo se transformou “numa militância de toda uma vida.” (ADDOR, 2012, p.33).

Seja como for, esta tese também compartilha do mesmo desejo de Bartholl: propor o debate sobre “os caminhos de superação da dominação das periferias pelos centros, rumo a uma sociedade igualitária onde não há nem periferia, nem centro.” (BARTHOLL, 2015, p.10).

Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio (*figura 35*).

A representação proposta no enquadramento fotográfico *ressignifica* um monumento, um *lugar de memória* (NORA, 1993) que, de certa forma, tornara-se oficial – e que antes era marginal, já que Zumbi desafiou a ordem colonial estabelecida. De qualquer forma, a estátua na Presidente Vargas também representa o fruto de outras batalhas simbólicas, quando a pressão do movimento negro organizado acabou fazendo o Estado reconhecer sua luta.

Ao colocar sua bandeira à frente da representação de Zumbi, a FARJ vai reivindicar, em certa medida, a significação periférica do herói do movimento negro, por conta de sua rebeldia. Assim, ao mesmo tempo o anarquismo se coloca também como postulante a um lugar no território da cidade, disputando os sentidos e os espaços urbanos com seu discurso. Uma fala que, simultaneamente, retorna ao passado (na referência à luta de Palmares e à própria história do anarquismo), quer se impor no presente (ao exigir um espaço simbólico na cidade) e aponta caminhos para o futuro (expresso em sua utopia e no desejo de transformação revolucionária).

Em nível nacional, a FARJ finalmente retornava ao FAO, fato que foi noticiado no *Libera* 144 (jan.-mar. 2010, p.4). O texto dizia que, a partir do próximo congresso da Federação, ela passaria a integrar oficialmente o Fórum, juntando-se então aos seguintes coletivos: Rusga Libertária (MT), FAG (RS), Vermelho e Negro (BA) e Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (AL). Foi a partir dessa articulação, iniciada em 2002, que seria fundada, dez anos depois, a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), definida como “um espaço organizativo [...] que articula nacionalmente organizações e grupos anarquistas que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo de matriz especificista”. “A fundação da CAB”, lê-se ainda em seu site,

“marca a passagem de um fórum para uma coordenação nacional, evidenciando um aumento de organicidade e fundamentando as bases para o avanço rumo a uma organização anarquista brasileira.” (CAB, s.d.).²⁴²



Figura 35 – Símbolos de rebeldia. Edição sobre congresso da FARJ traz fotografia da bandeira da organização à frente do busto de Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro.

Encarando criticamente a corrente especificista e sua metodologia de ação política, podemos tecer reflexões a respeito de seus problemas e limites.

A opção pode se tornar contraproducente numa conjuntura em que se

242 Atualmente, compõem a CAB os seguintes grupos: Coletivo Anarquista Bandeira Negra (SC), Coletivo Anarquista Luta de Classes (PR), Coletivo Mineiro Popular Anarquista (MG), Fórum Anarquista Especificista (BA), Federação Anarquista dos Palmares (AL), Federação Anarquista do Rio de Janeiro (RJ), Federação Anarquista Gaúcha (RS), Organização Anarquista Socialismo Libertário (SP), Organização Anarquista Zabelê (PI), Organização Resistência Libertária (CE), Rusga Libertária (MT) e Federação Anarquista Cabana (PA).

demanda união contra os inimigos comuns: o sistema capitalista e a burguesia. Quando os especificistas se opõem aos individualistas, não há maiores consequências, visto que estes seriam avessos à organização. Contudo, quando ocorre a cisão em relação ao “sintetismo” como um todo, há o risco de afastar outros anarquistas que também julgam relevante a ação coletiva organizada, classista e de base popular. Refiro-me sobretudo aos dois elementos “coletivistas” que comporiam a tríade do sintetismo. Assim, se as organizações sintetistas “erram” ao abrir espaço aos individualistas, elas também são compostas pelos anarco-comunistas e anarco-sindicalistas, correntes marcantes na história do socialismo libertário. Não seria importante, portanto, tecer alianças com essas correntes, visto que elas também compartilhariam valores do campo “organizacionista” do anarquismo? A criação de mais uma subdivisão no interior do campo – “especificistas” e “sintetistas” – não contribuiria para criar fronteiras internas? Proponho essa reflexão ao leitor e aos integrantes de ambas correntes.

Outro ponto que os anarquistas especificistas devem ficar atentos é quanto ao grau do expurgo ao “anarquismo estilo de vida” ou às influências dos movimentos de contracultura. Muitos indivíduos e coletividades ligados a essa tradição realmente carecem, em diversos pontos, de uma ação e teoria mais consistentes. Por outro lado, negar veementemente a contracultura pode nos fazer perder boas reflexões, tanto no campo político quanto no artístico-filosófico. A necessária militância social organizada, de perspectiva classista e popular, não precisa virar uma camisa de força de sisudez e “ceticismo”. Deve-se tomar cuidado, portanto, para que algumas práticas e discursos não descambem para os velhos clichês “obreiristas”, afastando cegamente (e tachando como “influências pequeno-burguesas”) experiências contraculturais das quais se poderia extrair algo positivo.

4.4. O papel e o ciberespaço: alterações editoriais e uso da *internet* como ferramenta de comunicação

No bimestre julho-agosto de 2000, era lançado o número 101 do *Libera... Amore Mio*. Mantinha-se o formato A4, com quatro páginas. Nenhuma alteração em seu projeto gráfico, que trazia uma diagramação mais ou menos “fixa”: cada página com duas colunas de texto e algumas ilustrações. Confirmava-se a prioridade do conteúdo escrito em detrimento de fotos e/ou desenhos – o que tornava o visual bastante “pesado”.

Podemos supor que a mudança de periodicidade (de mensal para bimestral) tenha tornado o espaço ainda mais valioso. Quer dizer: os anarquistas do CELIP tinham, agora, apenas seis edições por ano para fazer passar sua mensagem. Acrescente-se que a tiragem permanecia a mesma: 2 mil exemplares. Assim, se nos tempos de periodicidade mensal tínhamos 12 edições por ano (totalizando 24 mil exemplares), com a bimestralidade esse número cai pela metade (12 mil).

Considerando que um exemplar de jornal é lido, em média, por três pessoas, o número de leitores do *Libera*, por edição, seria de seis mil pessoas, a cada dois meses.²⁴³ Enquanto isso, alguns gigantes da mídia hegemônica impressa vendiam, na época, 471 mil exemplares/dia (*Folha de São Paulo*), 336 mil/dia (*O Globo*), ou 1,9 milhão/semana (*Veja*).²⁴⁴

243 Uma pesquisa estadunidense mostra que, em 2010, o número de leitores por exemplar subiu de 3,07 adultos em 2007 para 3,30 leitores por unidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010). Contudo, há quem indique que a média de leitores por exemplar pode chegar a cinco pessoas (PINTO, s.d.). Preferi ficar com o número mais conservador, arredondando-o por baixo.

244 “No início da década [de 2000], a *Folha de São Paulo* vendia 471 mil exemplares/dia e hoje vende 295 mil; o *Estadão* vendia 366 mil e hoje vende 213 mil; *O Globo* vendia 336 mil e hoje vende 257 mil; a revista *Veja* vendia 1,9 milhão de exemplares por semana e hoje, vende 1,2 milhão.” (GUIMARÃES, 2010).

A despeito de sua relativa insignificância quantitativa frente à mídia de massas, o *Libera* continuava a empreender sua guerrilha simbólica – que, diante do gigantismo da mídia corporativa, aliado ao baixo hábito de leitura da população brasileira, de fato merece ser comparada a uma *guerrilha*.

Naquela edição 101, mais uma vez a proposta do editorial era reverberar fatos noticiados pela imprensa liberal, *ressignificando-os* de acordo com a ótica anarquista. Assim, a violência urbana do Rio de Janeiro voltava a ser pauta do informativo que, numa linguagem crua, direta, utilizando até mesmo palavrões, estabelecia um diálogo direto com seu leitor. Em evidência, um acontecimento que repercutiu no país e no exterior: o sequestro do ônibus 174, em 12 de junho de 2000. Para o *Libera*, tratava-se de um “drama tipicamente brasileiro”, com um “desfecho corriqueiro”. A carga crítica, como não poderia deixar de ser, recaí sobre as costas do Estado e seus órgãos de repressão: “Assassinos vestidos de preto, tendo uma caveira como símbolo (o Bope), mataram Sandro [*o sequestrador*] estrangulado e a professora Geísa [*uma das reféns*], com uma 'presepada'”. (*LAM*, n.101, jul.-ago. 2000, p.1).

Os editores também criticam duramente o movimento “Basta de Violência!”, realizado em julho daquele mesmo ano. O jornal o chama de “palhaçada” promovida por “ONG's fajutas, pelegos, reformistas, policiais, empresários assaltados, governo e mídia (Globo na vanguarda)”. E continua:

14 capitais brasileiras se “comovem” com pessoas que mostram sua dor e se confraternizam, num mutirão entre as classes para acabar com a violência no país! Que porra é essa? Que violência é esta que eles falam tanto? Será a violência do salário mínimo, dos aluguéis absurdos, das chacinas policiais (como Carandiru, Candelária e Vigário Geral), dos massacres no campo (como Corumbiara e Eldorado dos Carajás), da guerra da miséria nas periferias das grandes cidades (“periferia é sempre periferia...”), dos menores chacinados e abandonados, dos ônibus assaltados, da corrupção governamental? (Ibid. p.1).

No centro da argumentação, a velha insígnia da tradição socialista e operária, que serve de título ao artigo: “Paz entre nós, guerra aos senhores”. Ou seja: no combate à violência, não se deveria se falar em “união de classes”, visto que uma das causas estruturais seria justamente a divisão entre exploradores e explorados. Logo, o apelo da opinião pública por mais segurança estatal esconderia o fato de que esse mesmo aparato se destina a disciplinar os mais pobres, mantendo intactas as estruturas. E para obter o consenso em torno desse projeto, não poderia faltar a ação midiática:

Eles querem unir as classes para colaborar com a polícia, prá [SIC] caguetar todo mundo [...], respeitar a propriedade, a ordem pública, a legalidade burguesa e aí ficamos quietos. [...]. Com o estardalhaço da Globo, FHC e seu ministério tucano conseguiram o fato político necessário para lançar seu Plano Nacional de Segurança Pública, [...] implantar o Subsistema de Inteligência (espalhando arapongas e ratazanas em todo o país) e coagir todo mundo com ameaças de intervenção federal. (Ibid. p.1).

Portanto, o informativo apresentava uma leitura da violência que não era veiculada pelos meios de comunicação hegemônicos, em geral focados nos efeitos epidérmicos, sem buscar as causas mais profundas. Afinal, se assim o fizessem, poderiam ser obrigados a constatar as contradições do modelo que defendem.

Violência é esse sistema maldito, que leva a guerra entre os pobres, fazendo do filho do trabalhador inimigo do trabalhador. [...]. Sabemos que os tempos são duros, a crise é profunda (em nosso cotidiano) e muitas vezes o crime e as drogas apontam como solução. Não somos hipócritas a ponto de dizer que os bairros e comunidades são tranquilos e o povo vive unido, apenas preocupado em lutar contra seus opressores. Mas isso é uma técnica tão antiga como a opressão. **Levando a violência entre a classe oprimida, o sistema militariza a cidade e intervém em nossas vidas diretamente. Passamos a viver com medo do vizinho, a revolta contra a elite é abafada, a mídia martela e “todos” pedem a polícia cidadã.** Palhaçada! [...]. Falando em paz, é necessário compreendermos que **viver em paz é viver com socialismo e liberdade** e não esta “pax romana” onde tudo estará bem desde que fique no mesmo lugar. (Ibid. p.1. Grifos meus).²⁴⁵

245 O trecho é muito atual se levarmos em conta a recente política de segurança do estado do Rio, calcada

O *Libera* mantinha, portanto, um traço que marca sua história desde o início: a interpretação crítica da realidade urbana do Rio de Janeiro. Assim, do *local ao global*, o periódico libertário ia avançando pelos anos 2000, já acumulando uma considerável bagagem: quase uma década de existência, com mais de 100 edições lançadas. Dessa forma, estava se tornando um item colecionável. Em seu 103º número, por exemplo, publicava-se uma nota sobre a venda de edições antigas:

Liberas... antigos: Estamos disponibilizando aos nossos leitores os 5 primeiros exemplares do *Libera...* (jun/91 a out/91), ao preço de R\$ 3,00, envio como impresso. Aos poucos iremos lançando os números subsequentes e, brevemente, estarão à venda os números de 6 a 10. Complete sua coleção! (*LAM*, n.103, nov.-dez. 2000, p.4).

Na mesma edição, era noticiado que a Livraria Berinjela, na Avenida Rio Branco, abria espaço para “venda de livros e demais publicações anarquistas”. Desse modo, a *guerrilha comunicacional* dos anarquistas conquistava mais trincheiras culturais da cidade do Rio. E, ao lado desses tradicionais territórios, o ciberespaço também era ocupado. Nesse sentido, a mesma nota informava que já estava disponível a página eletrônica do Encontro do Pensamento Libertário Internacional, ocorrido em setembro daquele ano, em Florianópolis/SC. Ela era hospedada no domínio “www.encontrolibertario.cjb.net”. (Id. p.4).

Em 2001, um marco na história do periódico – seu aniversário de dez anos –

na ocupação de comunidades carentes com as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), iniciada em 2008 no morro Santa Marta, em Botafogo. Tratada pelo estado como “panaceia aos problemas das comunidades mais humildes” (IHU, 2014), a iniciativa não foi encarada como algo a alterar profundamente as estruturas, conforme a mídia propagandeou, especialmente nos anos iniciais. Essa é a opinião do sociólogo e professor da UFRRJ José Cláudio Alves, que afirmou: “A prática das UPPs deixa claro isso: são uma força de ocupação, e não uma força de alteração da lógica política, econômica, social, cultural daquela comunidade, de alteração para melhor” (Ibid). Ou ainda: “Essa estrutura montada há cinco anos não consegue alterar a essência do crime organizado. Ela altera a forma dele de funcionar, diminui a lucratividade, estabelece outras formas do tráfico de drogas, do tráfico de armas [...]” (Ibid).

foi registrado no número 106.

Uma década do *Libera...*: Nesse mês de junho o *Libera...* completa 10 anos de vida. Presentes para a criança devem ser enviados na forma de assinaturas, grana, selos, compra de pacotes e outros materiais, etc. Seus responsáveis pedem apoio para sua manutenção, pois o “garoto” consome muito papel e dá muita despesa na gráfica e no Correio. Valeu! (*LAM*, n. 106, mai.-jun.2001, p.4).

Em 2003, o “garoto”, já com 12 anos, iria passar por uma considerável transformação. A partir de sua edição 119 ele deixava de ser o “Informativo do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres” para assumir o posto de “Informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro”. A mudança não foi apenas de estatuto, mas também na parte gráfica. O logotipo, o cabeçalho, alguns ícones e fontes tipográficas vão sofrer alterações, revelando uma sutil reelaboração de seu projeto gráfico. O formato, entretanto, permanece o mesmo (tamanho A4, quatro páginas), assim como a base de sua diagramação – duas colunas em cada página (*figuras 36 e 37*).

O logotipo ganha uma nova fonte, mantendo a ideia do “A no círculo” no final da palavra “Libera”. Mas o círculo se pinta de negro, e parte do “A” fica em branco para se obter o contraste. As letras ficam ligeiramente mais robustas. Elimina-se o retângulo de fundo, com suas manchas difusas; agora o fundo é todo branco. As reticências são mantidas, porém não recebem o complemento do “...amore mio” na última página. No número seguinte, as reticências no título do informativo serão definitivamente abandonadas. (*Figuras 38 e 39*).



Figuras 38 e 39 – Cabeçalhos das edições 118 e 119. Além da alteração do logotipo, Guy Fawkes perde o posto de “mascote” do informativo, que passa a ter o pássaro Tiê-Sangue como símbolo de destaque.

Por se tornar o meio de comunicação da recém-criada FARJ, o *Libera* ajusta sua identidade visual ao novo repertório simbólico da Federação. Nesse aspecto, a mudança que chama mais atenção é a retirada da figura de Guy Fawkes do cabeçalho. O antigo “mascote” do informativo não era totalmente deixado de lado: ele passava para a página quatro, junto ao rodapé que trazia os “Endereços libertários” (*figura 41*). Na capa, assumia seu posto o novo ícone, que também fazia parte do pavilhão da FARJ, assim como é explicado no fim do Manifesto de Fundação: “Nossa bandeira traz o vermelho e o negro, símbolos do Anarquismo, e ao centro o *tiê-sangue*, pássaro nativo das matas do Rio de Janeiro, símbolo de liberdade e de resistência. (*Libera*, n. 119, jul.-ago. 2003, p.2).²⁴⁶ (*Figura 40*).

246 “Ave símbolo da Mata Atlântica, o tiê-sangue (*Ramphocelus bresilius*) pesa cerca de 30 gramas e mede 19 centímetros de comprimento. O macho é vermelho-vivo com parte da asa e da cauda preta. A fêmea tem coloração menos vistosa, parda nas partes superiores e marrom-avermelhada nas inferiores. [...] A espécie ocorre em matas baixas, bordas de florestas e, às vezes, em parques e praças de cidades. É exclusiva do Brasil e pode ser encontrada da Paraíba até Santa Catarina.” (G1, 2015).



Figura 40 – O tiê-sangue, pássaro nativo da Mata Atlântica, passa a representar a FARJ e compor o cabeçalho do *Libera*.



ENDEREÇOS LIBERTÁRIOS: FARJ 2, CP 15001, CEP 20155-970, RIO/RJ * LETRALVIRE, CP 50083, CEP 20052-970, RIO/RJ * GOL. DOMINGOS PASSOS, CP 100670, CEP 24001-970, NITERÓI/RJ * CGS/SP, CP 2006, CEP 01060-970, SÃO PAULO/SP * ANA, CP 78, CEP 11525-970, CUBATÃO/SP * MLPL, CP 146, CEP 40001-970, SALVADOR/BA * APPL, CP 053, CEP 40001-970, SALVADOR/BA * NUJELCA, CP 14, CEP 48000-970, ALAGOINHAS/BA * FCL, CP 10.116, CEP 58109-970, CAMPINA GRANDE/PB * JULI, CP 308, CEP 96001-970, CAXIAS DO SUL/RS * MAPI/BA, CP 185, CEP 40001-970, SALVADOR/BA * FAG, CP 5038, CEP 90041-970, PORTO ALEGRE/RS * FACA, CP 1206, CEP 66017-970, BELÉM/PA * CL, CP 1000, CEP 78005-970, CUIABÁ/MT * LUTA LIBERTÁRIA, CP 11.639, CEP 05059-970, SÃO PAULO/SP * CNA, CP 294, CEP 01059-970, SP/SP * COMLUT, CP 768, CEP 13001-970, CAMPINAS/SP * GRAP, CP 768, CEP 69010-970, MANAUS/AM * CRAP, CP 584, CEP 14801-970, ARARAQUARA/SP * OPÚSCULO LIBERTÁRIO, CP 15, CEP 11401-970, GUARUJÁ/SP * AFIM, CP 2744, CEP 59022-970, NATAL/RN * CCL-FL, CP 88, CEP 44001-970, FEIRA DE SANTANA/BA * MOTIM, CP 77, CEP 29148-970, CARIACICA/ES * RLBS, CP 99, CEP 11010-970, SANTOS/ES * GASA, CP 11, CEP 29330-970, IÚNA/ES * CCMA, CP 665, CEP 01059-970, SÃO PAULO/SP * BARRICADA LIBERTÁRIA, CP 5005, CEP 13036-970, CAMPINAS/SP

Figura 41 – *Guy Fawkes, presente!* O antigo símbolo do *Libera* passa a ocupar o rodapé da página 4, junto aos “Endereços Libertários”.

A bandeira vermelho e negra (cores que representam o anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo) aparece na fotografia de capa da edição 119. Uma foto que traz aproximadamente 40 pessoas (*figura 41*). Cerca de um quarto era formado por mulheres, e havia ainda uma criança de colo. A maioria das pessoas trazia um sorriso no rosto, demonstrando a felicidade do momento. Alguns erguiam os punhos cerrados, num gesto historicamente imortalizado pelas esquerdas, indicando força e disposição para a

luta. O pavilhão, segurado por alguns militantes, aparecia abaixo, à esquerda.



Figura 42 – Anarquistas que participaram da fundação da FARJ (*Libera* 119).

As transformações no *layout* do jornal tem muito a ver com a chegada do militante Gabriel Amorim, um dos fundadores da FARJ. Com formação em Desenho Industrial (habilitação em Programação Visual), Amorim era membro, desde 2001, do Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos, que se reunia na UFF. O grupo também participou das discussões sobre a criação de uma federação anarquista no Rio.

Como integrante da FARJ, Gabriel começa a participar da produção do *Libera*. Sua formação o habilitou a exercer tarefa de diagramador do informativo. A partir de seu trabalho, nota-se que o jornal vai ganhando uma qualidade visual mais próxima de experiências profissionais do jornalismo impresso, com uma estética criativa e equilibrada.

A gente reelaborou o visual. Aí eu começo a contribuir montando o jornal. A partir da contribuição de textos de militantes, e trazendo também elementos visuais, imagens... uma proposta gráfica também. Para diagramar, eu usava o Page Maker [*programa de computador*]. Então, a gente imprimia e levava ao lado do Hemorio para fazer as fotocópias. Era bom o preço da xerox naquele local. (AMORIM. Entrevista, 2015).

No número 125 (julho-agosto de 2004), ocorre uma nova alteração no cabeçalho. Agora, o nome “Libera” tem como fundo um retângulo preto que vai, de cima para baixo, se transformando (como num efeito *dégradé*) num conjunto de pequenos pontos, mais e mais espaçados. O desenho do tiê-sangue fica dentro de uma estrutura em arco. As informações sobre o ano do jornal, número e data da edição também sofrem uma alteração gráfica. (*Figura 43*).

No número 128 (jan.-fev.2005), um fato positivo: o aumento de tiragem, que passa de 2.000 para 2.500 exemplares. Contudo, aquele ano trouxe também um dado negativo na história do periódico: a partir de 2005, a periodicidade da publicação – até então impecável – começa a sofrer atrasos. A bimestralidade não consegue ser cumprida e a edição 129 vem com data de março a junho (quatro meses, portanto). Tal irregularidade volta a se repetir mais adiante, coincidindo justamente com o período em que a organização vai se envolver mais projetos de inserção social – como junto ao movimento dos sem-teto, por exemplo.

Contudo, de acordo com Renato Ramos, o envolvimento com os trabalhos sociais ou as dificuldades financeiras não seriam as causas principais dos atrasos. O motivo maior seria a falta de organização do coletivo – ironicamente, visto que o discurso do *Libera* clamava justamente pela defesa do anarquismo *organizado*.

Há sempre a dificuldade financeira, mas esta não foi o motivo principal. O principal motivo foi falta de organização para manter a periodicidade do *Libera*. Sempre tivemos problema na elaboração dos textos, atrasos, companheiros que não cumpriam a tarefa... especialmente os editoriais. Às vezes nos organizávamos melhor e o informativo saía com maior frequência. Em outras ocasiões, atrasávamos tanto que decidíamos lançar um *Libera* com vigência quadrimestral, ou mesmo semestral.

Quanto à questão do trabalho social fazer com que deixássemos o *Libera* em segundo plano não procede em termos absolutos, pois nunca deliberamos diminuir o ritmo do jornal pelo fato do trabalho social estar muito pesado. Agora, é obvio que as demandas sociais e internas tomam tempo dos militantes, e eventualmente podem prejudicar os prazos definidos para fechar o periódico. (RAMOS. Entrevista por e-mail, 2017).



Figura 43 – Novo cabeçalho. O título ganha um fundo estilizado e o tiê-sangue é envolvido por um arco.

A partir da segunda metade de 2006, o *Libera* passa por sua transformação mais profunda em termos gráficos. O velho formato A4 e a impressão feita por fotocópias eram abandonados – depois de 135 edições, ao longo de 15 anos. O número 136, de julho a dezembro de 2006, vai ser impresso numa gráfica, em papel jornal, no formato 29 cm X 32 cm. O projeto gráfico se transforma completamente, profissionalizando-se ainda mais.

No cabeçalho, o formato do logotipo se mantém, mas sua conformação na página se modifica, com o desenho do tiê-sangue “invadindo” parte do fundo escuro. As informações sobre numeração e data são postas numa fonte maior, à esquerda. Abaixo, é mantido o subtítulo “Informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro – FARJ”. A linha de baixo, contudo, fica mais enxuta, trazendo apenas o e-mail, o site e

o endereço da organização. (Figura 44).



Figura 44 – Cabeçalho da edição 136, quando o *Libera* passa a ser impresso em formato maior e em papel jornal, além de ganhar novo projeto gráfico.

O formato maior vai permitir o aumento no número de colunas (de duas para três). Embora o conteúdo textual permaneça preponderante, a utilização de ilustrações e a impressão de melhor qualidade tornam a apresentação mais atraente. As imagens publicadas ganham uma melhor nitidez, diferentemente da fase em que o jornal era fotocopiado. (Figuras 45 a 48).

No.136
ANO 16
JUL-DEZ/2006
F.A.R.J.



LIBERDADE

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO - FARJ
farj@riseup.net - http://www.farj.org - Cx. Postal 14576 - CEP 22412-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

AÇÃO DIRETA

Luta e Resistência do Movimento Sem-Teto no Rio de Janeiro

"Invenções de uma liberdade que não se dá por si mesma, mas que se cria no processo de luta política"

Domínguez Passos

A invenção da liberdade política não se dá por si mesma, mas que se cria no processo de luta política. Ela não se dá por si mesma, mas que se cria no processo de luta política.

A invenção da liberdade política não se dá por si mesma, mas que se cria no processo de luta política. Ela não se dá por si mesma, mas que se cria no processo de luta política.

A invenção da liberdade política não se dá por si mesma, mas que se cria no processo de luta política. Ela não se dá por si mesma, mas que se cria no processo de luta política.

As ocupações urbanas são um fenômeno recente, mas não menos relevante. Elas representam uma forma de luta política que se cria no processo de luta política.



As ocupações urbanas são um fenômeno recente, mas não menos relevante. Elas representam uma forma de luta política que se cria no processo de luta política.

As ocupações urbanas são um fenômeno recente, mas não menos relevante. Elas representam uma forma de luta política que se cria no processo de luta política.

A FRENTE INTERNACIONALISTA DOS SEM-TETO (FIST)

A Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST) é uma organização que luta pela liberdade política e social. Ela representa uma forma de luta política que se cria no processo de luta política.

'O dragão que está à entrada do palácio da anarquia nada tem de terrível. É uma palavra apenas'

Stoic Rectus

As ocupações urbanas são um fenômeno recente, mas não menos relevante. Elas representam uma forma de luta política que se cria no processo de luta política.

As ocupações urbanas são um fenômeno recente, mas não menos relevante. Elas representam uma forma de luta política que se cria no processo de luta política.

As ocupações urbanas são um fenômeno recente, mas não menos relevante. Elas representam uma forma de luta política que se cria no processo de luta política.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA LUTA

As ocupações urbanas são um fenômeno recente, mas não menos relevante. Elas representam uma forma de luta política que se cria no processo de luta política.

O Grupo de Eco-Alfabetização (GECA) e a Autogestão no Sana

O GECA surgiu em março de 2004 no Sana, parte urbana de Curitiba, a partir de projetos de criação de uma comunidade. Torna-se um grupo de trabalho e trabalho comunitário em torno da educação. Em sua base teórica, tem como referência o trabalho desenvolvido em Curitiba desde 2005 no Ocupação de Estudo no Casa de Educação e Cultura Emílio Gato, enquanto espaço público para debates das questões e práticas pedagógicas do processo educativo, em diálogo com a realidade local.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação. Durante este tempo, estabeleceram-se relações de comunicação e sustentabilidade das ações de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação. Durante este tempo, estabeleceram-se relações de comunicação e sustentabilidade das ações de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação.

Em termos da prática, centrada por trabalhadores e trabalhadoras rurais, a organização do GECA, com o objetivo de ser um espaço de participação, foi a primeira experiência de trabalho comunitário de educação.

O novo visual, entretanto, não vai impedir a dificuldade em pôr o jornal na rua. O ano de 2007, por exemplo, foi o pior, ao lado de 2009, em relação ao número de edições publicadas: apenas duas. Ou seja: seis meses para lançar um periódico de apenas quatro páginas.

Em 2008, a tiragem aumenta para 3 mil exemplares, a partir do número 140. Todavia, a periodicidade daquela edição continua num espaçamento irregular: julho a setembro. Como tema de capa, o Primeiro Congresso da FARJ, que também marcava o quinto aniversário da organização. Entre pontos do programa definido no congresso, destaque para a importância dada à questão da comunicação, ressaltando “a necessidade de realizar propaganda anarquista utilizando todos os meios que estiverem ao seu alcance e dando prioridade à propaganda realizada no processo de trabalho/inserção social.” (*Libera*, n. 140, jul.-set. 2008, p.2).

A utilização de “todos os meios que estiverem ao seu alcance” para fazer a propaganda pode ser comprovada antes mesmo da resolução de 2008, principalmente no que diz respeito ao uso de uma ferramenta que se espalhava mais e mais nos primeiros anos do século XXI: a internet. Nesse sentido, o *Libera* 102 noticiava o lançamento do endereço eletrônico (e-mail) do CELIP: celip@bol.com.br. A nota ainda acrescentava: “Brevemente teremos também a nossa página (site) na Internet. Aguardem!” (*LAM*, n. 102, set.-out.2000, p.4).

Mas a entrada dos anarquistas na rede mundial de computadores não foi feita sem uma reflexão crítica. Assim, um texto publicado na edição 103 alertava em seu título: “Ninguém está seguro, pois o que vemos pode não ser real!” (*LAM*, n.103, nov.-dez. 2000, p.4). O tema era a falsa sensação de liberdade promovida pela internet e pelo

avanço tecnológico. O autor (não identificado) lembrava que a internet se originou de um projeto militar estadunidense. O objetivo era “criar uma forma na qual mesmo após um possível ataque nuclear ou outro tipo de bombardeio, as comunicações entre tropas e setores militares não deixassem de funcionar.” (Ibid. p.4). Ele informava sobre a aprovação, pelo Parlamento Europeu, em fevereiro de 2000, de um estatuto para o chamado *Echelon*, “um projeto criado pelos países de língua inglesa de maior importância (Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e EUA) com intuito de agrupar dados que circulam nas redes de comunicação.” (Ibid. p.4).²⁴⁷ Diante do perigo de ser pego pelos mecanismos de vigilância, o texto recomendava prudência:

Infelizmente, não poderia aqui apresentar todas as formas de espionagem, bem como as alternativas de fuga, até porque ainda desconhece-se muito a esse respeito. Mas alguns cuidados básicos como prestar atenção no que está fazendo, onde e como, já pode ajudar um pouco. A intenção não é a de fomentar paranoias, mas o que vemos merece ser analisado por óticas diferenciadas. (Ibid. p.4).²⁴⁸

247 Sobre o Echelon, ver Silvio Costa (2003) e Rogério da Costa (2004).

248 A preocupação exposta pelo texto de 2000, quando a internet ainda dava os primeiros passos, não era injustificada. Anos depois, no contexto das Jornadas de 2013 e dos protestos contra a Copa de 2014, as forças de repressão monitoraram grupos dissidentes, o que levou a um inquérito que culminou na prisão preventiva de 23 ativistas no Rio de Janeiro, na véspera da final da Copa. Sintomaticamente, a coleta de informações coletadas – por meio de métodos como escutas, vigílias e quebra de dados eletrônicos – foi capitaneada pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI). Segundo o jornalista Patrick Granja, tudo foi feito “de forma completamente ilegal e sem o consentimento de um juiz, como previsto no artigo 10 da lei 12.850.” (GRANJA, 2015). Na ocasião, um agente da Força Nacional da presidente Dilma Rousseff “foi infiltrado nos protestos e no ambiente social de alguns manifestantes.” (Ibid.). De acordo com o advogado de ativistas presos, Marino D’Icarahy, o policial infiltrado Maurício Alves da Silva agiu ilegalmente, pois um juiz não autorizou previamente sua atuação. Chama a atenção que, além de filmar as manifestações, o policial “monitorava o perfil do Facebook dos suspeitos que investigava” (Ibid.).

Um registro patético dos serviços de “inteligência” das forças de repressão atesta justamente a falta dessa qualidade intelectual nas mesmas: a Polícia Civil do Rio de Janeiro apontou Mikhail Bakunin como suspeito das ações violentas em manifestações de rua de 2014. “No inquérito de mais de duas mil páginas, o filósofo russo anarquista foi citado em ligações telefônicas interceptadas e acabou se tornando um potencial suspeito na investigação.” (REDAÇÃO SRZD, 2014). Os “cultos” agentes da ordem só não se atentaram para um pequeno (!) detalhe: o pensador viveu entre 1814 e 1876, e estaria completando exatamente 200 anos no dia 1º de julho daquele ano. O fato virou inspiração para piadas nas redes sociais, com um usuário do Facebook criando a página “Bakunin Suspeito”, na qual afirmava: “Sou suspeito de uma acusação no Rio de Janeiro, resolvi fazer melhor que Jesus, estou voltando dos mortos para responder esse pessoal!” (Ver: <<https://www.facebook.com/BakuninSuspeito?ref=ts&fref=ts>>). Mais sobre esse assunto em: Beirão (2014) e Maia (2014).

A despeito dos riscos, os anarquistas do CELIP/*Libera* também vão ocupar o ciberespaço, utilizando a internet como mais uma ferramenta para a propaganda de suas ideias e ações. Assim, a edição 105, de março-abril de 2001, é outro marco na história do *Libera*. Neste número se anunciava, com entusiasmo, o lançamento do site do Coletivo: “**Finalmente!!**: O CELIP tem uma página eletrônica. Visitem e divulguem!! **www.celip.cjb.net**” (*LAM*, n.105, mai.-abr. 2001, p.4. Grifos originais.). As exclamações denotam, portanto, que os anarquistas acreditavam no potencial disseminador da rede de computadores. De fato, a internet vai aprofundar os contatos de organizações e indivíduos de modo mais dinâmico, intensificando uma característica já marcante na história da imprensa libertária: a troca *internacionalista* de mensagens entre ácratas de todo o mundo.

No final de 2004, foram lançadas as páginas eletrônicas da FARJ (na época hospedada no endereço <http://farj.entodaspartes.org>) e do Centro de Cultura Social (CCS/RJ), que naquele ano era acessada em <http://ccs-rj.entodaspartes.org> (*Libera*, n. 127, nov.-dez. 2004, p.4). A partir do número 135 (mai.-jun 2006), informa-se que o *site* da organização passa a ser www.farj.org.br, endereço que mantém ativo até hoje.

A ação comunicacional via *web* acrescentaria mais um suporte material e mais uma forma de distribuição para o *Libera*. Nesse sentido, o *site* da FARJ disponibiliza PDFs²⁴⁹ dos jornais, que podem ser “baixados” pelos internautas de todo o mundo.²⁵⁰

A internet vai alterar (ou adicionar novas possibilidades) ao compartilhamento de textos e informações. Um exemplo é a nota na seção “Notícias

249 PDF é a sigla em inglês para *Portable Document Format*. Trata-se de “um formato de arquivo usado para exibir e compartilhar documentos de maneira compatível, independentemente de *software*, *hardware* ou sistema operacional.”

250 O *site* da FARJ compartilha o *Libera* a partir da edição 161. As edições mais antigas estão hospedadas no *site* da Biblioteca Social Fábio Luz: <<http://bibliotecasocialfabioluz.wordpress.com>>

Libertárias” que anunciava o retorno do “velho *Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres*, hoje espaço público da FARJ” (*Libera*, n. 143 jul.-dez. 2009, p.4). O informe convocava para o debate do texto “Anarquismo e Anarquia”, de Malatesta, no Centro de Cultura Social (CCS-RJ). A novidade é que o escrito poderia ser baixado da página da FARJ diretamente para o computador do interessado – bem diferente da antiga prática de ir até um local e fazer as fotocópias do texto a ser debatido.

A comunicação anarquista via internet vai ganhar, em 2010, um portal que faz jus à essência internacionalista da propaganda libertária. Ainda na ativa, o Anarkismo.net é gerido coletivamente por grupos de todo o mundo, incluindo a FARJ. No *Libera* 144, foi publicada nota sobre o lançamento do *site*:

A FARJ faz parte, junto com outras organizações de diferentes lugares do mundo, da gestão do portal Anarkismo.net. Com artigos em vários idiomas, a ideia do portal é reunir análises de conjuntura, material teórico e notícias, a partir de uma perspectiva do anarquismo que defendemos e de seu permanente foco nos movimentos populares. Leia e apoie! www.anarkismo.net (*Libera*, n.144 jan.-mar.2010, p.4).²⁵¹

A virada dos anos 1990-2000 é marcada pelo crescimento da comunicação alternativa via *web*. É um dos símbolos dessa mídia libertária, autônoma e pautada na

251 O Anarkismo.net se define como “fruto de um esforço de cooperação internacional entre grupos e indivíduos em acordo com a linha editorial. Sua intenção é avançar a discussão, comunicação e o debate no movimento anarquista global.” (ANARKISMO.NET, Sobre o Anarkismo.net. s.d.). Entre os propósitos do *site*, pretendem coletar e distribuir “notícias e análises produzidas por grupos e indivíduos anarquistas em todo mundo que se inspiram na tradição plataformista, anarco comunista ou especificista do anarquismo.” (ANARKISMO.NET, O propósito do site é. s.d.). Sobre a utilização da internet como ferramenta, os editores afirmam:

“O capitalismo está hoje, mais do que nunca, organizado como um sistema global. O anarquismo também tem que ser global. **A Internet pode ser uma ferramenta poderosa para auxiliar nosso processo de organização global.** Porém, este é um pequeno passo, nós cremos que um site internacional de notícias anarco comunistas pode cumprir uma parte importante dessa tarefa.” (Ibid. Grifos meus).

O Anarkismo.net reconhece a importância da comunicação “entre as organizações e indivíduos plataformistas/especificistas, que é um passo vital no caminho para forjamos maior unidade em nível internacional”. (Ibid.). Também destacam o papel persuasivo da propaganda, objetivando atrair “pessoas ao anarquismo, em particular em áreas do mundo aonde o movimento é fraco ou inexistente” e convencer os leitores “a respeito da proposta do anarquismo organizado.” (Ibid.).

ação direta foi o Centro de Mídia Independente (CMI). Fruto dos protestos de 1999, em Seattle, pode-se dizer que o CMI foi a face comunicacional do movimento antineoliberalismo. Em 2001, ele criava uma célula no Rio de Janeiro. Naquele ano, já possuía uma rede com mais de 50 núcleos espalhados pelo mundo.

O CMI defende uma linha editorial pautada em preceitos autonomistas, não reivindicando o termo “anarquismo”. Mas por compartilhar princípios e valores tipicamente libertários (“ação direta”, “auto-organização”, “horizontalidade” e desvinculação de partidos políticos), era natural que houvesse simbiose com os anarquistas. Isso pode ser comprovado pelo espaço que o *Libera* vai abrir para um editorial assinado pelo Coletivo de Difusão do Rio de Janeiro, grupo responsável pelo CMI carioca. Intitulado “Chegamos e vamos incomodar, ou melhor... informar. Aqueles que não gostarem...” (*LAM*, n.105, mar.-abr.2001, p.1), o texto era um tipo de carta de apresentação. Mais do que isso, o discurso ali construído nos dá pistas sobre as estratégias e práticas de comunicação do campo libertário – compartilhadas, obviamente, pelos anarquistas.

De início, a mídia hegemônica é rechaçada de forma veemente em sua representação mais evidente no Brasil: as Organizações Globo. A intenção era clara: ser a “pedra do sapato” e oferecer um contraponto ao tipo de comunicação veiculado pela rede de Roberto Marinho.

Era uma vez uma emissora de TV, um jornal e todo um império chamado Globo. Este império era governado por um tirano chamado Roberto Marinho. Depois de anos e anos promovendo através de suas novelas e estapafúrdios programas a dominação e a alienação de 99,9% dos brasileiros [...], de ignorar os acontecimentos oriundos das vozes populares, de eleger e reeleger gente de sua laia, agora terá mais uma pedra em seu sapato, esta pedra se chama Centro de Mídia Independente. (Ibid. p.1).

Ao apontar que a Globo e a mídia hegemônica em geral ignoram as “vozes populares”, os jornalistas independentes indicam o tipo de comunicação que desejam. Uma prática jornalística que elege como inimigos não só a Globo, mas “todos aqueles, sejam impérios ou imperadores, lacaios ou bobos-da-corte, no Brasil e no mundo, que utilizam os meios de comunicação para exercer seu triunfo explorador sobre a humanidade e o meio ambiente” (Ibid. p.1).

Definindo-se como um “coletivo autônomo”, o CMI do Rio diz que pretende “trazer a público informação crítica e de qualidade, acreditando assim poder contribuir para a construção de uma sociedade livre e igualitária, onde exista respeito ao ser humano e ao meio ambiente como um todo.” (Ibid. p.1). Com o mesmo espírito que animou mídias alternativas de outros tempos, os ativistas pretendiam “difundir exatamente tudo aquilo que a imprensa oficial insiste em distorcer, sensacionalizar e até mesmo omitir devido ao seu comprometimento com o poder vigente.” (Ibid. p.1).

Nascido sob o signo do novo milênio, o CMI já lançava uma página na internet (www.midiaindependente.org), mas dizia querer diversificar a difusão de informações por “outros veículos de propaganda, como rádio, jornal e TV” (Ibid. p.1). O *site* trazia como possibilidade a quebra na hierarquia da produção de conteúdo tradicional – na qual o receptor apenas recebe a mensagem veiculada pelo emissor. Na página do CMI, qualquer pessoa podia publicar instantaneamente seus textos e fotos. Para o coletivo, “todo leitor é um jornalista ou escritor, espectador ou ator, ouvinte ou narrador.” (Ibid. p.1).

Apoiando iniciativas como a do CMI ou protagonizando sua própria comunicação independente, o *Libera* trilhou seu rumo na primeira década do século XXI. O periódico superou dificuldades, enfrentou inconstância em sua periodicidade,

evoluiu graficamente, criticou o padrão de jornalismo hegemônico a serviço das classes exploradoras e, por conseguinte, praticou um jornalismo original. Obviamente, ele guardava semelhanças com outras experiências – como a dos anarquistas do início do século XX, ou ao “surto” de publicações alternativas durante a ditadura no Brasil. Entretanto, trazia aspectos que o marcaram como experiência única na história da imprensa ácrata no Brasil.

O *Libera* conseguia mesclar o bom humor típico dos periódicos satíricos (como *O Pasquim*) com a defesa séria da ética e compromisso militante; criou símbolos e distinções gráficas (como o uso de Guy Fawkes e do tiê-sangue como “mascotes”) que lhe deram uma identidade visual característica; alternou textos que analisavam a realidade local do Rio de Janeiro, até outros que discutiam questões globais; e gravitou entre presente e passado, com matérias pautadas pelo factual ou pelo resgate de eventos/personagens marcantes na história do anarquismo. Mas, sobretudo, o *Libera* foi um defensor da ação dos anarquistas no campo da comunicação – em todas as mídias que se apresentassem possíveis.

A militância comunicacional, todavia, deveria ser em favor da construção de uma mídia popular, diametralmente oposta às experiências do jornalismo corporativo (a despeito deste declarar, por vezes, estar do lado do “interesse público”). Nesse sentido, um dos trechos do editorial “Opinião 'pública' X opinião popular” (*LAM*, n. 106, mai.-jun.2001, p.1) marca bem essa distinção:

É urgente que os anarquistas, principalmente aqueles que estão atuando nas lutas populares, que “ralam” todo dia nas favelas, periferias e vilas, participem ou apoiem a criação de rádios e Tvs comunitárias, bem como na construção de uma imprensa popular. **Através da comunicação social livre e horizontalizada, recriamos o consenso de base, pautamos a luta através da realidade cotidiana, encontramos estética em nossa própria cultura e escrevemos a história onde protagonista é o povo em luta e movimento!** (Id. p.1. Grifos meus.).

Com essa motivação, os anarquistas do *Libera* atravessaram as décadas de 1990 e 2000, conseguindo, em 2011, publicar a edição 150, que comemorava os 20 anos do informativo. Também alcançavam uma marca histórica: a de jornal anarquista brasileiro mais longo da história.

4.5. O mais longevo da história: o *Libera* comemora 20 anos de publicação ininterrupta

A história está chegando ao fim. Não a história do *Libera*, que continua na ativa, mas aquela que estamos acompanhando aqui: os 20 anos de publicação ininterrupta; os 150 números lançados entre 1991 e 2011; o recorde estabelecido.

O feito, obviamente, não poderia passar em branco nas páginas do próprio informativo. Logo na edição anterior (nº 149), uma nota na seção “Notícias Libertárias” convidava os leitores a darem seu depoimento sobre “o periódico anarquista de maior longevidade contínua na história do Brasil”:

Libera 20 anos: Em junho próximo o *Libera* irá completar 20 anos de publicação ininterrupta, chegando ao seu número 150. Hoje, nosso informativo é o periódico anarquista de maior longevidade contínua na história do Brasil. O *Núcleo de Pesquisa Marques da Costa* (NPMC) está preparando um DVD comemorativo com todos os *Liberas* digitalizados, textos sobre a sua história e trajetória, e depoimentos de seus leitores. Pois é, você pode participar enviando até o final de maio para o e-mail do NPMC (marquesdacosta@riseup.net) ou da FARJ (farj@riseup.net) seu depoimento escrito ou filmado dando sua opinião sobre o *Libera*, como você o conheceu, o que ele representa para você e para o anarquismo na sua região e no Brasil, etc. Sua contribuição é importante para a história da imprensa libertária no Brasil. (*Libera*, n. 149, mar.-abr. 2011, p.4).

No trimestre maio-junho-julho era publicada a edição especial 150 (*figura 49*). Com tiragem de 2 mil exemplares, tratava-se de um jornal “3 em 1”. Ou seja: uma capa era dedicada ao número normal, outra para a edição comemorativa e outra para o boletim *Emecê* (também especial). Por conta disso, pela primeira vez o *Libera* saía com oito páginas. A matéria de capa da edição regular trazia o tema “Breve histórico da luta popular e do anarquismo no Brasil”. Era uma reconstituição da trajetória dos anarquistas no Brasil, da Primeira República até a história do próprio coletivo editor do *Libera* –

primeiro CEL, depois CELIP, por fim FARJ. O texto também trazia uma crítica à historiografia das esquerdas, que muitas vezes julga o anarquismo “morto” depois da criação do PCB (1922) e do período do Estado Novo (1937-45).

Em relação ao período que mais nos interessa nesta tese, os editores expunham uma visão de que as ideias ácratas ressurgiram mais “amadurecidas”, especialmente em relação às correntes que buscavam a inserção em movimentos populares, como é o caso do especificismo defendido pela FARJ:

O anarquismo brasileiro que emerge no período democrático é um anarquismo mais amadurecido e, apesar do contexto de reconstrução dos laços políticos libertários, é crítico consigo mesmo. Fazem parte desse contexto interno do anarquismo o aprofundamento do plano teórico libertário, o trabalho de base, a unidade teórica e ideológica, a luta popular e a necessidade das organizações específicas anarquistas, que constituem nossa tradição anarquista. (*Libera*, n. 150, mai.-jun.-jul.2011, p.2).

Na análise conjuntural, reforçam as críticas aos partidos “de esquerda”, como o PT, que, em sua opinião, investiram na conquista do poder de Estado, realizando, em nome da “governabilidade”, alianças com as elites. Ao falar da “ofensiva neoliberal” sobre os direitos dos trabalhadores, o texto permanece bastante atual, visto que vivemos, neste ano de 2017, um processo de reformas que visam ao ajuste fiscal e à atração dos investimentos estrangeiros.²⁵²

252 Com ampla maioria no Congresso – aliás, um dos parlamentos mais conservadores da história republicana –, o governo Michel Temer conseguiu, em 2016, aprovar no Senado a Proposta de Emenda Constitucional 55 (na Câmara dos Deputados passou com o nome de PEC 241). A emenda propõe a “limitação drástica dos gastos públicos por duas décadas”, colocando em jogo “um dos principais instrumentos de justiça social do País, os gastos com educação e saúde.” (DRUMMOND, 2016). Outro ataque aos direitos sociais é a Reforma da Previdência (PEC 287). Alegando um “déficit na Previdência”, o governo alardeia, com apoio maciço da mídia hegemônica, a necessidade de modificar o sistema. Alguns especialistas, contudo, afirmam que a Previdência não se encontra em situação deficitária. Pelo contrário, haveria um superávit: “Os recursos da Seguridade Social vêm das contribuições de empregados, empregadores, impostos e receitas da União. Somando-se todos esses recursos a Seguridade Social tem superávit, ou seja, recebe mais do que gasta. Em 2014, a arrecadação da Seguridade Social foi de R\$ 686 bilhões e foi gasto R\$ 632 bilhões, o que confirma que não faltam recursos para pagar os benefícios previdenciários.” (ESQUERDA ONLINE, 2016). Vale lembrar que a retórica do ajuste fiscal – bem de acordo com o receituário das entidades econômicas globais, como o FMI e o Banco Mundial – já

Direitos históricos dos/as trabalhadores/as são atingidos no âmbito da perversa ofensiva neoliberal. Do ponto de vista latino-americano, o ataque se chama IIRSA, um plano intercontinental de integração do capitalismo: mais roubo, mais exploração, mais saque dos “recursos” naturais. Prepara-se neste período uma grande ofensiva de criminalização da pobreza e de controle social em âmbito nacional: UPPs, PAC, desmonte dos direitos básicos dos trabalhadores (saúde, educação, moradia, etc) e benefício do grande capital transnacional. (Ibid. p.2).²⁵³



Figura 49 – Capa principal da edição 150 (mai.-jun.-jul.2011).

estava presente nos governos petistas (Lula e Dilma), fato que fora alvo das críticas do *Libera*. Sobre o ajuste fiscal no governo Dilma ver: O Estado de São Paulo (2015), Barrocal (2015) e Sicsú (2015). 253 Sobre o IIRSA ver Organização Popular (s.d.).



Figura 50 – Capa da edição comemorativa, que compunha o número 150.



Figura 51 – Cabeçalho da edição comemorativa.

No que seria a página 3 da edição 150, era publicada a capa do número comemorativo dos 20 anos do *Libera* (figura 50). O texto principal, intitulado “*Libera: duas décadas no calor da luta*”, foi assinado por Renato Ramos. Confirmando a tradição do jornal em momentos comemorativos (como foi na edição 50, e igualmente no número 100), Ramos faz uma retrospectiva da história do informativo, passando por todos os pontos que já citamos aqui: o afastamento de Ideal Peres e Esther Redes do CEL; a decisão de fundar um informativo para “sacudir a poeira” e reorganizar as atividades do Círculo de Estudos; a reunião num bar da Rua Senador Dantas, em que se decidiu a criação do *Libera... Amore Mio*; detalhes sobre a produção dos primeiros exemplares; a importância do periódico como incentivador de uma rede de contatos com anarquistas de todo o país; entre outros tópicos. Ao final do texto, Renato prestou homenagem a dois dos fundadores do informativo:

Como não há espaço suficiente para homenagear aqui dezenas de companheiros e companheiras que colaboraram com o *Libera* durante essas duas décadas, gostaria de fazê-lo através de dois de seus fundadores: **Célia Regina**, valorosa lutadora do anarquismo e da categoria petroleira, que nos deixou em fevereiro de 2008; e **Pedro Kroupa**, velho amigo e companheiro que vem enfrentando com coragem os problemas de saúde, saiba que poderá contar sempre com nosso apoio e respeito.

Longa vida ao *Libera*!

Viva o Anarquismo!

Ética, Compromisso, Liberdade! (RAMOS, 2011, p.4. Grifos originais.)



Figura 52 – Todos os logotipos do *Libera*, desde sua criação em 1991. A imagem ilustrou o texto sobre os 20 anos do periódico

O segundo texto da edição especial foi escrito por Milton Lopes, que ressaltou o feito histórico do informativo:

Desde que façamos uma comparação entre o tempo de sua existência com o de outras publicações de conteúdo ácrata/libertário, em um universo de 264 jornais e revistas, de cunho operário, sindical ou especificamente anarquista, editadas no país de 1892 a 2010, constatamos que o *Libera* demonstra a maior longevidade. (LOPES, 2011a, p.4).

Outros periódicos anarquistas também foram publicados por muito tempo, mas sofreram interrupções marcantes em sua periodicidade, deixando de circular por longos períodos. Um dos exemplos mais citados na historiografia é o do jornal *A Plebe*, fundado em 1917 por Edgard Leuenroth (1881-1968). O título ganhou notoriedade na imprensa anarquista e operária, tendo alcançado um feito significativo na história da mídia contra-hegemônica: em 1919, circulou diariamente durante dois meses. Naquele mesmo ano, no entanto, a polícia invadia a sede do impresso, em São Paulo, pondo fim à empreitada. Segundo Edgar Rodrigues (1997, p.28), o jornal foi publicado até 1947 (RODRIGUES, 1997, p.28). Já Carolina V. Dantas, afirma que *A Plebe* “manteve-se até 1951, quando parou de circular definitivamente.” (DANTAS, s.d., p.2). Contudo, essa história de mais de 30 anos foi recortada por hiatos, configurando fases de circulação ininterrupta: 1917; 1919 a 1924; 1927; 1932 a 1935; 1947 a 1951. Nenhuma das fases de publicação regular, entretanto, superou os 26 anos de publicação ininterrupta do *Libera*.

Em seu artigo, Lopes cita o caso de *A Plebe* e relembra outras publicações anarquistas que tiveram uma vida relativamente longa, como *O Inimigo do Rei*, que circulou durante 11 anos (1977 a 1988) e teve duas fases; e o jornal libertário gaúcho *A Luta*, que possuiu três fases: 1906 a 1911; 1916 a 1918; e 1928 a 1930. Ele continua:

Estas publicações ácratas não puderam circular durante determinados períodos por obstáculos colocados pela conjuntura. Entretanto, algumas conseguiram manter certa regularidade, sem grandes interrupções durante períodos mais longos. Este foi o caso de *Ação Direta*, que circulou no Rio de Janeiro durante 13 anos consecutivos, de 1946 a 1959.²⁵⁴ Outro sucesso de longevidade é a revista *Letra Livre*, da editora Achiamé, que iniciou sua edição em 1995 e nunca cessou suas atividades. Conta, portanto, com 16 anos de aparecimento ininterrupto. Face todas estas importantes iniciativas da imprensa libertária, o *Libera*, publicado há 20 anos sem cessar, constitui, portanto, o informativo anarquista ininterrupto mais longevo do Brasil. (Ibid. p.4).

²⁵⁴ Registre-se que o título repetia o de outro periódico, também editado por José Oiticica entre 1928-1929. Sobre o *Ação Direta*, consultar Lopes & Viana (2010).

Em relação à revista *Letralivre*, ela fora lançada por Robson Achiamé, que criou, em 1978, a editora que tinha seu sobrenome. Robson, que faleceu em novembro de 2014, foi um dos editores independentes e libertários mais ativos do Rio de Janeiro.²⁵⁵ A FARJ registrou assim a morte do companheiro:

É com grande tristeza que a FARJ recebeu a notícia do falecimento de Róbson Achiamé Fernandes no último dia 9 de novembro, ocorrida no Estado de Santa Catarina, para onde o companheiro havia se mudado em 2013 para tratamento de saúde.

Fundador em 1978 da editora Achiamé, publicou dezenas de títulos libertários das mais variadas temáticas e tendências, que contribuíram enormemente para a sementeira das ideias anarquista no país. Em 1994, lançou o *Letralivre*, revista de 'Cultura Libertária, Arte e Literatura', uma das mais importantes publicações libertárias contemporâneas no Brasil, que perdurou até 2009, sendo lançados 50 números.

A trajetória do anarquismo na cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 1990 teve a presença constante e intensa deste companheiro. Por muitos anos, o informativo *Libera... Amore Mio* foi composto com o auxílio precioso de José Carlos Santos (falecido em 2009) na pequena sala da editora Achiamé na Praça Tiradentes e, depois, na casa da família Achiamé, à Rua Clemente Falcão, na Tijuca. Além do apoio sempre presente, Róbson distribuía centenas de *Liberas* nos pacotes de livros que enviava para todo o Brasil. Róbson também esteve presente no ato de fundação de nossa organização, no dia 30 de agosto de 2003. (FARJ, 2014).

Com a análise da edição especial, encerramos aqui o recorte cronológico proposto: 1991 a 2011. Contudo, a história do *Libera* continua. Em maio de 2017, quando a redação deste capítulo foi concluída, o jornal já havia lançado sua 169ª edição (out.-dez. 2016), com 26 anos de publicação ininterrupta. Embora com alterações na periodicidade, não houve um ano sequer em que o informativo deixou de circular – mesmo que fossem lançados apenas dois números ao longo de doze meses, como

255 Registre-se que Plínio Coelho também desenvolveu, primeiro em Brasília, depois em São Paulo, importante trabalho editorial de divulgação do anarquismo. Numa série sobre editores, ele é descrito da seguinte forma: “Plínio é o criador da *Novos Tempos* Editora, que fundou em Brasília em 1984 e pela qual publicou alguns títulos, e da *Editora Imaginário*, criada em São Paulo em 1989, para onde o editor mudou-se no final da década de 1980, e que ainda permanece em atividade. Em seu depoimento, Plínio rememora os títulos publicados, as edições de clássicos e teóricos do movimento anarquista que traduziu e publicou, a exemplo de Bakunin, Kropotkin e Makhno, entre outros, a experiência como editor das revistas *Libertários* e *Libertárias*, as obras que traduziu de autores clássicos da literatura, como Baudelaire, Apollinaire e Marquês de Sade, e outras experiências editoriais importantes.” (EDUSP, s.d.).

aconteceu em 2007, 2009 e 2015.

Nos anos posteriores a 2011, o *Libera* manteve sua verve crítica, propondo uma análise socialista libertária dos principais acontecimentos locais e globais. No começo de 2012, por exemplo, criticava a postura de alguns setores das esquerdas que apoiaram a greve da Polícia Militar do Rio de Janeiro naquela ocasião. Para o *Libera*, tal apoio seria incompatível com uma proposta popular e revolucionária. “Defender a greve policial”, argumentavam os editores, “é defender o bloco mais duro da reação e significa melhorar a infraestrutura do aparato repressivo da burguesia contra nós trabalhadores.” (*Libera*, n.153, jan.-fev.-mar. 2012, p.2).

No ano seguinte, as “Jornadas de 2013” não poderiam ficar de fora da análise do periódico. Para o *Libera*, as manifestações que sacudiram o país – a partir dos protestos contra o aumento de passagens dos transportes públicos – “trouxeram novamente a ação direta das ruas como um paradigma de luta.” (*Libera*, n.158, abr.-mai.-jun. 2013, p.1). Todavia, os anarquistas da FARJ não deixavam de alertar sobre “os limites do governismo”; a infiltração de grupos de direita nos atos; o “deplorável trabalho da mídia burguesa no esvaziamento das pautas de luta”; e o “oportunismo de setores da esquerda”. Ainda assim, o episódio despertou uma leitura otimista quanto às possibilidades de o anarquismo organizado se fazer presente:

Em vez de voltar atrás e recuar das ruas, vemos neste momento histórico a possibilidade de avançar, **com inteligência, estratégia e organização** e, onde for necessário, resgatar a autonomia, fortalecer e ampliar as bases dos movimentos sociais para dar um salto qualitativo. Precisamos resgatar a credibilidade de um projeto revolucionário neste cenário, e nós anarquistas, entre outros militantes, temos um papel fundamental enquanto a ala libertária do socialismo. (Ibid. p.2. Grifos originais.).

Assim seguia o *Libera*. Em 2014, analisando as eleições presidenciais e

afirmando que “apesar de PT e PSDB não serem iguais, ambos são partidos da ordem burguesa que disputam a gestão do aparelho e do capital, não um projeto de transformação da sociedade.” (*Libera*, n.163, jul.-out. 2014, p.1). Em 2015, alertando para o avanço do conservadorismo e os ataques aos direitos dos trabalhadores, que pagam pela crise econômica enquanto “bancos continuam a bater recordes de lucro e os empresários (burguesia) seguem com suas vidas confortáveis.” (*Libera*, n. 166, jul.-dez. 2015, p.1). E, em 2016, chamando seus leitores e simpatizantes a se mobilizarem contra a ameaça de despejo do CCS-RJ, pois a entidade que geria a casa da Rua Torres Homem “nunca pleiteou a isenção dos valores absurdos do IPTU”, resultando numa dívida “enorme e impagável” que os atuais gestores não têm como pagar. (*Libera*, n. 168, jul.-set.2016).

O ano de 2016 também foi momento para mais uma comemoração: o *Libera* completava 25 anos de publicação, aumentando ainda mais o seu recorde. Seus editores registraram assim a marca:

Foram 25 anos de muitas lutas e esforços para manter o *Libera*, mesmo com períodos de irregularidade, sempre aparecendo. Mas depois de 25 anos, temos a certeza de que cada um dos seus números foi importante para o anarquismo no Rio de Janeiro e no Brasil. Muitos milhares de *Liberas* foram, durante muitos anos, distribuídos de mão-em-mão ou enviados pelo Correio, alcançando desde as grandes cidades até os lugares mais remotos, semeando o anarquismo pelo país. Nosso informativo é, hoje, o periódico de maior longevidade contínua da história da imprensa anarquista brasileira. O *Libera* é a face da nossa organização; orgulho dos/das nossos/as militantes; baluarte do anarquismo especificista no país. (*Libera*, n.167, jan.-jun.2016, p.1).

E assim permanece, resiste, sobrevive o *Libera*. Semeando informação contra-hegemônica e representando uma opção de mídia independente – tão necessária em nossos tempos de monopólios comunicacionais e consensos fabricados.

CONCLUSÃO

“Don't hate the media, become the media.”

Jello Biafra

Na história da imprensa dissidente, poucos foram os periódicos que conseguiram ultrapassar duas décadas de publicação ininterrupta. Nesse sentido, um dos pontos que chama a atenção no caso do jornal *Libera* é seu recorde no âmbito da imprensa anarquista no Brasil. A historiografia dessa imprensa destacou alguns títulos emblemáticos, como *A Plebe*, *A Terra Livre*, *Spartacus*, entre outros. Obviamente que, já sob a relativa liberdade do período de redemocratização, o *Libera* não enfrentou a repressão de seus congêneres do passado. Ainda assim, sua longevidade é um feito a ser registrado e analisado.

Outro aspecto que pode despertar o interesse investigativo é o fato de um jornal defender o anarquismo em plena virada dos séculos XX-XXI. O quê, afinal de contas, propõem esses tais anarquistas às vésperas do terceiro milênio? Não estaria essa ideologia definitivamente “morta e enterrada”, como nos fazem crer alguns livros de história, nos quais os ácratas desaparecerem de suas páginas depois da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922?

Seguindo a trilha da “história como problema” (BLOCH, 2001), coloquei algumas questões ao documento e levantei hipóteses iniciais, bem simples, que procurei comprovar ou rechaçar a partir da análise de 150 edições do jornal. A consulta à fonte primária foi complementada por depoimentos de três personagens que vivenciaram os acontecimentos que aqui foram narrados.²⁵⁶

Como expus na introdução, orientei minha investigação em duas frentes: primeiro, interessava-me averiguar o *como fazer* do *Libera*; depois, queria entender como o anarquismo foi praticado/pensado por um determinado grupo, num território urbano específico, estabelecendo relações com outros coletivos e ideologias.

O primeiro questionamento incidiu sobre a *práxis* editorial, ou seja: o

²⁵⁶ Também revi algumas entrevistas que realizei durante a pesquisa do mestrado (OLIVEIRA, 2007).

esquema de produção do *Libera*; sua linguagem; suas idiossincrasias em comparação a outros veículos de comunicação; suas imagens e representações simbólicas; seus aspectos semiológicos; entre outros pontos. Nesse ponto, propus um diálogo interdisciplinar (superficial, é bem verdade) com os campos da comunicação, da semiologia e da linguística, lançando mão principalmente do instrumental teórico-metodológico da Análise do Discurso. Procuramos abordar o objeto numa perspectiva materialista-histórica da tríade *cultura, linguagem e ideologia*.

Como os discursos publicados no jornal também mediavam e eram mediados por uma realidade concreta, na qual sujeitos social-históricos se relacionavam, imersos num “magma de significações” (CASTORIADIS, 1992, 2002a, 2002b), foi importante analisar a ação social desses atores, indagando, por exemplo, de que forma o anarquismo foi retomado cerca de um século depois de seu “período glorioso” no país; quais as propostas desses “neoanarquistas” para os problemas de seu tempo; e como eles se movimentaram no heterogêneo caldeirão de ideologias e grupos sociais que reivindicavam ser parte das chamadas esquerdas.

A partir dessas duas questões principais, formulei duas hipóteses centrais: 1) em termos de forma e conteúdo, o *Libera* promoveu um tipo de jornalismo original e inovador, crítico em relação aos cânones dos veículos liberais-burgueses e também em comparação a outras correntes da esquerda; 2) o grupo editor do informativo desempenhou papel de destaque na rearticulação de anarquistas em nível nacional, ajudando a (re)construir uma concepção de anarquismo que buscava a (re)inserção em movimentos sociais populares, na arena da luta de classes.

Em primeiro lugar, acredito ter comprovado a originalidade do *Libera* como veículo de comunicação contra-hegemônico na virada dos séculos XX-XXI. Vimos, ao

longo da tese, que o jornal elaborou um discurso crítico em relação aos principais fatos de sua época, abordando-os de um modo antagônico em relação ao que era noticiado pela mídia liberal-burguesa. Claro que isso não é uma característica exclusiva dos libertários, sendo também partilhada por outras correntes anticapitalistas. Mas o *Libera* teve uma identidade própria ao conseguir mesclar alguns traços da imprensa anarquista clássica – tais como o forte teor classista, a remissão aos principais teóricos do movimento e a celebração de uma memória popular e operária – ao lado de aspectos que marcaram, por exemplo, alguns títulos da chamada “imprensa alternativa” durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Nesse sentido, a sátira e a ironia marchavam ao lado do linguajar mais sério da política, materializando, em papel e tinta, uma das demandas dos movimentos dos anos 60: *politizar o cotidiano, cotidianizar a política*. Além de lembrar o célebre *O Pasquim* (do qual foram “pirateadas”, inclusive, algumas charges que ilustraram a fase inicial do *Libera*), essa linguagem em muito se assemelhava àquela de outro periódico anarquista: o jornal baiano *O Inimigo do Rei* (1977-1988).

Quanto à segunda hipótese, creio que também foi confirmada através da leitura dos textos contidos no próprio informativo, e também no diálogo com a memória de três militantes do coletivo editorial. Assim, vimos que desde o início havia o desejo de retomar o “vetor social” do anarquismo, tornando-o algo mais vivo do que simplesmente uma ideia a ser discutida em grupos de estudo, ou algum tipo de “estilo de vida” filosófico-cultural sem muita conexão com as lutas concretas do entorno. O desejo de se articular organicamente foi expresso já em 1992, quando o *Libera* foi o principal eixo da *Rede de Informações*, que reuniu coletivos de outros estados. Também registramos que, desde 1995, os ácratas do Círculo de Estudos Libertários vão se aproximar da corrente chamada de *especifismo*, muito por influência das ideias e

práticas da Federação Anarquista Uruguaia (FAU). Um processo, obviamente, permeado por confluências e rupturas, consensos e tensões dentro do próprio campo anarquista. Tudo isso – ou quase tudo – era reverberado nas páginas do *Libera*, que se apresenta, portanto, como fonte riquíssima para avaliar como uma ideologia que começou a ser delineada há mais de 100 anos foi sendo ressignificada em nosso “tempo presente”.

Logo, a partir da análise do *Libera*, chegamos a algumas conclusões a respeito desse objeto. Entre elas:

a) A lógica de editoração do periódico difere daquela defendida pelas grandes corporações de mídia, na medida em que investe num jornalismo organizado de modo autogestionário, horizontal e comprometido com a defesa de um discurso crítico – ainda que lance mão de práticas, formas e ferramentas utilizadas pelo jornalismo hegemônico;

b) Os principais fatos político-sociais que ocorreram no recorte cronológico proposto (1991 a 2011) foram interpretados de uma forma original pelos jornalistas-militantes do jornal, produzindo uma opinião que, em diversas vezes, se chocava com o defendido por outras correntes da esquerda;

c) O grupo que editava o *Libera* passa por uma transformação em sua relação com o anarquismo, delineando uma área de atuação que se expande da propaganda (por meio de círculos de estudo, edição de impressos, fundação de centros de cultura e bibliotecas) até uma inserção orgânica em movimentos sociais periféricos, horizontais e autônomos em relação às esferas estatal e partidária – movimentos pela moradia, trabalhadores desempregados, pequenos agricultores, etc.;

d) Em 20 anos de publicação ininterrupta, o *Libera* buscou defender um anarquismo denominado de *social*, para que fosse diferenciado de tendências

individualistas ou meramente filosóficas. Seguindo tal estratégia, os militantes valorizavam o engajamento em movimentos populares com estrutura autônoma e horizontal, sem abandonar a organização política específica (FARJ).

e) Os membros procuravam atuar em espaços onde a lógica interna não entrasse em contradição com a ideologia, a estratégia e a ética defendidas pelo grupo. Dessa forma, militavam em movimentos sociais de base – como junto a ocupações de sem-teto, acampamentos de camponeses sem-terra e sindicatos – rechaçando a aproximação a partidos e “políticos profissionais”;

f) Na relação com movimentos sociais urbanos, buscavam influenciar sua *práxis* ao defender instâncias coletivas de democracia direta (como as assembleias), buscando difundir práticas autogestionárias e horizontais;

g) Na militância, surgem conflitos com outras tendências da esquerda – tanto as de orientação marxista quanto outras que também reivindicavam a identidade anarquista;

h) O *Libera* buscou estimular o contato com diversos grupos nacionais e internacionais, estabelecendo uma rede de difusão de ideias e material libertário (jornais, livros, revistas, vídeos, etc.);

i) Em sua trajetória nos anos 1990-2000, os editores encararam criticamente a onda de euforia – bastante veiculada pela mídia burguesa – diante das supostas benesses da globalização neoliberal. Alinhando-se aos movimentos globais que eclodem a partir dos protestos em Seattle (1999), o jornal foi espaço para expor e debater as mazelas provocadas pelo modelo hegemônico: desemprego estrutural, perda das conquistas dos trabalhadores, subserviência do país aos ditames das nações imperialistas, entre outras.

j) Por fim, a estratégia comunicacional dos anarquistas do CEL/CELIP/FARJ acompanhou a transformação tecnológica da virada do milênio, inserindo-se criticamente no ciberativismo via rede mundial de computadores.

E qual a importância de conhecermos mais de perto essa experiência de jornalismo de resistência? Em outras palavras, nosso objeto de estudo tem alguma relevância social e científica?

Creio que a relevância social desta tese está no fato de dar voz a movimentos de contestação historicamente circunscritos, a fim de melhor compreender um dos aspectos da luta de classes que ainda tem espaço nos dias de hoje. A investigação de tais movimentos sociais – seja os de um passado remoto ou aqueles mais próximos de nossa época (“história do tempo presente”) – pode nos fornecer subsídios para agir criticamente na atualidade e buscar alternativas para o futuro. Assim, a memória da comunicação libertária em nosso país é fundamental para que tenhamos exemplos e estímulos para militar no combate ao domínio do pensamento neoliberal ainda em voga. Para que, enfaticamente, reafirmemos a possibilidade de uma nova sociedade – mais igualitária, fraterna e libertária.

Quanto à importância científica, espero que a tese colabore especificamente com a historiografia da imprensa anarquista, suscitando o debate sobre experiências mais recentes. Num âmbito maior, desejo que também contribua para incluir o anarquismo na pauta da historiografia das mídias alternativas, das esquerdas e dos movimentos sociais de resistência. Pois o anarquismo está na ordem do dia – e muito vivo. Como disse a professora Ismênia Martins – na apresentação do livro de Carlos Addor sobre a obra e a vida de Edgar Rodrigues – o “ideário anarquista de justiça, liberdade e igualdade, incentivo à cultura e direito à felicidade, na presente conjuntura

em que os valores tradicionais do capitalismo estão por terra, atrai a juventude.” (MARTINS. In: ADDOR, 2012, p.10).

Portanto, penso que não há como ignorar a influência dos grupos anarquistas nos movimentos anticapitalistas contemporâneos. E seu caráter minoritário em relação aos fluxos políticos dominantes ou o fato de não ocuparem postos na política institucional (como o fazem partidos de esquerda) não podem servir de desculpas para que os ácratas da atualidade sejam esquecidos. Da mesma forma, o interesse de pesquisas sérias sobre o tema também pode contribuir para combater, como ainda afirmou Ismênia, a insistente “ideia distorcida, que corre na *vulgata* brasileira, do anarquismo como sinônimo de desordem e caos!” (Ibid. p.10).

No que diz respeito à originalidade, acredito que consegui atender a uma das qualidades estimadas numa tese, a saber: “realizar uma contribuição inédita ao campo de conhecimento específico” (UFF, 2013, p.95).²⁵⁷ Como citado na introdução, localizei apenas duas pesquisas que utilizaram o *Libera* como fonte: as dissertações de Alessandro O. Campos (2007) e de Mariana Affonso Penna (2010). Contudo, nenhum dos dois – nem outro trabalho pesquisado durante a fase de levantamento bibliográfico – focaram no *modus operandi* do periódico. Portanto, minha pesquisa inova ao encarar o *Libera* não apenas como fonte primária, mas também como objeto da pesquisa.

Desse modo, espero que esta tese contribua, humildemente, para o debate sobre atuação anarquista em tempos mais recentes, especialmente a realizada no campo da imprensa/comunicação. Acredito que as possibilidades estão abertas para muitas pesquisas e novas abordagens, que podem mobilizar não somente os historiadores, mas

257 Creio que também atingi, com algum êxito, os outros objetivos de uma tese, conforme enunciado no Art. 78 do Regimento do PPGH: “a) abordar um tema de fôlego, relevante e original; b) utilizar um corpo significativo de fontes primárias; c) comprovar o domínio de aparato teórico-metodológico pertinente; d) apoiar-se em ampla bibliografia relacionada ao tema escolhido”. (UFF, 2013, p.95).

também especialistas da Comunicação e de outras áreas das Ciências Humanas. Por exemplo, quantas pesquisas estão abordando a atuação de socialistas libertários na internet? Há estudos sobre a utilização das rádios comunitárias por libertários? E as experiências audiovisuais dos ácratas? Precisamos investigar esses temas, extraindo deles exemplos de democratização da comunicação. De modo que o combate anarquista à verticalização e à hierarquização das relações sociais nos estimule a desconstruir a estrutura verticalizada proposta pelo jornalismo liberal-burguês.

Por fim, esta tese também pretende ser um trabalho militante. Não no sentido panfletário, descolado dos critérios científicos, levantando bandeiras apaixonadamente. Mas como reflexão crítica, de posicionamento claro, posto que não acredito no mito da imparcialidade. Como todo discurso tem sua intencionalidade, sua ideologia, posiciono este trabalho ao lado das mídias rebeldes, de resistência anticapitalista, anarquistas ou não. Gostaria que este próprio trabalho fosse uma *tese contra-hegemônica*, a contestar a suposta racionalidade da “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997), que conduz o planeta a um perigoso futuro, com cores distópicas. Que fosse um libelo contra a falsa liberdade sob o capitalismo, a “dessublimação repressiva” (MARCUSE, 1967, 1968, 1969) da sociedade de mercado, o relativismo hipócrita do pós-modernismo e, sobretudo, o papel central desempenhado pela mídia hegemônica, a legitimar esses valores com um discurso que procura “fabricar o consenso” (CHOMSKY, 2005).

No jogo de ilusões da ideologia dominante, a informação se torna arma imprescindível para aqueles que acreditam que outro mundo é possível.

BIBLIOGRAFIA

1. Periódicos

LIBERA... AMORE MIO (LIBERA). Rio de Janeiro, números 1 a 150, junho de 1991 a julho de 1995.

A GUERRA SOCIAL. Rio de Janeiro, Ano 1, n°1, 29 de junho de 1911.

A VOZ DO TRABALHADOR. Rio de Janeiro, Ano 1, n° 1, 1° de julho de 1908.

_____. Rio de Janeiro, Ano 1, n° 2, 15 de julho de 1908.

O PROTESTO. Rio de Janeiro, n°2, 8 de novembro de 1899.

2. Livros

2.1. Obras de caráter teórico-metodológico, de referência e catálogos de fontes

ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente: ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília, São Paulo: Ed. UnB, Ed. Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BARBÉ, C. Golpe de Estado. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB 1998, V.1, p.545-547.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Rio de Janeiro: Difel, 1980.

_____. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas. Volume III. 3ª ed.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1. 3ª ed.* São Paulo: Brasiliense, 1987, p.165-196.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc. *Apologia da história. Ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2 v., 1998.
- _____. Política. In: _____ et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2 v., 1998, p. 954-962.
- _____. Sociedade Civil. In: _____ et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2 v., 1998, p. 1206-1211.
- _____. *Direita e esquerda*. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.183-191.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Sobre a Televisão*. Seguido de: A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CANTANHEDE, S. L. *Guerrilha semiológica*. Como modo não institucionalizado de participação na gestão. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/FGV-RJ.
- CARDOSO, Ciro F. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- _____. *Uma introdução à história*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto II*. Os domínios do homem. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto III*. O mundo fragmentado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto IV*. A ascensão da insignificância. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.
- _____. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Sobre o Conteúdo do Socialismo/Os Movimentos dos Anos 60*. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d.

_____. *Contra o pós-modernismo. O reino do conformismo generalizado. Zona Erógena*, Revista Abierta de Psicoanálisis y Pensamiento Contemporáneo, 15, ano 4, Buenos Aires: 1993. Disponível em: <https://encruzilhadasdolabirinto.files.wordpress.com/2013/07/castoriadis_cornelius_contra_o_pos_modernismo1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CHOMSKY, N. *A responsabilidade dos intelectuais*. Lisboa: Dom Quixote, 1968.

_____. *Fabricando el consenso*. El control de los medios masivos de comunicación. S.loc.: s.ed., 2005.

CÍRCULO FOLHA. *Manual de Produção*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_f.htm>. Acesso em: 6 dez. 2015.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1997.

COHN, G. (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. N°4, jun. 2001, p.55-71.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, s.d.

ECO, Umberto. Guerrilha semiológica. In: _____. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Hard news. Journalism. Disponível em: <<http://global.britannica.com/topic/hard-news>>. Acesso em: 6 dez. 2015.

ENNE, Ana Lucia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, V.7, n°2, jul./dez. 2004, p. 264-273.

FACINA, A. *Literatura & Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FERREIRA, Marieta M; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. (Coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FISCHER, Luís A. Dentro da cabeça de Noam Chomsky. *Superinteressante*. Publicado em: 30 abr. 2003. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cultura/dentro-da-cabeca-de-noam-chomsky/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand; São Paulo: Difel, 1991.

GRAMSCI, A. Caderno 24 (1934) – Jornalismo. In: _____. *Cadernos do Cárcere*. V.2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.193-211.

_____. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 2 v.

_____. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 2 v.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUIMARÃES, Manoel L.L.S.; MACHADO, Hilda. Introdução. In: LOPES, Antonio H. et. al. *História e linguagens*. Texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 9-31.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HENRIQUES, Claudio C.; SIMÕES, Darcilia. *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HEILBRONER, Robert L. *A natureza e a lógica do capitalismo*. São Paulo: Ática, s.d.

INTERCOM. *Enciclopédia Intercom de Comunicação*. V.1. Conceitos. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo*. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Ática, 1996.

- LE GOFF, Jacques. (Org). *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2013.
- LENIN, V.I. *Imperialismo*. Estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LOPES, Antonio H. et. al. *História e linguagens*. Texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia*. O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- _____. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MARTINS, Ismênia de Lima. As Imagens de um Soberano Controverso. In: _____; MOTTA, Márcia. *1808. A Corte no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 97-132.
- MARX, K. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1986.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2001.
- MATTEUCCI, Nicola. Opinião Pública. In: _____ *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2 v., 1998, p.842-845.
- MORAES, Denis de. (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006a.
- _____. *Mídia e poder mundial*. *Revista História & Luta de Classes*. Rio de

Janeiro, Ano 1, Edição nº2 (“Comunicação, Cultura, Linguagem”), p.5-16, fev. 2006b.

_____. (Org.). *Para uma outra comunicação*. Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo G. (Org.). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

MORETZSOHN, S. *Pensando contra os fatos*. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEVES, L. M. W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

ONOFRE, J. Apresentação. In: MARX, K. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006, p.7-10.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso*. Princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

OUTHWAITE, William et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, set./dez.2015.

PEREIRA, José Haroldo. *Curso básico de Teoria da Comunicação*. Quartet: Rio de Janeiro, 2009.

PIGNATARI, Decio. *Informação. Linguagem. Comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PINTO, Virgílio N. *Comunicação e cultura brasileira*. 4ªed. São Paulo: Ática, 1995.

PIRES, Vera Lúcia. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. *Organon*. V.16, nº 32-33. Os estudos enunciativos: a diversidade de um campo. Rio Grande do Sul: Revista do Instituto de Letras/UFRGS, 2002, p.35-48.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. Revista do

Programa de Estudos Pós-Graduados de História. Nº 14, fev. 1997. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 1997, p.25-39. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

_____. Depoimento. Entrevistadores: Carlo Romani, Déa Fenelon e Yara Aun Khoury. Registro em vídeo: Adriana J. Rachman. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. Nº 15, abr. 1997. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 1997, p. 193-228. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11220/8227>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

RABAÇA, Carlos A.; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

REIS FILHO, Daniel A. Apresentação. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF. Dossiê História do Tempo Presente. Vol.8, nº16, Jan. 2004. Rio de Janeiro: 7 Letras/EdUFF, 2004, p.9-11.

RIBEIRO, Luis F. O conceito de linguagem em Bakhtin. *Revista Brasil de Literatura*. Disponível em: <<http://revistabrasil.org/revista/artigos/crise.htm#lf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Discursos ocultos. México: Ediciones Era, 2007.

SERRANO, Daniel P. Qual é a diferença entre Logotipo e Logomarca? *Portal do Marketing*. Publicado em: 5 nov. 2011. Disponível em: <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos3/Qual_e_a_diferenca_entre_Logotipo_e_Logomarca.htm>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, M; BREPOHL, M. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002.

_____. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p.37-58.

SILVA, Kalina.V; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2012.

_____. *Costumes em comum*. Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Cia.das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Editora

Paz e Terra, 1997. 2 v.

THOMPSON, Paul Richard. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). Regimento Interno do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em História (Resolução nº 043/2013). *Boletim de serviço*. Ano XLIII, nº 049, Seção III, 8 abr. 2013, p.80-97. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/files/2013/2013_regimento-BSabril_043.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto E. Caricatura, charge e cartum. In: INTERCOM. *Enciclopédia Intercom de Comunicação*. V.1. Conceitos. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, p. 161-162.

VIEIRA, R.A. Amaral. *O futuro da comunicação*. Da galáxia de Gutenberg à aldeia global de McLuhan. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

2.2. Obras gerais sobre o tema, o contexto histórico e seus antecedentes

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

AGUIAR, F. A longa tradição de golpes 'brancos' no Brasil. *Carta Maior*. Publicado em: 10 mai. 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-longa-tradicao-de-golpes-brancos-no-Brasil/4/36086>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.

ARAÚJO, Maria P. N. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. Niterói: 2012. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História. Tese de doutorado.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, Felipe. A história dos processadores. *Tecmundo*. Publicado em: 16 jun. 2011.

Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/historia/2157-a-historia-dos-processadores.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

BARROCAL, André. Um 'ajuste' no ajuste fiscal de Joaquim Levy. *Carta Capital*. Publicado em: 22 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/um-ajuste-no-ajuste-fiscal-de-joaquim-levy-1166.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BARTHOLL, T. *Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Geografia). Niterói: UFF, 2015.

BBC. Perguntas e respostas: entenda a crise argentina. Publicado em: 21 dez. 2001. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/011221_perguntasargentinabg.shtml>. Acesso em: 6 mar. 2017.

_____. A Batalha de Seattle. Especial Rodada do Milênio. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/esp_seattle_img.htm>. Publicado em: 1 dez. 1999. Acesso em: 21 dez. 2016.

BEIRÃO, Nirlando. Procura-se Bakunin. Quem é o perigoso foragido que faz a cabeça dos black blocs do Rio e mundo afora? *Carta Capital*. 16 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/812/procura-se-bakunin-9772.html>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

BRASIL. Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

BRIGGS, Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil. (1877-1944)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Difel, 1979.

CHESNAY, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, N. *Rumo a uma nova Guerra Fria*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2007.

CHRISPINIANO, José. *A guerrilha surreal*. São Paulo: Conrad; Com-Arte, 2002.

COHN-BENDIT, Daniel et. al. *A revolta estudantil*. Rio de Janeiro: Laudes, 1968.

COHN-BENDIT, Gabriel; _____, Daniel. *El izquierdismo, remédio a la enfermedad senil del comunismo*. Paris/Mayo-Junio 1968. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1969.

COSTA, Sílvio. O Sistema Echelon de espionagem global ou a lei do vale tudo. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano 2, nº 22, março de 2003. Disponível em: <<https://www.espacoacademico.com.br/022/22ccosta.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Vol.18, nº1, Jan./Mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100019&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 12 fev. 2017.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIÁRIO DE CUIABÁ. Protesto contra comemoração dos 500 anos acaba em confusão. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=747>>. Publicado em: 19 abr. 2000. Acesso em: 14 jan. 2017.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Manifestantes depredam relógio dos 500 anos em Porto Alegre. Disponível em: <[http://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(3mkgee4axth153vy4lntfv4o\)\)/Noticia/103350/manifestantes-depredam-relogio-dos-500-anos-em-porto-alegre](http://www.dgabc.com.br/(X(1)S(3mkgee4axth153vy4lntfv4o))/Noticia/103350/manifestantes-depredam-relogio-dos-500-anos-em-porto-alegre)>. Publicado em: 22 abr. 2000. Acesso em: 14 jan. 2017.

DRUMMOND, Carlos. Entenda o que está em jogo com a aprovação da PEC 55. *Carta Capital*. Publicado em: 30 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-aprovacao-da-pec-55>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

EÇA, L. Golpe branco, a nova estratégia da direita. *Correio da Cidadania*. Publicado em: 27 jun. 2012. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7305:eca270612&catid=21:l Luiz-eca&Itemid=94>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ENGEL, Magali. et al. *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015.

ESQUERDA ONLINE. O que é a Reforma da Previdência (PEC 287). Publicado em: 6 dez. 2016. Disponível em: <<http://esquerdaonline.com.br/2016/12/06/o-que-e-a-reforma-da-previdencia-pec-287/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

EX2. Web 1.0, Web 2.0 e Web 3.0... Enfim, o que é isso?. Publicado em: 21 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ex2.com.br/blog/web-1-0-web-2-0-e-web-3-0-enfim-o-que-e-isso/>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

FERNANDES, Daniela. Sarkozy pode se tornar 1º presidente da França a não se

reeleger em 30 anos. *BBC*. Publicado em: 6 mai. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120506_franca_dominhomanha_df_is.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2017.

FERNANDES, Vinícius B. A. Argentina: crise e recuperação. *Cenários*. Conjuntura Internacional. PUC-MG. Belo Horizonte, 14 nov. 2003, p.1-2. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060516174512.pdf?PHPSESSID=26a7466a818f7bbf97444010d146402d>. Acesso em: 6 mar. 2017.

FERRARI, Carlos G. M. R. S. O surgimento da informática e sua chegada ao Brasil. *Portal Educação*. Publicado em: 15 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/iniciacaoprofissional/artigos/47410/o-surgimento-da-informatica-e-sua-chegada-ao-brasil#ixzz3xia5YVII>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

FERREIRA, Marieta M. 'A Noite' (verbetes). *Dicionário CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOITE,%20A.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

_____. 'A Pátria' (verbetes). *Dicionário CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/P%C3%81TRIA,%20A.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Número de leitores por exemplar de jornal aumenta 7,5% nos EUA. Publicado em: 20 abr. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2004201021.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

_____. Índios entregam carta de protesto a Fernando Henrique. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/reportagens.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. Intelectuais e mídia – quem dita a pauta? In: COUTINHO, Eduardo Granja. (org.) *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. Sempre maio: de 1968 a 1998. *História & memória*. Rio de Janeiro, nº3, maio 1998.

FRASER, Antonia. *A conspiração da pólvora*. Terror e fé na Revolução Inglesa. Rio de Janeiro: Record, 2000.

G1. Mundo tem 3,2 bilhões de pessoas conectadas à internet, diz UIT. Publicado em: mai. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/05/mundo-tem-32-bilhoes-de-pessoas-conectadas-internet-diz-uit.html>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. Tiê-sangue é ave-símbolo da Mata Atlântica e tem canto melodioso. Publicado em: 9 dez. 2015. Atualizado em: 27 mai. 2016. Disponível: <<http://g1.globo.com/sp/campinas->

regiao/terra-da-gente/especiais/noticia/2015/12/tie-sangue-e-ave-simbolo-da-mata-atlantica-e-tem-canto-melodioso.html>. Acesso em: 11 fev. 2017.

GARRETT, Filipe. Saiba o que é processador e qual sua função. Publicado em: 24 fev. 2012. Disponível em: < <http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/02/o-que-e-processador.html>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

GOHN, M. G. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI*. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

GONBIM, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRANJA, Patrick. Força Nacional de Dilma infiltrou agente ilegal nos protestos de 2013-2014. *A Nova Democracia*. Rio de Janeiro, ano XIII, nº 148, 1ª quinzena de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-148/5850-forca-nacional-de-dilma-infiltrou-agente-ilegal-nos-protestos-de-2013-2014>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

GRITO DOS EXCLUÍDOS. História. Disponível em: <<http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Imprensa termina década no fundo do poço. *Blog da Cidadania*. Publicado em: 26 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.blogdacidadania.com.br/2010/12/imprensa-termina-decada-no-fundo-do-poco/>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

HAUTSCH, Oliver. Guia de Compra: Computador para acessar bem a internet. Publicado em: 10 mar. 2009. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/memoria/1721-guia-de-compra-computador-para-acessar-bem-a-internet.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1970.

HOHLFELDT, A. Web. In: INTERCOM. *Enciclopédia Intercom de Comunicação*. V.1. Conceitos. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da

Comunicação, 2010, p.1228-1229.

_____. Novo jornalismo (*new journalism*). In: INTERCOM. *Enciclopédia Intercom de Comunicação*. V.1. Conceitos. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, p.877-880.

HOLLANDA, Heloísa B. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde, 1960-70*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

HOME, Stewart. *Assalto à Cultura*. Utopia, subversão, guerrilha na (anti)arte do século XX. São Paulo: Conrad, 1999.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IBASE. Alternex. Disponível em: <<http://www.ibase.br/en/2011/07/alternex/>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

IMPrensa FUP. Greve histórica dos petroleiros completa 15 anos. Publicado em: 7 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/greve-historica-dos-petroleiros-completa-15-anos-3b60/>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). “As UPPs não alteram a essência do crime organizado”. Entrevista especial com José Cláudio Alves. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/530242-as-upps-nao-conseguem-alterar-a-essencia-do-crime-organizado-entrevista-especial-com-jose-claudio-alves>>. Publicado em: 14 abr. 2014. Acesso em: 3 jan. 2017.

_____. Criador de agência de favelas vê UPPs como estupro do Estado. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/529900-criador-de-agencia-de-favelas-ve-upps-como-estupro-do-estado>>. Publicado em: 3 abr. 2014. Acesso em: 3 jan. 2017.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista: teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002. – (Coleção Baderna).

JORDÃO, Fábio. Processador: desvendando o mistério do clock e da velocidade real. *Tecmundo*. Publicado em: 14 jun. 2010. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/4415-processador-desvendando-o-misterio-do-clock-e-da-velocidade-real.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

KHOURY, Yara A. Prefácio. In: LEUENROTH, E. *A organização dos jornalistas brasileiros, 1908-1951*. São Paulo: ComArte, 1987, p.15-18.

KLEIN, N. *Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOCHER, B. (Org.). *Globalização. Atores, ideias e instituições*. Rio de Janeiro: Mauad X: Contra Capa, 2011.

LANG, Alice Beatriz S.G. Leis Adolfo Gordo (verbetes). In: CPDOC/FGV. *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*, p.1-11. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

LEUENROTH, Edgard. *A organização dos jornalistas brasileiros, 1908-1951*. São Paulo: ComArte, 1987.

LUDD, Ned. (Org.). *Urgência das ruas. Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad, 2002.

MAIA, Gustavo. Manifestantes protestam contra 'criminalização de ativistas' no Rio. *UOL Notícias*. Publicado em: 30 jul. 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/07/30/manifestantes-protestam-contracriminalizacao-de-ativistas-no-rio.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

MARCHESINI, L.; LIMA, V.; MURAKAWA, F. Dilma é alvo de "golpe branco" da oposição, diz Nobel da Paz argentino. *Valor*. Publicado em: 28 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4542377/dilma-e-alvo-de-golpe-branco-da-oposicao-diz-nobel-da-paz-argentino>>.

MARTINS, Ana L., DE LUCA, Tania R. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MELO, Patricia B. Um passeio pela História da Imprensa: O espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *Revista Comunicação & informação*. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, v. 8, nº 1, jan./ jun. 2005. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/geral/artigo_passeio_historia_imprensa.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

MEMÓRIA GLOBO. Escândalo do Mensalão. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/mensalao/dolares-na-cueca.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil*. Volume 1. Da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana L., DE LUCA, Tania R. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 23-43.

MULLER, Bruno F. Ativismo global. In: KOCHER, B. (Org.). *Globalização. Atores,*

ideias e instituições. Rio de Janeiro: Mauad X: Contra Capa, 2011, p.34-35.

O GLOBO. Festas e gafes nos 500 anos do Brasil. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/festas-gafes-nos-500-anos-do-brasil-9283747#ixzz4VV2tqMxX>>. Publicado em: 30 jul. 2013. Acesso em: 11 jan. 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Julgamento do mensalão. Disponível em: <<http://topicos.estadao.com.br/mensalao>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. O ajuste fiscal de Dilma. Publicado em: 4 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/economia,o-ajuste-fiscal-de-dilma,372254>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

O MUNICÍPIO. A nova moeda Cruzeiro Real corta três zeros, em 1993. Disponível em: <<http://www.jornalomunicipio.com.br/a-nova-moeda-cruzeiro-real-corta-tres-zeros-em-1993/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO POPULAR. IIRSA – Integração para quem?. Disponível em: <<https://organizacaopopular.wordpress.com/textos/formacao/iirsa-iniciativa-de-integracao-da-infra-estrutura-regional-sul-americana/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

ORTELLADO, P.; RYOKI, A. *Estamos vencendo!* Resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2002.

PARTIDO VERDE. O Partido. Disponível em: <<http://pv.org.br/opartido/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

PEDRO, A. et al. *História do mundo ocidental*. São Paulo: FTD, 2005.

PENA, Rodolfo F. Alves. Consenso de Washington. *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PILGER, John. Prefácio. In: CHOMSKY, N. *Rumo a uma nova Guerra Fria*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2007, p.7-13.

PINTO, Lúcio F. O Liberal. A voz do dono, a palavra do jornal. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq051220014.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. História da Internet no Brasil. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/informatica/artigos/53793/historia-da-internet-no-brasil>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

REDAÇÃO SRZD. Exclusiva com 'Bakunin Suspeito': do inquérito policial para as redes sociais. *SRZD*. Publicado em: 30 jul. 2014. Disponível em: <<http://www2.sidneyrezende.com/noticia/234163+exclusiva+com+bakunin+suspeito+do+inquerito+policial+para+as+redes+sociais>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____.; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

_____.; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

_____. A vida política. In: _____. (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.75-125.

_____.; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, Gabriel. Confira os processadores mais potentes do mercado por até R\$ 500. *Techtudo*. Publicado em: 21 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2015/12/confira-os-processadores-mais-potentes-do-mercado-por-ate-r-500.html>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROCHA, Bruno L. A dimensão estratégica internacional do “golpe” branco sendo aplicado no Brasil. Publicado em: 25 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/article/29251>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A primavera que não quer acabar. In: CHRISPINIANO, J. *A guerrilha surreal*. São Paulo: Conrad; Com-Arte, 2002, p.11-13.

SICSÚ, João. Ajuste fiscal e de ideias. *Carta Capital*. Publicado em: 23 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/ajuste-fiscal-e-de-ideias-9837.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

SINGER, Paul. “O processo econômico”. In: REIS FILHO, Daniel A (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia*. 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014 (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, volume 5).

SOLIDARITY. *Paris: Maio de 68*. São Paulo: Conrad, Coleção Baderna, 2002.

UTSUMI, Igor. “795 milhões de pessoas passam fome hoje – mas o mundo já foi pior”. *Revista Época*. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/05/795-milhoes-de-pessoas-passam-fome-hoje-mas-o-mundo-ja-foi-pior.html>>. Publicado em: 30 mai. 2015. Acesso em: 27 dez. 2016.

VITORINO, Artur J.R. *Máquinas e operários*. Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

WAITES, Rosie. Máscara inspirada em personagem histórico inglês é adotada por manifestantes. *BBC News Magazine*. 26 out. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111020_mascara_protestos_mv.shtm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

2.3. Seções temáticas

2.3.1. Teoria anarquista

ALBERT, Michael. Buscando a Autogestão. In: *Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo: Faisca, 2004.

BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2003.

_____. *Conceito de liberdade*. Lisboa: Edições Rés, 1975.

_____. Comuna de Paris e a noção de Estado. *Verve*. Revista Semestral do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol)/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUCSP. São Paulo, nº 10, 2006, p. 75-100.

_____. *Bakunin por Bakunin*. S.loc.: Coletivo Sabotagem, s.d. Disponível em: <www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/bakunin_por_bakunin_-_bakunin.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2015.

_____. *Catecismo revolucionário*. Programa da sociedade da revolução internacional. São Paulo: Imaginário, Faisca, 2009.

_____. *O socialismo libertário*. São Paulo: Global, 1979.

BERTHIER, René; VILAIN, Eric. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.

BOOKCHIN, Murray. *Sociobiologia ou Ecologia Social?* Rio de Janeiro: Achiamé, s.d.

_____. Anarquismo Social ou Anarquismo de Estilo De Vida (excertos). *Anarkismo.net.*, 2009. Disponível em: <www.anarkismo.net/article/11722>. Acesso em: 7 nov. 2016.

BRETON, A.; JOYEUX, M. et al. *Surrealismo e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2001.

CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Imaginário/Sedição, 2004.

COLOMBO, Eduardo. *Análise do Estado/Estado como Paradigma de Poder*. São Paulo: Imaginário, 2001.

CORRÊA, Felipe. Poder, Dominação e Autogestão. Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/article/21065>>. Acesso em: 29 set. 2012.

_____. Elementos teóricos para uma reflexão libertária sobre o Estado. Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/article/21513>>. Acesso em: 29 set. 2012.

_____. Da Periferia para o Centro, sujeito revolucionário e Transformação Social. Nov. 2008. Disponível em: <<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/da-periferia-para-o-centro-felipe-correa/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

DE JONG, Rudolf. *A concepção libertária da transformação social revolucionária*. São Paulo: Faisca; Rio de Janeiro: FARJ, 2008.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO (FARJ). *Anarquismo social e organização*. São Paulo: Faisca; Rio de Janeiro: FARJ, 2009.

FREIRE, Roberto. *Utopia e paixão: a política do cotidiano*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

GUÉRIN, Daniel. *Um ensaio sobre a revolução sexual após Reich e Kinsey*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *O anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.

IBÁÑEZ, Tomás. Por un Poder Político Libertario. In: *Actualidad del Anarquismo*.

Buenos Aires: Anarres, 2007.

_____. *Anarquismo es movimiento*. Anarquismo, neoanarquismo y postanarquismo. Barcelona: Virus editorial, 2014.

KILLING KING ACABUS. Pego nas redes da decepção: os anarquistas e a mídia. *Letralivre*. Revista de cultura libertária, arte e literatura. Tradução: Leo Vinicius. Rio de Janeiro, Ano 6, nº 35, 2002, p. 5-8.

KROPOTKIN, P. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

_____. *O Estado e seu Papel Histórico*. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. *Ajuda Mútua: Um Fator de Evolução*. São Paulo: A Senhora Editora, 2009.

_____. Ciência, apoio mútuo e anarquia. *Hypomnemata*. Nº 168. Boletim eletrônico mensal do Nu-Sol. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Publicado em: 20 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/assessoria-de-comunicacao-institucional/noticias/hypomnemata-168>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

LÓPEZ, Fabio L. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

MALATESTA, E. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2007.

_____. La propaganda anarquista. In: RICHARDS, V. *Malatesta*. Pensamiento y acción revolucionarios. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007., p.169-173.

_____. *Entre camponeses*. São Paulo: Hedra, s.d.

MONTEIRO, Fabício P. A construção da “teoria” social como construção de relações sociais: o materialismo histórico de Mikhail Bakunin. *História e perspectivas*. Uberlândia, nº 48, jan.-jun.2013, p.239-282.

OITICICA, José. *Ação Direta: antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Seleção, introdução e notas de Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Germinal, s.d.

PEDRO, Felipe Corrêa. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado em Ciências). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política/USP, 2012.

PROUDHON, P.J. *A propriedade é um roubo*. E outros escritos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 2014.

RICHARDS, Vernon (Org.). *Malatesta. Pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007.

RODRIGUES, Edgar. *Pequeno dicionário de ideias libertárias*. 3ªed. Rio de Janeiro: CCPP Editores, 1999.

VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.

WALTER, Nicolas. *Sobre o anarquismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d.

WOODCOCK, George (Org.). *Os grandes escritos anarquistas*. 3.ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

2.3.2. Anarquismo: movimentos, correntes e história

ADDOR, Carlos A. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986 (3ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015).

_____, DEMINICIS, Rafael (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

_____. *Um homem vale um homem*. Memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

ANARKISMO.NET. Sobre o Anarkismo.net. Disponível em: <http://anarkismo.net/about_us>. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. O propósito do site é. Disponível em: <http://anarkismo.net/our_goals>. Acesso em: 13 fev. 2017.

AVELINO, Nildo. *Anarquistas: ética e antologia de existências*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BAKUNIN Suspeito. Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BakuninSuspeito?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BAQUEIRO, Carlos, NUNES, Eliene. *O Inimigo do Rei*. Imprimindo utopias anarquistas. Rio de Janeiro: Achiamé/Núcleo de Pesquisas Marques da Costa, s.d.

BASTOS, Winter. Uma breve e recente história do Anarquismo no Rio. *Blog Expressão Liberta*. Publicado em: 10 nov. 2009. Disponível em: <<http://expressaoliberta.blogspot.com.br/2009/11/uma-breve-e-recentehistoria->

do.html>. Acesso em: 23 jan. 2016.

BATALHA, C. (Org.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

BIBLIOTECA SOCIAL FÁBIO LUZ (BSFL). Fábio Luz. Disponível em: <<https://bibliotecasocialfabioluz.wordpress.com/fabio-luz/>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

BIOGRAFIA de Roberto Freire. Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/soma/biografia-de-roberto-freire/>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

COLOMBO, E. et al. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

CORRÊA, Felipe. A história da FARJ: passado e presente. In: FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO (FARJ). Cadernos de Formação. Capítulo da Parte IV – Paradigmas de Luta. Rio de Janeiro: FARJ, 2007.

_____. Dedicção à militância: a vida de Ideal Peres. In: ADDOR; DEMINICIS (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009a, p.69-102.

_____. Especificismo e Síntese/Sintetismo. *Anarkismo.net*. 19 nov. 2009b. Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/article/15043>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. A Estratégia de Massas de Neno Vasco. *Anarkismo.net*. Fev. 2011. Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/article/18792>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. O Pensamento Socialista Libertário de Noam Chomsky. *Centro de Mídia Independente (CMI)*. Nov. 2004. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/11/295433.shtml>> . Acesso em: 4 fev. 2016.

_____. *Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo (1868-2012)*. São Paulo: Editora Fâisca, 2013.

CUBERO, Jaime et al. *Três depoimentos libertários*. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d.

_____. *O anarco-sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Index, 2004.

DAF (Devrimci Anarşist Faaliyet). Prison Sentence to Managing Editor of Anarchist Meydan Newspaper in Turkey. Publicado em: dez. 2016. Disponível em: <<http://anarkismo.net/article/29871>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

DANIEL, Adenildo. A Guerra Social. Imprensa, sindicalismo e militância libertária (1911-1912). *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano VII, nº21, out. 2011, p.1-2.

DANTAS, Carolina V. A Plebe (verbetes). In: CPDOC/FGV. *Dicionário CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PLEBE,%20A.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

DEMINICIS, Rafael B.; REIS FILHO, Daniel A. (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. V.1. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

DIAS, Quézia. O anarquismo e a ditadura militar no Rio de Janeiro – Memórias de Milton Lopes. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº 23, ago. 2012.

EDUSP. Livraria virtual. Editando o Editor 8: Plínio Coêlho. Disponível em: <<http://www.edusp.com.br/loja/produto/1040/editando-o-editor-8--plinio-coelho->>. Acesso em: 4 mai. 2017.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO (FARJ). “Um pouco de nossa história”. Disponível em: <http://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/textos-da-farj/um-pouco-de-nossa-historia-farj/>. Acesso em: 24 set. 2012.

_____. *Cadernos de Formação*. Capítulo da Parte IV – Paradigmas de Luta. Rio de Janeiro: FARJ, 2007.

_____. Robson Achiamé, Editor e Anarquista. Publicado em: 13 nov. 2014. Disponível em: <<https://anarquismorj.wordpress.com/2014/11/13/robson-achiamé/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA (FAG). *FAG 20 anos*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2015a.

_____. *Luta & Organização*. Processo de Construção Anarquista Brasileiro. Documento histórico comemorativo dos 20 anos do anarquismo organizado no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2015b.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *A imprensa operária no Brasil*. 1880-1920. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERRUA, Pietro. A breve existência da seção brasileira do Centro Internacional de Pesquisas sobre o Anarquismo. In: ADDOR, C.; DEMINICIS, R. (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. p. 219-258.

_____. “Libera, My Love (Libera, Amore Mio)”. R.A. Forum. Disponível em: <<http://raforum.info/spip.php?article110&lang=en>>. Acesso em: 19 jan.

2016.

FONTES, Júlio. Repressão ao anarquismo no Brasil. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano X, nº 26. fev 2014.

FÓRUM DO ANARQUISMO ORGANIZADO. O FAO e a Construção do Anarquismo Militante e Revolucionário. Documento político-teórico do Fórum do Anarquismo Organizado – FAO, produzido em 2007. Disponível em: <<https://anarquismorj.wordpress.com/coordenacao-anarquista-brasileira/documentos-do-fao/o-fao-e-a-construcao-do-anarquismo-militante-e-revolucionario/>>. Acesso em: 21 mai. 2015.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. *A bibliografia libertária*. O Anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001.

GRAEBER, David. “The new anarchists”. *New Left Review*, nº 13, jan/feb 2002. Disponível em:<<http://newleftreview.org/A2368>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GUARNACCIA, Matteo. *Provos*. Amsterdam e o nascimento da contracultura. São Paulo: Conrad, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!* Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LITVAK, Lily. *Musa libertaria*. Arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913). Barcelona: Bosch, 1981.

LOPES, Milton. José Oiticica. Uma existência pela ação direta. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano III, nº 6, mai. 2007, p.1-2.

_____. Libera: muitos aniversários e um recorde. *Libera*. Edição especial dos 20 anos do informativo Libera(1991-2011). Rio de Janeiro, nº 150, p.2, mai./jun./jul. 2011a.

_____. Roberto das Neves: anarquista, esperantista, vegetariano e maçom. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano VII, nº19, fev. 2011b, p.1-2.

_____; VIANA, R. Ação Direta: renascimento da imprensa anarquista no Rio. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano V, nº15, mar. 2010, p.1-2.

MARAM, Leslie Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Angela M. Roberti. O segredo dos corpos: representações do feminino nas páginas libertárias. In: ADDOR, C.; DEMINICIS, R. (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. p. 119-163.

_____. *Pelas páginas libertárias: anarquismo, imagens e representações*. 2006. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2006.

MARTINS, Ismênia de Lima. A importância de um livro sobre o anarquismo. In: ADDOR, C.A. *Um homem vale um homem*. Memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012, p.9-10.

MEMÓRIA é Luta. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, n° 1, s.d.

MEMÓRIA Libertária: Emídio Santana. Disponível em: <<https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2013/05/09/memoria-libertaria-emidio-santana/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

NÉBIAS, Wellington Barbosa. *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

NORTE, Sérgio Augusto de Queiroz. *Contra Leviatã, Contra a História*. A travessia do deserto: mitos, literatura e imprensa anarquista no Brasil – 1945-1968. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, João Henrique C. *Do underground brotam flores do mal*. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992). Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: UFF, 2007.

_____. Anarquismo, contracultura e imprensa alternativa: a história que brota das margens. In: ADDOR, C.; DEMINICIS, Rafael (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, p.185-206.

_____. O Inimigo Ideal. A participação dos anarquistas cariocas n'*O Inimigo do Rei*. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano VIII, n° 29, dez. 2014.

_____. “Você pode fumar baseado...”: a contracultura nas páginas de *O Inimigo do Rei*. In: BAQUEIRO, C., NUNES, E. (Orgs.). *O Inimigo do Rei*. Imprimindo utopias anarquistas. Rio de Janeiro: Achiamé/Núcleo de Pesquisas Marques da Costa, s.d., p.19-22.

PAGANOTTO, Waldir. *Imprensa alternativa e anarquismo: “O Inimigo do Rei” (1977-1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Assis: Unesp, 1997.

PARRA, Lucia Sílvia. *Combates pela liberdade*. O movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PASSETTI, E. Da vida dos arquivos anarquistas contemporâneos no Brasil. *Revista Ecológica*. São Paulo, nº 6, mai-ago 2013, pp.54-81.

PENNA, Mariana A. *Socialistas libertários e lutas sociais no Rio de Janeiro: Memórias, Trajetórias e Práticas (1985-2009)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: UFF, 2010.

PINTO, Leonardo C. *Imprensa anarquista: O Inimigo do Rei*. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em História. Santo Antônio de Jesus: Uneb, 2001.

_____. O Inimigo do Rei: um jornal anarquista. In: DEMINICIS, Rafael B.; REIS FILHO, Daniel A. (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. V.1. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p.133-145.

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. Denúncia do Procurador da Justiça Militar ao Juiz Auditor da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar. (BIB_02, BNM_137). Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 9. fev 2016.

RAMOS, Renato. Os grupos específicos anarquistas nos anos do sindicalismo revolucionário. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano 1, nº1, 2005.

_____. Resistência anarquista e antifascista no período Vargas. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano 2. nº5, nov. 2006.

_____. Arte e Consciência: os festivais operários no Rio de Janeiro. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano IV, nº 13, ago. 2009.

_____. Libera: duas décadas no calor da luta. *Libera*. Rio de Janeiro, Ano 21, nº150, Edição especial dos 20 anos do informativo Libera, mai.-jun.-jul. 2011.

RODRIGUES Edgar. *O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992a.

_____. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992b.

_____. *O anarquismo no banco dos réus (1969-1972)*. Rio de Janeiro: VJR Editores, 1993a.

_____. *Entre ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993b.

_____. *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.

RODRIGUES, Marcos A. S. Anarquismo e Imprensa Operária do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ADDOR, C. A.; DEMINICIS, R. (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, p.173-184.

ROMANI, Carlo. “A revolta de 1924 em São Paulo: uma história malcontada”. In: ADDOR, C. A.; DEMINICIS, R. (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, p. 51-68.

SACCO e Vanzetti. O protesto no Rio de Janeiro. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, nº 7, out. 2007, p.1-2.

SACONI, Rose. Em 1917, a primeira greve geral em São Paulo. Jornalistas do 'Estado' ajudaram na negociação. *O Estado de São Paulo*. Publicado em: 16 jul. 2012. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,em-1917-aprimeira-greuve-geral-em-sao-paulo,6962,0.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol*. A história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro*: Neno Vasco, o anarquismo brasileiro e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Projeto de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, São Paulo: Imaginário, 2002.

_____. Pavilhão negro sobre pátria oliva. In: COLOMBO, E. (et.al.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004, p.125-189.

_____. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*. Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em Dois Mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009a.

_____. Minha Pátria é o Mundo Inteiro. *Anarkismo.net*. Jun. 2009b. Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/article/13545>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário. In: ADDOR, C.A.; DEMINICIS, R. (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Vol.2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009c, pp.37-68.

_____. Anarquistas e sindicalistas revolucionários na luta antifascista (1933-1935). In: VIANNA, Marly A.G.; SILVA, Érica S.; GONÇALVES, Leandro P. (Orgs.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, cap.2.

SARGENTINI, Vanice M. O. A Imprensa Operária Anarquista. *Revista UFG*. Goiás, Ano X, nº 5, dez. 2008, p. 41-46.

SILVA, Rafael V. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Dissertação (História). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2014.

_____. O Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o regime militar brasileiro (1964-1969). *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano XI, nº31, jun. 2015a.

_____. Os Revolucionários Ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo. Disponível em: <<https://ithanarquista.wordpress.com/2013/02/20/rafaelv-da-silva-os-revolucionarios-ineficazes-de-hobsbawm/>>. Acesso em: 18 jun. 2015b.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação (História). Campinas/SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 2005.

SILVA, Thiago Lemos. *Fragmentos biográficos de um anarquista na Porta da Europa: a escrita cronística como escrita de si em Neno Vasco*. Dissertação (História). Uberlândia/MG: UFU, 2012.

_____. Neno Vasco por Neno Vasco: a escrita cronística como escrita de si na biografia de um anarquista. *História e Perspectivas*, nº 50, jan./ jun. Uberlândia, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27505>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

SOUZA, Marcelo L. O campo libertário, hoje: radiografias e desafios (partes 1 e 2). In: _____. *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes*. Escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p.79-106.

STRONGREN, Fernando Figueiredo. O movimento operário e a Greve Geral nas páginas de *A Plebe*. In: *ALCAR 2015*. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: UFRGS, 3-5 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontrosnacionais/10o-encontro-2015>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*. Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

THE WELL-KNOWN Symbol of Anarchism. Disponível em: <http://www.anarchism.net/symbol_ca.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

UNIÃO POPULAR ANARQUISTA (UNIPA). Anarquismo e ecletismo, em geral e particularmente no Brasil. Comunicado nº15, set. 2005. Disponível em: <<https://uniaoanarquista.wordpress.com/documentos/comunicados/>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. “Anarquistas de governo”: o triste fim do revisionismo libertário no Brasil e na América Latina. Comunicado nº42, fev. 2015. Disponível em: <<https://uniaoanarquista.wordpress.com/documentos/comunicados/>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

VIANA, Allyson Bruno. *Anarquismo em papel e tinta: imprensa, edição e cultura libertária (1945-1968)*. Fortaleza, 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.

VIANA, Rafael. O Congresso Anarquista de 1948 e o Anarquismo no Rio de Janeiro após a ditadura do Estado Novo. *Emecê*. Boletim do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Rio de Janeiro, Ano III, nº 9, out. de 2008, p.1-2.

WOODCOCK, G. *História das ideias e movimentos anarquistas*. V.1: A ideia. Porto Alegre: L&PM, 2002a.

_____. *História das ideias e movimentos anarquistas*. V.2: O movimento. Porto Alegre:L&PM, 2002b.

_____. *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM, 1984. 2 v.

2.3.3. Comunicação contra-hegemônica, alternativa, independente

ANDRAUS, Gazy. Fanzine. In: INTERCOM. *Enciclopédia Intercom de Comunicação*. V.1. Conceitos. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, p.515-516.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

BECKER, Maria L. Ciberativismo. In: INTERCOM. *Enciclopédia Intercom de Comunicação*. V.1. Conceitos. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, p. 175-176.

BRAGA, Regina Stela (Ed.). *Imprensa revolucionária: o jornal como agente politizador*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008. (Cadernos de Comunicação. Série Memória, 20).

COLLEU, Gilles. *Editores independentes: da idade da razão à ofensiva*. Rio de Janeiro: Libre, 2007.

COUTINHO, Eduardo Granja. (Org.). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de

Janeiro: UFRJ, 2008.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

GIANNOTTI, Vito. *Comunicação dos trabalhadores e hegemonia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Ed.Página Aberta, 1991.

_____. “A aventura alternativa. O jornalismo de oposição dos anos 70”. In: _____. *A síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MICCOLIS, Leila (Org.). *Catálogo de imprensa alternativa*. Rio de Janeiro: Centro de imprensa alternativa e cultura popular, Rio Arte, 1986.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Os fanzines contam uma história sobre punks*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VENANCIO, Rafael D. O. *Ethos e revolução: legitimação retórica nos jornais alternativos*. *Revista Alterjor*. São Paulo, Ano 1, V.1, ago.-dez. 2009, Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP).

3. Entrevistas

ALCÂNTARA, P. H. Entrevista concedida a João H. Oliveira, por e-mail. Dez. 2006. Apud OLIVEIRA, João Henrique C. *Do underground brotam flores do mal*. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992). Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: UFF, 2007.

AMORIM, G. Entrevista concedida a João H. Oliveira. Rio de Janeiro, 7 nov. 2015.

LOPES, M. Entrevista concedida a João H. Oliveira. Rio de Janeiro, 23 nov. 2006. Apud OLIVEIRA, João Henrique C. *Do underground brotam flores do mal*. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992). Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: UFF, 2007.

PACHECO, T. Entrevista concedida a Carlos Baqueiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nSggyUS7tQ4>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

RAMOS, R. Entrevista concedida a João H. Oliveira. Rio de Janeiro, 18 jan. 2014a.

_____. Entrevista concedida a João H. Oliveira. Rio de Janeiro, 3 mai. 2014b.

_____. Entrevista concedida a João Henrique C. Oliveira, por e-mail. Rio de Janeiro, 21 out. 2015.

_____. Entrevista concedida a João Henrique C. Oliveira, por e-mail. Rio de Janeiro, 13 mar. 2017.

_____. Entrevista concedida a João H. Oliveira. Rio de Janeiro, 23 nov. 2006. Apud OLIVEIRA, João Henrique C. *Do underground brotam flores do mal. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: UFF, 2007.

SAMIS, A. Entrevista concedida a João H. Oliveira. Rio de Janeiro, 12 mai. 2014.

4. Sites

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ANARQUISTAS. <<https://noticiasanarquistas.noblogs.org>>

ANARKISMO.NET. <www.anarkismo.net>

BIBLIOTECA DIGITAL DA UNESP. <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>

BIBLIOTECA SOCIAL FÁBIO LUZ. <<http://bibliotecasocialfabioluz.wordpress.com>>

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. <<https://midia independente.org>>

COMUNIDAD DEL SUR. <<http://www.ecocomunidad.org.uy>>

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA. <<https://anarquismo.noblogs.org>>

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO. <www.farj.org>

NODO50. <<http://www.nodo50.org>>

NÚCLEO DE PESQUISAS MARQUES DA COSTA.
<<https://marquesdacosta.wordpress.com>>

PASSA PALAVRA. <<http://passapalavra.info/>>

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>

5. Vídeos

NOSSA LIVRARIA (Entrevista com Renato Ramos). Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino (LPPE). 1m43s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aJTdEyLdjwg>>. Acesso em: 28 dez. 2015.